ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

EDIÇÃO DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL · LISBOA · E DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA · RIO DE JANEIRO

ATLÂNTICO

NÚMERO

SEIS

1945

DIRECTORES:

AMILCAR DUTRA DE MENEZES
ANTÓNIO FERRO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO:

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

DIRECÇÃO ARTÍSTICA DE:

MANUEL LAPA

ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

EDIÇÃO DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL · LISBOA · E DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA · RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

I

II

III

FORA DO TEXTO

Quadricromias e outras gravuras: da Fotogravura Nacional e Ilustradora, Limitada. *Composição e Impressão da:* Oficina Gráfica, Limitada. *Papel:* fabricado em Portugal.

O ESFÔRÇO INTELECTUAL NA CRIAÇÃO

POR ROSÁRIO FUSCO

ALGUÉM, referindo-se à complexidade do que se passa na nossa consciência, já aproximou o encadeamento dos fenómenos psíquicos à imagem pitoresca que nos oferecem as famosas caixinhas de Benares. De facto, êsse abundante entrelaçamento de questões que se sucedem, umas às outras, pelas sugestões a que cada qual dá nascimento, em direcções diversas, mas sempre relacionadas, não é apenas uma barreira à nossa inútil pretensão de decifrar o mistério da alma humana: é mais do que isso, é a documentação alarmante de que somos dirigidos por fôrças superiores ao nosso entendimento. Por isso, através dos tempos, a história da psicologia fica sendo, simplesmente, a história da oposição de conceitos que se repelem hoje para se fundir amanhã. Condillac tinha razão quando ideou a sua engenhosa estátua, capaz de permitir-lhe o estudo isolado de cada fenómeno psíquico. Infelizmente, êsse método «científico», que seria ideal, é tão só uma abstracção, mais uma, com que procuramos satisfazer a nossa curiosidade ante o mistério eterno e impenetrável. Proposto um determinado problema, as *linhas de factos* que dêle derivam poderão nos levar a roteiros nem de leve suspeitados, como o que se dá, em regra, se não tivermos o cuidado de escolhê-los, antecipada e cuidadosamente, seguindo, sòmente, aquêles que nos interessam de perto.

Ora, o esfôrço intelectual pertence a essa classe de problemas. Aparecendo freqüentemente nos livros, ora indicado de passagem, ora considerado num ou noutro de seus aspectos, para a explicação de questões diversas, poucos, contudo, o estudaram sistemàticamente. Dentre êstes, Bergson parece-me ser quem o fêz com mais clareza e de modo mais convincente. E porque o esfôrço intelectual se encontra, a meu ver, tanto no princípio da *criação* como no da *contemplação,* é que me deterei nêle, procurando aplicar a sua psicologia ao caso particular da *experiência estética.* A dificuldade inicial está — diria Bergson — primeiramente em separá-lo do problema da atenção, tal como o compreende a psicologia moderna.

No exercício de qualquer acção (lendo, escrevendo, ouvindo, etc.) nós poderemos assumir, diante dela, duas posturas diferentes, a saber: uma de tensão, outra, de relaxamento, diferindo a primeira da segunda pelo sentimento do esfôrço que acompanha aquela. Dito isto, todavia, a impressão que se tem, imediatamente, é a de que nós só nos encontramos, em qualquer situação, numa ou noutra das atitudes, isto é, *atentos* ou *distraídos,* para empregar expressões comuns que se opõem.

Parece-me, entretanto, que a explicação do aparecimento do esfôrço intelectual não se resolve, assim, com tamanha simplicidade, mesmo que levemos em conta a advertência primeira de que êle não se deve confundir com o da atenção, tal como é geralmente aceito. É que Bergson, na sustentação de sua teoria, esqueceu-se da vontade. Ela também intervém no esfôrço, não há a menor dúvida, e quem quer que seja poderá experimentá-lo em si próprio.

Tudo o que se passa em mim, dentro de mim, só poderá ter uma das três características clássicas dos fenómenos psíquicos: ou pode ser: *a)* espontâneo, *b)* voluntário, *c)* em oposição à vontade. A meu ver, portanto, o esfôrço intelectual não poderá estar presente desde que eu atente, simplesmente (ou permaneça em estado de tensão), para o que estou fazendo. O fenómeno voluntário pressupõe uma reflexão e é por essa característica, justamente, que êle deve opor-se ao espontâneo. Só há reflexão quando sujeito e objecto se identificam, isto é, quando o que conhece e o conhecido são a mesma coisa. Quando eu penso, no decorrer da operação de pensar, as minhas imagens tanto podem aparecer espontâneamente como podem só vir quando *procuradas*. O esfôrço reside, pois, no mecanismo da procura e incide sôbre a memória onde, por sua vez, residem as minhas sensações estéticas adquiridas. Quando alguém diz «que está vendo se se recorda», poder-se-ia traduzir a expressão por esta: «eu estou em plena fase do esfôrço intelectual para a obtenção de»... tal ou qual imagem, tal ou qual idéia, tal ou qual sensação. E eu sei que, em psicologia, imagem não é outra coisa senão a volta de uma sensação qualquer, mas, já sem a excitação do nervo específico. Sei mais: sei que a imagem tem tôdas as características da sensação, diferindo desta, se quiserem, apenas em grau, podendo ser, portanto, quando muito, uma sensação mais fraca.

Isto, de um modo geral. Mas a sensação ou a imagem estética, sujeita como é à minha atribuïção de valor, pode ter a fôrça, isto é, a intensidade e a pureza de uma sensação actual. Aquêle coronel do poema de Manuel Bandeira, que gritava «je vois des anges,» quando ouvia Schumann, não é, tão só, um acidente poético ou uma invenção do autor da «Estrêla da manhã». Êle tinha, provocado pela música, uma «alucinação», e a alucinação é o que se chama, em psicologia, justamente, uma imagem não reduzida, uma imagem indistinta da sensação, igual à sensação mesma. Dostoievsky «via» os seus personagens andando nas ruas. Flaubert, descrevendo o envenenamento da Bovary, sentiu o gôsto do arsénico. Poderão objectar que tudo isso é diferente. Mas a verdade é que tudo isso, antes de mais nada, são «pormenores» de um mesmo fenómeno. O romancista que descreve um parto, como Oswald de Andrade o fêz em «Os condenados», se não me engano, para transmitir a mesma sensação estética ao leitor teria que «assistir» à cena descrita, no momento da criação, teria que ter ou deve ter tido a *sua* alucinação, a alucinação do drama descrito.

Atenção e vontade não são têrmos comuns, todo o mundo sabe. Eu posso prestar atenção sem reflectir (caso da sensação estética, que se impõe a mim, pelo valor afectivo que traz em si ou pelo que lhe empresto, automàticamente) mas não posso querer sem um *fim* (ou não posso pretender um *fim* sem querer). Quando quero, é porque estou conhecendo a necessidade de alguma coisa que me falta.

Quando atendo, é porque concentro a actividade do meu espírito sôbre um objecto, excluindo outros. A atenção pode ser automática, mas a vontade é sempre reflectida. No esfôrço intelectual há sempre atenção e *atenção voluntária*.

De qualquer modo, porém, qual será a característica do esfôrço intelectual e qual o seu papel na criação artística? Nós sabemos que há trabalhos do espírito de que damos conta com maior ou menor facilidade. Que esfôrço intelectual terá que dispender, por exemplo, a pessoa que opera numa máquina de calcular a soma de várias parcelas, uma vez que a simples compressão de uma tecla lhe dará, automática e instantâneamente, o resultado certo? Ou que esfôrço teria o pintor que diante de uma paisagem, que êle deveria pintar, resolvesse fotografá-la? Não estará em caso semelhante, porém, o escritor que, tendo diante de si várias laudas de papel branco, quando se levanta da mesa traz, nas mãos, um ensaio de interpretação crítica. É que a pessoa do último exemplo, realizando o seu trabalho, dispendeu, para fazê-lo, aquilo que chamamos esfôrço intelectual. O modo por que êle o dispendeu não nos interessa. Interessa-nos, antes, saber como seu esfôrço se tornou eficiente.

Primeiramente, êle *quis* escrever sôbre determinado assunto. Essa escolha do assunto, dirigida pela sua vontade, já veio penetrada de afectividade. Em qualquer preferência, como ninguém ignora, já há a denúncia de tal ou qual marca afectiva. Digamos, porém, que êle foi «inspirado» por uma frase ouvida, um trecho lido, uma emoção sentida. Como a inspiração não passa de uma sugestão estética, êle só se decidiu a obedecer-lhe porque atentou para ela (porque a *valorizou*, diríamos melhor). Êle tinha, portanto, uma imagem (ou um complexo de imagens), do plano *ideal* (subconsciente) ao plano *real* (consciente); ou, por outra, passar a idéia à forma é que é criar artisticamente. Para conseguí-lo, êle se utilizou de um instrumento estético (no caso, o estilo, veículo do seu esfôrço) constituído do material adequado (no caso, palavra, ritmo, metáfora — tudo o que, enfim, fornece a linguagem escrita). E a transcrição fêz-se, diria Bergson, pela concorrência de dois planos da consciência. As imagens do escritor só passaram de um plano para o outro em virtude dos apelos que êle ia fazendo à sua memória, em virtude dos quais elas vinham-se sucedendo e juntando para... a obtenção do *fim* pretendido.

Acontece, aqui, portanto, precisamente o contrário do que se dá quando lemos (ou quando contemplamos). Quando eu sigo as linhas do livro ou ouço um discurso, as imagens que eu forneço à minha inteligência, para serem traduzidas em *relações*, caminham do plano *concreto* para o *abstracto*, ao passo que, quando escrevo (crio), o que se passa é o oposto.

Bergson explica essa operação pelo que êle chama «esquema» (no sentido etimológico da palavra) caminhando para a *imagem*. Nessa mesma ordem de idéias, êle já concede, entretanto, que a atenção intervenha no mecanismo do esfôrço, seja para intensificar a imagem, seja para aclará-la (Bergson, *L'énergie intellectuelle*, Alcan, Paris, 1920, cap. VI, *L'effort intellectuel*). A verdade é que ao sentimento do esfôrço não é indiferente a participação da vontade, podendo ser, contudo, a da atenção.

A verdade é que todo o acto da criação artística é sempre um acto de esfôrço, que não resulta tão só da atenção e da vontade, mas da inteligência e da

memória também. Ou de tôdas as fôrças do nosso espírito, associadas, para servir à sensação estética. Em arte, por isso mesmo, não há «querer é poder». Querer é uma coisa, poder é outra. Prova-se que se pode pela realização, que já traz em si o *querer*. Ninguém é poeta porque quere ou romancista porque o deseje. Vocação e inspiração são têrmos populares que a psicologia ratifica, aceita e traduz cientìficamente. Ora, eu não me inspiro quando quero. A inspiração chega, procura-me e encontra-me em estado de receptividade para aceitá-la ou recusá-la. Aí é que a atenção e a vontade poderão intervir. A segunda para dar fôrça motora, vamos dizer, à valorização que a primeira atribui à sensação estética, que a mim se impôs. Quando eu digo que uma coisa me inspirou, analisando o fenómeno eu encontro, necessàriamente, um complexo de sensações estéticas na sua base. Quando ouço um relato e penso transformá-lo em romance é que êle, em si já impressionou a minha consciência artística, sugerindo sensações que a minha inteligência confronta, e reputo estéticas pelo valor artístico que lhes atribuo. O esfôrço intelectual aparece, portanto, primeiro para permitir a concentração intelectual do sujeito, segundo, para ordenar e separar, no complexo de sensações estéticas, aquelas que mais interessam. Minha consciência artística, detentora do *contrôle* das sensações adquiridas, que a minha memória efectiva guardou, é que *avisa* o momento de começar a obra. A criação é, portanto, sempre uma operação lógica, vamos dizer, embora se utilize de um material afectivo. E a enfática e nebulosa «alegria criadora» dos estetas reduz-se, em última análise, àquela «satisfação do dever cumprido» dos moralistas. Quando a minha consciência artística avisa que imagens deve utilizar, essa operação é de *julgamento,* como percebem. E daí, concluo, a importância do *gôsto* do criador. Pois êle é, inequìvocamente, o primeiro contemplador da própria obra, o seu primeiro crítico. E o primeiro, pois, a extrair o belo do que êle próprio criou.

AS NÚPCIAS DO CÉU E DA TERRA

POR EUDORO DE SOUSA

INEXCEDÌVELMENTE bela e dominantemente verídica, destaca-se, à frente da pomposa teoria de imagens, que percorre a via gloriosa da Arte Antiga, a mitológica representação das núpcias do Céu e da Terra. Do Céu e da Terra, dizemos nós; de *Ouranos* e de *Gaia,* cantava Hesíodo, inspirado pelas Musas do Hélicon. Mais que céu e terra, eram, para o Poeta, Ouranos e Gaia: mais que varão e mulher, mais que entes naturais divinizados, mais que seres divinos personificados. Na segunda geração divina, transparece a mesma *idéia* mitológica, no conúbio de *Cronos* e de *Reia;* e, na terceira, *Zeus* penetra «no leito da nutriz *Deméter*», o deus-do-céu cinge amorosamente a terra-mãe.

Êstes três momentos da *Teogonia* hesiódica exprimem, poèticamente, talvez o mesmo que a história traduz no processo, cujo início se perde na noite do passado mediterrâneo e cujo têrmo se oculta aos olhos de profanos nas religiões de «mistério» do sincretismo helenístico. No princípio, era a religião dos povos reünidos sob as designações gerais de povos de cultura «cretense», «egeo-anatólica», «creto-micénica»; religião que nos fala, na muda linguagem de ruínas monumentais, de latria prestada à deusa-mãe, à futura *Magna-Mater* dos Romanos. No fim, o sincretismo helenístico; a *idéia* que exemplarmente se revela na arrebatadora prece do *Lúcio* de Apuleio, a *Ísis (Burro de Ouro, Liv. XI),* e, sobretudo, na resposta sublime da deusa: «eu, que sou a Natureza, mãe das coisas, senhora de todos os elementos, a primordial progénie dos séculos, a suprema das divindades, a rainha dos mortos, a primeira dos celestiais e a uniforme representante das deusas e dos deuses... e cuja única divindade todo o orbe venera debaixo de multiformes figuras, por vários ritos e debaixo de muitos nomes...». A meio caminho daquele princípio a êste fim, Ésquilo, o trágico de Elêusis, canta através da máscara de Afrodite: «Amor da Terra se apossa do casto Céu. Ânsia de se lhe juntar invade a Terra. Quando do celeste espôso a chuva cai, concebe a Terra, que aos rebanhos dá os prados e, aos mortais, o fruto de Deméter. Sob o orvalho da noite nupcial, desperta a florente primavera dos bosques. De tudo isto, sou a causa» *(Danaides. Frg. 44.* Nauck).

A obra de Ésquilo apresenta o *maximum* de explicitação mitológica, no desenvolvimento histórico do mito nupcial do Céu e da Terra; representa, por isso,

o ponto de vista culminante, a posição óptima para a compreensão actual daquele mito. No princípio, apenas se nos deparam os testemunhos figurados de um *rito,* isto é, de um mito em acto; no fim, resta apenas a *alegoria,* isto é, o filosofema abstraído de um mito. No princípio, a divindade polimórfica: *Gaia, Reia, Deméter...* que, através do rito, celebrado *hic et nunc,* inteiramente se revelava; no fim, o conceito filosófico de Natura, comparado com a imagem mítica da antiqüíssima deusa e revestido de todos os seus hieráticos atributos. O homem de hoje, que já não celebra os ritos primordiais, nem à divindade atribui as notas do conceito de Natura, dificilmente acederia à compreensão do mito, na raiz ritual e na flor ideal, se não pudesse estudar todo o desenvolvimento, do germe à flor, de um ponto de vista intermediário e culminante. E êste é o de Ésquilo. Examinemos, pois, alguns passos da obra do grande trágico.

Aparentemente, o fragmento da *Danaides,* acima citado, pouco mais significa que os versos da *Teogonia,* referentes ao conúbio do Céu e da Terra, celebrado por três sucessivas gerações divinas. O «pouco mais», porém, quere dizer «muito». Diz que é a chuva o sémen fecundante do espôso, e que a Terra concebe e pare, do ubérrimo ventre, aberto às águas do Céu. E, assim dizendo, largo passo nos consente na desocultação do mito, o poeta, cujo berço a tradição assinala em Elêusis. Se não existisse mais convincente motivo para atribuir ao santuário das «duas deusas» a glória de haver dotado os atenienses do maior dos seus trágicos, bastariam, ainda assim, as poucas palavras daquele fragmento, para denunciar a origem do autor. Assim o demonstra o comentário de Proclos, filósofo neo-platónico, a uma exclamação ritual dos «mistos» de Elêusis, comentário convergente na mesma representação mitológica: «As leis dos Atenienses prescreviam que se celebrasse o intróito à festa nupcial do Céu e da Terra, pela contemplação dêles (Céu e Terra); e, no templo de Elêusis, erguendo os olhos ao Céu, exclamavam: *chove!,* e, volvendo à Terra o olhar: *concebe!* Eis onde assenta o conhecimento de que a criação de tôdas as coisas, provém de um Pai e de uma Mãe» *(Com. in Plat. Tim. 293 C. Ed. Diehl)* (*). Mais sabemos, pelos escassos informes da Antiguidade sôbre o mais santo dos seus «mistérios», da secreta *hierogamia* (sacro conúbio), celebrado por um sacerdote e uma sacerdotisa, no seio de profunda treva; e, é de supor, que êste rito simbolizasse a primordial união de Zeus e de Deméter, as núpcias do Céu e da Terra. Se, há dois milénios, alguém dissesse «todos os caminhos conduzem a Elêusis», pronunciaria antecipadamente o que, hoje, talvez seja uma das mais fecundas hipóteses da investigação hierológica da Antiguidade. Tôdas, ou quási tôdas, as tradições religiosas da Grécia, ou do mundo helenizado, parecem convergir

(*) Convergentes na mesma idéia, também se revelam os seguintes passos de Platão e de Aristóteles: «Quanto a fecundidade e geração, a Terra é o modêlo da Mulher, não a Mulher o Modêlo da Terra» (Plat. *Menex. 238 a).* «Masculino, chamamos ao vivente que gera noutro; feminino, pelo contrário, ao que gera em si mesmo. Por isso se considera também, no Universo, a Terra como feminina e como mãe, enquanto que é costume chamar ao Céu, ao Sol ou a outros semelhantes, gerador ou pai» (Arist. *De gen. anim. 716 a).*

em Elêusis. No famoso santuário dos subúrbios de Atenas, vivem, ou revivem, secretamente, reencorporados num ritual entusiástico, mitos oriundos de todos os tempos e lugares, mitos que amorteciam no culto pùblicamente prestado aos deuses da Cidade. Ali, na

«noite igual por dentro ao silêncio...»

regerminavam na consciência religiosa, como a semente no seio úmido e obscuro da Terra, adormecidas virtudes de sacras locuções, *hieroi logoi*, que já eram como letra morta, insignificante, intraduzível na linguagem da actividade diurna da *Polis*. Através do drama ritual de Elêusis, Ésquilo participou, certamente, nesta revivificação dos mitos remotíssimos. O processo de impiedade que lhe moveu a cidade de Atenas, pode significar, além de tudo o mais que signifique, as conseqüências políticas do inspirado proselitismo do iniciado, que recorre à tragédia, a um drama que participa da religião e da arte, do sagrado e do profano, para curar a chaga aberta na consciência religiosa dos seus contemporâneos. Na cena dramática, surgirá, diante dos olhos de todos os atenienses, a contradição implícita nos mitos herdados dos tempos remotos das imigrações dóricas e das guerras de colonização.

Um breve estudo da *Euménides* servirá de esclarecimento dêste último assêrto, e levar-nos-á, também, ao próprio cerne do mito nupcial do Céu e da Terra.

Euménides é o título da terceira parte da única trilogia esquiliana que a tradição integralmente nos legou. Lògicamente é comparável à conciliação dos contrários, representados pelas duas primeiras tragédias, *Agamémnon* e *Coéforas*. O regresso de Agamémnon a Micenas e o assassinato do herói, por Clitemnestra, mulher dêle ; o matricídio cometido por Orestes, filho de ambos, constituem as acções que, na primeira e na segunda parte da trilogia, se desenvolvem em sentido religiosamente contraditório. Agamémnon, o chefe supremo da expedição dos Gregos a Tróia, rei dos reis, detentor do cetro de Zeus, — talvez o próprio Zeus, agindo na intermediária esfera do herói —, é assassinado por Clitemnestra que talvez, represente a Terra, reduzida à condição de simples mortal. Orestes mata a própria mãe, por ordenação expressa de *Apolo* que, assim, pretende restabelecer, na humana esfera de acção, o abalado equilíbrio da esfera divina. Mariticídio e Matricídio. Qual é maior crime ? O Areópago decidirá, à luz do concílio divino. Na *Euménides*, produzirá Ésquilo o grandioso pleito. Perseguido pelas *Erínias* (Fúrias), que irrompem da terra, embebida do materno sangue derramado, Orestes vai procurar refúgio no santuário de Delfos, onde, após a expulsão das divindades infernais, Apolo lhe promete assistência e defesa perante o tribunal que vai julgar a causa. Também *Atena*, a deusa que, sob a sua égide, mantém a Cidade, assistirá, julgará, decidirá. Está aberta a audiência magna. Réu : Orestes ; supremo juiz : Atena ; acusação : as Erínias ; defesa : Apolo ; jurados : os membros do Areópago.

Mas, qual a verdadeira causa ? Que significa o processo ?

Só a fenomenologia da religião grega, — todo o desenvolvimento cronológico da consciência religiosa dos gregos —, responderia satisfatòriamente à dupla interrogação. O inexcedível mérito do trágico é, precisamente, essa obra de arte, tão esplenderosa que rasga o nocturno véu do passado remotíssimo e propõe ao presente

de todos os presentes, à actualidade de todos os tempos, um problema, cuja solução seria a solução de um enigma de enigmas, sobrevivente, como enigma, à solução de todos os enigmas. Mas esta é a qualidade própria do mito: mantendo-se enigmático *em si*, soluciona todo o *outro;* permanecendo obscuro, ilumina ; sem ser claro, esclarece. Na *Euménides*, Ésquilo atinge, efectivamente, a máxima explicitação mitológica de um mito.

A interpretação que descarna os símbolos religiosos, — reduzindo-os a personificações emblemáticas de esquemas naturais, noções morais, e fórmulas sociais, — nada nos revela do verídico conteúdo dos mitos. Se o tempo não é mera abstracção, não há possibilidade de abolir a distância que separa o «agora» do «outrora». Agora, o criminoso é perseguido pelo *remorso;* outrora, era prêsa das *Erínias*. Abolir a distância, é fazer das Erínias personificação do remorso. Quem assim faz, mede a curtos passos o caminho do passado, mas não atinge, decerto, a linha do horizonte. Se as Erínias personificassem o remorso, o problema das *Euménides* seria meramente psicológico e jurídico ; não se justificaria, porém, a admiração dos Séculos, defronte à tragédia, pois não há moderna obra literária que não ostente maiores conhecimentos de direito penal e de fenomenologia do remorso. Ora, nenhuma outra tragédia antiga exemplifica mais claramente a exterioridade do conflito trágico, em relação aos personagens humanos, que a *Euménides;* não há tragédia em que o conflito entre os deuses, mais estranho possa ser ao herói, do que o é, a Orestes, o conflito entre as Erínias e Apolo. Decerto que não é a *consciência* de Orestes que perante o Areópago, o acusa. Que, aliás, só o responsável é consciente e a Orestes não cabe a responsabilidade de um crime, ordenado pelo deus de Delfos. O filho de Agamémnon obedeceu a uma inspiração estranha ; outro deverá responder pelo crime. E, efectivamente, outro responde: o filho de Zeus, o único responsável. Só para êle, e para o que êle representa, a acção de Orestes é criminosa ; só êle pode contar, pesar e medir ; só êle pode condenar ou absolver ; só êle julga. Não é, por conseguinte o crime do herói, que está em causa. O que está em causa é a própria faculdade de julgar ; é a legitimidade do trânsito, de uma ordem universal em que a tal acto responde *fatalmente* tal castigo, a outra ordem universal em que a culpabilidade do mesmo acto pode ser *livremente* julgada.

O discurso da Pitonisa, que abre a tragédia de Orestes, e que constitui, por assim dizer, a genealogia do Oráculo de Delfos, é firme garantia da veracidade desta interpretação. Foi *Gaia*, a Terra, quem primeiro profetizou ; *Témis*, depois ; *Apolo*, por fim. Enquanto, porém, de Gaia a Témis — dois aspectos da mesma entidade mítica — a transmissão das faculdades proféticas se dá natural e pacìficamente, Apolo, pelo contrário, terá de conquistá-las pela fôrça. É certo que a teologia de Delfos interpõe *Foebe*, entre Témis e Apolo, como que para velar a posse violenta, mas, nem por isso, apaga a lembrança da luta do jovem deus com *Piton*, a serpente, símbolo da Terra, lembrança que se mantém no próprio nome da sacerdotisa profética — a *Pitonisa*.

Sempre a mesma *idéia* mitológica irrompe da noite do passado, assumindo várias formas à luz do presente ; sempre a mesma idéia, quer na memória do autor da teogonia, quer no rito misterioso de Elêusis, quer na genealogia da voz profética de

Delfos: no princípio era a Terra. E, sempre a mesma *idéia* de cisão entre o passado e o presente; sempre, imagens míticas a que correspondem dois «momentos» fenomenológicos sucessivos que, projectados no mesmo instante, no mesmo presente, surgem em oposição dificilmente conciliável. *Euménides* é um tentame de conciliação, na cena dramática, do passado remoto com o presente próximo, do mito de outrora com o «logos» de agora, da antiga deusa com o novo deus. Aparentemente, o Areópago vai julgar a culpabilidade de Orestes; essencialmente, *é a verdade ou a não verdade de uma antiqüíssima forma da consciência religiosa, sobrevivente nos mitos e na lenda heróica, que está em causa.* Qual o conteúdo dessa forma de consciência religiosa, eis o que nos propomos inquirir do passado remotíssimo, perseguindo os vestígios dêle, que na tragédia de Ésquilo se nos deparam.

Que as Erínias se defrontam com *novos deuses,* elas próprias no-lo declaram. Que a Cidade é solidária com êles, demonstra-o a absolvição de Orestes, confirmada pelo Areópago. Platão dirá, mais tarde, que os novos deuses, os olímpicos, são, precisamente, os deuses *da cidade* (Plat. *Leis IV, 717 A)* (*). A constituïção da Polis e a definição do Olimpo vão a par. Antígona, na tragédia de Sófocles, — como Orestes, na tragédia de Ésquilo, — será, também, como que o campo de batalha onde se defrontam antigos e novos deuses, as leis «não-escritas» da Piedade contra as leis «escritas» da Polis. Com maior ou menor intensidade dramática, maior ou menor nitidez plástica, a maior ou menor distância, tôda a tragédia ática, de Ésquilo a Eurípides, revela o mesmo conflito, entre antigos e novos deuses. Mas, onde êle devém mais patente, onde êle forma a própria substância do drama, onde a crise da consciência religiosa dos gregos adquire a expressão de máximo relêvo é, sem dúvida, na *Euménides*. Defronte aos novos deuses, — Apolo e Atena, filhos e representantes de Zeus urânico, o supremo dos «olímpicos» — surgem as Erínias, como antiqüíssimas divindades, filhas da Noite, irmãs das Moiras (Parcas), representantes de Gaia e Témis. Antes de Zeus haver conquistado o altíssimo trono, e, de lá, ter começado a exercer o mando supremo dos deuses e dos homens, já as Erínias habitavam o tenebroso ventre da Terra, acudindo, pressurosas, ao chamamento de quem batia aos seus umbrais. Num incidente de guerra, Meleagro ferira de morte o irmão de Alteia, sua mãe. Esta, lacrimosa, ajoelha, bate com as mãos no solo, chama as Erínias e pede-lhes que dêem a morte ao próprio filho. «E, da profunda terra, as Erínias que na sombra erram, ouvem a despiedada» (Hom. *Il. IX, 565-572*). Neste passo da Epopeia, como em tantos outros da Tragédia, fàcilmente se reconhece o papel desempenhado pelas Erínias. Também, a genealogia das remotíssimas divindades, já indica germinalmente o mister que lhes incumbe: representar, guardar e velar pelo cumprimento de uma venerável ordem universal que, do arbítrio humano, poderia sofrer ultrajes. Pelo contrário, os novos deuses representam, guardam e velam pelo cumprimento de outra ordem universal, não menos venerável, que consagra o humano arbítrio perante a alternativa, e fundamenta o «juízo».

(*) À letra: o «olímpico» é um deus que tem a cidade.

Agora, também nós podemos julgar. Qual é maior crime: mariticídio ou matricídio?

Repare-se que, já antes de Ésquilo, o Grego se encontrava perante uma lenda que, a partir de determinado «momento» devia parecer-lhe contraditória. Na tradição religiosa e artística, deparavam-se-lhe muitas outras lendas (basta lembrar as de Antígona, Édipo, Danaides...), defronte às quais, devia deter-se perplexo, e tanto mais perplexo quanto mais apurado o sentido para a eticidade. O Grego dos séculos VI e V encontrava-se a meio caminho do *panta theôn plêrê* (tudo está cheio de deuses) ao *gnoti seauton* (conhece-te a ti mesmo). O Orestes de Ésquilo mal hesita perante o matricídio; o Orestes de Eurípides já duvida da ordem apolínea. Em Ésquilo, o matricídio é um drama *estranho* a Orestes; em Eurípides, é já *intranho* ao indivíduo Orestes. Ésquilo apresenta a contradição ainda dentro das formas que exprimem a consciência religiosa; Eurípides apresenta a mesma contradição já na forma, menos dramática e mais psicológica, da individual intimidade. Entre Ésquilo e Eurípides, germinava a profanação socrática...

A contradição implícita na lenda heróica, explicita-a Orestes, perante os juízes e o povo de Atenas, quando pregunta às Erínias, porque não perseguiram a mãe, em vida, após o assassinato de Agamémnon *(Eum. 604)*. A contradição surge com as desiguais conseqüências de dois actos, desde que êsses actos pareçam idênticos: as Erínias não perseguiram Clitemnestra, após o mariticídio, mas perseguem Orestes, após o matricídio. Se estas acções fôssem essencialmente distintas, não haveria que estranhar os distintos efeitos; só a partir do «momento» em que começam a parecer indistintas na comum essência de «*crime*», estala a contradição da lenda. Resolver a contradição, equivalia a estabelecer a distinção dos actos; resolvê-la, dentro da própria consciência religiosa, equivalia a mostrar a diversidade das duas ordens universais, das duas formas de consciência religiosa, defronte às quais, ora uma, ora outra acção, era criminosa. E é, justamente, neste sentido, que decorre a audiência do litígio.

A resposta das Erínias, à pregunta de Orestes, é clara e precisa: não perseguiram Clitemnestra porque, entre esposos, não há consangüinidade *(Eum. 605)*.

Se não fôra a assistência de Apolo e de Atena, o processo de Orestes terminaria por aquelas palavras; pois, dali por diante, nem Orestes sabe mais, senão que obedeceu a Apolo, nem as Erínias podem mais que gritar e amaldiçoar, em nome dos direitos da Terra. Orestes não *conhece;* às Erínias não compete *falar*. Até ao desenlace da tragédia, à medida que Apolo e Atena vão desenvolvendo a razão e desenrolando o discurso, limita-se, o côro das Erínias, a soltar lamentos, maldições e, por fim, palavras resignadas perante a decisão do Areópago, que absolve Orestes e as converte em divindades benéficas, Euménides, consagradas, de ora avante, ao bem da Cidade.

Mas, Apolo falará, em nome de Zeus *(Eum. 614 ss.)*. Orestes nem sequer quebrou os laços de consangüinidade: «não é, a mãe, geratriz do filho, como se crê; ela é sòmente nutriz do embrião. Só o pai pode gerar. O seio materno dá abrigo ao germe estranho... Prova de que, sem mãe, pode, um pai, gerar, olhai

a filha de Zeus...» *(Eum. 658-664)*. Compreende-se que nenhum juiz pudesse ser mais favorável ao matricida que Atena, a deusa que do cérebro de Zeus brotou... como uma idéia! Também se compreende que o argumento impressionasse o Areópago; e, tanto mais, que as Erínias não sabiam, ou não lhes competia, contra-argumentar.

Por conseguinte, podemos concluir, da *Euménides:* sòmente para as Erínias, e na ordem universal que elas representam, as acções de Orestes e de Clitemnestra se distinguem. Das duas, só a de Orestes é crime, porque só ela corta os laços de sangue. Pelo contrário, para Apolo e Atena, e na ordem universal que êles representam, ambas as acções são criminosas. Todavia, o crime de Clitemnestra excede o de Orestes, na medida em que o património devém sacra instituïção da Cidade. As Erínias representam os direitos da Terra, da Natura; Apolo representa os direitos da Cidade, do Olimpo; e, êstes, sobrepõem à Terra uma segunda Natura; constituem uma Sobrenatura, que excede e compreende a primeira Natura e, portanto, que a subordina. A contradição implícita na lenda heróica, resolve-se, no processo de Orestes, pela subordinação de uma ordem universal telúrica a uma ordem universal urânica, de uma religião «ctónica» a uma religião «olímpica». A antiga religião dos povos mediterrâneos é absorvida e assimilada pela nova religião dos dórios imigrantes. A filosofia é mediatriz.

As Erínias devêm Euménides. A antiga religião é assimilada pela nova religião. Aquela, porém, conserva-se activa, qual fermento oculto, de novas transformações. Participando no drama ritual de Elêusis, assistindo ao banquete nupcial do Céu e da Terra, Ésquilo revivera os mitos dos revolutos tempos ante-homéricos, mergulhara as raízes da sua alma religiosa no subsolo fecundíssimo da mátria grega. Festejando as *Panateneias,* agonizando as Olimpíadas, combatendo os Persas, sentira a grandiosidade presente e medira o alcance futuro da revolução de Homero, que dando os nomes aos deuses *(Heródoto II, 53)*, erguendo o caos pelásguico a cosmos helénico, dera aos gregos a consciência da pátria grega. A alma de Ésquilo estava repartida entre a mátria religiosa e a pátria política. Se as tragédias dêle, no dizer que Ateneu lhe atribui, eram «migalhas do sumptuoso festim homérico», o fermento oculto do remotíssimo passado, tinha, decerto, a virtude de transformar essas migalhas no vivente pão de Ceres. Na Tragédia, a conciliação do passado e do presente, já não será, como o foi na Epopeia, a falsa conciliação, pelo silêncio do passado perante a voz do presente, mas a verídica conciliação, no harmonioso coral dessas vozes. Verídica conciliação! A verdade da tragédia de Ésquilo é a da religião antiga, dita na linguagem da religião nova. Os deuses telúricos, «ctónicos», pré-helénicos, falam a linguagem dos deuses urânicos, «olímpicos», helénicos.

Porque, a leitura da *Ilíada* e da *Odisseia,* não deixa sombra de dúvida sôbre qual havia sido a verdadeira natureza da reforma religiosa de Homero. O quer que a religião pré-homérica fôsse, depois de Homero, passa ao segundo plano; vive sòmente em cultos secretos e em cultos meramente locais. *Deméter* e *Dionisos* — a Ceres e o Baco dos Romanos —, divindades que, nos mistérios de Elêusis e nos mistérios órficos, mais tarde ressurgem, para todo o mundo helenizado, sôbre as ruínas da religião homérica, pouco mais merecem do Épico que a fugaz menção. É certo

que outras divindades, pertinentes à antiga ordem universal, como as Moiras e as Erínias, estão sempre presentes na nova ordem universal, instituída pela arte homérica. Mas é uma silenciosa presença, tão irreal como a das sombras que erram no *Hades*. A tragédia, e acima de tôda a tragédia, a de Ésquilo, empresta às sombras do passado a voz do presente; as divindades pré-homéricas falam a linguagem de Homero, e falam-na, quando as divindades homéricas já vão emudecendo, quando já mais não são que puras formas, idéias petrificadas nos frontões dos templos.

É verdade que a linguagem homérica não consentia a total expressão dos antigos deuses e da sua essência mitológica. Nem tudo o que os antigos deuses foram, ou que ainda eram, podia ser pronunciado na cena dramática. Ésquilo respeita o inefável, — o que não é lícito dizer-se. É certo que a inefabilidade debilita a influência política, diminui as virtualidades apologéticas e restringe o raio da esfera de acção. Mas, a extensão que, pela inefabilidade, se perde, ganha-se em profundidade atingida; o que se perde em superficialidade e quantidade, ganha-se em universalidade e qualidade; o que se perde em indefinida repetição do mesmo homem empírico, ganha-se em infinito desenvolvimento de todo o homem essente.

Na cena trágica, pùblicamente, as Erínias não podiam responder — porque tal não lhes era lícito —, ao argumento de Apolo, a favor de Zeus-Agamémnon, contra Gaia-Clitemnestra. Mas, as palavras que, porventura, pronunciassem, qualquer iniciado nos mistérios de Elêusis as adivinharia. O culto secreto era um mito em acção; um dos *hieroi logoi*, uma das sacras locuções, na qual, o iniciado poderia traduzir os próprios actos rituais, seria, por exemplo, esta: «O varão sòmente liberta. Que êle não se orgulhe a ponto de crer que o filho é seu fruto. O varão apenas restitui à mulher a própria natureza dela; dissolve-lhe os grilhões, e, germinando, é a Terra que, através dela, pare. A mulher é o prolongamento da Terra. O varão é o estranho, a mulher o intranho à Terra». E, se as Erínias assim respondessem ao olímpico contraditor, talvez o Areópago tivesse hesitado, antes de confirmar a absolvição do matricida.

Esta função varonil, libertadora em relação à mulher, função, por assim dizer, segunda, na ordem natural, é, precisamente, a função de *Ouranos* em relação a *Gaia*, de *Cronos*, em relação a *Reia* e, do ponto de vista da arcaica religião telúrica, a função do próprio *Zeus* em relação a *Deméter;* a antiga função do Céu, em relação à Terra. Nas três gerações da Teogonia hesiódica, as divindades masculinas *acolitam* as divindades femininas; o deus-pai está subordinado à deusa-mãe. Claro índice de tal subordinação é a cumplicidade de Cronos e de Reia, contra Ouranos, de Zeus e de Reia, contra Cronos; a cumplicidade de mãe e filho, contra o pai. A ordem primitiva, só com o predomínio de Zeus muda de sentido; ao senhor supremo do Olimpo, subordina-se tôda a maternidade divina. O advento da ordem sobrenatural inverte o sentido da ordem natural. A Terra subordina-se ao Céu. Repare-se, todavia, que tanto na primeira ordem, natural, como na segunda ordem, sobrenatural, se celebram as núpcias do Céu e da Terra. Êste mito é uma constante da religião grega. Dir-se-ia que, Céu e Terra, tanto pertencem à Natura, como à Sobrenatura. Mas, enquanto o Céu primordial pertence à Terra, como *Céu da Terra* (Ouranos também é filho de Gaia), ao Céu olímpico pertence a Terra, como *Terra*

do Céu. Quão impressionante não teria parecido aos Gregos, o trânsito da ordem primeira à ordem segunda, para que imaginassem o singularíssimo nascimento de Atena, do cérebro de Zeus!... Porque, na ordem olímpica, e considerando a definição platónica dos deuses olímpicos, como deuses da Cidade, a Terra já não podia ser tão só aquela omniparturiente do Universo, a mãe dos deuses e dos homens, mas também a *Polis* e tôdas as instituïções políticas.

A arqueologia do Mediterrâneo oriental testemunha a subordinação das divindades masculinas às divindades femininas, a subordinação do Céu à Terra, a função de acólito, de «*paredro*», do deus-pai, em relação à deusa-mãe. Na Grécia continental, o relêvo que encima a denominada «porta dos leões», da cidade de Micenas, por exemplo, representa uma coluna central, ladeada por leões aprumados. A coluna é um conhecido emblema da deusa-mãe, e os leões figuram os seus acólitos. Em Creta, o papel de acólito é desempenhado pelo touro. Noutras regiões, pelo cavalo, pelo cervo ou pelo bode. A arqueologia conta já inumeráveis representações monumentais da antiqüíssima latria prestada à deusa-mãe, espalhados por tôda a bacia do Mediterrâneo grego e pela Ásia ocidental, do Mar Cáspio ao Golfo Pérsico, da Anatólia à Índia. Compreende-se que as tribos dóricas, invasoras, que do norte trazem o culto de *Zeus,* o Júpiter dos Romanos, *Djeus-Pater,* o deus-pai, pai-celeste, tenham transformado profundamente a antiga religião dos povos indígenas; mas também se compreende que a mitologia dêstes povos tenha transformado, por seu turno, a religião dos invasores. O resultado longínquo é a religião grega dos tempos históricos, tal como se nos revela nos monumentos escritos, a partir dos poemas homéricos. Na mitologia da Grécia histórica, não é possível investigar, através das várias estratificações crónicas, os mitos primordiais da Hélada e, por conseguinte, as mais remotas representações religiosas da denominada cultura ocidental. O que se nos depara é, quási sempre, a *contradição* implícita nos mitos e na lenda heróica já mencionada a propósito da *Euménides*. Teremos ocasião de estudar, com mais demora, a origem e o significado desta contradição. Por ora, basta o haver constatado a existência dela e a fugaz insinuação de que tais mitos contraditórios podem ter resultado da incompleta assimilação de tão diferentes mentalidades como o eram a dos imigrantes nórdicos e a dos indígenas mediterrâneos e asiáticos. Certo é que, graças à consciência desta contradição, que na tragédia ática se exprime, podemos, hoje, entrever na penumbra do passado mais distante, o vulto majestoso da antiqüíssima deusa-mãe; e podemos também reconstituir, pelo menos esquemàticamente, a ambiência imaginal e emocional do remotíssimo culto.

O desenvolvimento da *Polis* grega, conseqüente institucional da maturação de novo «momento» fenomenológico do Espírito, não aniquila o antigo culto: fá-lo *acto de outros mitos.* E, quando o ritual se revela incoadunável com a actividade profana, todo êle se recolhe ao «mistério». Elêusis, na Grécia Antiga, é sinal de que a assimilação não pode ser aniquilamento. Na consciência religiosa, o que passou, não é o nada; é o fermento vivo do que é e do que há-de vir a ser.

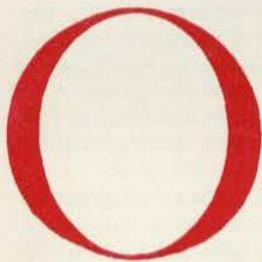
A deusa-mãe é a primeira representação mitológica do Ocidente e a última alegoria do Paganismo agonizante.

Em Roma, desde a solene intronização da «*Mater deum magna Idaea*» no Capitólio, durante as Guerras Púnicas, não cessa a procissão das «*sacra peregrina*»: *Mã-Bellona, Ísis, Deusa Síria*... revivem na ferverosa adoração dos povos do Império. A ressurreição das divindades antigas, costumava ser atribuída à decadência moral dos últimos Séculos pagãos; parecia, doutro modo, incompreensível uma revivência de cultos orgiásticos, contemporânea de altíssima especulação filosófica e de depurada eticidade cívica. A ciência moderna, longe de confirmar unânimemente tal decadência moral, encontrou fundos motivos para crer na sinceridade de S. Paulo, quando proclamava, no Areópago (*Actos dos Apóstolos, XVII, 23*), a religiosa elevação do culto ateniense ao *ágnôstos théós*, ao deus ignoto. Simplesmente, o *ágnôstos théós* melhor denominado seria *ágnôstos theá*, a deusa desconhecida... O fermento da religião passada levedava a religião presente. O tratado «*Ísis e Osíris*», de Plutarco, o romance de Apuleio, intitulado «*Burro de Ouro*», e o discurso de Julião-o-Apóstata, dedicado à *Mãe dos Deuses* — para não citar senão as mais conhecidas expressões da moribunda fé —, provocam a cristalização de noções abstractas da Natura em tôrno da imagem concreta da Ísis egípcia e da Reia-Cibele anatólica. Plutarco dirá que Ísis é a «Natura considerada mulher e receptáculo de tôda a geração»; que a denominam «deusa de infinitos nomes, porque a Razão divina nela imprime tôda a casta de formas e de aparências»; que ela «sente amor inato pelo princípio primeiro... idêntico ao Bem» (Plutarco, *Ísis e Osíris, cap. 53*). Apuleio pronuncia-se no mesmo sentido, pelos lábios da própria Ísis: «Eu, que sou a Natureza, mãe das coisas, a senhora de todos os elementos, a primordial progénie dos Séculos, a suprema das divindades, a rainha dos mortos, a primeira dos celestiais, e a uniforme representante das deusas e dos deuses...» (Apuleio, *Burro de Ouro, Liv. XI*). Enfim, o Imperador Julião, após haver proclamado a identidade da *Mãe dos Deuses* com as deusas que, entre os Gregos, se denominam *Deo, Reia, Deméter* (*Discurso sôbre a Mãe dos Deuses, 159 B*), atribui-lhe o parto do poderoso Zeus e a dignidade suprema de dominadora da vida, de causa de todo o devir, «ela, que à perfeição conduz tôda a criatura» (*Ibid. 166*). Os três pensadores recorrem ao mesmo processo: identificadas entre si as concretas divindades do passado religioso, a abstracta identidade obtida é, por sua vez, identificada ao conceito de Natura, resultante da especulação filosófica dos precedentes Séculos.

Quere dizer: no princípio, a deusa-mãe revela-se no *culto*, acto de um mito que não conhecemos; no fim, transparece na *alegoria*, abstracção intelectual de um mito que mal podemos adivinhar; a meio caminho entre o culto-acto e a alegoria-noção, o mito contraditório, fermento vivo do pão espiritual da Grécia que, ainda hoje, nutre as «almas verídicas».

Lisboa, Maio de 1944

RELAÇÃO ÉTNICA NOS MITOS BRASILEIROS

POR LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

OS mitos brasileiros vêm de três fontes essenciais: — portuguesa, indígena e africana. A colocação é proposital e na ordem da influência. De Portugal, os conquistadores eram do Minho, das duas Beiras, menos da Estremadura que do Alentejo. O Minho, inicialmente, deu maior porção, mais poderosa e dominadora. Para o norte, logo no século do descobrimento, os minhotos dispunham das melhores terras, os engenhos famosos e vasta escravaria vermelha e negra. Assim em Pernambuco, o jesuíta Fernão Cardim que o visita em Outubro de 1585, regista o luxo teatral, o fausto da elegância maior que a da metrópole. «Os vianeses são senhores de Pernambuco, e quando se faz algum arruído contra algum vianês dizem em lugar de: ai que del-Rei, ai que de Viana, etc.» («Tratados da Terra e Gente do Brasil», pág. 335). O nordeste se povoou sob essa égide. A toponímia mais rica, especialmente na denominação das cidades, é alentejana. As três primeiras vilas do Rio-Grande-do-Norte, Estremoz, Arez, Portalegre, são homenagens ao distante e prestigioso rincão. Para o extremo norte os exemplos são às dezenas. Para o sul do país pesaram também a Estremadura e as Beiras, inesgotáveis de homens e de mitos. O Minho trazia lembranças das lembranças da Galícia e com elas o informe de lendas que já estavam esvaecidas no próprio século XVI. Naturalmente raro foi o mito que se conservou fiel à sua origem. Trabalhava-o a incontida imaginação do colono, ante a estranha natureza que era chamado a vencer. Mas o elemento judaico, aproveitando as facilidades, emigrou e com êle superstições e pavores. As «*denunciações*» que conhecemos da Baía e Pernambuco são atestados da extensão das crenças e o incrível alastramento das «*busões*» israelitas, já assimiladas e confusas na psique ibero-tropical.

O elemento branco, colonial, foi o responsável pela maioria dos mitos. Senão em volume mas em fôrça modificadora, em acção contínua. Nenhum mito se imunizou do prodigioso contacto e todos trazem vestígios, decisivos ou acidentais, sempre vivos, do «efeito» português.

Portugal era, geográfica, histórica e etnològicamente, um resumo da Europa. Suas conquistas na Ásia e África trouxeram-lhe mais lendas que especiarias. Mas tudo era entregue a uma constante elaboração popular que desfigurava o material longínquo. Quando o reexportava já levava o invisível «made in Portugal». Com o colono branco vieram mitos de quási tôda Europa, diversificados e correntes no fabulário lusitano.

Para tôda formação mítica não é possível fixar a fórmula inicial. Milagre será a lenta determinação de sua área e maior andança a identificação de suas peças constitutivas. Como se reüniam? Não é possível saber-se. Para que se criaram? As escolas, dada, a palavra aos estudiosos, falam. A «explicação», racional e linda, é mais complexa e tremenda que as próprias aventuras de um herói popular. É preciso, inicialmente, crer, conceder dados imediatos, aceitar convenções. A fé não é básica apenas em assuntos religiosos...

O português plantou as estacas da fazenda-de-criar, do «sítio», do «roçado». Fêz a família, multiplicou os mestiços, amou as índias negras e fundou, com seu imenso abraço amoroso, a raça arrebatada, emocional e sonora. Cada noite, metendo os pés na terra fria,

olhando as estrêlas claras, erguia a voz, contando histórias... Povoava a noite com seus assombros, os assombros que tinham vindo com êle nos galeões, com o Governador-Geral. Lobisomens, Mulas-sem-cabeças, Mouras-tortas, animais espantosos, cavalos-marinhos, cintilações que furam a treva numa brusca chicotada de fogo, surgiam evocados do mistério, lumes errantes, gigantes, anões, mágicos, reis do mato, das águas e dos ares. E foi-se, insensìvelmente, aformoseando, enfeitando, com o prestígio de tantos séculos de beleza milagrosa dos mitos. Assim o boi-tatá, disforme e matador, virou o azulado dos Sant'Elmos, a boiúna, esfomeada e repelente, tornou-se senhora de palácios fluviais, e o ipupiará, informe e bruto, vestiu a cabeleira loira de Loreley, teve pele resplandecente e, do fundo dos rios onde vivia para devorar cadáveres, ergueu a magia irresistível de uma voz miraculosamente suave.

Mas, ao tom monocórdio dos urucungos monótonos, o Negro contava sua gesta milenar.

E também animais e homens esplêndidos ressurgiram para a vida americana, perdendo-se nas florestas, enleados nos cipós, e abraçados nas lianas, sob a chuva de flores que não tinha nome. A vastidão dos matos, dos rios, dos chapadões desolados, as caatingas de vegetação rala do litoral, cheiroso de cajueiros, não estava vasia de entidades poderosas e ardentes. Deuses e duendes, sem processo litúrgico, sem oblação ritual, sem certeza em finalidade, infixos e terríveis, protectores e maus, invisíveis e presentes, corriam entre os troncos de cem anos, deixando rastos na alma assombrada dos indígenas.

No cadinho das florestas e das águas tropicais o Olharapos se tornava Mapinguari. O Bicho-Homem era o Capelobo. As cobras encantadas convergiam para o reino das boiassu e das boiúnas. Angústias nocturnas amalgamavam-se em chibambas, negras velhas, mãos de cabelo, de palha e de fogo. Koboldes caprípedes apostavam velocidade com os Curupiras de cabeleira rubra, olhos verdes e pés ao avêsso, como seus irmãos clássicos, citados em Aulo Gelo. As lendas ornitomórficas floriam. Não mais em Filomelas românticas, mas na revoada dos Sacis de carapuça vermelha, unípedes e travessos como lutinos. Tôdas as águas vivas, ardentes e eternas do mêdo, do pavor sem contôrno e da Imaginação, desceram por três boqueirões raciais, para a vertente de onde saìria o brasileiro...

O português, batendo todo Brasil com seus sapatões de bandeirante, carregava, em maior percentagem, seus mitos, herança inarredável e perpétua. Os mitos verdadeiramente «gerais», que se mantêm com as linhas mestras, são de origem peninsular. Nenhum Saci Pererê ignorado no norte e nordeste, nenhum Caapora, pouco definido em São-Paulo e Minas-Gerais, pode aceitar o desafio de medir-se com o Lobisomem que trota, cada sexta-feira, por todos os Estados do Brasil; o boi-tatá, verdade seja, acende seu clarão pelas cidades, vilas e caminhos, mas aceitou normas europeias do «feux-follets», do Sant'Elmo. Tem histórias desencontradas, não se desenha, não se fixa, não se materializa. Os mitos portugueses, ou por êles trazidos, têm direito as prerrogativas de domínio.

Seguem-se os de origem indígena. Os tupis-guaranis deram a parte preponderante. Estavam em situação social e geográfica capaz de lutar, aliar-se, combater e fundir-se com o português. Subindo do sul para o norte, empurrando os Gés para leste, baptizando quási dois terços da terra brasileira, foram os primeiros homens para o contacto. Assistiram à primeira missa, testemunhas inconscientes do auto de posse, tropas auxiliares que ajudaram a destruïção de si-mesmos. Bateram-se, arrolados nas «bandeiras», sul e norte, matando e morrendo. O idioma tupi era a língua-de-entendimento, o nhengatu, a língua-boa, plástica e musical, codificada nas gramáticas, gabada nos púlpitos, recitada nos autos festivos, nas orações milagrosas, nos bailes tradicionais. Foram até ao labirinto amazónico, e chegaram às cabeceiras dêste rio, num impulso constante e cego, procurando uma terra onde não se morria e que era perto do céu. Ensina Teodoro Sampaio: — «Até o comêço do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colónia, era mais ou menos de três para um, do tupi para o português». O padre António Vieira notava, no século XVII, que se falava o tupi comummente, naturalmente. O português estudava-se como elemento cultural, necessário, indispensável mas secundário ao nhengatu, sonoro e dúctil. Aires do Casal informa que a língua portuguesa «começou a ser geral ou, para melhor dizer, a ter uso em 1755». E isto se dava no Maranhão,

lugar privilegiado. Acompanhando o bandeirante, cavando a terra nas grangearias, seguindo o dono nos «currais», o indígena foi dando nomes aos rios, às matas, às montanhas, cidades, caminhos, árvores e pedras. Ao despedir-se de sua função histórica, sacudia seu idioma como uma imensa bandeira incorruptível, cobrindo o esplendor da terra, marcando-a com as sílabas melódicas da língua, como um sinal heráldico de passagem, de posse e de domínio. A toponímia brasileira deve ao tupi sua percentagem esmagadora. Companheiro do conquistador, condenado ao desaparecimento, o tupi ia deixando, nas regiões onde não havia tribos de sua raça, os nomes que celebrariam para o futuro a caminhada intérmina, seguindo seu entêrro, festejando-o porque sabia a perpetuïdade de seu esfôrço.

Seus mitos, lògicamente, foram os primeiros catalogados e logo confundidos com os dos portugueses. Confundiram-se uns, ajustaram-se outros, completando-se aqui, avivando características além.

Nos mitos indígenas, tupis, melhormente estudados, a influência portuguesa não os consegue deformar por inteiro, mas populariza-os velozmente. Os portugueses aceitaram os duendes das florestas tupis como seres normais e capazes de façanhas idênticas às dos seus tragos e olhapins. A teogenia tupi alargou o âmbito de seus adeptos. Nas noites escuras o pavor passava das malocas indígenas para as casas-grandes, onde os colonos abriam os olhos espavoridos para a treva, cheia de curupiras e de lobisomens.

O negro escravo veio com sua humilhação e seu amor infinito. A fôrça dos seus mitos era religiosa, pedindo cerimonial, ritos, danças, comidas protocolares, indumentária, um culto que seria clandestino, incompleto pela impossibilidade de uma exacta observância aos processos religiosos. Ainda hoje quando se estuda o Negro-brasileiro depara-se com a festa religiosa, com seus orixás e bailados, seus dias-de-preceitos, a crónica aventureira e valente dos deuses africanos, vencedores dos raios e das mulheres.

Os mitos, na acepção folclórica do vocábulo, independendo de ritual, de religiosidade inata, são raros. Ninguém os vence no domínio do cerimonial, da religião hierática, severa, com dogmas, roupas, côres, passos, tradições. Probenius ensinava que o Africano só podia ser compreendido através da sua crença. A religião para êle não era um caminho, um liame, como o vocábulo significa, mas a razão, o «*estado*» do espírito, a própria duração da vida material. E como tôdas as cousas derredor participavam dêsse «pathos», não é possível isolar do clima religioso negro um mito, como os vemos sair dos europeus e indígenas.

No folclore brasileiro a influência negra positiva-se nas danças, nas diversões de conjunto, em certos autos populares, numa parte musical, em determinadas danças-de-roda para homens, especialmente as de parelhas sôltas ou colectivas, nas histórias e, na parte infantil. Nesse mundo dos meninos o negro é todo-poderoso. Contou histórias, ressuscitou animais monstruosos, explicou tesouros, mostrou as estrêlas, casamentos de astros, pavores nocturnos, recalques que ficam vivendo na recordação da meninice.

Bem raro será a figura do ciclo da angústia infantil, que não tenha muito dos negros. Nenhum mito geral, porém, resistiu aos anos, nem foi registado, partindo dos velhos escravos. O próprio Kibungo é o negro-velho preador de crianças, género universal. Nas histórias em que o Kibungo não assombra crianças e aparece como um antropófago, creio já ter sido sua acção modificada por um outro mito, o de um gigante ou homem devorador de carne humana, cujo nome se perdeu. Mesmo assim não há originalidade nessa inusitada acção faminta. Todo o ciclo dos monstros é antropófago. Se o negro é omnipotente nas almas infantis, não o é nos espíritos maduros, afora a sedução dos ritos religiosos. Devemos sempre recordar que o Kibungo foi «justificado» pelos estudiosos brasileiros. Peça por peça, armaram-no no Brasil, com deduções, pesquisas, rastejando documentos, através de ingleses, portugueses, norte-americanos ou franceses, a ponto de quási não se avistar o vulto do Kibungo... Nenhuma aparição negra tem a extensão prestigiosa do lobisomem, do Caipora, do Saci da Mula-sem-cabeça, sabidos em todos os lábios brasileiros. O Kibungo surge na Baía, centro de densidade africana, mas não emigra. As regiões vizinhas não o conhecem. A faixa da sua influência é limitada e para que a transponha é preciso mudar aspecto e técnicas, ingressando no ciclo de outros pavores.

A importância dos elementos étnicos em que nossos mitos se esteiam, afigura-se-me a de cinco, três, um. A primeira a portuguesa, a segunda indígena, a última negro-africana. Já é outro o aspecto afro-brasileiro do assunto. Num ensaio sôbre o Catimbó aqui pelo nordeste, mostrei como era sensível a alta influência indígena, cognominada «pagelança» (*). O negro brasileiro não é determinante, mas uma «constante» em perpétua modificação. Êle não se imobiliza como um foco irradiante, superior ao ambiente onde actua. Participa dos mesmos processos que o cercam e sua criação está em interdependência espiritual com as formas que vão tomando outras criações semelhantes ou paralelas às suas. Como o negro é mais receptível que o índigena, vemos que a influência aborígene é poderosa na Amazónia, e a influência negra não é decisiva na Baía. Decisiva toma aqui a expressão de relativa à massa demográfica e antiguidade de sua presença étnica. Com o mesmo critério, chega-se a idênticas conclusões em Minas-Gerais e Pernambuco. A mão do negro, mão de escravo que tudo fazia, passou por inúmeros dêsses mitos brancos e amerabas. Rara será a aparição assombrosa que ainda mais terrível não ficasse através dos lábios africanos, balbuciadores de histórias maravilhosas.

Como tôda classificação é arbitrária, ainda mais convencional e difícil seria uma classificação dos mitos brasileiros e sua localização geográfica. A influência da terra é refreada pelos factores morais que animam todos os mitos. Uma característica dos mitos e das tradições fabulosas no Brasil é o fácies ambulatório, infixo, irregular. Nenhum mito-de-presença, sedentário, com atribuïções determinadas, inamovíveis. Se esta peculiaridade aparece nos mitos secundários, alvitro que se lhes chamem «regionais». Dando-lhes assim um fôro jurídico para demandá-los em matéria de folclore, observe-se que nenhum mito regional guarda traços que o vinculam ao local de sua actuação. O sinal distintivo é apenas a exigência de meios físicos, águas, árvores, terras ou ares. Nunca solicitam a um determinado lugar a razão de sua existência miraculosa. Os nossos são mitos de movimento, de ambulação, porque recordam os velhos períodos dos caminhos, das bandeiras, de todos os processos humanos de penetração e vitória sôbre a terra. Quási sempre são mitos cuja actividade é apavorar «quando passam» ou «correm». Curupiras, Caiporas, Mapinguaris, Sacis, Lobisomens, seriam ineficazes em atitude hirta, como numa parada de monstros. Mesmo nos rios, lagoas e mar, os seres assombrosos não têm pouso fixo. Nadam para aqui e para além. A Loreley não deixa seu rochedo no Reno. A nossa Iara é campeã de distância a nado livre...

Vivem os nossos mitos, como na teoria dos vasos comunicantes, em viagem ininterrupta, do Acre ao Rio-Grande-do-Sul, dos araxás goianos à sombra dos pinheiros de Santa-Catarina e Paraná, das montanhas de Minas-Gerais aos tabuleiros do nordeste, do sertão da Baía aos buritizais maranhenses.

Se houvesse uma égide para o nosso folclore, nesse particular, não seria a esfinge do Gizeh, imóvel e serena, desafiando a explicação humana, mas o boitatá, clareando e fugindo, atracção e pavor, enchendo o próprio mistério de seduções imprevistas e de convites irresistíveis.

O melhor condutor dos mitos foi incontestàvelmente o mestiço. O «mestiço» não é tomado aqui em sua acepção étnica rigorosa. É o filho de pais de raças diversas. Mestiço é o «misturado». O Mameluco, (mamaluco dos cronistas paulistanos, que no século XVII Marcgrav explicava aquêle *qui natus est patre Europæ et matre Brasiliana*,) companheiro inseparável das «bandeiras», levou com sua coragem as histórias incríveis que ouvira nas raras horas de tranqüilidade. Êsse elemento, plástico, impressionável, com maior mobilidade espiritual que o próprio Negro, foi o agente articulado dos mitos nos extremos do Brasil que êle conheceu e onde batalhou. Sendo sempre o homem-que-emigra, o mestiço está sempre em forma para irradiar, com sua volubilidade verbal, tudo quanto pensa e crê. Levou para a Amazónia como para São-Paulo o que sabia nas tradições nordestinas. Como por um imperativo psicológico, o mestiço realizava inconscientemente a miscigenação dos mitos, prolongando no mundo invisível os princípios que o haviam formado.

Nas regiões de maior fixação de colonos estrangeiros, italianos, alemães, polonos, lituanos, japoneses, a influência não é considerável sôbre os mitos regionais. Mais fàcilmente

os colonos recebem, com as deformações decorrentes de cada mentalidade, os mitos existentes, do que, por sua presença, determinam a criação de um novo. Os gaúchos e catarinenses filhos de alemães, vêem sempre o Boitatá e não a Irrlicht, o Saci e não o Koboldo, a Iara e não as ondinas renanas. O factor racial, no âmbito folclórico, não é positivo se tomado isoladamente, sem uma inteira seqüência de elementos concordantes. Falta-lhe a decoração mental, a paisagem do espírito. O ambiente brasileiro é impregnante e desvia a possível fidelidade aos mitos nacionais em presença da ductilidade dos existentes, fáceis de ouvir, reter e acreditar.

(•) — «Novos Estudos Afro-Brasileiros» — Notas sôbre o Catimbó. Pág. 77. Biblioteca de Divulgação Scientífica. Volume IX. Dirigida pelo Dr. Arthur Ramos. Civilização Brasileira Editora. Rio-de-Janeiro. 1937.

EXPRESSÃO DA TERRA PORTUGUESA

POR ORLANDO RIBEIRO

ENTRE a Europa recortada e a África maciça, abre-se o mar mais antigo que se conhece na história do globo e dos homens que o habitam. Do lado africano, o litoral é uma linha traçada com sóbria firmeza e, nalguns pontos, as areias das praias misturam-se com as areias do maior deserto do mundo. Do lado europeu, uma orla esfarrapada de penínsulas e ilhas solda-se ao continente por montanhas de altos cimos nevados. Para além delas, nos relevos médios ou nas planuras imensas, cai sempre neve de Inverno e quási tôdas as árvores perdem as fôlhas durante a estação fria e longa.

As terras do Mediterrâneo gozam de um clima intermédio, mais doce. No Inverno o tempo frio e chuvoso da Europa Central pode chegar até elas, mas dura pouco: as nuvens dissipam-se em chuvadas violentas e fugazes e o sol volta a brilhar na atmosfera límpida e tépida. É

«*...a terra onde floresce o limoeiro,*
Na folhagem escura brilham as laranjas de ouro...» (*)

e muitas árvores conservam as fôlhas sempre verdes. No Verão, que vem cedo e dura muito, alguma cousa preludia já o clima do deserto: o calor intenso e a ausência de chuvas. Mas um grande oceano está perto, com a imensa toalha de água onde os ventos se carregam de vapor. No Inverno, e ainda na Primavera e no Outono, passam, de Oeste para Leste, redemoinhos de ar úmido que se resolvem em chuva e quebram, por tempo mais ou menos longo, a calma da atmosfera mediterrânea.

O clima próprio desta região, com o cortejo de plantas e culturas típicas, aparece assim limitado de todos os lados, pelo deserto ardente, pela montanha fria, pelo oceano próximo e até pela extensão das terras continentais. Porque, se a Grécia emerge como uma fôlha profundamente lobada num mar semeado de ilhas, e a Itália é uma península harmoniosamente vertebrada por uma cadeia de montanhas, a Ibéria, com vastos planaltos interiores e altas cordilheiras litorais, evoca, pela arquitectura de contornos pesados, uma terra já africana, ou asiática.

Portugal, à beira do Atlântico, é o primeiro território ocidental disposto de través na faixa mediterrânea. País pequeno (89.000 Km.²) mesmo para a escala da Europa, ocupava o 16.° lugar na superfície dos Estados de antes da guerra, depois da Grécia, da Hungria, da Bulgária. A forma rectangular, harmoniosa e simples, fixa-se para sempre na memória de quem o localizou num mapa. O paralelo de 40°, que o atravessa quási pelo meio, passa um pouco

(*) Gœthe.

ao Norte dos Açores e ao Sul de Nova-York. Posição intermédia, portanto, quási nada mais perto do Trópico que do Círculo Polar. Uma fronteira extensa engasta-o fortemente na terra ibérica mas um litoral de 800 km. abre para o Atlântico a mais vasta fachada da Península.

Vista de perto, a terra portuguesa aparece variada e desigual. Com a maior nitidez, desenha-se logo um contraste entre as serranias e planaltos do Norte, cortados de vales estreitos e fundos, e as vastas e monótonas planuras do Sul, donde apenas emergem, distantes e separados, cimos e cristas. Uma única serra alcança aí 1.000 metros de altitude e está cortada pela fronteira de Espanha, por onde se prolonga. Além Douro, a 50 km. do mar, levantam-se maiores relevos; e a Serra da Estrêla (1.991 m.), onde está o ponto culminante do solo português, não fica longe do centro geométrico do território.

Montanha e *planície* resumem, portanto, o aspecto das duas metades de Portugal. Mas é preciso dar um retoque nesta fórmula: montanha, com vastas áreas lisas como a palma da mão, onde o relêvo se sente apenas nos ásperos declives que as limitam; planície tantas vezes molemente ondulada, com silhuetas azuladas de cimos no horizonte de quási todos os lugares. Em todo o caso duas vocações humanas: de um lado terras abertas, caminhos fáceis, vastas áreas permeáveis a influências estranhas, por onde alastram os tons uniformes das mesmas civilizações; do outro, mil obstáculos que impõem ou permitem o isolamento, fundos vales que separam, montes que limitam, planaltos defendidos por ladeiras ínvias, terras pobres, primitivas, arcaïzantes.

O clima reforça êste contraste. Atravessa o território português a extrema dos ventos dominantes de Oeste, que se carregaram de umidade sôbre o Oceano, e da faixa de ar sêco e límpido das latitudes sub-tropicais. Êste limite desce de Inverno, e sucede que os ventos atlânticos varrem e regam tôda a terra portuguesa; e sobe de Verão, cobrindo o país inteiro de uma atmosfera de imperturbável serenidade. Apenas as brisas marítimas enchem de névoas o litoral sem que caia uma gota de água.

A dominância dos dois tipos climáticos exerce-se de modo muito diverso no Norte e no Sul. Quando, no comêço do Outono, chove copiosamente nas montanhas, por cima do Alentejo esbraseado passam alto rolos de nuvens sombrias. Nuvens espessas envolvem, alguns meses, as cumieiras elevadas, com rigores de ventanias, nevões e chuvas. O lisboeta que deseje uns dias de evasão pode hesitar, no mesmo momento, entre os prazeres da neve, na Serra da Estrêla, e os banhos tépidos nas praias do Algarve, cheias de sol e de luz. Já no Sul os trigos amarelos esperam a ceifa e secaram os ribeiros e, ainda, nas serranias do Norte, os rebanhos aguardam que limpe o tempo para subirem às pastagens altas. A seca estival, que dura dois meses no Minho, chega a seis no Algarve.

À beira do Atlântico, com os cordões de relêvo oblíquos ao litoral e não, como em Espanha, interpostos entre uma nesga costeira e as terras altas interiores, Portugal recebe a aragem oceânica, úmida e morna de Inverno e fresca de Verão, que dá ao seu clima um tom moderado e a amenidade tão gabada. O reverso está na instabilidade, na extrema, desconcertante e imprevisível variação própria dos climas oceânicos, que traz em sobressalto permanente quem vive para a terra e pesa, como um destino incerto, na economia agrária portuguesa. Por isso se ouve a cada passo dizer que os tempos estão mudados — e não seria difícil mostrar que sempre assim estiveram. Qualquer definição que se tente dar dos climas portugueses corre o risco de ser desmentida pela mais breve observação de um viajante fortuito.

Disse-se, de propósito, climas portugueses: clima atlântico, úmido, com chuvas abundantes, neve nas montanhas, Inverno bem marcado, Verão moderado e curto; clima de afinidades já continentais, mais sêco, de Inverno frio e longo e Estio ardente, nos planaltos de *trás os montes*, que êstes separam do mar e dos seus ventos moderadores; clima cada vez mais mediterrâneo à proporção que se caminha para o Sul, com chuvas escassas e concentradas, Inverno moderado e sem neve, Primavera fugaz e instável, Verão longo e quente, que se prolonga pelo Outono luminoso e tépido.

Posição, relêvo, clima, são dons da Natureza que escapam à acção do homem. Em

todos os outros elementos da paisagem êle marcou o vinco indelével de uma influência milenária: de maneira tão extensa e profunda, que em nenhum recanto do território se encontra um vestígio puro do primitivo aspecto.

No cimo desnudado e solitário da montanha, foram o rebanho e a queimada que derrotaram a árvore, degradaram o mato de arbustos e abriram o caminho às enxurradas que descarnam a rocha. À beira-mar, o cordão de dunas apoia-se muitas vezes numa plantação de sebes vivas e oculta as culturas que se abrigam por detrás. Os intermináveis pinhais do centro da Beira, onde os estabelecimentos humanos parecem abrir tímidas clareiras de povoamento e de cultura, resultam de uma árvore propagada a partir da Idade-Média, à custa de carvalhos, castanheiros e sobreiros derrotados. As Matas Nacionais devem-se ao repovoamento das serras pelos serviços do Estado — e não é raro que bruscamente se detenham na fronteira. Ao romper um maninho, encontram-se por vezes restos de muros e socalcos de uma cultura imemorial. Nos cabeços do Noroeste, cobertos de mato, acham-se a cada passo restos de cerâmica das povoações que nêles tiveram assento, antes e durante a época romana, cultivando as encostas e apascentando gados nos valeiros onde agora estão campos de milho.

Procede, esta *humanização* das paisagens da antiga e intensa ocupação do solo, cujas raízes se perdem na mais remota pré-história, pois o território português aparece, à luz de recentes investigações, já consideràvelmente povoado desde o paleolítico inferior. À roda das instalações temporárias das tribos que se abasteciam de caça ou da apanha de moluscos litorais, o fogo alargava as episódicas clareiras que, só muito depois, a cultura havia de fixar. Mas ainda aos olhos dos primeiros viajantes da época romana as terras se mostravam cobertas de bosques e matagais primitivos, principalmente no Norte. O amanho regular de cereais, vinhas, olivedos, — o pão, o vinho, o azeite, base da alimentação mediterrânea — fazia-se apenas na metade meridional do país. No isolamento das serranias e vales profundos, os Lusitanos, que principalmente demoravam entre o Douro e o Tejo, possuíam uma economia de montanheses, que em larga parte supria as deficiências de uma agricultura irregular com os produtos do rebanho, das florestas ou das depredações em lugares chãos e férteis. Comiam carne de cabra e faziam pão de bolota, não de cereais; usavam manteiga em vez de azeite, bebiam uma espécie de cerveja de cevada e tinham o vinho como cousa rara.

O domínio romano manifestou-se em todo o território português por uma profunda transformação das paisagens e modos de viver. Ao povoamento indígena das colinas sucedem as *villas rusticas* — isto é, quintas — nas terras baixas, germes de povoações maiores. A telha substitui na cobertura das casas o côlmo, a lousa ou o barro, e o ladrilho o chão de terra batida. A economia de montanha, com episódicas culturas de cereais nas encostas e larga utilização de produtos dos bosques, cedeu lugar ao aproveitamento intensivo dos bons solos da planura e do vale, com emprêgo regular do arado de madeira, que ainda se usa. Se se não introduziram plantas novas, desenvolveu-se o cultivo do trigo, da vinha, da oliveira — estas especialmente no Sul. Fixaram-se, pelas necessidades da tributação, os limites das unidades agrárias, que atravessam a alta Idade-Média, fraccionando-se apenas interiormente, para virem a formar os quadros das freguesias da Reconquista. Rasgaram-se estradas que serviram até à construção das actuais de macadame, apesar do traçado rectilíneo mal adaptado ao relêvo. Surgiram indústrias — olarias, forjas, pedreiras, minas, salgas de peixe, tecelagens — umas novas, outras renovadas. E, como conseqüência dos moldes novos de uma produção regular, anima-se o trânsito, circula a moeda, estabelecem-se lugares de troca habitual.

Aos árabes deve-se a introdução de algumas plantas novas — o limoeiro, a alfarrobeira, talvez o arroz — e principalmente a divulgação da rega artificial, que permite a cultura intensiva e por isso se desenvolve à roda das cidades. Algumas *hortas* dos arredores de Lisboa, de Setúbal, de Silves, de Faro, com suas noras e canais de rega, repetem, com pequenas variantes nos produtos cultivados, as práticas do tempo dos mouros. A agricultura reforça o carácter mediterrâneo que provinha já do ambiente e da dominação romana, e a linguagem guarda memória de usos e produtos que êles divulgaram ou desenvolveram. Entre dezenas de exemplos, lembram-se os mais correntes: nomes de plantas — *alface, arroz, açucena, alecrim, alfazema*; de frutos — *alfarrôba, azeitona, laranja, limão, romã, tremôço*; de práticas agrá-

rias — *alqueive, ceifa, safra*; de instalações e utensílios de rega — *albufeira, açude, alcatruz, nora*; de pesos e medidas — *arrátel, arrôba, alqueire, almude.*

Apesar do vigoroso impulso que o domínio romano e árabe trouxe à ocupação do solo, a escassez de gente, a conformação montanhosa do território setentrional, as guerras prolongadas — em especial essa Reconquista de cinco séculos, de que nasceu o Estado português — conservaram fora da cultura regular largos tractos de terras *barbaras* ou *inruptas*, a cada passo mencionadas nos documentos medievais, cobertas de brenhas onde se acoitavam animais bravios. «Nos princípios do século XV, Portugal pode descrever-se como um vasto matagal entressachado, afora algumas cidades e vilas, de pequenas povoações, circundadas de breves arroteias» (Costa Lôbo).

Mas, para além do âmbito estreito das povoações, a queimada, o desbaste do arvoredo, o pastoreio, a cultura episódica, levaram o homem a alterar profundamente o manto vegetal. Para as terras de entre Minho e Vouga, não é difícil demonstrar que aí permaneceu, desde as primeiras idades dos metais, o maior núcleo de densidade de população. O povoamento das montanhas, apoiado na difusão do centeio, na alta Idade-Média, não ultrapassou os limites alcançados três mil anos antes. As *charnecas* de arbustos, que ainda hoje formam o tipo de revestimento vegetal em terrenos incultos, são um vestígio degradado das florestas primitivas, derrotadas pelo fogo, pelo machado e pelo dente voraz das reses.

Nem tudo eram, porém, destruïções. O pinhal de Leiria, certamente anterior a D. Dinis (séc. XIV), deveu a êste Rei intensificação e regularização das sementeiras e forma hoje o mais vasto maciço florestal do país (acima de 9.000 hectares). À roda do seu mosteiro de Alcobaça, o mais célebre de Portugal, os monges beneditinos arrotearam brenhas e secaram terras pantanosas, o mesmo fazendo em outros lugares onde tiveram conventos. Se os Descobrimentos lançaram a lavoura numa grave e prolongada crise de falta de braços, abriram o país a relações remotas, de que provieram plantas novas, hoje inseparáveis do aspecto das païsagens portuguesas.

Do século XVI para cá introduziram-se o milho, a batata, a laranjeira doce, a nespereira do Japão. A piteira e a figueira-da-India, plantas de fôlhas carnudas, que no Sul se encontram a cada passo nas sebes e beiras dos caminhos, têm origem nos planaltos do México. O milho trouxe alterações profundas às regiões onde se introduziu. Cereal de verão, necessita de regas: para êle se destinaram os fundos dos vales, em cujos lameiros até aí se criavam bois, e se cobriram de socalcos as encostas dos montes, regados de alto a baixo pelo mesmo caudal. Ao contrário dos outros cereais, cultivados de sequeiro, com pousios mais ou menos longos intercalados, o milho regado dá-se todos os anos na mesma terra que ainda suporta outras culturas. Por isso se tornou ràpidamente o pão das áreas de elevada densidade humana, ajudando a manter e a crescer dois terços da população portuguesa. Outras transformações da fisionomia das païsagens são de data muito recente: a expansão das cidades, cujo casario uniforme e alinhado subverte ano a ano hortas e arvoredos, o desenvolvimento das indústrias e dos transportes, de que procedem aglomerações novas ou alargamento das antigas, fábricas, oficinas, pedreiras, escombreiras de minas...

Mais importantes, pela sua generalidade, são todavia as grandes arroteias de há um século para cá, as quais, sob as prementes necessidades da população que cresce, levaram a cultura tantas vezes ao extremo limite das suas possibilidades.

No tempo dos descobrimentos orçaria por 1.100.000 almas a gente que habitava o território de Portugal, cêrca de 12 habitantes por km.². A estagnação durou séculos, datando de há cem anos o comêço do vigoroso aumento; de 3.400.000 então (38 por km.²), passou hoje a 7.166.000 o número de habitantes (80 por km.²). Só Lisboa absorve um décimo; mas num país de cidades pequenas, pobre de matérias primas e mal apetrechado de energia, são ainda as actividades da terra que fazem viver ou ocupam a maioria da população.

Para acomodar esta gente — além da que a emigração levou ao Brasil, à California, às Ilhas Hawaï, às Províncias Ultramarinas, numa larga sementeira tropical de povoadores brancos — houve que dar outro arrumo à «pequena casa lusitana».

Por isso se romperam charnecas que, no Alentejo e no Sul da Beira, afogavam de mato

as povoações; repartiram-se herdades e baldios, logo cobertos de uma poeira de habitações dispersas; no centro do país, cobriram-se as encostas de escadarias de socalcos para suster oliveiras; no litoral, à fôrça de adubo tirado do mar, salpicaram-se de casais entre leiras cultivadas areais até então estéreis e desertos. Na orla do mato ou do pinhal, à beira da duna, no cimo do barranco, travam-se contra os últimos restos de uma Natureza sub-espontânea as grandes lutas das frentes pioneiras da colonização interna. Às vezes pede-se à terra mais do que ela pode dar: não é raro ver lavrar campos de pedras, abrir à broca covas na rocha para meter arvoredo, fazer terra esmigalhando rochedos que se misturam com estrume, cavar a braço encostas tão declivosas que nem o gado de lavoura lá pode chegar. A imensa escadaria de *geios* ou socalcos das margens do Douro, onde se cria a cêpa do vinho do Pôrto, é uma construção artificial feita de pedras sobrepostas, de xisto esmigalhado e de cabazadas de estrume, onde até ao século XVII apenas medrara o matagal bravio.

Uma nesga mediterrânea à beira do Atlântico, um contraste de relêvo realçado pela passagem de um importante limite climático, uma terra afeiçoada pelas gerações desde que o homem é homem, duas marcas bem vincadas de civilização — a romana e a árabe — que não apagaram por completo o rude arcaísmo de lugares perdidos no isolamento das montanhas, uma população vigorosa ainda muito enraïzada na terra que vai revolvendo para dela tirar sustento — tais são os motivos de que procede a fisionomia geral do território.

Da combinação dos elementos de unidade, de variedade e de harmonia, resultam as divisões fundamentais da terra portuguesa que a seguir se vão esboçar.

Há traços que marcam tôda a sua extensão: provêm da posição atlântica, da contextura mediterrânea da vegetação e do trabalho dos homens, da vida em comum servida pela mesma língua dentro de uma fronteira de sete séculos — que faz de Portugal a formação mais antiga e mais estável da carta política da Europa. A conformação do solo, a oposição do clima, o localismo do Norte e a larga monotonia de alguns tractos meridionais, tornam as regiões desiguais e variadas. Mas o longo ajustamento do homem ao ambiente, uma espécie de acôrdo tácito entre a gente e o solo, dão às paîsagens das terras velhas aquêle singular aspecto de equilíbrio, de harmonia, como se os elementos do quadro resultassem de uma ordenação voluntária e cuidadosa: ***paîsagens de civilização,*** que nestes lugares mediterrâneos, é, mais do que em quaisquer outros, antiga e nobre.

Um bloco de regiões reünidas pela mesma tonalidade de clima e por idênticos modos de vida humana constitui o *Noroeste* — Entre-Douro-e-Minho com a Beira mais atlântica: Litoral e Beira-Alta. Na orla do mar, grandes pescarias, algumas aldeias e uma poeira de habitações esparsas no areal cultivado à fôrça de adubo tirado das águas: não longe, a ***Montanha,*** com a sua economia primitiva de cereais e pastagens, sem azeite, sem vinho, com velhos soutos e carvalhais e as aldeias de casas de pedra sôlta cobertas de cômlo, como no tempo dos Lusitanos. Mas a paîsagem clássica do Noroeste é a dos vales: fundos regados e socalcos que trepam a encosta, dão milho, linho e pasto; na orla dos campos, a vinha trepa às árvores e os cachos amadurecem à sombra da folhagem; onde se não pode regar, terra de mato e pinhal sôbre ruínas de *castros ;* e por tôda a parte a casa esparsa, o lugar aberto, os salpicos de habitações disseminadas na verdura de campos e arvoredos. O pão é de milho, a ***broa,*** o vinho é ***verde,*** leve, ácido e fresco, numa espécie de transição para as bebidas da Europa média, cerveja ou cidra de maçã. Uma luz doce banha estas terras todo o ano; caem mais de 1.000 mm. de chuva em todos os vales e mais de 2.000 nas montanhas, centros de grandes condensações; e o Verão de chuvas escassas, sempre bem marcado, não ultrapassa dois meses mais secos, que não desbotam a verdura dominante das paîsagens.

O solo está completamente ocupado e excessivamente dividido: muros, sebes, renques de árvores, cingem campos minúsculos que parecem jardins, hortas como canteiros, onde homens e mulheres labutam numa cultura minuciosa e sem pausas. A população não vive apenas da terra: pequenas indústrias surgem por tôda a parte, adensando-se nos arredores da segunda cidade de Portugal (262.000 habitantes, meio milhão com os arredores), a mais típica

certamente do país: o Pôrto dos mesteirais, negociantes e marinheiros, alastrado por aldeias meio rurais meio industriais, aparece, na área mais povoada do território português, ao mesmo tempo como uma cidade própria e como um adensamento de população que, por estar tão junta, toma necessàriamente uma feição urbana de viver e trabalhar.

O Noroeste viu nascer e fortalecer-se o Estado português. Terra desde sempre mais povoada, dela partiram os homens que cobriram o território conquistado aos mouros com a mesma língua, os mesmos usos e as mesmas instituïções; grande reservatório de energias humanas, deu depois os maiores contingentes à emigração e muita gente a Lisboa. Nos cinco distritos do Noroeste, em 17 % do território, vivem 36 % da população portuguesa, que aqui tem o seu tronco mais robusto e mais antigo.

A cinqüenta quilómetros do mar, as serras ultrapassam mil metros de altitude, rasgadas de vales que se fazem fundos e estreitos, por onde a aragem oceânica se degrada, perdendo o clima a umidade dominante e a moderação das temperaturas. *Trás os Montes* — em sentido lato, não apenas a província assim chamada, mas o Noroeste da Beira, do outro lado do Douro — tem já um inverno frio e um verão ardente e curto, um total de chuvas que pouco ultrapassa 1.000 mm. nas terras altas e desce abaixo de 600 mm. nos vales interiores. Basta comparar duas estações situadas no mesmo paralelo para ver como os caracteres oceânicos se atenuam para o interior. O Pôrto recebe 1.164 mm. de chuva anual, Moncorvo 582; a temperatura média anual é quási a mesma nos dois lugares (14°,1 e 14°,8) mas o mês mais frio tem, respectivamente, as temperaturas de 8°,8 e 6°,0, o mais quente 19°,6 e 24°,6; a amplitude anual (diferença entre a média do mês mais frio e do mês mais quente), que é de 10°,8 no Pôrto, sobe a 18°,6 em Moncorvo.

Se o Noroeste é principalmente uma área de vales largos e montanhas retalhadas e distantes, Trás-os-Montes é terra de planaltos unidos e monótonos, cortados de vales apertados e alguns corredores ou bacias de menor altitude. Aldeias grandes de gente mais escassa e concentrada ponteiam a solidão dos campos, onde o homem vai, em datas certas, lavrar, semear e colher. O arvoredo, retraído, forma soutos de castanheiros e carvalhais esparsos e distantes. Na mole ondulação da terra, solene e imensa, amadurece a vasta seara de centeio ou andam rebanhos pascendo nos pousios. A paìsagem carrega-se de tons graves, cinzentos, acastanhados. Faltam os pinheiros rumorosos e a verdura fresca dos milhos estivos, que conserva uma ilusão de umidade. Terras também mais pobres, com a população imobilizada numa vida rural que a custo se actualiza, apegada a velhos usos comunitários, próprios de áreas onde os campos, largos e limpos, se prestam a juntar grandes rebanhos.

Se a economia dos planaltos, à base de pão centeio, castanha e batatas, anuncia latitudes mais elevadas, a *Terra Quente* dos vales e baixas pressente já o Sul, pelos montados de sobreiros, os vinhedos e olivais, os frutos mediterrâneos: laranja e amêndoa. O *Douro* dá uma paìsagem de incomparável humanidade: um rio caudaloso e navegado, entre margens abruptas e apertadas, por onde a vinha trepa na escadaria imensa dos *geios*, alguns tufos de árvores de fruto e os salpicos claros das quintas dos produtores de vinho do Pôrto.

Ao Sul dos tractos da Beira que formam bloco com o Noroeste Atlântico ou com o Nordeste trasmontano, pela larga bacia do maior rio português e pelas cumieiras da maior barreira montanhosa, as influências marítimas atravessam todo o território ao mesmo tempo que os toques de meridionalidade se acentuam na fisionomia das regiões.

Na bacia do Mondego, as casas esparsas, os campos retalhados entre bosques de pinheiros bravos, os barrancos por onde sobem socalcos de milho e pastos regados, lembram ainda o Minho; mas, sob a luz mais crua, prosperam grandes olivais e criam-se vinhos maduros, que o verão fresco e úmido do Noroeste não favorece.

Pelo Sul, as serras da cordilheira central, atravessadas pelo rio Zêzere, formam um conjunto de relevos monótonos e despidos, de encostas regularmente boleadas ou cimos agudos, terras de xisto muito pobres, aqui e além cobertas de soutos meio mortos ou de manchas do pinhal recente, onde a gente mais sóbria e mais tenaz de Portugal abriu a clareira de uma arroteia em tôrno de seis casas apinhadas, cobriu de oliveiras, sustido o magro solo por um murinho de pedra sôlta, a encosta sáfara e declivosa, e emigra, emigra sempre, para

a ceifa do Alentejo, para os baixos mesteres da capital, para mais longe, onde seja preciso ganhar a vida à custa de um esfôrço rude e resignado. Apenas a Serra da Estrêla se individualiza nestes relevos sem grandeza, pela sua massa e altitude: coberta de neve no Inverno, envôlta em nuvens grossas até tarde, na Primavera, logo outra vez oculta sob as primeiras condensações do equinócio de Outono.

No sopé prosperam aldeias e vilas com bons campos regados pelas águas da Serra, que também move as rodas das fábricas e as turbinas das centrais hidro-eléctricas, com indústrias de lanifícios que os rebanhos serranos fizeram nascer mas só em parte hoje alimentam. Nos altos cimos alpestres, além do limite das árvores e arbustos, pastam os rebanhos transumantes, que no verão fogem à secura das terras baixas; no tempo frio descem da serra para o vale, no Douro, no Mondego, para os plainos da Beira Baixa e outrora, como as hordas poeirentas de merinos castelhanos, andavam centenas de quilómetros para invernar nos campos soalheiros do Baixo Alentejo.

O conjunto das regiões mencionadas forma o que poderia chamar-se o *Portugal Alto*, com vales entre montanhas e vastas áreas planas elevadas. Terras de estilo antigo, desde as rochas do solo e as formas arrazadas do relêvo até às fundas raízes da população e às milenárias maneiras de viver — uma espécie de tôrre de menagem de um castelo roqueiro, donde se desce para as obras menores de defesa e os largos eirados onde manobram os homens de guerra. Dêste núcleo, demarcado pela linha do Mondego — Serra da Estrêla, partiu a Reconquista que, em dois séculos e meio, duplicou o território nacional integrando nêle, salvo a Galiza, a restante fachada atlântica da Ibéria. Assim, o destino histórico de algum modo se ajusta ao contraste de relêvo e de clima: ao Norte, a região que as descrições dos geógrafos antigos individualizam como perdida no isolamento e na rudeza da sua civilização de montanhas, onde vai ter origem o Estado português; ao Sul, terras mais abertas às influências romanas e árabes, de gente escassa, assoladas pelas guerras, tardiamente agregadas a um núcleo populoso que empreendeu não só conquistá-las como unificá-las, à custa de uma verdadeira colonização interna.

O clima destas regiões meridionais distingue-se por temperaturas médias mais elevadas e por menor abundância de chuvas. Os ventos de Oeste sopram com menos regularidade no ano, dando lugar às massas de ar sêco das latitudes sub-tropicais, que tornam o Verão mais longo; os relevos, de muito menor massa e altitude, não favorecem as condensações, que nas montanhas do Norte determinam chuvas copiosas: assim, também as neves são raríssimas. Mas, nesta tonalidade francamente mediterrânea, a proximidade do litoral marca ainda uma leve cambiante oceânica, que apenas no Algarve, virado para o Sul e fechado pelas serras a qualquer influência setentrional, se apaga por completo. Compare-se o clima de Lisboa, com o de Campo-Maior, junto da raia, à mesma latitude. A mesma temperatura média anual (15°,9) e quási a mesma precipitação (600 e 570 mm.); o mês mais frio tem 10°,5 em Lisboa e 8°,0 em Campo-Maior; o mês mais quente 22°,0 e 25°,0, o que dá uma amplitude anual de 11°,5 e 17°,0. Faro possui uma temperatura média anual mais elevada — 17°,3; 11°,5 no mês mais frio, 24°,0 no mês mais quente, só excedida pelas estações do interior do país, e chuvas muito escassas, (363 mm.). Muito significativa é também a percentagem de chuva caída nos três meses mais secos (Junho, Julho, Agôsto) em relação ao total anual: 7,8 % no Pôrto, 7,1 em Coimbra, 4,5 em Lisboa e apenas 1,9 em Faro; o número de meses com menos de 30 mm. de chuva, 2 no Pôrto e em Coimbra, 3 em Lisboa, 4 em Beja, 6 em Faro, mostra como o Verão se vai tornando para o Sul mais sêco e mais prolongado.

Ao longo do litoral, a transição entre os aspectos setentrionais e meridionais é graduada e insensível. Alguns relevos recebem ainda mais de 1.000 mm. de chuva: mas são serras calcáreas de 500 ou 600 metros de altitude, em cujo solo descarnado a água se some sem vencer a aridez. O pinheiro bravo medra nos solos pobres e sôbre enormes extensões nos areais da beira-mar. Os casais esparsos acompanham os retalhos de milho e horta. Alguma

cousa nestas casas brancas e nesta verdura mantida à fôrça de cuidados liga estas regiões ao Norte: a população densa, a disseminação do povoamento, a ocupação intensa do solo. Mas, logo surgem o cerro calcáreo pelado, o campo limpo e extenso, a aldeia enorme e compacta, a vasta extensão deserta. Lisboa, por exemplo, se por alguns lados se adivinha ao longo de quintas e moradias acompanhadas das instalações de indústrias sub-urbanas, por outros surge bruscamente do campo nu de cereal, como uma destas cidades novas, erguidas, por um esfôrço de vontade, nas solidões despovoadas.

Esta relativa independência da região a que serve de centro contribui ainda mais para lhe enobrecer a feição urbana. Construída sôbre sete colinas, como Roma, fundada por um herói antigo, Ulisses, mirando-se, como Constantinopla, num mar interior, Lisboa apareceu aos escritores da época clássica em todo o prestígio de riquezas e fidalguia. A verdade é que a acrópole, donde se desce, por ladeiras de casas apinhadas, para o pôrto barulhento, entre bairros densos e o sereno abrigo das águas, faz dela uma típica cidade mediterrânea num país de rurais.

As hortas dos arrabaldes, as oliveiras que, até D. Manuel, lhe coroaram as colinas, os recantos de casas baixas onde os vizinhos convivem numa intimidade de aldeia, os *retiros*, onde se petiscava à sombra das parreiras, o cantar dos galos nos quintais, que ainda hoje desperta o Lisboeta, são aspectos que o recente desenvolvimento da cidade não apagou por completo. Os azares da guerra fizeram-lhe retomar uma antiga tradição cosmopolita e a função de pôrto da Europa: lá estão o estuário onde cabem à vontade tôdas as frotas, os cais ao longo da margem, as indústrias que vivem do pôrto e junto dêle, a barra de nuvens onde o sol desce, tôdas as tardes, a anunciar o grande oceano que fica perto, e nêle uma das maiores encruzilhadas de rotas terrestres e aéreas.

A vitalidade de Lisboa, revelada no crescimento da sua população, mostra que a cidade se prepara a enfrentar todos os destinos: em 100 anos o número de habitantes aumentou 265 %, em 50 anos 134 %. Lisboa conta hoje 700.000 almas, que sobem a perto de um milhão se lhe juntarmos a população dos arrabaldes ao Norte e ao Sul do Tejo.

O Ribatejo e o Alentejo, que se ligam e em parte se confundem e, ainda, os tractos meridionais da Beira, têm uma fisionomia uniforme: na planura vasta ou na mole ondulação do relêvo, só de longe em longe quebrada pela silhueta da montanha distante; nos arvoredos que revestem campos enormes — sobreiros, azinheiras, oliveiras, pinhais cada vez mais raros; na grande propriedade destinada à cultura do trigo com longos pousios intercalares onde pastam ovelhas ou os porcos engordam à bolota do montado; nas aldeias, grandes como cidades, mas povoadas quási só de trabalhadores da terra; nos *montes* das herdades, centros da lavoura, residência de rendeiros e criados, com instalações para os gados e resguardo de alfaias e produtos. A intensa humanidade das paisagens do Noroeste, opõe-se aqui uma solidão solene: povoações distantes, *montes* isolados, campos em pousio que parecem desertos e incultos, arvoredos ralos ou grandes peladas de restôlho. Um momento, na Primavera, quando os trigos brilham ao sol e há pelos matos ricos matizes de vermelho e roxo, o Alentejo veste-se de uma beleza própria: logo o sol cresta tudo e cobre de uma monotonia amarelada e baça a maior e mais unida província de Portugal.

Quem a atravessar para ir ao Algarve, apreciará ainda mais êste jardim florido, de campos retalhados e murinhos de pedra clara, coberto de figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras e oliveiras, tão bastas e tão juntas que, vistas de um ponto alto, semelham uma mata espontânea. Os campos ensombrados de arvoredo e as hortas e pomares regados vêm assim até à beira-mar. Debaixo de um céu luminoso de azul intenso, noutra terra e com outra gente, aqui se torna a ver a cultura intensiva, a horta regada por noras mouriscas, o chão retalhado e o plantio de árvores de fruto que não permite o pastoreio de grandes rebanhos, a estrada cortada de inúmeros caminhos e veredas entre sebes de opúncias, que levam ao casal esparso, caiado e acolhedor; e outra vez sôbre o solo fértil mas exíguo volta a pesar o mesmo destino de emigração.

Depois dêste tracejar de regiões e paisagens, pode parecer estranho falar da unidade

de Portugal. Contraste entre Norte e Sul, oposição de uma faixa litoral, atlântica, e das terras interiores, localismo das vocações humanas realçado por influências de civilização e destinos históricos diversos, não impedem que o país se mostre ao mesmo tempo unido e vário. Como remate, vem a propósito um lance de olhos aos factores dessa unidade.

Nenhuma região portuguesa possui, como a Catalunha, por exemplo, condições de bastar-se a si própria. Justapostas, não independentes, completam-se na economia dos seus contrastes. E com os produtos circulam os homens que as necessidades regionais fazem periòdicamente deslocar. Às vindimas do Douro descem trasmontanos e beirões das montanhas. Ceifeiros da *Terra Quente*, depois de colherem o cereal que aí amadurece mais cedo, andam pelas searas do planalto, cada vez mais para o Norte, até se internarem pela Espanha. Nas ceifas do Alentejo, encontram-se *ratinhos* das montanhas do centro da Beira com gente da serra algarvia. Pastores da Serra da Estrêla vão invernar ao Douro, ao Mondego, ao Campo de Castelo-Branco, e outrora chegavam ao Baixo Alentejo. *Caramelos* do Mondego inferior vêm trabalhar nos arrozais do Sado e no litoral alentejano. Parte desta gente fixa-se nas terras incultas do Sul, que arroteia e cobre de casais esparsos. No vale do Sado, por exemplo, aos migrantes periódicos da faina do arroz — os *caramelos de ir e vir* — opõem-se colonos permanentes — *caramelos de estar*. Quem empreendesse o estudo monográfico dêstes vai-vêns periódicos, poderia mostrar com precisão quantas idéias e objectos se difundiram assim por todo o território e que poderoso factor de unidade não será esta acostumação do homem ao seu semelhante doutros lugares.

Coisa parecida sucedeu com alguns produtos fundamentais da economia agrícola. A vinha, que os romanos cultivaram no Sul, espalhou-se largamente pelo Noroeste na alta Idade-Média. Quando, no século XVI, se introduziu o milho nesta região, os lameiros regados das terras baixas, que até aí davam pasto, passaram a produzir cereal. A escassez de lactícinios foi suprida por uma gordura vegetal — o azeite — e a oliveira, desconhecida no Mondego ainda no século XII, logo se difundiu pela Ribeira e Terra Quente do Norte. Ao invés, o milho acompanha por todo o Sul a população que cresce, a terra que se reparte e os casais espalhados no campo. Em sítios de trigo ou de centeio vai, ano a ano, ganhando terreno que se possa regar ou cultivado de sequeiro nas terras mais fundas e úmidas.

Na beira-mar, a identidade de modos de vida cria por tôda a parte flagrantes semelhanças na ocupação do solo. Pesca e agricultura, esta quantas vezes uma vitória sôbre o areal estéril à custa de algas e marisco usado como estrume, casas dispersas de camponeses-pescadores, indícios de colonização recente, conhecem-se desde o Minho ao Algarve. As velas do barco de pesca costeira singrando lentamente no canal entre campos cultivados, lambidos pela praia-mar, tanto podem ser uma imagem da Ria de Aveiro, como do estuário do Tejo ou da costa arenosa do Algarve oriental.

A própria influência atlântica, limitada no Sul pela ausência de montanhas e pela menor freqüência dos ventos de Oeste, logo se mostra quando estas condições restritivas deixam de exercer-se. A Serra de Sintra, banhada pelo mar, ou a serra de Monchique, a 25 quilómetros dêle, conservam, nos pinhais e árvores de fôlha caduca que as revestem, nos socalcos das culturas, nas tojeiras dos matos e nas águas abundantes que lhes escorrem pelos flancos, alguma cousa que lembra ainda as montanhas do Noroeste. Com mais forte razão, a raia interior e os lugares adjacentes mostram muitas semelhanças que vão desde o clima (veja-se como diferem o Pôrto e Lisboa e como se aproximam Moncorvo e Campo-Maior) e o revestimento vegetal, até aos modos de vida e à ocupação do solo: a cultura dos cereais com pousios intercalares para pastagem, o povoamento aglomerado, o uso de instrumentos e práticas agrárias romanas ou pré-romanas, a riqueza do folclore, o arcaísmo dos módulos da canção popular, demarcam uma região raiana, mais que tôdas conservadora. Segregada do núcleo atlântico da vida nacional, nem por isso ela se abriu demais à influência espanhola, antes foi caldeando obscuramente o seu antiqüíssimo portuguesismo.

Assim, ao homem se deve em larga parte a unificação da terra portuguesa. Na obs-

curidade do seu viver milenário, no isolamento do território, no entrecruzar complexo das influências naturais e de fôrças de civilização, êle foi afeiçoando a Natureza bravia: pescador, agricultor, derrubador de arvoredos e arroteador de matagais, pastor da montanha úmida e da planura soalheira, crescendo sempre e redobrando de trabalhos e canseiras, percorrendo lugares, misturando produtos, foi enriquecendo de expressão humana o solo primitivo. Aqui se definiram maneiras de viver e formas de civilização tão enraïzadas que, transplantadas para quatro continentes, não perderam os traços de uma origem comum.

Última nesga mediterrânea banhada pelo Atlântico, engastado numa península que é um continente em miniatura e aberto para o mundo por uma larga fachada oceânica, o território português cumpriu as alternâncias do seu destino de finisterra: perdido num isolamento arcaïzante, à margem das correntes de civilização e do caminho dos povos, remoendo as formas frustes de uma cultura rudimentar, nêle acordaram também as primeiras ressonâncias de um apêlo de expansão marítima. No pormenor das païsagens, ou à escala do mapa-mundi, o esfôrço humano aparece sempre, como um traço indelével, a avivar as naturais vocações da terra portuguesa.

A ORIGINALIDADE DO MANUELINO

POR FERNANDO DE PAMPLONA

A PERSONALIDADE de um povo resulta de longa e misteriosa elaboração. É anterior à sua autonomia política, assim como a causa preexiste ao efeito e o determina; mas, quási sempre, só muito mais tarde plenamente floresce. Só depois de ter vencido os obstáculos externos e de haver firmado as suas condições de existência é que ela se perscruta a si própria e procura definir a sua essência profunda, fazendo-a cristalizar em formas eternas.

Portugal é mais velho do que Afonso Henriques. É seu pai e não seu filho. Como forte bloco despegado da pedreira, esperava só o artista que o plasmasse. O escopro foi o montante de ferro do Conquistador. Êste executou o que dêle se aguardava — e foi já imenso, pois muitas coisas belas existem em potência mas não chegam a transmudar-se em acção e em história só por falta de um homem que as arranque aos limbos. Sem estabelecer êste elo de causa a efeito nada se compreenderia na História de Portugal. Se o reino fôsse apenas a obra do capricho de um príncipe ambicioso e audaz, não houvera sobrevivido aos embates de outros reinos mais poderosos do que êle, não poderia ter resistido, vitorioso, ao centralismo absorvente de Castela. Nesta luta quotidiana e multissecular de vida ou de morte se foi caldeando a sua alma, se foi forjando em dor e glória o seu estilo próprio, a sua personalidade soberana.

É através das letras e das artes que melhor podemos surpreender êste longo esfôrço evolutivo, esta laboriosa clarificação da personalidade nacional. Entre nós, no período da formação e da conquista territorial, as artes maiores não revelam ainda originalidade vincada. Os nossos monumentos românicos são visìvelmente inspirados nos de Castela e Galiza e o gótico prematuro de Alcobaça veio-nos de França, irradiou até nós da Abadia de Claraval. Mas, se a Sé Velha de Coimbra se filia na opulenta Catedral de Santiago de Compostela, a que é sem dúvida inferior, também, por outro lado, se afasta em muitos pontos do seu ilustre modêlo, não apenas no sentido das proporções e na combinação dos elementos como ainda e sobretudo num *quid* inexprimível de doçura e intimismo que está na raiz da alma portuguesa. O mesmo sucede com as pequenas igrejas românicas do Norte — Paço-de-Sousa, Rates, Rio Mau — tão entranhadamente portuguesas no sentimento que as anima e palpita em suas pedras rudes bem como na sua íntima comunhão com a paìsagem onde lançaram raiz, que nos parecem inconfundíveis em sua sin-

geleza, embora inferiores na traça e na decoração às suas irmãs mais velhas e mais ricas de Espanha ou França. Aqui aflora já uma originalidade irrecusável, mais do sentimento que da forma, que, por isso mesmo, Gertrud Richert, confinada num critério rigorosamente científico, não pôde discernir. Essa originalidade toma corpo com o advento da arte gótica, nascida no Norte da França e que encontra já entre nós maneira interpretativa muito particular: haja em vista o Mosteiro da Batalha, flor de pedra de Aljubarrota, criação arquitectónica singular adentro da Península e a tal ponto nossa que a frigidez do gótico perpendicular de York aplicado à sua fachada principal pelo arquitecto inglês ou escocês Ouguet, sucessor do portuguesíssimo Afonso Domingues, logo derrete ao contacto do nosso sol e da nossa alma de meridionais e metamorfoseia o seu geometrismo descarnado e severo em algo de mais suave e de mais quente. É já alguma coisa, é já muito — mas não ainda tudo.

O génio português começava apenas a desabrochar: não dera ainda a medida do seu poder e do seu rasgo nem se erguera, como ia em breve acontecer, aos cimos do universal.

Depois da conquista do estreito território metropolitano e da sábia organização interna, levadas a cabo uma e outra pela dinastia afonsina, vêm, com os príncipes de Avis, os descobrimentos e conquistas de Além-Mar. Nêles acha Portugal marinheiro, desvirginador e missionário a sua missão universalista; através dêles, sai do seu particularismo, intervém na História do Mundo, muda-lhe os rumos, alarga os horizontes, cria humanidade. Êste ciclo de ouro, em que Portugal, ao lado da Espanha, sua quinhoeira de glórias, toma o comando do Velho Mundo a caminho de mundos novos, devia necessàriamente florescer em obras literárias e artísticas de beleza sem par, que o fizessem viver, através dos tempos, na memória dos homens. De tão extraordinário encontro de condições óptimas de fecundação e de sazonamento irrompe o manuelino — suprema expressão plástica da era das caravelas, em que os continentes se reencontram e se unem através dêsses mesmos oceanos que os haviam separado.

Eis aqui o germe espiritual do manuelino. Agora a sua explicação no domínio plástico: Um estilo que tinha tais e tão nobres raízes não podia ser espúrio. Mas, mais do que dizê-lo, importa prová-lo com factos, através de uma análise objectiva e serena. O manuelino situa-se entre o gótico flamejante e a Renascença, — é uma ponte entre dois mundos. Nêle se cruzam, interpenetram e fundem influências diversas, muitas delas exóticas, reflexo vivo da irradiação de Portugal no Mundo.

O manuelino nortenho, influenciado pelo plateresco biscainho, cujos exemplares mais representativos são os portais das Igrejas Matrizes de Vila-do-Conde e de Caminha, reveste-se de limitada importância. Poucas obras, pouquíssimo engenho. No entanto, há diferenças a apontar: a delicada e feminina renda de pedra dos émulos dos lavrantes da prata ou *plateros* perde em finura mas ganha em sobriedade e vigor ao traduzir-se no rijo granito do norte do país, tal como deveria suceder mais tarde ao barroco de Nazzoni na Tôrre dos Clérigos da cidade do Pôrto.

Mas esta influência limita-se à linha do Douro ou do Mondego. Pretender levá-la mais além é já fantasiar. Torna-se, por exemplo, absurdo querer filiar, consoante o fizeram alguns eruditos espanhóis, as Capelas Imperfeitas da Batalha ou certos elementos do Convento de Cristo, de Tomar, nas obras platerescas de Valhadolide ou de Guadalajara, como se verifica à luz da cronologia (estas não são anteriores àquelas) e como o demonstrou irrefutàvelmente o alemão Haupt.

O manuelino do sul do país — o mais característico e o mais original em sua expressão plástica — pode subdividir-se, como o propõe o Prof. Reinaldo dos Santos, em manuelino mourisco e manuelino marítimo, consoante as suas características dominantes, quando não se emaranham e conjugam um e outro, num complexo opulento e inextricável. O manuelino mourisco, representado sobretudo pelo Palácio Velho de Sintra e por numerosos monumentos do Alentejo, deve-se não só às reminiscências arquitectónicas muçulmanas no sul do país e à vizinhança da Andaluzia, em cujo solo florido os árabes tinham deixado padrões monumentais — o Alcazar ou a Giralda de Sevilha, e, mais além, a Mesquita de Córdova, a Alhambra de Granada — mas também à emprêsa militar marroquina, que teve o seu apogeu com D. Afonso V e o seu ocaso com D. Sebastião. Não se esqueça porém que a arte granadina, muito ocidentalizada, perdera bastante do seu vigor e carácter e que o nosso contacto directo com as terras escaldantes do Mogreb emancipara quási por completo o manuelino mourisco do mudejarismo espanhol, criando uma forma de arte bem caracterizada, consoante o reconhecem aliás críticos e historiadores espanhóis, entre os quais ainda enfileirava há pouco Pérez Embid. O manuelino marítimo reflecte a obsessão do mar e as sugestões do além-mar, sobretudo da Índia, a terra maravilhosa da pimenta e dos rubis. Ninguém pode negar o parentesco entre o manuelino e a arte indu, sobretudo no domínio ornamental, embora não convenha dar-lhe imprudentemente foros de exclusivismo. Podem estabelecer-se paralelos impressionantes entre as colunas das Capelas Imperfeitas e o minarete da Mesquita de Custab (Haupt), entre os varandins do templo indu de Ahmedabad e os da Tôrre de Belém ou entre aspectos parcelares dos templos Adinata e Neminata Virthankara do Monte Abu e outros idênticos do Mosteiro dos Jerónimos. (Dr. Raúl da Costa Tôrres). Mas trata-se apenas de analogias de pormenor, notáveis sobretudo nas Capelas Imperfeitas. De facto, a exaltação morfológica da arte indu — as formas serpentinas dos seus pilares e colunatas, o perfil sinuoso das suas coberturas recôncavas, a sua fantástica exuberância decorativa, em que as linhas arquitectónicas quási por completo se submergem — não é de comparar à sintaxe vigorosa do manuelino, em que as partes se subordinam ao todo e em que a clareza e a lógica das estruturas não se vêem nunca ameaçadas. À influência indu se deve no entanto uma inovação de monta — o emprêgo do arco côncavo, que toma entre nós aspectos característicos, já muito distanciados das formas industânicas, desde o arco conopial ao polilobado. «O arco côncavo (escreve o Dr. Costa Tôrres), que exprime, ao contrário do convexo, uma abertura para o mundo, uma atitude de alegria e curiosidade — de cortina levantada, desconhecida na arte europeia... — provém do Oriente e foi por intermédio da arquitectura manuelina que fêz a sua entrada na Europa.» Também nesta modalidade do ma-

nuelino, na qual se inserem aliás a cada passo motivos mogrebinos, surge com tôda a sua ardente poesia a simbólica marinha — estilizações de algas ou polipeiros de coral, cabos de mar, cordame das naus, âncoras, velas, enfim, tôdas as evocações e sugestões do Oceano, em que os portugueses acharam uma segunda pátria, uma pátria maior. Eis o que encontramos, por exemplo, no maravilhoso claustro dos Jerónimos, de tons fulvos e quentes, ou na célebre janela da Casa do Capítulo do Convento de Cristo, em Tomar, em que, no milagre da pedra, vive, palpita o velame de uma caravela. A Tôrre de Belém, incluída por Reinaldo dos Santos no manuelino mourisco, representa, a nosso ver, um elo de ligação entre aquêle e o manuelino marítimo. Ali, a influência árabe é notória, mas não exclusiva. Ela explica-se pelo facto de o seu arquitecto, Francisco de Arruda, antes de a construir, ter estado no Norte de África, onde ergueu as fortalezas de Çafim e de Azamor e donde trouxe os olhos cheios do deslumbramento da terra marroquina. Na Tôrre de Belém, as cúpulas aos gomos são mogrebinas, mas as janelas e balcões, de um orientalismo mitigado, acusam reminiscências da arte veneziana e até porventura, indirectamente, da arte indu. A construção da fortaleza manuelina no meio do estuário do Tejo (só o desvio do curso fluvial a fêz aportar à margem norte) assinala o seu casamento com as águas e dá-lhe a fisionomia de uma caravela de granito, irmã das de Quinhentos e que, na esteira delas, continua sulcando os mares do tempo.

Qual a dívida do manuelino para com o gótico, a que sucedeu? Só acidentalmente êle se enxerta em obras de estrutura gótica, tal como se vê no Claustro Real ou nas Capelas Imperfeitas da Batalha. Arquitectònicamente, o manuelino prefere quási sempre a estrutura robusta e maciça do românico, a contrastar com as audácias do seu pujante decorativismo, consoante no-lo mostram a Tôrre de Belém, a Igreja de Jesus, de Setúbal, e tantos outros espécimes notáveis. Mas, por outro lado, êle afirma vigorosamente o seu poder criador no caso prodigioso da nave e do transepto dos Jerónimos, cujas abóbadas, apoiadas em pilares finíssimos, parecem suspensas no espaço: em vez da altura, que, nos templos ogivais, nos impressiona e esmaga, surpreende-nos aqui a amplidão. Os processos adoptados devem muito ainda à engenharia milagrosa dos artífices do gótico, mas os efeitos obtidos, êsses são, a bem dizer, sem precedentes nem conseqüentes.

Acrescentar enfim que o manuelino quási nada deve à Renascença Italiana, da qual só na última fase recebeu elementos adjectivos e também o golpe de morte, parece ponto fora de dúvida.

Eis aqui, a largos traços, a génese do manuelino, o inventário dos elementos múltiplos e tão diversos que, em maior ou menor grau, nêle se encontram e aglutinam.

Onde está pois a originalidade do manuelino, em que alguns querem ver apenas uma forma plástica do arabismo no ocidente da Península, e outros, ainda mais estreitamente, mera ramificação da arte indu? Esquecem êsses tais que a originalidade de uma obra não reside nos materiais nela empregados mas sim na maneira nova e característica de os combinar e plasmar.

No aspecto arquitectónico, a originalidade do manuelino afirma-se de maneira terminante na estruturação do templo dos Jerónimos, já atrás referida, que não tem par em nenhum monumento coevo da Europa. «No seu interior — escreve o Prof. Reinaldo dos Santos — paira menos o recolhimento de uma catedral que a magia estranha de uma gruta marinha cruzada de estalactites. Sustentam as abóbadas... pilares ornados de alto a baixo de temas manuelinos, que os fragilizam, como se o mar os corroesse. Na sacristia, uma coluna ao centro desabrocha numa expansão de nervuras, como a copa de magnífica palmeira...» O assombro dos estrangeiros quando visitam os Jerónimos é, só por si, revelador: nunca viram coisa igual. O Mosteiro de Belém responde triunfalmente a todos quantos, aceitando embora a originalidade do manuelino no aspecto decorativo, o rejeitam no aspecto pròpriamente construtivo.

Nas suas criações ornamentais, tão ricas de volume e tão sugestivas nos efeitos do claro-escuro, o manuelino, apesar do eclectismo dos elementos adoptados (ou talvez por isso mesmo!), mostra-se fortemente original na maravilhosa unidade que logra imprimir-lhes e na esquisita e perturbante beleza que da sua fusão sabe arrancar. Eugénio d'Ors quis ver nêle um pré-barroco — um estilo precursor, capaz de engendrar novos estilos. Êste admirável potencial de vida só brota do fundo das nascentes e seria incompatível com a fraqueza ingénita de uma arte vassala e heterogénea.

Encarando o problema no seu conjunto e não apenas nos seus aspectos parcelares, compreenderemos talvez melhor a essência profunda do manuelino e, para além dêle, o próprio génio da Grei! Em Quinhentos, Portugal não se deixou cegar pelo orgulho da sua grandeza, não ergueu em tôrno da sua civilização atlântica uma nova muralha da China. Não receou pois diminuir-se apropriando-se dos elementos alheios que o fluxo e o refluxo da História haviam tornado também seus. Desta maneira, fundindo no seu prodigioso cadinho espiritual os elementos mais díspares, ordenando-os e combinando-os de maneira inédita e audaz, afeiçoando-os enfim às exigências da sua personalidade profunda, os artistas portugueses, em pleno ciclo heróico, criaram o manuelino e atingiram, através dêle, a universalidade. Êle constitui uma grande síntese cósmica e humana — uma verdadeira síntese viva. Só receiam adoptar elementos estranhos e se refugiam, medrosos, numa tôrre de marfim, aquêles que não confiam no vigor da sua personalidade nem no seu poder de assimilação. A arte manuelina é uma afirmação maravilhosa de conquista. Nela fulguram os despojos e trofeus da vitória alcançada sôbre o Oriente. Mas, em seu lirismo ardente e namorado, em sua disciplina vigorosa e subtil, é bem a obra do génio português, descobridor de mundos e de estrêlas e, todavia, sempre medularmente ocidental e cristão. E talvez porque isto lhe parecia pouco, o manuelino foi mais longe: como lhe não bastassem elementos de tão diversa origem — árabes, indus — admiràvelmente combinados e renovados —, inventou os que lhe faltavam. Está neste caso a sua opulenta simbólica marinha — poema vivo através do qual marulha e rouqueja, se alteia e espuma o Oceano imenso enfim subjugado. Em suma, o manuelino representa, sob os auspícios do mar, as núpcias de pedra do Ocidente com o Oriente, cuja opulência decorativa, tumultuosa e transbor-

dante se dobra às leis da ordem. Daí resulta o seu carácter tão original e inconfundível, que lhe foi reconhecido por críticos e historiadores eminentes, como Raczynsky, Haupt, Stephens, Bertaux ou Ramalho.

Outra prova decisiva se pode ainda aduzir em prol da tese da originalidade do manuelino, até hoje inexplicàvelmente esquecida: em sua cadência vibrante, em seu ritmo de exaltação, êle é um estilo de epopeia. Sucede ao românico e ao gótico, duas modalidades da arte religiosa, duas expressões plásticas díspares do sentimento cristão. Mas não é ainda o paganismo do Renascimento: é uma arte igualmente universalista, que se vira, não para o mundo antigo, mas sim para o novo mundo recém-descoberto, e procura fundir o mar e a terra num abraço.

Também a arte romana tem feição heróica e exprime a grandeza do Império. Mas há algo de pesado em sua pompa majestática, em que se vislumbra a segurança da dominação continental, fruto do poder do ferro e do poder do braço, não do engenho criador. O manuelino traduz antes a insatisfação e a audácia de um povo que não sabe parar e que, alumiado por seu génio descobridor e conquistador, faz das fraquezas fôrças, devassa o abismo e desafia a morte. Nêle, como nesse búzio gigante que é o poema de Camões, ecoa o oceano e a distância. Na arte romana, só existe o Ocidente e o orgulho político dos Césares. Na epopeia de pedra do manuelino — alta mensagem da beleza e do espírito — floresce a primeira vez, ao sol do Cristianismo, a unidade do Mundo.

FORMAÇÃO DOS LIMITES MERIDIONAIS DO BRASIL

POR CAIO PRADO JÚNIOR

HISTORIANDO os limites brasileiros, os pesquisadores que se têm ocupado com o assunto costumam analisar com grande precisão as diferentes peripécias militares e diplomáticas das quais resultou a nossa actual linha fronteiriça. É êste, sem dúvida, um trabalho preliminar interessante e indispensável. Mas cabe preguntar: esgota-se com isto o assunto? Não haverá factores mais gerais, mais profundos que condicionam afinal todos aquêles acontecimentos particulares, sucessos ou reveses diplomáticos ou militares? Porque nalguns casos os portugueses foram vitoriosos, noutros os castelhanos? Porque se localizaram as disputas num determinado ponto, de preferência a outro? São questões estas que a simples análise dos factos particulares não resolve; e fazem presumir que existem causas mais gerais que actuam em última instância, formando como que um grande bastidor, oculto à primeira vista, mas que arma efectivamente a tela onde se bordam as diferentes peripécias que aos poucos foram desenhando o contôrno fronteiriço do Brasil. É esta a matéria que procurarei aqui elucidar, na parte que diz respeito às nossas lindes meridionais.

A linha de Tordesilhas pretendeu fixar os limites das possessões espanholas e portuguesas no Novo-Mundo. Os factos não se conformaram com ela, e as estipulações serviram apenas, — ou quási, — para disputas diplomáticas que se eternizavam enquanto a história ia forjando seu caminho próprio. As fronteiras luso-espanholas da América, como tôdas as fronteiras, resultarão afinal do entrechoque de fôrças contrárias, condicionadas por factores geográficos e económicos, fixando-se, depois de muitas oscilações, numa linha que representa o justo equilíbrio entre os esforços colonizadores de ambas as potências em choque. Os inúmeros tratados que acompanham esta longa história não traduzem senão factos consumados, momentâneos equilíbrios, logo desfeitos para se restabelecerem em seguida noutras bases.

É no Sul, isto é, nos territórios banhados pelo Atlântico entre as latitudes 24° e 35°, compreendendo a imensa bacia do Rio-da-Prata, que a história da fixação dos limites luso-castelhanos se apresenta mais interessante. Não sòmente pelas vicissitudes sem conta que atravessa, como também, e sobretudo, pela complexidade dos factores geográficos e económicos que nela intervêm. Ao descobrimento do Brasil seguiu-se, como é sabido, um quási abandono, por parte da Coroa portuguesa, de sua nova conquista. Vieram algumas expedições; explorou-se, de parceria com os franceses, algum pau-brasil; e é só. Mas se a Coroa desprezava sua possessão americana, supriam-lhe os esforços êstes povoadores anónimos, salvos de naufrágios, degredados que se abandonavam na costa desconhecida, aventureiros que nela desciam para tentar a sorte num mundo ignorado. São desta classe os Caramurus, os Ramalhos e tantos outros cujo nome se perdeu. A costa brasileira ficava na rota das Índias, e nela tocavam freqüentemente as armadas que se destinavam ao Oriente, deixando de passagem êstes primeiros povoadores lusitanos do território brasileiro.

Por seu lado, a Espanha tratava também de reconhecer estas terras do Atlântico do Sul. Sabia muito bem que eram a continuação das que, no extremo norte do continente sul-americano, ela já vinha ocupando desde as viagens de Colombo. E enquanto ao Norte seus conquistadores passam sucessivamente das ilhas para a terra firme, e daí se lançam pelas costas americanas do Pacífico, era natural que procurassem, pelo Sul, o caminho que fechava o cír-

culo das suas conquistas. A América era ainda, para aquêles primeiros exploradores, uma etapa no caminho para as Índias, que os portugueses alcançaram pelo Oriente, e onde seus concorrentes castelhanos pretendiam chegar pelo Ocidente. Assombrava-os, por isso, o fantasma das passagens; a América era um obstáculo; procurava-se o meio de contorná-lo. Ao Norte, o obstáculo adelgaçava-se num istmo estreito; mas persistia. Pelo Sul, o que encontrariam os castelhanos?

O primeiro a tentar a solução dêste problema é Juan Diaz de Solis. Viaja da Espanha em 1512, e a partir do Cabo de Santo-Agostinho para o Sul, vai reconhecendo as costas sul-americanas até o paralelo de 40° Lat. S. Tentara-o, contudo, a imensa baía que deixara em 35°, e que vem a ser o estuário do Prata, conjecturando que tamanho rio havia de forçosamente banhar territórios extensos, e, na sua imaginação de quinhentista cheio de ilusões a respeito de países desconhecidos, necessàriamente ricos. Voltou então sôbre seus passos, explorou o grande estuário, tendo desembarcado na sua margem direita onde tratou amigàvelmente com os naturais pacíficos e acolhedores que ali encontrou. Não prosseguiu, contudo, nas suas explorações, porque não se julgou suficientemente aparelhado, reservando-se para fazê-lo em outra oportunidade. Rumou então, de volta, para a Espanha.

Não tarda em reencetar seu trabalho interrompido. Em 1515 vemo-lo novamente a caminho. Sai-lhe mal esta segunda tentativa: desembarcando na margem esquerda do Prata, não encontrou aí os naturais acolhedores, que conhecera na margem oposta por ocasião de sua primeira viagem. Em vez de guaranis pacíficos, recebem-no charruas hostis e belicosos, e às suas mãos é exterminado. Apesar disto, a segunda expedição de Solis é particularmente interessante para nosso estudo, porque alguns de seus componentes parecem ter sido os primeiros povoadores castelhanos da costa que haveria de pertencer ao Brasil. Do desastre em que pereceu Solis, salvaram-se alguns companheiros que levaram a Espanha a notícia do triste fim de seu chefe. Uma das naus desta viagem de retôrno, perdeu-se nas costas do Brasil, indo arribar num ponto cujo sítio exacto ignoramos, mas que sabemos demorar a 15 léguas mais ou menos abaixo da «bahia de los Patos», que se encontra a 27° 30′. Estamos pois no litoral do que é hoje o Estado de Santa-Catarina.

Eram dez aquêles castelhanos salvos do naufrágio. Um decénio depois, sobrariam quatro que a nau *S. Gabriel* veio encontrar em 1526. Esta nau *S. Gabriel* fazia parte da armada de Loaysa, destinada às Molucas, e estava sob o comando de D. Rodrigo de Acuña. Saída da Corunha em 24 de Julho de 1525, separou-se da armada, indo dar à costa brasileira. Reabastecida, zarpou, não sem antes deixar alguns tripulantes que desertaram, atraídos pelas riquezas imensas que se dizia abrigarem umas serras abruptas do interior.

Estas serras tinham sido assinaladas pela expedição de Aleixo Garcia e quatro companheiros, que acompanhados de uma comitiva de centenas de índios, partiram daquele ponto da costa citada, e internando-se, atravessaram todo o continente, alcançando, pelo alto Paraguai, Chiquisaca no Alto Peru (Bolívia). Aleixo Garcia e seus companheiros não regressaram; atacados pelos naturais, pereceram às suas mãos. Salvou-se contudo um filho do ousado aventureiro, que voltou a S.ta Catarina trazendo o relato dos acontecimentos. Já antes disto, o próprio Aleixo Garcia enviara aos companheiros que tinham permanecido em Santa-Catarina, amostras de metal precioso.

Verifica-se pois que o litoral de S.ta Catarina atraía desde longa data aventureiros espanhóis e portugueses; e isto em razão do caminho que por aí se abria em demanda de territórios abundantes de riqueza. Que caminho era êste? De facto, os brancos nada mais faziam do que acompanhar uma antiqüíssima estrada de índios, que comunicava com as nações guranis do Paraguai e as do litoral Atlântico. Partindo das margens do rio Paraná, tal estrada seguia pelos campos ao Norte do rio Iguassu até às cabeceiras do Tibagi, e ali se dividia. Um galho buscava o Sul, passando pelos campos de Curitiba em direcção dos Carijós dos Patos, em S.ta Catarina. Outro entranhava-se nas matas do Assungui e ia ter a Cananeia; o último, finalmente, tomava para o nordeste pelos campos que levavam a Piratininga, e daí alcançava o litoral pela chamada «trilha dos Tupiniquins», na altura de S. Vicente.

Três, portanto, são os caminhos que da costa brasileira conduziam ao Paraguai, e daí

à cobiçada Serra-da-Prata (que não era senão o Alto Peru). As cabeças dêstes caminhos foram cedo ocupadas. Em S.ta Catarina, como vimos, espanhóis e portugueses se multiplicavam. Em Cananeia sabemos da presença de vários portugueses e espanhóis: entre aquêles o famoso bacharel de Cananeia, cuja identidade já foi tão debatida. Martim Afonso veio encontrá-los na sua expedição de 1531, incumbindo um dêles, o português Fernando de Chaves, de uma incursão pelo interior, em busca de ouro, da qual não voltaria o malogrado aventureiro. Em Cananeia e Iguape, os castelhanos haveriam de se enraïzar, resistindo mesmo pelas armas quando os portugueses de S. Vicente quiseram desalojá-los; e chegaram mesmo a revidar o ataque, indo saquear a vila vicentina, como adiante veremos.

A cabeça do terceiro galho da grande via sertaneja dos índios também foi muito cedo ocupada; mas aqui predominam os portugueses, contando-se entre êles o afamado João Ramalho. Foi êste povoado, durante muito tempo, a mais importante aglomeração europeia da costa brasileira. Descreve-o em 1526 o cosmógrafo da armada de Caboto, Alonso de Santa-Cruz: «Têm os portugueses dez ou doze casas, uma feita de pedra com seus telhados e uma tôrre para defesa contra os índios em caso de necessidade». Martim Afonso oficializa o povoado, erigindo-o em vila com o nome de S. Vicente (1532).

Não pode ser uma coincidência êste acúmulo de povoadores europeus, em pontos determinados da costa, precisamente aquêles em que se articulavam os caminhos do sertão. Êstes, evidentemente, atraem os colonos. E em última instância, o que os determina, é sempre a distante Serra com seus miríficos tesouros.

É assim, em suma, que se inicia o povoamento do território que interessa o nosso estudo. Portugueses e castelhanos concorrem simultâneamente. Não tardariam os primeiros choques. S. Vicente é puramente lusitana; não só pela sua constituïção demográfica, como porque fôra oficialmente integrada na soberania e administração portuguesas por Martim Afonso. Êste desprezara Cananeia quando pretendeu fundar a sua vila, embora lá tivesse estado anteriormente. Concorreriam para isto vários factores: a superioridade natural de S. Vicente, a maior importância do lugar; mas sobretudo, com certeza, o facto de dominarem nela os portugueses, enquanto em Cananeia havia mais castelhanos, que aliados dos índios carijós, faziam sombra à autoridade lusitana. Mais tarde, o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa, dominado sempre pela mesma idéia de afastar a concorrência espanhola, mandará fechar o caminho de Cananeia.

Os castelhanos não estão apenas neste último lugar: avançam até Iguape; e os portugueses procuram desalojá-los daí em 1534; mas são rechaçados. E seus inimigos, sob o comando de Ruy de Mosquera, avançam até S. Vicente que ocupam e saqueiam. Feito isto, retiram-se: e temendo o revide português (que aliás não tardou, saindo-lhes ao encalço Pero de Goes e Ruy Pinto), desamparam seus primitivos estabelecimentos e vão-se instalar em Santa-Catarina.

Ao mesmo tempo que se explorava e ocupava a costa, procurando, por investidas sempre fracassadas e de que não temos notícia senão de uma pequena parte, alcançar as cobiçadas riquezas do interior, tentava-se outro caminho, êste fluvial, para chegar ao mesmo fim. Vimos Solis, em suas expedições, explorando o estuário do Prata. Em 1526 é a vez dos portugueses que na armada de Cristóvão Jaques reconhecem tôda a costa brasileira e alcançam o Rio-da-Prata. Há indícios de que o mesmo Cristóvão Jaques já fizera viagem semelhante nos anos de 1516 a 1519.

Em 1526 reaparecem também os castelhanos. Sai naquele ano de Sanlucar de Barrameda, com destino às Molucas, a expedição de Sebastião Caboto. Desde Pernambuco, onde se detém, vem o almirante ouvindo referências, cada vez mais precisas, das riquezas imensas da Serra-de-Prata. Faz escala ainda em Cananeia e Santa-Catarina — que baptiza com êste nome em homenagem a sua mulher, Catalina Medrano, cujo aniversário, em 25 de Novembro, coincide com a data de sua chegada àquela ilha. E sobretudo aí, as notícias da Serra-de-Prata tornam-se seguras, dadas como são por castelhanos do lugar, que exibem a Caboto as amostras de metal mandadas por Aleixo Garcia, e de que já falámos.

Isto decide Caboto a mudar o fim de sua expedição. E mesmo contra a opinião e voto

de seus companheiros, resolve abandonar o projecto das Molucas, e dedicar-se à exploração do Rio-da-Prata. Sofrendo embora a oposição dos índios platinos, que lhe destroem o estabelecimento de Sancti Spiritus, fundado nas margens do Carcarañа, afluente do Paraná, Caboto explora largamente os rios interiores: o Uruguai até a confluência do Negro, o Paraná até o lugar que denominou Santa-Ana (Ita Ibaté em... 27° 27' 20"), e o Paraguai até o Pilcomayo.

A conquista do Peru por Pizarro (1532) não tira o estímulo aos que, pelo Rio-da-Prata, procuravam a almejada Serra. É que ninguém identificava ainda os dois sítios. A famosa Serra colocavam-na, muito vagamente, nos ignorados confins da Patagónia; e a descoberta das riquezas peruanas não fêz senão animar aquêles que almejavam para si façanhas semelhantes às de Pizarro. As explorações platenses intensificam-se. Menos da parte dos portugueses, que abandonam definitivamente o grande rio. O último navegador desta nacionalidade a explorá-lo é Martim Afonso de Sousa, em 1531. Partira êle de Portugal com o plano prefixado de fundar um estabelecimento no Prata. Animava-o, tanto quanto aos espanhóis, a miragem da Serra-de-Prata. Fazendo escala no Rio-de-Janeiro, mandou por terra adentro quatro homens, que foram e vieram em 2 meses, tendo penetrado 115 léguas e trazendo novas de que no rio Paraguai havia muito ouro e prata. Os expedicionários estiveram provàvelmente em terras de S. Paulo; a descrição feita coincide mais ou menos com a topografia do trajecto, e as notícias do Paraguai só podiam vir dos guaranis de S. Paulo.

Na seguinte escala, em Cananeia, Martim Afonso tenta uma segunda incursão, já referida acima, da qual não voltam os expedicionários que iam sob a direcção de Francisco de Chaves. Prosseguindo na viagem, alcança o Rio-da-Prata, depois de perder uma nau e ter as outras duas avariadas por temporais. Êstes contratempos fizeram-no desistir do intento de fundar um estabelecimento no Prata, como era sua idéia. Assentou contudo padrões de posse, e mandou seu irmão, que o acompanhava, Pero Lopes, subir pelo Uruguai e Paraguai.

Mas depois desta expedição, parece que a Coroa portuguesa reconhece os direitos da Espanha sôbre os territórios do Prata. Suspende em Madride suas reclamações sôbre o rio, interrompe as expedições, e na distribuïção de capitanias, feita logo após, leva suas doações apenas até à altura de Laguna. Entende Varnhagen, e parece que acertadamente, que as observações feitas por Martim Afonso levaram o almirante à convicção, que transmitiu à Coroa, que as terras em questão ficavam além da Linha de Tordesilhas. Será esta talvez a única ocasião que neste assunto das fronteiras meridionais do Brasil, as estipulações de tanto tratado tiveram efeitos directos de importância, e mais fortes que outras contingências geográficas ou económicas.

Seja como fôr, é nesta época que se começam a delinear, no Sul do continente americano, os domínios das duas Coroas ibéricas. S. Vicente é indiscutìvelmente português; o Rio--da-Prata, castelhano. Entre êstes dois pontos, estendia-se o largo território de soberania ainda duvidosa, muito pouco habitado de europeus, em que se desenrolaria a luta entre as duas correntes colonizadoras. Para se compreender a evolução desta luta e seu resultado final, é preciso atender ao carácter que ambas assumiram.

Vimos que no primeiro momento as duas visam o mesmo fim: atingir as famosas riquezas da legendária Serra-de-Prata. Depois da expedição de Martim Afonso, os portugueses mudam francamente de rumo. Tornam-se exclusivamente povoadores. Vão avançando, rumo ao Sul, pela costa; espalham-se pelo planalto interior. É que outras actividades os estimulam: no litoral, a produção do açúcar, que se desenvolve em S. Vicente e um pouco mais tarde no Rio-de-Janeiro; no planalto, a produção de géneros destinados a abastecer o litoral (como sobretudo a criação de gado para o fornecimento de carne), e o tráfico de índios escravos, que necessitavam os canaviais e engenhos.

Enquanto isto, os espanhóis continuavam na sua primeira directriz: desvendar a Serra--de-Prata. Os seus esforços tomam duas direcções: a primeira é no Rio-de-Prata, cujos afluentes e formadores vão sendo explorados e ocupados sucessivamente, rio acima. Buenos-Aires é fundada em 1536, Assunção no ano seguinte. Os estabelecimentos multiplicam-se: Corpus Cristi, ou Buena Esperanza (no local onde Solis fundara seu malogrado Sancti Spiritus), Candelária, a montante de Assunção. É dêste ponto que Ayolas parte, via terrestre, para Ocidente,

e acaba seus dias às mãos dos índios. Paralelamente a esta direcção, por via fluvial, temos a outra, terrestre, que da costa, em território hoje brasileiro, levava directamente ao Paraguai. Cabeza de Vaca, o novo Adelantado do Prata, sucessor de Ayolas, partindo de Espanha em 1540, faz escala em Cananeia, onde deixa fundado um estabelecimento oficial castelhano. Em Santa-Catarina encontra muitos conterrâneos seus radicados. Ocupa então oficialmente todo aquêle território (cujo limite setentrional, com os domínios portugueses, êle fixa em 24° Lt. S.), dando-lhe a denominação de Província de Vera. Realiza depois a viagem por terra até Assunção, seguindo o caminho, já acima referido, dos índios guaranis.

Êstes factos são da maior importância para a história brasileira. Cabeza de Vaca inaugurava oficialmente um caminho para o Paraguai, que partia do litoral atlântico em ponto hoje incluído em pleno território brasileiro. Para consolidar esta via, destinada segundo seus planos, a um grande futuro, criou uma província, e traçou para os domínios castelhanos uma linha divisória que teria, se vingasse, excluído do Brasil o território dos seus três actuais estados meridionais: Rio-Grande, Santa-Catarina, Paraná; e ainda uma parte de S. Paulo. Cabeza de Vaca invadia indiscutìvelmente terras que a linha de Tordesilhas atribuía a Portugal. Mas não foi isto que impediu a consolidação aí do domínio castelhano. Da mesma forma que os portugueses mais tarde deslocaram a referida linha para Ocidente, os castelhanos poderiam tê-la deslocado, desde então, para Oriente. O seu trabalho neste sentido, aí no litoral Sul do Brasil, foi activo. Depois de Cabeza de Vaca, outros persistiriam no mesmo propósito. Em 1547, D. Mencia Calderón, viúva de Juan de Sanabria, titular de uma *capitulacion* em que eram cedidos pelo monarca espanhol os territórios entre 19 (?) e 31 graus de latitude Sul, tenta fundar um estabelecimento em S. Francisco (território do actual Estado de S.ta Catarina). Em 1559 sai da Espanha com o mesmo propósito de ocupar esta costa, Jaime Rasquin. Êste nem chega a seu destino: sua armada se dispersa em S. Domingos.

Enquanto isto se passava com relação ao caminho terrestre do Paraguai, o paralelo e convergente pelo Prata também fazia progressos. No correr do decénio 1540-50 é intensivamente explorada a margem direita do Paraná e do Paraguai. Hernando de Rivera chega, rio acima, até 14° 45′; êste avanço é assinalado por uma série de estabelecimentos: além dos já citados acima, encontramos Puerto de las Piedras (22° 34′ ou 24°), S. Sebastian (oito léguas abaixo de Candelária), S. Fernando, Puerto de los Reyes (18°), los Jarayes. Os castelhanos, num amplo envolvimento apoiado no litoral e nos rios interiores da bacia platina, pareciam querer abarcar todo o território centro-sul do continente.

A grande manobra, talvez meio inconsciente, mas de resultados fatais, acabou fracassando. Não o devem os portugueses a seus esforços. Tiveram alguns atritos locais, no litoral vicentino, com os castelhanos. Mas não suspeitavam sequer do grande facto histórico-geográfico acima assinalado que processava nas suas vizinhanças. Não se interessavam aliás, pelo assunto, ocupados como estavam com suas lavouras e engenhos. São factores geográficos que virão associar-se à causa lusitana, impedindo que os castelhanos ocupassem o que mais tarde constituïria talvez a melhor parte dos domínios luso-brasileiros.

Em 1549, Martinez de Irala, sucessor, ou antes usurpador de Cabeza de Vaca, depois de longos e atribulados esforços, alcança a meta de 30 anos de trabalhos dos conquistadores espanhóis: a Serra-de-Prata. O historiador Carlos Pereyra descreve a cena com grande realismo: «Quando finalmente Irala chegou à Serra do metal, receberam-no índios que falavam espanhol. Imóveis e gelados ficaram os exploradores. Preguntados os naturais sôbre que terra era aquela e a quem pertencia, responderam que era Chiquisaca, e seu senhor um Cavaleiro de Espanha que se chamava Pedro Anzures». Identificava-se afinal a Serra-de-Prata com o Peru, conhecido dos espanhóis havia já quási 20 anos. Todo o esfôrço dos conquistadores platinos se revelava perdido: descobria-se o que já se achava há muito descoberto.

Êste facto altera bruscamente o carácter da ocupação do Prata e seus afluentes. A expansão fizera-se por aí para alcançar o Peru, ou o que se imaginava em seu lugar. Desfeito o êrro geográfico, a vida platense recolhe-se sôbre si mesma. O Prata é esquecido pelos conquistadores e desprezado pelos seus sequazes. A riqueza está na Nova-Espanha, na Terra Firme, no Peru. Os territórios do Prata conservam apenas os povoadores que já lá estavam, e poucos mais

virão depois. A colonização não avança por isso senão muito lentamente. Tudo o que hoje constitui a Argentina ocidental e setentrional, — as províncias de Jujut, Salta, Tucuman, Catamarca, La Rioja, Cordoba, San Luis, San Juan e Mendoza, — é ocupado por colonos vindos do Peru e do Chile, que passam os Andes e vêm se estabelecer nestes territórios geogràficamente tributários do Prata. No Paraguai verifica-se mesmo um recuo: o alto rio, aquelas terras tão àrduamente conquistadas pelos Cabezas de Vaca, Martinez de Irala, Hernando de Rivera, são abandonadas. Já não tinham interêsse, e a colonização do Paraguai detém-se no território que hoje constitui a república dêste nome, e que é uma parcela apenas do que os espanhóis já tinham penetrado. «O território do Paraguai, como o do Alto Paraná, não apresenta pontos de apoio para a penetração. Havia-se chegado ao remanso de uma baía interior». (Carlos Pereyra).

Ao mesmo tempo, como conseqüência, o caminho terrestre do Paraguai ao litoral atlântico, pelo alto Paraná e Iguassu, o caminho de Cabeza de Vaca, perde todo seu valor. A colonização do Paraguai, desprovida de impulsos, dada a posição excêntrica em que fica, não comporta um caminho árduo e longo que sòmente uma vida muito activa lhe permitiria manter. E por isso a nascente ocupação da costa brasileira pelos castelhanos fenece.

Ainda teria sido possível aproveitar a via paraguaia para o Peru, reforçando em conseqüência a posição castelhana nestes territórios, se ela oferecesse facilidades. Poderia mesmo, em rigor, se assim fôsse, substituir o longo trajecto pelas Antilhas, Terra Firme e Pacífico, que a colonização espanhola escolhera de princípio e onde se fixou. Mas aquelas facilidades não existem. Os afluentes ocidentais do rio Paraguai, que penetram o maciço andino, e que serviram de via, o Salado, o Bermejo e o Pilcomayo, não são sòmente de navegabilidade precária, mas atravessam zonas agrestes e inóspitas (o Chaco, ainda hoje desabitado), e ocupadas na época da colonização por nações gentias hostis, às mãos de que pereceram não poucos exploradores, entre êles o malografo Ayolas. O caminho do Prata aos Andes não se estabelecerá por êstes pontos, mas por Cordoba e Tucuman. E por êstes motivos, não sòmente prevalecerá a via tradicional do Peru, pela Terra Firme (Panamá) e Pacífico, como, quando se adopta subsidiàriamente a via platina, deixar-se-á o Paraguai fora de mão.

Compreende-se a importância dêste facto. Não fôssem as circunstâncias apontadas, e o Paraguai continuaria um centro de grande actividade, como foi no início da colonização. O abandono de Buenos-Aires em 1539, marca a importância de Assunção; a sua segunda fundação em 1580, indica as novas directrizes da colonização espanhola neste sector. Um Paraguai dentro das correntes comerciais e povoadoras teria assegurado uma intensa expansão castelhana daquele núcleo interior para o oriente, apoiado em centros igualmente fortes do litoral hoje brasileiro, que teriam, ao contrário do que se deu, vingado e prosperado. E o extremo Sul brasileiro não seria hoje nosso. Igualmente para o norte, pela bacia do alto Paraguai, a ocupação castelhana, iniciada e depois abandonada, ter-se-ia consolidado. O Mato-Grosso seria espanhol. E as bandeiras paulistas, que quási dois séculos depois descobrem o ouro de Cuiabá, teriam provàvelmente encontrado lá, já estabelecidos e embargando-lhes os passos, os concorrentes castelhanos. É enorme, portanto, o benefício que à causa luso-brasileira prestou a natureza hostil do Chaco e de seus rios.

A costa brasileira ao Sul de 24°, pretendida pelos espanhóis, e por fôrça das circunstâncias por êles desamparada, fica ao abandono. A colonização portuguesa, partindo de S. Vicente, encontra aí campo aberto. Os vicentinos passam sucessivamente para Iguape e Cananeia, ocupam em seguida o litoral do actual Estado do Paraná. A expansão por êstes sectores era tanto mais facial que a união das Coroas portuguesa e espanhola em 1580, tirava todo fundamento para conflitos nacionais.

Mas enquanto a ocupação do litoral não provocava choques, as coisas passavam-se diferentemente no sertão. S. Paulo, instalado no planalto interior de S. Vicente, continuava as tradições de seus primeiros povoadores: João Ramalho e companheiros, isto é, o resgate e tráfico de escravos índios. Abasteciam-se com êles os núcleos agrícolas do litoral, do Rio-de--Janeiro para o Sul.

Isto afugentará o gentio; a caça ao índio tornou-se tarefa difícil e as distâncias a serem vencidas cada vez mais se dilatavam. É êste o factor primordial que impulsionará a penetração dos paulistas pelo *hinterland* do continente, nesta tarefa estupenda de devassamento dos sertões. A preocupação dos metais preciosos sòmente veio depois, quando o acaso fêz as bandeiras preadoras de índios toparem com o ouro de Minas-Gerais.

As bandeiras paulistas não são povoadoras. São simples expedições que não deixaram rasto de sua passagem. Digam-no com mais autoridade êstes pesquisadores heróicos pacientemente dedicados ao árduo trabalho de reconstituir-lhes o roteiro. A função das bandeiras na fixação dos limites não é por isso directa. Salvo o caso da ocupação de Mato-Grosso, que resulta das bandeiras, aliás já então prospectoras de ouro, os bandeirantes paulistas não agiram como ocupantes de novos territórios. Não fixam por isso limites. Tiveram contudo, neste assunto, uma acção indirecta notável, afugentando os possíveis concorrentes que viessem disputar-lhes as áreas em que agiam. Os bandeirantes mantiveram em respeito, e à distância, os rivais castelhanos, sem fôrças para fazer-lhes frente. Prepararam assim o terreno para futuros ocupantes mais estáveis. Observamos isto, entre outros casos, na famosa aventura da província jesuítica de Guaira. Desde fins do séc. XVI, os jesuítas do Paraguai tinham procurado estabelecer as suas missões bem longe dos colonos leigos, que lhes embaraçavam a acção catequizadora. Os padres José Cataldino e Simão Mayeta tinham-se por isso internado no alto Paraná. Cruzando-o, e seguindo o curso do Paranapanema, fundaram sua missão de Nossa Senhora de Loreto na confluência do Pirapó. Outras seguiram, e em breve tôda a região compreendida entre o Pirapó, Paranapanema e Paraná formava uma grande área de reduções que abrigavam muitos milhares de índios catequizados. Era a província de Guaira.

Justamente nesta época, as bandeiras paulistas começavam a devassar o alto sertão em busca de índios que começavam a faltar nas áreas mais próximas de seus estabelecimentos. Não tardaram os assaltos às missões de Guaira. De 1629 em diante, sucedem-se as expedições paulistas; e sete anos depois, os jesuítas, vendo baldados seus esforços junto ao govêrno da colónia e da metrópole no sentido de coïbir a acção destruïdora dos paulistas, resolvem abandonar a província, e arrebanhando os índios que ainda lhes sobravam e que tinham escapado das investidas dos traficantes, vão-se estabelecer mais para o Sul, nas margens do Uruguai. O sertão do Paraná voltou novamente ao abandono. Mas a acção dos paulistas assegurara sua integração futura no território brasileiro.

Para Oeste, foram assim as bandeiras, que encontrando pela frente um adversário fraco, garantiram sua futura posse aos luso-brasileiros. No Sul, a coisa foi diferente. Quando Portugal se separa da Espanha em 1640, sentiu-se a necessidade de fixar no novo mundo os limites das duas Coroas. Ambas as nacionalidades percebiam que formando novamente entidades distintas, cada qual teria que fazer valer perante a outra os territórios que pretendia para si. A zona de maiores disputas era no Sul. Depois da retirada dos espanhóis da costa ao sul de S. Vicente, que tinham sido êles os primeiros a ocupar, vimos como a colonização portuguesa avançava. Lentamente embora, mas alcançando Laguna, no actual Estado de Santa-Catarina, em fins do séc. XVII. Daí para diante, era ainda o deserto. Quando se tratou de fixar limites, ou antes, pontos extremos dos domínios das duas Coroas, Portugal foi muito mais expedito que sua concorrente. Enquanto a Espanha se deixava ficar na inacção, os portugueses, de um salto, levam seus domínios até ao Prata: em 1680 é fundada na margem oriental do estuário, defronte de Buenos-Aires, a Colónia do Sacramento.

Explica-se tanto a inacção espanhola como a decisão lusitana. Nada disto pode ser atribuído à previdência ou desleixo respectivo das duas Coroas. Portugal só age depois de muito instado pelos colonos. A expedição de D. Manuel Lôbo, fundador da Colónia, resulta de uma longa insistência dos colonos, que se prolonga desde a separação das duas Coroas. O pedido de intervenção das autoridades metropolitanas parte das Câmaras da Capitania de S. Vicente, e afinal até do Senado do Rio-de-Janeiro, que em 1675, em enérgica representação à Côrte, mostra a necessidade de defender os domínios portugueses, protegendo a colonização meridional do país; e sugere a fundação de um núcleo militar no Prata. Ainda assim, as providências da metrópole tardam mais cinco anos. Como vimos, só em 1680 o governador

do Rio-de-Janeiro, D. Manuel Lôbo, recebe ordem para fundar a Colónia lembrada pela Câmara do Rio-de-Janeiro.

Se portanto a acção portuguesa precedeu a espanhola, ela não resulta de uma visão política maior da Coroa lusitana. É a conseqüência natural da expansão colonizadora de Portugal, que impunha a defesa de territórios já ocupados, e de outros próximos, por ocupar. A Espanha, do seu lado, pelos motivos que assinalamos, fôra excluída daqueles territórios. A sua colonização concentrara-se no Prata e baixo Paraná, com uma débil infiltração pelo rio Paraguai acima, onde fazia pouco mais que vegetar. A costa acima de 24° Lat. S. já estava portanto, ao fundar-se a Colónia do Sacramento, virtualmente incluída nos domínios portugueses. A fundação veio oficializar e consolidar uma situação estabelecida.

Exagerou-se contudo o alcance da colonização portuguesa. A Colónia localizou-se além dos limites que naturalmente, por fôrça da ocupação efectiva, cabiam ao domínio lusitano. Portugal agiu neste caso como os litigantes numa demanda judicial, que sempre pedem mais de que realmente lhes cabe, para assim conseguirem o justo que pretendem. O estuário do Prata, inclusive a margem esquerda que a Colónia veio invadir, era castelhana. O território da Banda Oriental (como foi denominado), constituía a campanha de Buenos-Aires. O grande pôrto platino foi até meados do séc. XIX uma cidade sem território: limitava-se à área urbana. O que ficava para o interior pertencia aos índios e gaúchos mestiços semi-civilizados. Ainda na segunda metade do século passado, a conquista das terras Orientais da província de Buenos-Aires representava um ideal; quanto às do Sul da Serra de Tandil, uma utopia. É na Banda Oriental que os bonairenses tinham sua campanha; é lá que vagavam seus gados, e de lá se surtiam de couros, o principal género do seu comércio. A Colónia do Sacramento plantava-se portanto em terras indiscutivelmente castelhanas; ficava além da órbita natural da expansão colonizadora de Portugal. Daí o conflito, que se inicia logo depois da fundação. Dura quási século e meio e termina, como tinha de ser, pela vitória castelhana. As últimas fases do embate luso-espanhol no Prata prolongam-se até depois da Independência. A própria guerra do Paraguai não é, em última instância, senão um reflexo dêle.

Mas se a Colónia do Sacramento e a Banda Oriental escapariam das mãos portuguesas, e por via de sucessão, das brasileiras, tiveram contudo o efeito, altamente vantajoso para nós, de deslocar o teatro do choque inevitável entre as duas colonizações, para dentro do território adversário. E enquanto os exércitos se batiam na frente, consolidava-se a retaguarda com o povoamento. Quando os portugueses abandonam definitivamente a Colónia (antes desta segunda fase da luta que são as campanhas orientais do século passado), o território a que pròpriamente podia pretender a colonização lusitana consolidara-se nas mãos dela.

De facto, o esfôrço da colonização no Brasil meridional é intenso durante o correr da primeira metade do séc. XVIII. É esta aliás uma fase capital na história da fixação de todos os limites brasileiros. E o tratado assinado em Madride em 1750 dará sanção legal aos factos consumados. Quais eram êles neste sector meridional que nos interessa?

Vimos que em fins do séc. XVII a colonização do litoral atingira Laguna. Daí por diante, a costa arenosa e hostil à navegação interrompe a corrente litorânea de povoamento. Para o Sul, as comunicações se farão pelo interior. Por aí se alcança e povoa o actual estado do Rio-Grande-do-Sul. Rasgam-se caminhos; S. Paulo já se comunicava, havia muito, com os Campos de Curitiba; daí para o Sul, o caminho até Araranguá (S.ta Catarina), é aberto pelo sargento-mor de cavalaria Francisco de Sousa e Faria, em 1720. Êle torna-se logo muito transitado pelo gado que vem do Sul e abastece S. Paulo e capitanias tributárias. Assegura-se com isto a posse portuguesa.

Mas enquanto na costa e na faixa mais próxima do litoral os colonos luso-brasileiros não encontram dificuldades, êles, mais para o interior, chocam-se com as vanguardas castelhanas postadas ao longo dos rios Paraná e Uruguai. As terras entre êste último e o Iguassu já vinham sendo exploradas desde o séc. XVII pelos mineiros de Curitiba, e eram por êles muito conhecidas. Mas aí, já o avanço dos castelhanos para oriente começa a fazer-se sentir. A progressão dêstes é lenta, e não teria ultrapassado o rio Paraná sem o concurso das mis-

sões jesuíticas. Vimos acima que os padres, expulsos pelos paulistas de Guaira, tinham ido estabelecer-se no rio Uruguai, chegando a abranger tôda a área hoje compreendida pelo Território de Missiones (República Argentina), e terras rio-grandenses da margem esquerda do Uruguai ao norte do Ibucui. Localizavam-se aí as famosas Sete Missões (S. Borja, S. Nicolau, S. Luís, S. Lourenço, S. Miguel, S. João e S.to Ângelo). Com a expulsão dos jesuítas, o território das missões do Uruguai é ocupado pelos colonos castelhanos; sòmente a parte que ficava na margem esquerda do rio se tornará definitivamente brasileira depois da campanha vitoriosa de 1801-03. Isto porque o povoamento rio-grandense de origem portuguesa se alargara suficientemente para fazer face ao inimigo. A campanha será rápida e fácil. O mesmo não se dá para o Norte do rio Uruguai. Aí os portugueses dispunham apenas de um caminho que ligava S. Paulo com o Rio-Grande; o mais estava deserto. Não puderam por isso enfrentar o adversário. Êste ocupará definitivamente o Território de Missiones que depois da independência se tornará argentino. A linha divisória, depois de algumas disputas diplomáticas — que sòmente se encerrarão sob a República — fixar-se-á nos rios Peperi-Guassu, afluente do Uruguai, e Santo-António, afluente do Iguassu. E vemos por isso o território brasileiro adelgaçar aí estranhamente.

Podemos agora concluir. Por detrás dos tratados, que desde o de Tordesilhas vêm pontuando a história dos limites brasileiros, e dos conflitos armados que se sucedem até ao século passado, alguns factores mais profundos vieram trabalhando sucessivamente para modelar a configuração geográfica do Brasil meridional. É de início a miragem da Serra-de-Prata que atrai os primeiros povoadores da região, tanto portugueses como espanhóis. Tivessem os cálculo dos últimos dado certo, e o extremo Sul do que é hoje o Brasil seria de fala castelhana. O reconhecimento do êrro e a impropriedade da via paraguaia para o Peru, asseguraram aos portugueses liberdade de acção num território menosprezado por seus concorrentes. Se a expansão luso-brasileira para o Sul foi possível, e se as bandeiras não encontraram resistência séria, é que a colonização espanhola, voltada sobretudo para o Peru, se debilitara nestes territórios que regiões agrestes e intransitáveis separavam do seu eldorado.

O choque dar-se-á na região em que as fôrças contrárias encontram seu justo equilíbrio: o Rio-da-Prata. Tal região é distante, das bases portuguesas de irradiação (S. Vicente, Rio-de-Janeiro); próxima, vizinha mesmo dos centros espanhóis (Buenos-Aires). Tal diferença marca a pujança respectiva das duas correntes: a portuguesa, vigorosa e activa; a castelhana, debilitada pelo descaso que vota por êstes territórios, atenta como se acha para outros mais ricos e interessantes.

É isto que se dá na faixa de terras próximas do litoral. Para o interior, a coisa muda um pouco de figura. A colonização portuguesa, salvo no caso das minas, é sobretudo litorânea; funda-se na agricultura, na produção de géneros tropicais que brotam admiràvelmente nesta baixada costeira de clima quente e úmido. O alto interior será apenas um abastecedor de mão de obra: os índios escravizados e de gado para os açougues. Quando êstes negócios decaem, tanto pela concorrência do braço africano, como pelo declínio da lavoura vicentina, e quando o ouro de Minas-Gerais, Mato-Grosso e Goiás distrai as atenções, as bandeiras preadoras desaparecem, e as fazendas de gado vegetam. O sertão do Brasil meridional é menosprezado pelos portugueses; e mesmo a débil colonização espanhola do Paraguai pode-se consolidar e avançar, pois não encontra mais obstáculos pela frente. Os luso-brasileiros ficarão apenas com uma estreita faixa que acompanha o litoral e forma o *hinterland* restrito dos seus estabelecimentos vizinhos do mar, e por onde corre a via de comunicação que os liga entre si. Além, em ambas as margens do Rio Paraná, e na ocidental do Uruguai, o castelhano firmar-se-á definitivamente. Os generais nos campos de batalha, e os diplomatas em seus gabinetes de trabalho, confirmarão com batalhas retumbantes e tratados solenes esta obra multissecular de obscuros povoadores de nacionalidades diferentes que foram através dos tempos forjando seus contactos e equilíbrio recíprocos. E julgarão que aquela obra é sua...

O FACTOR PORTUGUÊS NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

POR HEITOR LYRA

NÃO será demais ressaltar o factor português que presidiu à elaboração da nossa emancipação política. Porque a independência do Brasil não se processou pela forma habitual nessa espécie de movimentos, isto é, como um gesto de rebeldia da colónia (já então elevada a Reino) contra a mãe-pátria, mas sim como uma reacção do Príncipe *português* que a governava, contra a política das Côrtes, também *portuguesas,* instaladas em Lisboa. Não houve, entre nós, o que se chama comummente, na América, uma *guerra da independência*. O que houve foi simplesmente uma desinteligência entre dois poderes do govêrno português, o do Príncipe, no Brasil, e o das Côrtes, em Portugal — dois conflitos de jurisdição; Lisboa empenhada em legislar para o Rio e êste decidido a defender a todo o custo a sua autonomia. Dessa rivalidade é que nasceu o desentendido político, logo agravado pela intransigência de ambos e culminado, afinal, pela atitude radical e revolucionária do Príncipe, proclamando-se, a princípio, independente das Côrtes, mas, pouco depois, do próprio rei de Portugal.

A nossa «guerra da independência» limitou-se, pois, a uma simples luta entre dois Estados da monarquia de Dom João VI — entre os dois Reinos lusitanos: o do Brasil e o de Portugal. Foi, como se vê, uma discórdia puramente intestina, luta de família. Se excluirmos as escaramuças que se verificaram em alguns pontos do Brasil, das quais a principal foi a da Baía, pode dizer-se que a nossa independência se processou entre as paredes dos gabinetes governamentais do Brasil e de Portugal. Luta de reposteiros. Campanha de papel escrito. Em vez de granadas e de golpes de lança, manifestos, proclamações, decretos-leis.

Tudo, porém, convém insistir, dentro do quadro da monarquia portuguesa. Sob as vistas do Rei português. Nos limites da Constituïção portuguesa. Na divergência que se abriu entre o filho do Rei, seu lugar-tenente no Brasil, e as Côrtes também do Rei, instaladas em Lisboa, não se cogitou, em nenhum momento, de um lado ou de outro, de desconhecer ou menosprezar o poder soberano de Dom João VI, sua autoridade real, no Brasil ou em Portugal. Esta jamais foi posta em dúvida ou discutida. Apenas cada qual dos dois grupos deu uma interpretação diferente à maneira de ser ela aplicada num e noutro Reino da monarquia lusitana. Daí o conflito. Mas tudo — convém repetir uma vez mais — dentro do campo português, sob as vistas paternais do Rei português, que não ousando ou não podendo definir-se na

luta que se abriu entre os dois órgãos de seu próprio govêrno, deixou que êstes liquidassem entre si a divergência que os separava.

A independência, na maioria dos países latino-americanos, processou-se sobretudo como um gesto de rebeldia das colónias contra o poder do Rei espanhol. Foi a sublevação de seus súbditos da América contra os direitos da coroa de Castela. No Brasil não se deu isso, porque ninguém entre nós, pelo menos até o momento da instituïção do Império, pôs em dúvida o poder do rei de Portugal, os direitos de sua coroa, suas prerrogativas soberanas ou o respeito de sua pessoa real. Inclusive a autoridade de pai, em suas relações com o filho instalado no Brasil.

Tanto assim que, mesmo depois de 7 de Setembro de 1822, dia que se considera no Brasil como o da proclamação da independência (o que resta, aliás, provar), nem o povo nem o próprio govêrno, nem as classes chamadas dirigentes, deixaram por um momento de reconhecer êsse poder real, de respeitar e aceitar como Rei a Dom João VI. Em todos os documentos emitidos no Brasil nos dias que se seguiram imediatamente ao 7 de Setembro, não se encontra um só que negue ou procure negar ou desconhecer a autoridade real. As palavras Império e Imperador só aparecem em documentos públicos no Brasil depois de 12 de Outubro de 1822, data em que alguns patriotas, imbuídos de idéias republicanas (Ledo entre outros), desanimados de instituirem uma república no Brasil, aproveitaram a discórdia intestina que separava o Rio de Lisboa para, incensando a vaidade do Príncipe, induzi-lo a proclamar-se Imperador e instituir no Brasil um Império liberal — fórmula transaccional que encontraram entre o Reino de origem absolutista e a república apenas sonhada.

Foi só então que se fêz de facto a independência do Brasil, tomando-se esta palavra no seu sentido absolutamente exacto, isto é, que Dom Pedro se separou realmente de Portugal, inclusive do pai, desanimado de chegar a um acôrdo com as Côrtes de Lisboa, dada a intransigência destas e a incapacidade em que se encontrava Dom João VI de consertar o litígio que se abrira entre os dois poderes de sua monarquia. Premido, assim, pelas circunstâncias (e não por um sentimento de rebeldia contra o pai ou a sua pátria europeia), decidiu aceitar os acontecimentos como êles de facto se apresentavam, e romper definitivamente os laços que o uniam a Portugal, *única* solução possível naquele momento, na altura a que haviam chegado as coisas.

Antes disso, porém, e ainda depois do chamado grito do Ipiranga, o Brasil se considerou sempre o mesmo Reino de antes, parte integrante da monarquia lusitana, e Dom Pedro o porta-voz e representante aqui da pessoa do Rei português. Seus actos continuaram a ser emitidos nessa qualidade. E quando êle decidiu despachar representantes para algumas capitais estrangeiras, com o fim de angariar simpatias para a sua causa, na luta que travava com as Côrtes de Lisboa (e não com o Rei), logo acentuou que o Brasil não pleiteava a independência de Portugal, nem êle se rebelava contra o poder do Rei seu pai, mas exigia apenas o reconhecimento, por aquelas, de sua condição de Reino, e que o tratassem, pois, no mesmo pé

de igualdade que ao seu irmão europeu, mas sempre dentro do quadro da monarquia lusitana.

Não houve, assim, na elaboração da nossa independência, uma revolta do filho contra o pai, do súbdito contra o Rei, do colono contra o senhor, mas apenas uma discórdia entre dois poderes de um mesmo Estado, que era o Estado *português,* formado pela união de Portugal, do Brasil e dos Algarves. Daí a ausência de rancor do nosso movimento emancipador. Ao contrário do que se passou nos demais países do Continente, não houve entre nós êsse fanatismo, que encheu de revolta os corações dos patriotas hispano-americanos contra tudo que era originário de Espanha, êsse ânimo violento e destruïdor, êsse desejo ou essa necessidade imprescindível de vingança. Não porque os processos de govêrno ou de colonização de Portugal fôssem menos severos do que os empregados pela Espanha, mas sim porque não houve aqui, como se deu nos países hispano-americanos, um movimento popular de revolta, reivindicando a todo o custo a independência. Nossa emancipação política foi feita, pode dizer-se, com a prescindência de todo elemento de rua, foi processada tôda ela no gabinete do Príncipe e de seus conselheiros imediatos, considerada e resolvida sôbre a mesa dos despachos, como um problema qualquer de administração, uma tese de direito público constitucional, a qual se resumia, em última análise, em saber se era lícito ou não às Côrtes de Lisboa legislarem para o Brasil e pautarem de lá a acção do Príncipe Regente que nos governava em nome do rei de Portugal.

Essa ausência de paixão patriótica na elaboração da nossa independência, de rancor contra Portugal ou contra os portugueses, pois que, afinal, nem êstes nem Portugal estavam em causa, mas ùnicamente o facciosismo de alguns legisladores de Lisboa, deu a êsse movimento um carácter bem diferente do que se verificou nos demais países do Continente. Não tendo a nossa emancipação política resultado de um desentendido entre os dois povos, o brasileiro e o português, nem entre os dois governos, não houve, conseqüentemente, em tal movimento, ódios de raça. A luta se limitou a uma desinteligência entre dois partidos, situados ambos no quadro *português,* isto é, na monarquia portuguesa ; o partido das Côrtes e o partido do Príncipe, e nos quais militavam Portugueses dos dois Reinos, sem nenhuma preocupação ou distinção de raça ou de nacionalidade. Eis porque muitos dêsses portugueses, ainda quando nascidos em Portugal, se conservaram fiéis ao govêrno do Príncipe, mesmo depois de êste se ter proclamado Imperador e separado definitivamente de Portugal.

Essa ausência de partidarismo racial ou de nacionalismo na elaboração da nossa independência, a predominância nela do factor *português,* ficou francamente acentuada no próprio acto de reconhecimento do novo Império por parte de Portugal. Portugal, aliás, não *reconheceu,* em rigor, a nossa independência, muito embora a tivesse aceitado como um facto consumado: *concedeu-a,* como um pai outorga a liberdade ao filho que alcançou a maioridade. E não nos concedeu apenas a independência, também a categoria de Império e o título de Imperador ao Príncipe que nos governava — título que foi transferido do pai para o filho. Tudo, pois, se processou dentro do quadro da família portuguesa.

É o verdadeiro significado da nossa independência: um simples pacto de fa-

mília — da família portuguesa, acentue-se uma vez mais. O que havia sido até então uma briga entre parentes, foi resolvido pacìficamente com uma decisão também de família, sem atritos de nacionalidade, sem ódios de raça nem antagonismos de sangue. Tais circunstâncias, verdadeiramente providenciais e com repercussões as mais profundas na evolução de nossa história, permitiram que o Brasil, o filho americano, uma vez emancipado pelo pai europeu, entrasse imediatamente na posse, não só da liberdade que nos era concedida como também da parte da herança paterna que de direito nos devia caber, e na qual se incluíam o próprio Imperador e a coroa que êste iria cingir. Se outras tivessem sido as circunstâncias, em vez dessa coroa, ou melhor, na falta dessa coroa, teríamos fabricado nós mesmos um barrete frígio, e na falta do Imperador um presidente, à semelhança do que haviam feito ou iriam fazer os demais países do Continente.

Teríamos, pois, que improvisar, não só o governante e a nossa forma de govêrno, como tôda a máquina política e administrativa do novo Estado, com certeza à custa dos mesmos sacrifícios sangrentos que haviam pago ou estavam pagando os outros países americanos. Graças, porém, ao factor português que presidira à elaboração da nossa independência, nada disso foi necessário fazer, porque Portugal se encarregou de nos dar, êle próprio, com uma verdadeira generosidade de pai para filho, tudo quanto se fazia mister para a nossa vida independente. Assim, enquanto os demais países do Continente tiveram que improvisar ou fabricar todos os órgãos de seus novos Estados, inclusive os homens que iriam governar, o Brasil iniciou sua vida independente com a máquina política e administrativa já inteiramente montada, e o que é mais, funcionando a pleno rendimento, com seus homens a postos, sua legislação em vigor, em suma, sem sofrer nenhuma solução de continuïdade entre a vida colonial ou semi-colonial da véspera e a vida independente do dia seguinte. Instituído o Império, isto é, mudados o rótulo do novo Estado e o título de seu governante, e promulgada a Constituïção que o devia reger, nada mais foi necessário fazer para adaptarmo-nos à vida independente. Pràticamente emancipados que já éramos, com todos os órgãos do Estado em funcionamento, bastou ao Brasil *continuar*. Isto é, continuar Portugal na América. Ora, isso só foi possível graças ao factor *português* que presidiu à nossa emancipação política.

DEFESA DO GÉNIO POÉTICO PORTUGUÊS

POR JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

É NA verdade estranho que a poesia portuguesa, tão alta, complexa e rica, tão caracterìsticamente nacional sempre, no seu universalismo e na sua profunda humanidade, careça, ainda, de uma defesa contra a imagem deformada, incompleta e falsa que dela têm imposto ao público a incompreensão, a incultura ou os particularismos do gôsto, injustificáveis na crítica.

Mais estranho e mais desolador que essa defesa tenha de ser feita, não só contra as afirmações, sem base crítica, de eruditos autores de «manuais escolares», com que se tem envenenado a inteligência portuguesa e demorado o advento da plena consciência de uma cultura lusíada, de raiz nacional, mas também contra as opiniões de alguns poetas.

Não é de hoje êste mal, mas nunca êle se mostrou com tão grave aspecto como agora.

Os erros têm também a sua explicação e encontrá-la é, de certo modo, desculpá-los. Mas os erros de ontem, de antes da época em que foi possível uma plena consciência nacional, não têm explicação hoje, senão aquela, mais condenatória ainda, da repetição fácil do que, embora errado, se converteu em lugar comum.

Assim quando Garrett e Camilo Castelo Branco, se mostram incompreensivos do alto e profundo génio lírico de Tomás António Gonzaga (o maior e mais perfeito poeta lírico do neo-classicismo) a explicação (e desculpa) do seu êrro está no particularismo do gôsto romântico de que enfermaram as suas críticas. O mesmo, e já com menos justificação, se poderá dizer da crítica feita àquêle perfeito e profundo lirismo neo-clássico por um outro autêntico e esquecido poeta da geração de Antero, José Simões Dias, a quem o renôvo romântico dêsse Segundo-Romantismo, de novo impedirá a compreensão justa da poesia neo-clássica, mesmo quando ela foi, como em Dirceu, de tão funda e dolorosa vibração humana.

Assim também quando Antero do Quental, ao justíssimo elogio do génio poético de João de Deus, juntava (em 1861 e, como Garrett no «Bosquejo», com a desculpa, suplementar, da sua extrema mocidade) a injustificável condenação do lirismo que mediou entre Camões e o último e máximo poeta do Primeiro Romantismo Português, a sua desculpa verdadeira está no espírito romântico novo que lhe dirigia a inteligência e limitava o gôsto.

Nem Bocage (seu verdadeiro mestre no Soneto, bem mais do que Camões ou João de Deus) logrou dêle o elogio que seria o natural e nobre reconhecimento do íntimo laço que, através de quási um século, o ligava àquêle grande poeta, quer nos fundamentos do drama espiritual por ambos vivido, quer na forma, supremamente bela na sua compressão sintética, com que ambos souberam exprimi-lo no Soneto.

Antero não é, aliás, nunca um bom crítico da literatura e muito menos da Literatura Portuguesa, apesar da sua lucidez de inteligência. Isto por fôrça de uma incompleta ou falsa consciência nacional, que não foi só dêle mas acompanhou todo o Segundo Romantismo Português, diminuindo mesmo aquêles que, como Teófilo Braga, procuravam, laboriosa mas muitas vezes erradamente, as bases verdadeiras de um nacionalismo cultural.

Serão ainda os ecos dêste Segundo Romantismo Português, o que se escuta através

das «opiniões», mais ou menos recentes, de alguns poetas modernos sôbre a poesia portuguesa? Creio bem que sim. Mas esta explicação deixa de ser uma justificação e de permitir a desculpa dos erros, parcialismos e limitações de gôsto (quando não desconhecimentos e limitações de cultura) quando se trata de poetas que vivem esta época contemporânea de plena afirmação nacional na poesia. Porque ela é assim exactamente pela consciência e conhecimento da ininterrupta e lenta acumulação de valores de cinco séculos de Literatura sempre nacional e sempre grande.

Eco do Segundo-Romantismo, que sublimou mas também exacerbou, por vezes, o subjectivismo e lhe atribuíu todo o valor na criação poética, é sem dúvida aquêle errado lugar comum, dominador e deturpante da crítica, que atribui um exclusivo carácter lírico à nossa Literatura.

Para isso, com a mais estranha confusão do verdadeiro significado das palavras, se atribui só *génio lírico* a quem, como Gil Vicente foi a perfeita e forte incarnação do génio dramático. Para isso se sobrepõe o génio lírico de Camões, em verdade sublime mas tendo outros seus iguais, ao seu génio épico, supremo e nunca excedido em qualquer Literatura. E até os Lusíadas, poema épico sempre e poema épico perfeito no seu todo, o que não exclui a mais funda vibração humana e a presença, mas subjacente e indirectamente expressa, da subjectividade do poeta, até mesmo os *Lusíadas,* poema épico-histórico, quere dizer antítese do lirismo, é louvado pelo que se afirma ser a realização lírica dos seus episódios.

A obra de arte que Camões quis e realizou, perfeita no seu todo, com a aceitação das regras da poesia épica no que tem de necessário e fecundo e recusa do que seria diminuïção e empobrecimento da livre e original criação poética, essa obra de arte de inultrapassável perfeição e humanidade, como poema épico-histórico que é, e onde o génio épico se revela nas suas máximas possibilidades, vê-se assim condenada, afinal, como um êrro, filho da moda de uma época, êrro que não logrou vencer o génio lírico do seu autor.

Seria, porém, um nunca findar de censuras a crítica verdadeira, justa, independente de simpatias ou cálculos, do muito que se tem escrito sôbre a poesia portuguesa, do que todos os dias se permitem publicar ou dizer quantos, sem real conhecimento da nossa Literatura, ou sem verdadeira sensibilidade poética, se permitem como «profissionais» ensiná-la ou julgá-la.

Salvo raras, e quási sempre incompletas excepções, a história e a crítica da nossa poesia, a do passado como a contemporânea, só tem servido para que ela seja desconhecida na sua complexidade viva e forte e incompreendida na sua evolução inteiramente nacional.

E êstes erros, se em nada podem influir na criação daqueles, poucos, que juntam ao engenho poético uma inteligência crítica, igualmente forte e pessoal, capaz de o dirigir para a plena consciência da obra a fazer com raízes no nosso passado literário, a muitos outros pode transviar na sua própria criação e em verdade, desgraçadamente, a alguns tem já transviado. A alguns autênticos, mesmo grandes, valores. Por isso, e não por outro motivo de prazer na censura ou gôzo de natural combatividade na polémica, me vejo na obrigação absoluta de não deixar que continue êste lento mas implacável desvirtuamento do génio poético português.

E não é tanto por lamentar que, com êstes erros da crítica, se tornem a breve trecho quási por completo esquecidos muitos dos verdadeiros poetas portugueses. Isto, que, aliás, importa muitíssimo à cultura geral, é ainda o mal menor. Pior mal é que essa cultura se transvia em erros e admirações sem motivo ou razão de ser, que logo têm de cessar, por injustificadas ou feridas de exagêro, como aconteceu com a glória dêsse poeta menor que foi Tomás Ribeiro, e a tantos nossos contemporâneos, poetas de verdade ou não, virá a acontecer. Mas de todos o mal pior é ainda o que de deturpante e desvirtuador do génio próprio e nacional de cada poeta, pode causar a influência de tão erradas e imperfeitas opiniões sôbre a nossa tradição literária, rica de vários, complementares e só aparentemente contraditórios movimentos, capaz por isso, em sua complexidade, de fornecer a base necessária à mais alta criação poética actual.

Reduzindo a visão do génio poético português a um só dos seus aspectos — o lirismo

— e, ainda, dentro dêle, quási apenas ao lirismo de amor, necessàriamente se cria, com essa crença baseada num êrro, mas forte, um complexo de inferioridade que a muitos acaba por manter naquela, não natural mas forçada, limitação.

Pior, porém, é a conseqüência do outro êrro crítico, não menos grave, o que nega o carácter nacional ou mesmo todo o valor humano ou poético a uma grande parte da nossa poesia, desfazendo, contra a verdade, a sua admirável continuïdade evolutiva. Êste êrro vem muito do passado e explica-se pela utilidade (superficial, embora) que há para cada novo movimento literário em negar a beleza realizada na época anterior, anulando assim (mas só na aparência) o prestígio que das realizações belas e perfeitas (e como tal eternas e sempre actuais) pode distingir sôbre as suas imitações e formas já anquilosadas de repetição e decadência, que se opõem à beleza e forma novas.

Breve, no entanto, a justiça crítica tem de manifestar-se para que haja, como deve haver, uma continuïdade na cultura e para que, recusando os erros e os excessos de uma como da outra «escola», a antiga e a moderna em cada época, se compreendam, recolham e estimem as verdadeiras belezas que sempre, e qualquer que seja a teoria estética, um verdadeiro génio poético nacional realizará. Pensar o contrário é um absurdo. E paradoxal absurdo é afirmar a existência de um verdadeiro e forte génio poético nacional conjuntamente com a opinião de que êle se abafou ou não existiu durante épocas inteiras, mesmo durante séculos, e segundo circunstâncias que têm muito pouco que ver com a evolução poética mas muito com os preconceitos políticos ou estéticos do crítico que por êles limita a sua visão do belo e grande.

Os erros dos combates entre escolas literárias ou doutrinas estéticas, combates quási sempre inúteis e muitas vezes prejudiciais, só se desculpam, porém, nas épocas de afirmação parcial, nunca numa época, como a da Literatura Portuguesa de hoje, que, pelos seus verdadeiros valores e pela própria exigência de todo o passado literário português, tem de ser uma afirmação total, plena, consciente, do génio lusíada.

Manter hoje a afirmação, errada e sem base, da limitação ao lirismo do génio poético português, ou, o que é pior, das suas decadências e renovações periódicas e intervalos de infecunda ou totalmente inferior existência é pior do que um êrro, um crime. Crime contra a inteligência e a verdade e, pior, crime contra as possibilidades de realização do nosso século.

Desde os bancos das escolas assim vão, no entanto, diminuindo o nosso natural orgulho de filhos de uma Pátria que tem um génio nacional próprio e forte, complexo e profundo e que, sem descontinuïdade o tem realizado na sua Literatura.

Parcialmente apenas, sempre, em cada uma das épocas, até à de hoje? Sim; mas reconhecê-lo não pode envolver a mínima condenação, ou sequer censura, para com as realizações parciais das épocas anteriores à nossa. Devemos, pelo contrário, compreender que só através de sucessivos movimentos entre si complementares e realizações parciais se pôde alcançar a complexa, a plena fôrça que requere e impulsiona o apogeu literário de hoje e de amanhã.

Que isto não seja estudado, compreendido e ensinado nas «escolas» nem se veja escrito pelos críticos profissionais é bem triste e bem contrário ao valor de uma cultura geral portuguesa.

Mas êsses escritos e «lições», só por si (felizmente para nós, neste caso) têm pouca influência nas pessoas de cultura acima da mediana e quási nenhuma nas verdadeiras inteligências criadoras.

Já o mesmo, porém, não pode dizer-se das opiniões de verdadeiros críticos e poetas que naqueles se baseiam, tomando o falso e errado pela autoridade de quem escreve ou ensina e emprestando-lhe outra maior, mais perigosa autoridade com o valor da sua adesão.

Êste é o mal. Que verdadeiros valores, críticos e poetas, por carência de um esfôrço próprio de compreensão e de estudo, continuem a fazer-se eco das *opiniões* contrárias à cultura portuguesa e à realização consciente e plena do nosso génio poético. Que essa incompreensão baseada no desconhecimento da realidade grandiosa do nosso passado, continue a envenenar muitos valores da época actual e a desviar as suas obras para a submissa e inferior imi-

tação de quantas modas, europeias ou americanas, nascem de um abaixamento momentâneo ou persistente, ou mesmo de estagnação ou decadência literária, moral e espiritual que não é de modo algum o caso dos povos de língua portuguesa.

Essas opiniões e seu êrro é que têm de ser denunciados por contrárias à verdade e à inteligência mas sobretudo pelo obstáculo que opõem à realização plena de quanto a evolução literária (e histórica) nacional exigem do nosso esfôrço para que se desejem e façam as obras que essa mesma evolução anterior preparou, reclama e permite.

Posso lamentar que a censura atinja pessoas que pela sua própria obra poética ou pelo seu espírito crítico, revelado naqueles trabalhos que foram, a sério e sinceramente, meditados, merecem respeito, mesmo admiração.

Mas é indispensável distinguir entre êsses motivos do nosso respeito, que é precisamente o que lhes empresta qualidade e torna mais perigoso o mal das suas opiniões, e o êrro destas.

Espero que, assim explicado, o meu intuito seja compreendido, sem animosidades. Se o não fôr... que importa? Acima de tôdas as considerações de respeito e mesmo de amizade e muito mais acima daquelas considerações de vantagem pessoal num meio estragado pelo elogio mútuo, ponho o amor pela Nação e a sua alma, o respeito pela cultura e a verdade, e a simpatia humana, generosa, por todos os que, hoje ou amanhã, para bem e totalmente realizarem o seu génio próprio precisam conhecer a realidade e a grandeza do génio nacional em que êle embebe as raízes.

Para todos êstes, os já transviados de hoje, que ainda podem recuperar-se e refazer a sua obra, os de amanhã sobretudo, para que não caiam em iguais erros, é necessário que se levante uma voz em defesa do génio poético nacional, para que êle seja conhecido, compreendido e amado e assim possa animar as criações possíveis na época actual da nossa Literatura.

Será uma inteira campanha de cultura e nacionalismo (palavras que no actual momento histórico do mundo têm em Portugal o mesmo significado) uma campanha que não pode limitar-se a êste brado de alerta. Mas êle mesmo tinha que ser proferido desde já, porque são graves, nefastas mesmo, as conseqüências dêsses erros contrários à cultura nacional e ao pleno desabrochar do génio poético português.

Quando, pelos fins do século XIX, José Simões Dias publicava o seu «Curso Elementar de Literatura Portuguesa», eivado de incompreensões por tudo quanto foi a nossa literatura do período Baroco ou do movimento Neo-Clássico, tinha ao menos a desculpa, êle, poeta do início do Segundo Romantismo Português, da necessidade em que ainda estava de defender uma estética particular. Mau grado porém esta limitação grave para o espírito crítico, pôde escrever com justiça e acêrto sôbre D. Francisco Manuel de Melo, o maior poeta português do período baroco, e grande poeta de sempre, esta frase que transcrevo: «Depois de Camões e Rodrigues Lôbo é Dom Francisco Manuel de Melo o lírico mais apaixonado e mais profundamente nacional do seu tempo».

E quem realmente tiver lido pelo menos o seu «Canto da Babilónia», igual em altura poética ao poema «Babel e Sião» de Luís de Camões, não duvidará, um momento, da qualidade nacional e do profundo valor do génio poético dêste grande entre os grandes, que não foram poucos, do século XVII.

Pois bem. Já em pleno movimento de total afirmação de uma consciência nacional, na nossa Literatura, (em 1941) um poeta moderno e poeta verdadeiro, João de Barros, publicava uma «Pequena História da Poesia Portuguesa» na qual se lê:

«Dois séculos de quási estagnação poética eis o que foram os séculos XVII e XVIII»!

Negando, depois, autêntica poesia a quantos autênticos poetas cita ou esquece, essa obra reduz a quatro os poetas dêstes dois séculos: Garção e Gonzaga, apenas citados, e Rodrigues Lôbo e Bocage, louvados. É provável porém que ainda êste louvor seja a condena-

ção implícita do baroco e do neo-clássico. Porque Rodrigues Lôbo é visto apenas no que ainda tem de camoniano e Bocage, como poeta em que se dá a transição para o Romantismo, se afasta já da estética daquele «largo intervalo de escassez lírica». A época baroca, em que a poesia portuguesa, através embora do pesado tributo de muitos erros, ganhou uma ductilidade e riqueza de expressão que não tinha antes, não vale nada para João de Barros. Nem mesmo depois de por êle conhecido e citado o movimento de reparação crítica que em Espanha elevou tão alto de novo a obra de Gôngora. Nem mesmo com a excepção dos versos, de inexcedível musicalidade e vibração místico-sensual, de Soror Maria do Céu!

Nem mesmo nos trechos belos, de alta beleza decorativa e artística, de Brás Garcia de Mascarenhas, que, no entanto, forçosamente leu com atenção, visto que reduziu *a prosa* o seu poema único do «Viriato Trágico».

Também todo o neo-classicismo é, afinal, condenado em bloco, parecendo considerar-se as «reminiscências clássicas» como um motivo para se ser «artificial e artificioso».

Serão êstes erros mais uma manifestação, ou eco, do romantismo, na crítica? Creio bem que sim.

Mas para que esta influência, tão prejudicial em seu particularismo estético, possa subsistir nas opiniões de um poeta moderno como João de Barros, forçoso é que êle não tenha feito a necessária, meditada análise dos fundamentos de estudo e compreensão em que deve sempre assentar uma crítica literária, para mais sintética e de conjunto, como a da sua história da poesia portuguesa.

João de Barros, poeta moderno e verdadeiro poeta, repito, não pode já desculpar-se com a opressão do sentimento romântico sôbre a sua inteligência crítica nem com a necessidade de afirmar, de novo ou ainda, uma estética tão particular como foi a do Romantismo. Pela sua obra de criação êle não pertence já ao Romantismo que termina com António Nobre, mas ao início da época Humanista e plenamente nacional que através do Segundo Romantismo se fôra preparando. Nela colabora com originalidade e mesmo com grandeza pessoal.

Inclusivamente na crítica literária também a lucidez do seu espírito se tem revelado livre de preconceitos românticos como, por exemplo, quando mostra elevada compreensão do seu grande contemporâneo António Patrício.

A que atribuir pois os erros gravíssimos, da sua «história da poesia portuguesa», senão a uma aceitação fácil dos lugares comuns que lhe vinham do Romantismo e a uma apressada, mal informada, e não meditada «crítica», do que exigia de si, como crítico e poeta, um esfôrço alto e completo de compreensão?

Só por isto, creio, pôde João de Barros dizer na sua obra que Frei Agostinho da Cruz, um dos grandes poetas religiosos do Mundo, «não atinge a sublimidade dos grandes sequiosos de Deus, de uma Santa Teresa de Jesus, por exemplo».

Exemplo infeliz, pois a admirável Santa e grande alma de acção foi uma poetisa de valor muito secundário e grandemente inferior, na poesia, a Frei Agostinho da Cruz.

Pelas mesmas deficiências não compreendeu João de Barros a autêntica e alta poesia (não musical mas bela e forte, no entanto) de Sá de Miranda a quem classifica de «metrificador erudito»!

Só transviada por elas pôde a sua sensibilidade considerar de «fraco lirismo» a poesia lírica, tão humana e profunda, de António Ferreira.

Quanto a Caminha, que diz ser «um hábil metrificador, não um autêntico poeta», afirma João de Barros que: «a história da poesia tem de excluí-lo porque nenhum tributo de valor trouxe à sua glória nem à sua evolução»! Tirânica, injusta e simplista condenação, esta. Caminha não foi um poeta de génio mas muitas das suas composições devem figurar, de pleno direito, sem qualquer favor, numa verdadeira Antologia dos autênticos poemas da língua portuguesa.

Isto não é pouco e nem de todos os nomes que andam hoje na bôca da fama nem de tôdas as obras de outros que são autênticos poetas se poderá dizer o mesmo.

E quanto à contribuïção de Caminha para a verdadeira evolução da poesia portuguesa é ela tão evidente que admira vê-la, não discutida nas suas vantagens, mas negada. Mais

do que contribuïção, influência e até mesmo em um dos melhores poetas nossos contemporâneos, poderia fàcilmente ser demonstrada.

Não me compete, porém, analisar neste ensaio os julgamentos críticos, quási sempre de recusar, desta «Pequena História da Poesia Portuguesa».

Quero apenas indicar, para defesa, com verdade, de um génio poético português, quanto essa «história», em bloco, contribui para o negar e amesquinhar.

Para esta obra, mutilando a profunda e total humanidade da riqueza de formas da nossa Poesia, ela reduz-se ao lirismo. Mas, pior, mesmo no lirismo são, para esta obra, momentâneas apenas as manifestações do nosso génio poético, e são, afinal, bem poucos os poetas que merecem êste nome e mais, muito mais, os metrificadores, hábeis ou eruditos. Da era dos Descobrimentos, que finda com Gil Vicente, só o nome dêste «génio universal» (esta afirmação, sim, merece aplauso) e os de mais dois poetas, e não dos maiores, são citados com relêvo.

Da era do «Renascimento» os «autênticos poetas» são, para esta obra, mesmo na mera citação, bem poucos afinal. E note-se que entre os nomes citados não figura nem um só dos verdadeiros companheiros ou discípulos de Camões, negando-se por êste modo, implìcitamente, o valor da influência imediata que teve o seu génio e a beleza da sua forma.

Salvo Rodrigues Lôbo (que não é o que mais directa influência de Camões revela nas suas obras) nem um só poeta suscitou a influência da obra lírica e épica de Luís de Camões?

Parece que, ao contrário do que seria natural (e é a verdade), a própria influência camoniana abriu, assim, o «largo intervalo de escassez lírica».

Porque, segundo esta obra, a poesia portuguesa só «renasceu» com o Romantismo, isto porque com êle se unia o liberalismo político e com o subjectivismo romântico se reforçava ou, antes, fazia ressurgir o lirismo.

Há nesta afirmação de João de Barros um êrro absoluto, derivado, parece-me, da consideração da História e da Literatura francesas que não tem aplicação possível à evolução da poesia em Portugal. Restringindo-me na análise ao que para o autor desta «Pequena História» tem importância capital, senão única, isto é, ao Lirismo, notarei apenas como êle parece desconhecer a mais funda, original e forte transformação do lirismo de amor, a primeira que, com absoluta grandeza e perfeita beleza, se opõe ao platonismo amoroso persistente dos Renascentistas, o qual volta, em parte, com o Romantismo. Refiro-me às *Liras* de Gonzaga, poeta neo-clássico em tudo e que nem por isso deixou de ser o verdadeiro criador de um lirismo novo e até de uma inicial transformação do sentimento amoroso, não platónico já, mas nem por isso menos elevado e puro. Poderia também citar o lirismo de paixão e ciúme de outros poetas neo-clássicos se o último dentre êles e também primeiro romântico português, Bocage, não tivesse ascendido nesse lirismo mais alto que nenhum outro.

O desconhecimento do verdadeiro carácter do neo-classicismo português e da sua natural, não importada, transição para o que podemos chamar Romantismo não é apenas dêste autor mas comum a quantos têm escrito sôbre êste período. E não poucos terão tido como prejuízo deturpante da verdade a falsa idéia dos «séculos de opressão» quer política, quer (quanto à poesia) formal.

Mesmo o lirismo (e não é êle tôda a nossa poesia) fôra grande sob a disciplina formal neo-clássica. Não carecia em absoluto da libertação formal (aliás muito limitada) que lhe trouxe o nosso primeiro Romantismo. Êste movimento foi natural, profundo, benéfico, mas por outras razões, aquelas sobretudo que permitiram o alargamento dos temas religiosos e filosóficos que vieram a alcançar plena e total grandeza no segundo Romantismo Português. E não apenas no lirismo, isto é, no bom sentido (e já bastante genérico) na poesia subjectiva mas no poema filosófico, de forma narrativa umas vezes, dramática outras.

Parece porém que sempre que há poesia, o autor da «Pequena História» quere que se afirme que há lirismo.

Transcrevo: «Qual é, na realidade o carácter fundamental da nossa literatura? O lirismo. O lirismo amoroso ou épico, trágico ou dramático, em prosa e em verso.»!

Há nesta frase, com muita confusão das mais elementares categorias literárias, sem as quais não se pode fazer crítica nem história da Literatura, um estranho abuso da pala-

vra *lirismo* para além de todos os limites, mesmo os mais largos, do seu significado. Êste abuso e desvio do sentido da palavra não permite esclarecer, antes leva a confundir, o que seja poesia na sua necessária separação de outros géneros literários (entre êles o da História, tão rico e alto na Literatura Portuguesa) e na distinção, também necessária, que dentro da poesia se deve fazer das suas três grandes divisões — a lírica, a épica e a dramática. Qualquer que seja a interpenetração dessas três formas gerais da Poesia e usem embora elas do verso ou da prosa (neste caso poética e não discursiva) é impossível não distinguir as obras pelo seu carácter predominante — lírico, épico ou dramático.

E considerar *poesia* apenas o que exprime directamente a vida subjectiva do poeta — o lirismo — é necessàriamente restringir a compreensão da Poesia.

Êste deverá ter sido o motivo porque nesta obra de João de Barros se não explica nem parece ter-se compreendido a verdadeira evolução da poesia portuguesa nos dois períodos do nosso Romantismo e no período inicial do Humanismo que coincide com o princípio dêste século. Errada é também a valorização dos poetas destas épocas, mesmo a daqueles que cita e até dos que louva. E muitos são injustamente esquecidos. Muitos e precisamente, entre êles, alguns dos poetas do final do segundo Romantismo e aquêles, em particular, com os quais se começa ou torna possível o movimento do Humanismo, plenamente nacional e o mais profundamente universal da nossa Literatura.

Quási se pode dizer que a última geração do Segundo Romantismo foi totalmente esquecida, mesmo António Feijó, apenas citado, mesmo Manuel da Silva Gaio, nem citado sequer, para não falar de outros seus iguais.

As primeiras gerações do Humanismo, e os seus mais altos valores não mereceram a João de Barros uma crítica, rápida e sintética que fôsse. E no entanto parece que deveria ser essa síntese sôbre o verdadeiro e profundo aspecto da poesia contemporânea, a conclusão natural de qualquer história da poesia portuguesa. Ela contribuïria para mostrar como tôda a evolução da poesia portuguesa tendeu para o seu actual, possível, esplendor máximo e, paralelamente para condenar o falso moderno, o pretenso novo que se acoberta com o nome de «modernismo». Para isso, mais ainda que pela necessária justiça crítica tem de ser feita a sério, com o integral conhecimento das obras, a história da poesia em Portugal.

Fase de plenitude na afirmação do génio poético português, criadora de um novo Humanismo, bem nosso, o Humanismo Lusíada, a época contemporânea, tem, no entanto, também, ainda, os restos mais inferiores de um romantismo em dissolução com manifestações de inferior delírio e de liberdade exasperada que é já licença contrária à beleza e leva ao mais baixo prosaísmo.

Sim, na nossa época e na nossa poesia actual as mais altas, variadas e profundas obras de Poesia, original, nova portanto, mas sempre verdadeira e bela, coexistem com as mais reles, insinceras, tôrpes manifestações de uma decadência do Romantismo que se vem arrastando de há muito com o nome de «Modernismo».

Para que não continuem a perverter-se muitos valores novos na fácil entrega a êsse «modernismo» (resíduo do pior que teve o Romantismo) é que deve exigir-se dos poetas e dos críticos que compreendam e afirmem o verdadeiro génio poético português. E para isso é preciso tornar bem claro a todos os espíritos novos quanto a evolução inteira da nossa Literatura condicionou e requere dos poetas de hoje a obra que corresponda à época de esplendor e plenitude que tôda essa evolução preparou e, de certo modo, dentro da relatividade das coisas humanas e das criações espirituais, poderíamos, até, dizer que determina.

A determinação (passe, por agora, o têrmo) de uma época nova de esplendor e do verdadeiro apogeu da Literatura Portuguesa, sentiu-a Fernando Pessoa com aquelas qualidades de intuïção que foram a sua maior virtude espiritual.

Nos ensaios sôbre a Nova Poesia Portuguesa, publicados em 1912 na revista «A Águia», é ainda quási apenas essa intuïção o que vale. Ela e a inteligência compreensiva com que nota e afirma o valor daquela segunda geração do período Humanista, aquela geração mesma que se agrupou sob o nome feliz de Renascença Portuguesa.

As justificações sociológica e filosófica com que procurou reduzir a têrmos de demonstração racional o que nêle era, antes e melhor, forte e verdadeira intuïção e compreensiva crítica literária, pecam por imperfeita, deficiente ou errada informação.

Os seus julgamentos na comparação dos grandes períodos literários da França, da Inglaterra e de Portugal, que requeriam uma vida inteira de cultura e meditação atenta e demorada, redundaram, por falta delas, em mera fantasia. E no entanto não teria Fernando Pessoa precisado daquelas demonstrações racionais ou pseudo-racionais da sua intuïção literária e histórica se a tivesse apoiado no «estudo exclusivamente literário da nova corrente poética portuguesa», estudo que prometera fazer e abandonou, «por inútil para as conclusões sociológicas». Foram estas — afirmadas sem base num verdadeiro conhecimento da História e da orgânica social portuguesas, sem uma cultura sociológica profunda e talvez, mesmo, sem o espírito necessário para a dominar — foram estas opiniões «sociológicas» que, sem dúvida, o levaram aos maiores erros na consideração das características literárias e filosóficas da nova poesia portuguesa.

Entre êsses erros está o romântico princípio da forçada «originalidade» e o seu exaspêro na afirmação de uma «anti-tradicionalidade» como necessária. Daqui a terrível conseqüência para a sua crítica, e até para grande parte da sua obra poética, de uma procura racional, voluntária, fria mesmo, da «originalidade». Para a obter desceu por vezes à imitação dos aspectos mais característicos na aparência (e menos profundos na verdade) da poesia de épocas anteriores, nossa ou alheia, da retórica oratória de Walt Whitman à frieza neo-clássica dos piores imitadores de Horácio.

Dêste êrro também resultaria uma crescente incompreensão crítica do momento literário português em que viveu e para o qual tão altamente contribuíu com a melhor parte da sua obra. Esta sim, tem verdadeira e profunda originalidade, não rebuscada, mas forte e natural, como sincera realização da sua personalidade, sobreposta à tradição nacional, multis-secular que permite a altura atingida pelas novas criações.

O conhecimento imperfeito da tradição literária nacional e de tôdas as possibilidades que oferece à nova criação foi assim prejudicial mesmo a quem — como Fernando Pessoa — juntou ao superior talento poético a lucidez de inteligência e uma intuïção perfeita da grandeza do momento literário em que vivia. Porque essa grandeza vem de uma forte, própria, lenta evolução literária e histórica e não de momentâneos, superficiais fenómenos sociológicos. O esplendor contemporâneo tornou-se possível por uma multissecular acumulação de valores, crescendo para o apogeu e permitindo-o, acompanhando a evolução literária que exprime uma vida histórica a mais intensa, e multiforme, verdadeiro drama que moldou a mais profunda e complexa das almas colectivas nacionais.

Êsse esplendor contemporâneo é realizável em sua plena grandeza mas só através de um esfôrço consciente, lúcido e, ao mesmo tempo, espontâneo do génio individual vibrando em uníssono com a alma nacional (cuja vida não pode excluir nenhum momento do seu passado) e baseado na mais profunda cultura mas ainda dentro dela, também, na que tem raiz portuguesa.

Enganado pelos últimos ecos do Romantismo (o que é bem evidente na espécie de filosofia que, nos seus ensaios de «A Águia», afirma ser a base necessária da nova poesia) transviado pelos seus erros de «sociólogo» e a falta de uma perfeita cultura portuguesa, Fernando Pessoa veio a cair no êrro e na confusão como crítico da poesia portuguesa.

É o que, tristemente, se verifica na nota inicial, evidentemente da sua autoria, republicada numa «Antologia de Poemas Portugueses Modernos» (Ed. Nobel — Coimbra — 1944).

Todos os erros do Romantismo quando aplicados à crítica histórica e literária nêle se encontram. Mesmo a negação, implícita, da realidade cultural, que estabelece as divisões no tempo, e da realidade nacional, que estabelece as fronteiras. O exclusivo critério da crono-

logia só pode ter sentido espiritual se, como no caso desta nota, se liga a um determinismo extra-humano e «astrológico».

E nesse determinismo «astrológico» cai a nota crítica de Fernando Pessoa, afirmando «a felicidade dos tempos» como razão e motivo do valor da moderna poesia portuguesa.

O mal, porém, não está na qualidade do argumento (cujo valor ou não-valor, não cabe discutir aqui) com que procura apoiar a sua intuição da grandeza contemporânea. O mal está em que por ela se considere independente do esfôrço próprio, da cultura tradicional e da criação voluntária, engrandecida pelo fito proposto à obra literária, que se considere independente da verdade que é esfôrço e equilíbrio, cultura e disciplina mental, a grandeza da época que vivemos.

Compreendendo a grandeza actual como «felicidade dos tempos» e aceitando o carácter nacional de uma poesia pelo motivo único de ser moderna, cai-se na total incerteza do julgamento crítico, na dissolução completa do gôsto e da arte e suas regras naturais, eternas.

E, valendo-se da autoridade real de Fernando Pessoa qualquer farçante, sem talento nem cultura, pode assim, com extrema facilidade, considerar-se grande e nacional, ou como tal apresentar-se ou ser julgado por uma crítica sem critério de selecção.

Ao contrário, a criação poética (e de um modo mais geral, literária) na época actual requere de quem a ela se entrega um esfôrço máximo e supremamente esclarecido e lúcido e baseado na compreensão verdadeira e total da evolução multissecular, quer histórica quer literária, que determina a grandeza a que as obras têm de corresponder na nossa Literatura de hoje.

Sem o conhecimento exacto e profundo de tôda a nossa tradição poética, como realizar a síntese das tendências, que permitem agora, e só agora, a criação totalmente nacional e verdadeiramente nova? Só conhecendo os movimentos e aspectos todos da nossa Literatura se libertará o criador que nela se integra, da influência perigosa, mesmo quando não submissamente recebida, do último período do Romantismo Português, tão alto já em sua criação. Só assim se substituirá à influência opressiva de uma só «escola» e às imitações das modas alheias a fôrça impulsionadora das influências várias e complementares ou, antes, de tôdas as virtualidades nelas contidas e que só hoje podem encontrar a sua plena realização na nova poesia portuguesa.

Para ajudar êste esfôrço de compreensão indispensável a todo o poeta português moderno seria necessário (porque nem todos o poderão realizar só por si) que se compreendesse, enfim, a nossa Literatura na sua evolução própria e carácter nacional e se mostrasse como êste reagiu sempre, em cada período com sua particular grandeza e especial beleza, às influências exteriores com que enriqueceu, absorvendo-as e assimilando-as, o património que hoje nos é comum.

Para ajudar êsse esfôrço de auto-conhecimento seria, mais do que útil, indispensável, uma verdadeira e larga Antologia Geral da Poesia Portuguesa, em que nenhuma das suas épocas fôsse, por errados prejuízos ou limitações de gôsto, deminuída no seu autêntico valor.

Essa Antologia Geral da nossa Poesia terá de ser acompanhada de um estudo crítico geral sôbre cada época e da síntese crítica particular sôbre cada poeta que nela mereça figurar.

Assim e só assim se tornará certeza cultural o que em bem poucos ainda é conhecimento consciente e verdadeiro da nossa realidade como alma nacional no que tem de mais profundo.

Não facilita, antes dificulta e transvia êste conhecimento a opinião de Fernando Pessoa, proposta como critério de escolha da poesia moderna na Antologia em que colaborou.

Para justificar a grandeza moderna, ou, antes, para a afirmar como «necessária» e «astralmente» determinada (o que evita e impede a verdadeira valorização e escolha crítica entre os poetas e as suas obras) Fernando Pessoa entendeu dever reeditar e piorar todos os erros que pesam sôbre a compreensão da nossa Poesia.

Não é já sòmente a condenação do período Baroco, como a fizeram os neo-clássicos e, no momento em que a fizeram, por necessidade na reacção contra a última, e já deca-

dente, fase do baroquismo. Não é já apenas a condenação da poesia do neo-classicismo português, a que, pela mesma reacção, se entregaram os nossos românticos e particularmente os do Segundo Romantismo.

É, reeditando todos os preconceitos e erros do Segundo Romantismo, e agravando-os, a condenação implícita de tudo quanto não é «medievalista» ou moderno (aqui, em verdade, apenas neo-romântico) a condenação mesmo da mais alta criação da nossa Literatura até à época actual, isto é, da poesia do Renascentismo.

Não se julgue que exagero. Vou transcrever as frases com que Fernando Pessoa (como lamento dizê-lo) quis amputar ao génio poético português e à sua evolução multissecular, não só os períodos falsamente chamados de «decadência» mas até aquêle de altíssima realização na poesia épica e lírica, e até dramática, que podemos classificar de Renascentismo.

Transcritas aqui essas frases e chamada prèviamente a atenção para o seu êrro, não passarão despercebidas como o foram de todos os críticos profissionais.

E pior do que êsse êrro de Fernando Pessoa é que êle passe despercebido como tal, ou que por ser dêle, e apoiado no prestígio do nome de um poeta autêntico e grande, êsse êrro aumente mais ainda a confusão da inteligência crítica, dominante hoje, quando ela se requeria mais lúcida e bem informada.

Para Fernando Pessoa a «escola de Coimbra» (infeliz expressão que significa a eclosão do Segundo Romantismo) «foi o renascimento da poesia portuguesa adentro da poesia portuguesa». E dessa eclosão do Segundo Romantismo com a geração de Antero do Quental e, acima de tudo, com a obra dêste poeta de génio, quere Fernando Pessoa (agora, mas não nos seus ensaios publicados na revista «A Águia») marcar o início da fase moderna da poesia portuguesa.

Opinião que não tem um fundamento crítico, esta última apenas é de lamentar quanto ao poeta que, tendo revelado nos seus ensaios anteriores a intuïção de uma nova poesia portuguesa, não romântica, veio afinal a sentir-se ligado estreitamente ao mais característico romantismo português: o do seu segundo período, o de Antero, Junqueiro e Gomes Leal. O êrro agrava-se com a inclusão no Segundo Romantismo (e entre os «modernos») do último e talvez o maior poeta do Primeiro Romantismo, João de Deus. Agrava-se, digo, sobretudo para os efeitos de uma poesia verdadeiramente nova (embora com inteira raiz tradicional) de uma poesia moderna a realizar sem a repetição do platonismo amoroso e filosófico que domina o Primeiro Romantismo Português no seu apogeu, desde o sublime poema «Ela» de Garrett, às mais altas e eternas poesias de João de Deus.

Mas tudo isto seria matéria de serena análise crítica e não de censura.

O seguimento da «justificação» da grandeza do movimento moderno por Fernando Pessoa é que apenas requere censura e não merece já, por si, análise crítica. Se a faço não é pelo valor das suas opiniões, sem fundamento nem verdade, mas pelo respeito devido ao poeta, seu autor.

Para marcar o «renascimento da poesia portuguesa» que não carecia aliás da condenação do passado, afirma Fernando Pessoa:

«Entre o fim da nossa poesia medieval, que era nossa, e o princípio da Escola de Coimbra, em que de novo fomos nossos em verso, a poesia portuguesa decorreu súbdita de influências estranhas.»

Esta afirmação não tem qualquer espécie de verdade ou fundamento crítico. E a sua razão psicológica está num triste regresso de Fernando Pessoa aos preconceitos mais nefastos do Romantismo, o preconceito «medievalista» entre outros.

Com que argumento sério e com que verdade se afirmará que a poesia «medieval» portuguesa é mais nossa e sofreu menos influências do que a de tôdas ou de qualquer das épocas posteriores?

Se o génio poético português já se revela e afirma grande e original mesmo na poesia dos Cancioneiros Galaico-Portugueses, não é porque não tenha havido então menos influências estranhas do que na poesia, já totalmente portuguesa, que daquela saíu.

É por outro lado necessário compreender-se finalmente que a Época Medieval, de-

signação que não pode ter outro sentido que não seja o cronológico, finda exactamente no princípio do Século XV e com o início da era dos Descobrimentos Portugueses. É esta a realidade absoluta porque foram os Descobrimentos e não qualquer outro facto histórico nem o, apenas renovado, movimento de renascença da cultura greco-latina, o que iniciou a Época Moderna.

Não parece ter sido êste o critério histórico de Fernando Pessoa, e daquele outro critério, que terá adoptado, que marca o fim da nossa «Idade-Média» com a introdução em Portugal do «renascentismo italiano», lhe adviria o êrro de considerar esta nova influência como desnacionalizante. Esta opinião, inteiramente errada, nem por ser a dos manuais e histórias da Literatura, tão inferiores, que possuímos, se desculpa à superior inteligência e admirável intuïção de Fernando Pessoa, aquela inteligência da nossa grandeza histórica e aquela intuïção que se revelam nos poemas da «Mensagem».

Mas qualquer que tenha sido o êrro histórico em que baseou a sua crítica literária, é absolutamente imperdoável (e falsa) a afirmação desta quanto à desnacionalização, por influências alheias, de qualquer época da nossa Literatura.

Não foi apenas até Gil Vicente nem só depois de Antero, mas em qualquer época, que «quando há influências estranhas há uso próprio dessas influências.»

A expressão é mesmo incompleta e imperfeita. Houve sempre, mais do que um «uso próprio dessas influências», a sua assimilação recriadora e a sua transformação pelo génio poético português e pelo génio próprio de cada poeta. Em nenhuma época houve (nos verdadeiros poetas, entende-se) qualquer espécie de subordinação do carácter nacional às estranhas influências.

A distinção, feita por Fernando Pessoa, entre influências recebidas e subordinação a elas é justa mas válida para todos os verdadeiros poetas de qualquer das épocas da Poesia Portuguesa. Quanto à existência de falsos poetas, seguidores de modas e a elas subordinados, ou mesmo de obras em que alguns autênticos poetas caíram na inferioridade dessa imitação, voluntária ou involuntária, isso nem importa nem caracteriza qualquer época em especial. E até poderíamos concluir, com provas à vista, que no Segundo Romantismo e depois de Antero, e até hoje, essas imitações ou subordinação a influências estranhas aparecem com mais abundância.

Jamais, porém, hoje como ontem e em qualquer época nos verdadeiros poetas, e são muitos em tôdas elas. Tome-se um verdadeiro poema de qualquer das épocas da nossa Literatura e ver-se-á que sempre houve, a par de criações de eterna beleza (a qual comporta as mais diferentes modalidades) a afirmação natural de um génio português, recriador das influências recebidas ou delas independente.

Não se pode estabelecer uma dúvida sequer, nem mesmo para o Século do Baroco, tão malsinado por incompreensão da beleza própria da sua estética particular, decorativa mais do que natural, dêsse Baroco que, por inteligência e até por certas afinidades, Fernando Pessoa deveria ter compreendido e amado.

Mas (tanto pode o êrro de uma opinião transviada!) para a nota crítica de Fernando Pessoa, só houve poesia portuguesa até começar o Renascimento ou depois de Antero! Lamento o ter de transcrever o que segue:

«Portugal poético, como nação independente, adormeceu com Gil Vicente e metade de Camões, e despertou só com Antero. O intervalo foi alheio.»

Com metade de Camões! Qual metade? As «Redondilhas» apenas, com exclusão da restante poesia lírica, tão alta e tão portuguesa, das suas Canções, Elegias, Odes e Sonetos? Tôda a Lírica apenas, com exclusão do poema supremo da épica mundial, — «Os Lusíadas»?

Não, não há desculpa para uma afirmação destas.

E por outro lado (e repetindo-me) não haverá poesia da mais alta e do mais vincado carácter nacional em (cito ao acaso) Frei Agostinho da Cruz, Fernão Álvares do Oriente, Rodrigues Lôbo ou Dom Francisco Manuel de Melo, Garção ou Cláudio Manuel da Costa, Gonzaga, Bocage, Garrett ou Soares de Passos?

Porque diremos menos portugueses, menos integral e profundamente portugueses, os

poemas (cito ao acaso) «Canto de Babilónia», de D. Francisco Manuel de Melo, «Noite sem sono», de José Anastácio da Cunha, os «Sonetos» de Bocage, o poema «Ela», de Garrett, e tantos do primeiro Romantismo? Porque seriam, diga-se, menos nacionais do que a poesia de Antero, de Junqueiro ou de Cesário?

Mas para quê analisar mais demoradamente o que só desci a analisar e a censurar por ser de quem foi?

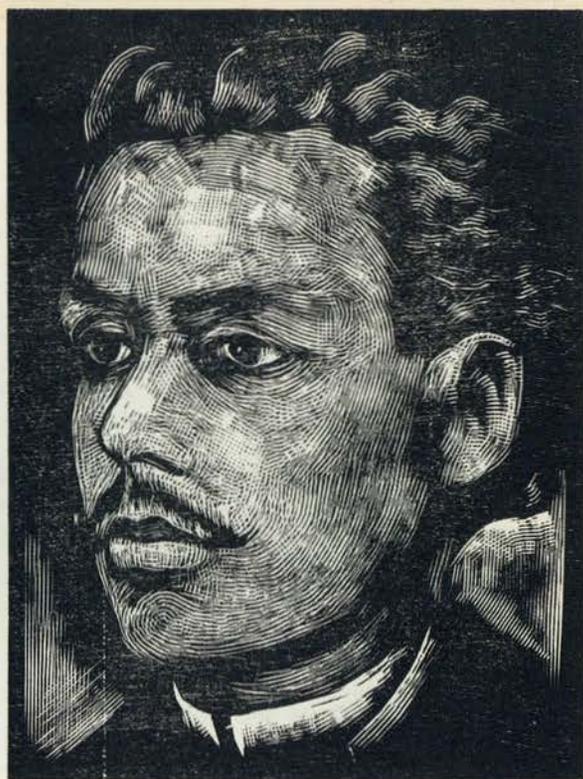
Se a intuïção de Fernando Pessoa (justa intuïção) de uma época moderna alta e mesmo superior, da poesia portuguesa, precisava, para se tornar em raciocinada convicção, de rebaixar assim o nosso admirável passado poético, bem fraca era em verdade. E se para admitir o aparecimento possível (ou quási «fatal) de um «supra-Camões» lhe era preciso rebaixar a grandeza eterna do génio épico do autor dos «Lusíadas» muito baixo punha a confiança na época que previa.

E é nesta fraqueza que para êle mesmo, Fernando Pessoa, e para os que nêle crerem está o pior mal da sua enormidade crítica. Porque só foi possível a superior altura da época moderna da poesia portuguesa (e eu conheço-a e creio nela) precisamente pelo muito que para a atingir se foi criando antes e por todo o nosso passado. E só poderá fazer hoje uma obra verdadeiramente nova quem não recuse e antes assimile e recrie tôda a poesia do nosso passado e quem sinta na grandeza que ela teve o incentivo necessário para mais altas criações. Só assim, partindo de uma síntese compreensiva e independente de influências particulares de época e mais das estranhas, podem viver-se as virtualidades de uma influência nossa, nacional, completa e libertadora.

Só a inteira consciência e conhecimento do génio poético português, independente das estéticas particulares a cada época, pode permitir que se seja hoje um poeta nacional e um poeta moderno.

CASTRO ALVES E O SERTÃO

POR

EUGÉNIO GOMES

NASCIDO numa fazenda do litoral da Baía, à margem do rio Paraguassu, Castro Alves ali viveu até aos oito anos.

Vindo, então, para a capital, passou o resto da sua meninice na chácara da Boa-Vista, em Brotas.

Êsse subúrbio, hoje adiantadíssimo, da cidade do Salvador, era, naquela época, uma zona rural pouco habitada e entregue, quási tôda, ao despotismo da vegetação luxuriosa, que ainda lhe reveste alguns vales e encostas.

Antes de 1870, quando conheceu o sertão, as paìsagens que se conservaram na retina do poeta, exercendo algum predomínio sôbre a sua sensibilidade, foram aquelas, da margem do Paraguassu e de Brotas, que estavam ìntimamente associadas à sua vida de menino. Principalmente as de Brotas. Prendiam-no a êsse recanto outras reminiscências, que não sòmente as de seus brincos e correrias de pequeno. Ali, experimentou êle os impulsos generosos da adolescência; ali, deve ter sentido as primeiras emoções da vida e do amor; ali, certamente, o surpreenderam os primeiros sonhos de glória, de modo que a natureza local estava mais vinculada à sua retentiva, que a da fazenda distante onde nascera. Desta não há nenhuma menção directa na sua obra, ao passo que da chácara deixou êle uma pintura vivíssima, na qual o «flou» da emoção não conseguiu apagar, e nem mesmo esmaecer, os aspectos reais do quadro delineado.

Xaxier Marques já havia notado isso mesmo, fazendo-nos ver que alusões ao tabuleiro natal, só as há, manifestas e transparentes, em tôda a obra conhecida do poeta, na peça inicial de *A Cachoeira de Paulo Afonso* :

> *«Eu amo-te, ó mimosa do infinito !*
> *Tu me lembras o tempo em que era infante...*
> ....
> *E, senão te dá mais da infância o grito*
> *Que menino elevava-te arrogante,*
> *É que agora, etc.*

Mas não me esqueço nunca dos fraguedos
Onde infante selvagem me guiavas,
E os ninhos do sofrer *que entre os silvedos*
Da embaíba nos ramos me apontavas ;
Nem mais tarde, dos lânguidos segredos
Do amor do nenúfar que enamoravas...
E as tranças mulheris da granadilha !
E os abraços fogosos da baunilha !...

A poesia *A Tarde,* em que Castro Alves evoca dêste modo o rincão natal, marca, aliás, uma nova fase na parte pròpriamente paisagística da sua obra. Quando a compôs, estava êle no sertão. E, nesse contacto directo com a terra, o convívio da natureza sertaneja, a que se afeiçoou com tanto entusiasmo, corrigiu-lhe os extravasamentos da fantasia cósmica, excitada pelas leituras estrangeiras, conferindo-lhe o senso da tonalidade local, que caracteriza algumas das poesias produzidas no sertão e após.

Até então, a natureza, na economia emocional do poeta, participava da instabilidade de suas volições de moço, para quem a vida era um contínuo e alucinado «vôo errante», ora ao sul, ora ao norte.

Por sua vez o mar sequestrava-o tirânicamente às suas maravilhas, exercendo sôbre êle uma fascinação que não se desvaneceu nem mesmo ante a visão, não menos empolgante, da terra sertaneja, na época florescente em que a conheceu.

Mas apesar de tudo o que êle vira ou escutara em pequeno, não se deformou nem se perdeu de todo nas arrancadas siderais do génio.

Não admira que o sôpro vigoroso da sua inspiração levasse, alguma vez, as nossas árvores a atritarem-se com as longínquas palmeiras do Sáara, mas a fúria lírica que, dêsse jeito, parecia querer fundir numa só tôdas as flores do mundo, não as confundia jamais.

Até certa altura, abandonado às delícias que o amor e a vida citadina lhe concediam, só acidentalmente Castro Alves recorria à nossa natureza. Sua imaginação andava, nessa época, povoada de visões portentosas e desmesuradas demais para se aclimatarem na esfera dos mortais. Era no tempo em que êle podia exclamar:

«*...através das estrêlas arrastado,*
Meu ser arqueja louco, deslumbrado,
Sôbre as constelações e os céus azuis». (1)

O amor tinha lhe conferido a posse e o govêrno de algo mais importante que a crosta miserável da terra:

«*Oh ! amar é ser Deus !... Olhar ufano*
O céu azul, os astros, o oceano
E dizer-lhes : sois meus !» (2)

Mas, o amor, o mesmo amor, ardente e dadivoso, que lhe dera o universo de presente, arremessa-o um dia do «infinito de luz» dos seus sonhos ao «abismo de treva» da terra...

Uma vez no chão «l'ange déchu», opera-se um milagre imprevisto. O campo, a natureza, entreabre, surpreendentemente, às suas vistas, um mundo de poesia que êle, hóspede exaltado das constelações, não pudera descobrir antes.

O poeta «*Sub Tegmine Fagi*» é a alvorada magnífica dessa revelação, que conciliou o poeta com a sua terra:

«*Amigo ! O campo é o ninho do poeta*» *!...*

O entusiasmo panteísta que insufla êsse poema incomparável tem algo de juvenil, é de quem visse uma terra florida pela primeira vez:

> «*Meu Deus! Quanta beleza nessas trilhas...*
> *Que perfume nas doces maravilhas,*
> *Onde o vento gemeu!...*
> *Que flores d'oiro pelas velhas belas!*
> *...Foi um anjo co'a mão cheia de estrêlas*
> *Que na terra as perdeu.*

Eram assim os campos da Boa-Vista, onde o poeta escreveu *Sub Tegmine Fagi*, quando passava ali as suas férias, em 1867.

Se exceptuarmos a poesia *A Boa-Vista*, da mesma época, na qual êle evoca os dias do passado decorridos na velha chácara, veremos que nenhuma das suas poesias líricas de 1867 a 1869 revela, nêle, a preocupação da paìsagem familiar da sua meninice.

A influência, adquirida em leituras, de outros climas, e, sobretudo, a natureza romântica e erradia de suas inspirações induziam-no, quási sempre, a idealizar cada ambiente, a exemplo daquele de *Boa-Noite*, que é uma transposição da atmosfera shakespeariana de «Romeu e Julieta».

Incidentemente, encontrar-se-á, na sua lírica dêsse período, algum pormenor gravativo da natureza brasileira, como em *Poeta*:

> «*No cedro pensativo, que a sós no descampado*
> *Geme e goteja orvalhos ao sopro do tufão,*
> *Vias um triste velho — sòzinho, desprezado,*
> *Molhando a barba em prantos co'a fronte para o chão.*»

ou, ainda, em *A Volta da Primavera*:

> «*E, ao doce influxo do clarão do dia,*
> *O junco exausto, que cedera à enchente,*
> *Levanta a fronte da lagoa fria...*
> *Mergulha a fronte na lagoa ardente...*»

Na poesia *Murmúrios da Tarde* (1869), insinua-se, penetrada do odor das magnólias e de névoas frias, a atmosfera sulina que, um ano após, ainda envolvia os pensamentos do poeta, quando êste, como uma «sombra exilada», perseguido pela «saüdade das cidades vastas», entrava os sertões, em busca de saúde.

Sua alma, irmã irrequieta do sol, enregelava-se «no hibernal Friul»:

> «*Minh'alma é rosa, que a geada esfria...*»

Em *Immensis Orbibus Anguis*, datado de quando êle se refazia da enfermidade que lhe sobreveio à amputação do pé, a paìsagem baïana exsurge inopinadamente na alegoria da serpe que desce sorrateira à rêde da indígena para lhe sugar o leite.

É um corte de paìsagem típica do tabuleiro onde o poeta nasceu, com os coqueiros, os gravatás e os cipós, que o engalanam.

O sofrimento aproximava-o assim da terra que o vira nascer e brincar feliz.

Revela-o, claramente, *Adeus*, nesta expansão panteística:

> «*Recomeço de novo o meu caminho*
> *Do lar deserto vou seguindo o trilho...*
> *Já que nada me resta sôbre a terra*
> *Dar-lhe-ei meu cadáver... sou bom filho!...*»

Não é outro, pois, senão êle próprio, a «Sombra exilada», que erra em *O Fantasma e a Canção*, com que encerrou a sua produção poética em 1869:

«Bati a tôdas as portas
Nem uma só me acolheu !...»
— Entra ! uma voz argentina
Dentro do lar respondeu.
— Entra, pois ! Sombra exilada,
Entra ! O verso — é uma pousada
Aos reis que perdidos vão.»

Talvez por efeito de influências ancestrais, pulsava em Castro Alves um grande entusiasmo pelo sertão.

Nascera êle justamente nas fímbrias que o dividem do litoral e os descantes e narrativas, que ouvira, certamente, em criança, aos tropeiros que cruzavam freqüentemente a fazenda, tangendo os seus lotes guizalhantes, incutiram-lhe uma idéia grandiosa dos páramos sertanejos.

O tropeiro e o vaqueiro davam-lhe a noção positiva do homem livre, em quem o instinto de liberdade era uma determinante da natureza desenvolta dos «gerais».

No poema *Ao Romper d'Alva*, que é o segundo de *Os Escravos*, distingue-se nìtidamente a antítese em que se fundava, a bem dizer, o argumento decisivo das suas invectivas contra a escravidão humana. Livre via êle a terra:

«Como és bela, soberba, livre, ousada !
Em tuas cordilheiras assentada
A liberdade está.»

O homem do sertão — o tropeiro, o vaqueiro — livre era:

«Livre o tropeiro toca o lote e canta
A lânguida cantiga com que espanta
A saüdade, a aflição.
Sôlto o ponche, o cigarro fumegando
Lembra a serrana bela, que chorando
Deixou lá no sertão.»

«Livre como o tufão corre o vaqueiro
Pelos morros e várgea e tabuleiro
Do intricado cipó
Que importa os dedos da jurema aduncos?
A anta, ao vê-los, oculta-se nos juncos,
Voa a nuvem de pó.»

Porque, então, a escravidão? E o poeta clamava, possuído de sagrada revolta:

«Oh ! Deus ! não ouves dentre a imensa orquestra
Que a natureza virgem manda em festa
Soberba, senhoril,
O retinir dos ferros do cativo,
Um som discorde e vil?»

Era, portanto, o sertão, que necessàriamente haveria de servir de fundo ao friso mo-

numental em que o poeta fixou, a golpes de indignação, a tragédia da raça negra estorcendo-se sob o guante da escravidão.

Êle acreditava na taumaturgia do espírito obstinado de liberdade com que a terra sertaneja reagia contra a lei iníqua do opróbio e do castigo, desde que bradara em *Pedro Ivo*, dirigindo-se ao bravo capitão:

«*Vai!... Do sertão esperam-te as Termópilas*
A liberdade inda pulula ali...
Lá não vão vermes perseguir as águias,
Não vão escravos perseguir a ti!»

O lírico viria a exclamar depois:

«*A alma fica melhor no descampado...*
O pensamento indómito, arrojado
Galopa no sertão,
Qual nas estepes o corcel fogoso
Relincha e parte turbulento, estoso,
Sôlta crina ao tufão.» (3)

É fora de dúvida que Castro Alves escolhera, deliberadamente, o sertão para, com a pintura de sua natureza desenfreada e do homem livre, que o habita, realçar o absurdo gritante da escravidão na terra brasileira.

Não o conhecia ainda o poeta quando trabalhou a maior parte de *Os Escravos*. E o que aparece dêle, nessa obra, antes de 1870, deve ser atribuído a reminiscências do tabuleiro natal, cuja vegetação acusa, aliás, quási tôdas as características da flora sertaneja.

Assim, em *A Cruz da Estrada*:

«*Que vale o ramo do alecrim cheiroso*
Que lhe atiras nos braços ao passar?
Vais espantar o bando buliçoso
Das borboletas, que lá vão pousar.»

E, ainda, neste outro pormenor, não menos expressivo, do mesmo poema:

«*...a juriti, do taquaral no ramo,*
Povoa, soluçando, a solidão.»

Em *A Órfan na Sepultura*, reponta outro pormenor da vida sertaneja, muito característico da zona de tabuleiro em que estava incrustada a fazenda onde nasceu o poeta:

«*Apenas nascera o dia,*
A voz do maridedia
Saltei contente de pé.
Cantavam os passarinhos
Que fabricavam seus ninhos
No telhado de sapé.

A memória auditiva que, pelo visto, era nêle agudíssima, facilitou-lhe mesmo recompor certos aspectos emocionais da vida sertaneja, com uma fidelidade inexcedível, até no ritmo comum às cantigas singelas da gente tabaroa, como em *A canção do Violeiro*:

«Chora, chora, na viola,
Violeiro do sertão

E eu disse : a Senhora volta
Com as flores da sapucaia
Veio o tempo, trouxe as flores,
Foi o tempo, a Flor desmaia.
Colhereira, que além voas,
Onde está meu coração?»

e, igualmente, em *Adeus, meu Canto :*

«Ouvi saüdoso a viola,
Que ao sertanejo consola,
Junto à fogueira do lar,
Amei a linda serrana,
Cantando a mole tirana,
Pelas noites de luar.»

Em *Lúcia,* escrito em S. Paulo por volta de 1868, um rapto mais ousado de pensamento rasga esta nesga movimentada do sertão:

«Eu me lembro... eu me lembro... o sol raiava.
Tudo era festa em volta da pousada,
Cantava o galo, alegre, no terreiro.
O mugido das vacas misturava-se
Ao relincho das éguas, que corriam,
De crinas sôltas pelo campo aberto,
Aspirando o frescor da madrugada.»

Em caminho do sertão, Castro Alves escreveu os *Versos de um Viajante.* E, nada poderia definir mais incisivamente do que êsses versos o estado de alma sob que vivia, em tais alturas, aquêle que, então, se considerava uma «Sombra Exilada»:

«Tenho saüdades das cidades vastas,
Dos ínvios cerros, do ambiente azul...
Tenho saüdades dos cerúleos mares,
Das belas filhas do país do sul.»

As magnólias, os pirilampos, as vagas quebrando-se na areia, as manhãs brumosas, as noites de névoa, as serenatas boémias, as mulheres e até mesmo o rugir do vento sul, — eis em que se absorvia o pensamento do poeta, enquanto o sertão ia se abrindo à sua marcha demorada de enfêrmo.

A primeira reacção lírica de sua sensibilidade perante o novo mundo que se desvendava a seus olhos, está expressa no poema *O Hóspede.*

É um poema em que se reflecte o conflito interior em que êle se debatia entre «a saüdade das cidades vastas» e as primeiras e fortíssimas emoções produzidas pela natureza sertaneja.

Alguns têrmos empregados nêle — *buzina, fanfarras, corça, savana, guitarra* — fazem crer que a imaginação do poeta ainda divagava por climas estranhos, retraindo-se às múltiplas seduções da caatinga florida.

Não era ainda do sertão êste quadro:

«*Teu cavalo nitrindo na savana*
Lambe as úmidas gramas em meus dedos.
Quando a fanfarra *tocas na montanha,*
A matilha dos ecos te acompanha
Ladrando pela ponta dos penedos.»

O sertão, vê-lo-emos aparecer em tôda a sua ardente e soberba rusticidade em *Coup d'Etrier,* no qual o poeta, já dominado pelos encantos da natureza de que passaria a ser um intérprete fidelíssimo, toma êste hausto de efusão vital:

«*Abre-me o seio, ó Madre Natureza!*
Regaços da floresta americana,
Acalenta-me a mádida tristeza
Que da vaga das turbas espadana
Troca dest'alma a fria morbideza
Nessa ubérrima seiva soberana!...
O Pródigo... *do lar procura o trilho...*
Natureza! Eu voltei... e sou teu filho!»

Essa natureza,

«*Onde a víbora lambe a parasita...*
E a onça fula o dorso pardo agita!
Onde em cálix de flor imaginária
A cobra de coral rola no orvalho,
E o vento leva a um tempo o canto vário
D'araponga e da serpe de chocalho...
Onde a solidão é o magno estradivário,
Onde há músculos em fúria em cada galho,
E as raízes se torcem quais serpentes...
E os monstros jazem no ervaçal dormentes.

essa natureza, é, não haja dúvida, inteiramente sertaneja.

Nem tôdas as poesias que Castro Alves escreveu no sertão e posteriormente fazem referências à paisagem local, mas, naquelas, em que esta aparece, é sempre exacta e inconfundível, por mínimo que seja o pormenor assinalado.

Haja vista a evocação, no poema *Aves de Arribação,* do tempo:

«*Em que as rôlas e os verdes periquitos*
Do fundo do sertão descem cantando...

Castro Alves não quis ser sòmente um grande pintor da natureza sertaneja. As paisagens emocionais, em que se desenham os movimentos da alma taboroa, não foram olvidadas por seu génio. Daí, não serem os poemas de *A Cachoeira de Paulo Afonso,* uma seqüência de quadros meramente descritivos. Êle penetrou, como nenhum outro, a psicologia sertaneja. E, como nenhum outro, apreendeu o que havia de grande e, também, de ínfimo e aparentemente desprezível no sertão.

Houve quem procurasse deprimir a sua glória indicando nêle um simples poeta condoreiro servido por um arsenal de rimas campanudas. É que, aturdida pelo fragor da sinfonia gigantesca, a crítica de ouvidos moucos não pôde perceber o que havia de frágil e delicado nesse barulho sonoro. Espantada com a massa formidável da floresta, recortada de lampejos cegantes, não teve olhos para ver as coisas miúdas dêsse mundo assombroso, em cuja fixação o poeta pusera um enlêvo de miniaturista.

Ora, é justamente em alguns esboços brevigráficos do sertão, na sua obra, que se surpreende a sua notável capacidade de observação. Nada, dessa região, escapou à sua retina privilegiada. E, as mais das vezes, tudo é fixado em poucos traços.

O homem do campo:

«Que bela testa espaçosa,
E sob o chapéu de couro
Que cabeleira abundante!
De marchetada gibóia
Pende-lhe a rasto o facão...
E assim, erguendo o machado
Na larga e robusta mão...
Aquêle vulto soberbo,
— Vivamente alumiado,
Atravessa o descampado,
Como uma estátua de bronze,
Do incêndio ao fulvo clarão.» (4)

A sertaneja:

«Onde vais à tardezinha,
Mucama tão bonitinha,
Morena flor do sertão?
A grama um beijo te furta
Por baixo da saia curta,
Que a perna te esconde em vão...» (5)

A terra sob a canícula do meio-dia:

«Um sol de fogo abrasava;
Tudo a sombra procurava;
Só a cigarra cantava
No tronco dos coqueirais.» (6)

Um morrer de tarde:

«Era a hora em que os cardos rumorejam
Como um abrir de bôcas inspiradas,
E os ângicos as comas espanejam
Pelos dedos das auras perfumadas...» (7)

Um sossêgo do mato:

«Olhei em roda... Era quedo
O mato, o campo, o rochedo...
Só nas galhas do arvoredo
Saltava alegre o sagüi.» (8)

O sussurro imprevisto que um bicho espavorido produz no mato, pregando-nos susto:

«Quem foi que passou ligeiro,
Mexendo ali no engazeiro,
E se embrenhou no balseiro,

Rachando as fôlhas do chão?...
Quem foi? — Da mata sombria
Uma vermelha cotia
Saltou tímida e bravia,
Em procura do sertão.» (9)

O susto maluco das rôlas bravas à aproximação de alguém e a malícia lendária do bem-te-vi:

«*Mimosa flor das escravas !*
O bando das rôlas bravas
Voou com mêdo de ti !...
Levas hoje algum segrêdo...
Pois te voltaste com mêdo
Ao grito do bem-te-vi.» (10)

O perigo sob que circulam as aves e os bichos miúdos incapazes de resistir à sanha dos mais poderosos:

«*Ai ! que pode fazer a rôla triste*
Se o gavião nas garras a espedaça?
Ai ! que faz o cabrito no deserto,
Quando a gibóia no potente aperto
Em rôscas férreas o seu corpo enlaça?» (11)

A insídia da sucuriúba acometendo o touro possante, na água:

«*Quando no lôdo fértil das paragens*
Onde o Paraguassu rola profundo,
O vermelho novilho nas pastagens
Come os caniços do torrão fecundo ;
Inquieto êle aspira nas bafagens
Da negra suc'riúba o cheiro imundo...
Mas já tarde... silvando o monstro voa...
E o novilho preado os ares troa !» (12)

A súbita aparição de um touro que rompe de supetão a brenha como um animal fantástico, a um fim de tarde:

«*A tarde morria ! Mais funda nas águas*
Lavava-se a galha do escuro engazeiro...
Ao fresco arrepio dos ventos cortantes
Em músico estalo rangia o coqueiro.

....

Sòmente por vezes, dos jungles das bordas,
Dos golfos enormes daquela paragem,
Erguia a cabeça surprêso, inquieto,
Coberto de limos — um touro selvagem.» (13)

O assanhamento do gavião afugentado pela queimada:

«*As asas foscas o gavião recurva*
Espantado a gritar.» (14)

O enleio amoroso das juritis esquivas, no recato da selva:

> «*...um casal de juritis que pisa*
> *O mesmo ramo no amoroso afago...*» (15)

A partida para a caça:

> «*Meu nobre perdigueiro! vem comigo,*
> *Vamos a sós, meu corajoso amigo,*
> *Pelos ermos vagar!*
> *Vamos lá dos gerais, que o vento açoita,*
> *Dos verdes capinzais n'agreste moita*
> *A perdiz levantar!...*» (16)

O espectáculo da queimada em que

> «*...a chama lavra qual gibóia informe*
> *Que, no espaço, vibrando a cauda enorme,*
> *Ferra os dentes no chão...*» (17)

Uma casinha de sapé:

> «*Ei-la, a casinha... tão pequena e bela!*
> *Como é singela com seus brancos muros!*
> *Que liso teto de sapé dourado!*
> *Que ar engraçado! Que perfumes puros!*» (18)

E atmosfera que explica a melancolia sertaneja, nesta evocação felicíssima:

> «*Geme ao longe a mãe-da-lua*
> *Responde perto a cauan...*
>
> *Nas sombras passa uma sombra!...*
> *Balançaram nos cipós!...*
> *Pé de moça pisa a alfombra...*
> *Da cova enfeitam-lhe as flores...*
> *A lagoa se debruça*
> *P'ra cair no ribeirão...*
>
> ....
>
> *Porque derrubas as gotas*
> *Do cacho do ouricuri,*
>
> ....
>
> *Já, mais fria a serenada*
> *Resvala pelos bambus...*» (19)

A encantadora simplicidade de certas expressões em que é manifesta a influência da «voz dos servos, pitoresca e ardente», que tanto enlevara o poeta ao seu primeiro contacto com a gente sertaneja, em Tirana:

> «*Minha Maria é bonita,*
> *Tão bonita assim não há;*
> *O beija-flor quando passa*
> *Julga ver o manacá.*»

Em *Remorsos* :

> «*E o vento, pelas grutas cochichando,*
> *Uns noivos arremeda,*
> *Que estão, como dois pombos, arrulando...*»

Tudo isso é sertanejo, absolutamente sertanejo. O grande poeta pagou assim règiamente o bem que lhe fêz o sertão prolongando-lhe um pouco a vida e contribuindo para realçar a sua obra redencionista.

---

(1) *O Vôo do Génio.*
(2) *Amemos.*
(3) *Sub Tegmine Fagi.*
(4) *Lucas.*
(5) *Maria.*
(6) *Na Fonte.*
(7) *A Tarde.*
(8) *Na Fonte.*
(9) *Ib.*
(10) *Maria.*
(11) *No Monte.*
(12) *A Cachoeira.*
(13) *O Crepúsculo Sertanejo.*
(14) *A Queimada.*
(15) *Os Anjos da Meia Noite* — 5.ª e 6.ª — Sombras.
(16) *A Queimada.*
(17) *Ib.*
(18) *A Senzala.*
(19) *A Virgem dos Últimos Amores.*

SANTO ANTÓNIO — Escola Portuguesa, Primeira Metade do Século XVI.

As Quatro Idades

Das Metamorfoses de Ovídio

Tradução de ANTÓNIO LOPES RIBEIRO

Aurea prima sata est	A áurea idade foi criada
ætas, quæ vindice nullo,	Primeiro que as mais. Sem custo
Sponte sua, sine lege,	Nem leis, que tudo era justo
fidem rectumque colebat.	E a virtude premiada.
Pœna metusque aberant,	Castigo ou receio, nada
nec verba minacia fixo	Existia, nem desgraça,
Ære legebantur, nec	Nem palavras de ameaça
supplex turba timebat	Em bronze, para se ler,
Judicis ora sui, sed erant	Dependuradas nos muros.
sine judice tuti.	Viviam todos seguros,
Nondum cæsa suis, pere/	Viviam todos felizes,
/grinum ut viseret orbem,	Sem precisar de juízes
Montibus in liquidas	Diante de quem tremer.
pinus descenderat undas ;	Jamais descera o pinheiro
Nullaque mortales, præter	Das nossas natais montanhas
sua, litora norant.	A afrontar ondas e manhas
Nondum præcipites	Em demanda do estrangeiro.
cingebant oppida fossæ ;	Não conheciam mortais
Non galeæ, non ensis erant :	As plagas que eram dos mais.
sine militis usu	Não se cingiam cidades
Mollia securæ	Com fossos, prudentemente,
peragebant otia gentes.	Receando inimizades ;
Ipsa quoque immunis,	Nem capacete, nem espada :
rastroque intacta, nec ullis	Sem soldados, tôda a gente
Saucia vomeribus,	Gozava paz descuidada.
per se dabat omnia tellus ;	E ela, a terra, a própria terra,

Contentique cibis
nullo cogente creatis,
Arbuteos fetus mon/
/tanaque fraga legebant,
Cornaque et in duris
hærentia mora rubetis,
Et quæ deciderant patu/
/la Jovis arbore glandes.
Ver erat æternum, placi/
/dique tepentibus auris
Mulcebant Zephyri na/
/tos sine semine flores.
Mox etiam fruges tellus
inarata ferebat,
Nec renovatus ager gra/
/vidis canebat aristis ;
Flumina jam lactis, jam
flumina nectaris ibant,
Flavaque de viridi
stillabant ilice mella.

Postquam, Saturno te/
/nebrosa in Tartara misso
Sub Jove mundus erat,
subiit argentea proles,
Auro deterior, fulvo
pretiosior ære.
Jupiter antiqui
contraxit tempora veris,
Perque hiemes æstusque
et inæquales autumnos
Et breve ver spatiis
exegit quattor annum.
Tum primum siccis
aer fervoribus ustus
Canduit, et ventis gla/
/cies adstricta pependit.
Tum primum subiere domos ;
domus antra fuerunt
Et densi frutices et
junctæ cortice virgæ.

Tranqüila, incólume, nua,
Sem as feridas da guerra
Nem do soco da charrua,
Dava, sem esforços morosos,
Aos homens todos contentes,
Os frutos mais saborosos,
As coisas mais excelentes:
Morangos, glandes, medronhos,
Cornísolos europeus,
Abundavam, como em sonhos,
No vasto pomar de Deus.
Gozava o mundo, em delícia,
Primavera permanente;
Nascia a flor sem semente,
Sob a suave carícia
De Zéfiro; as messes de oiro
Doavam o trigo loiro,
Livres da lavra cruel;
Corria o leite em ribeiros,
E dos verdes chaparreiros
Caíam gotas de mel.

Mas depois, quando Saturno
Foi lançado ao tenebroso
Tártaro, o mundo ditoso
Sentiu de Jove o coturno.
Começou a argêntea idade,
Bem melhor que a brônzea era.
Reduziu a primavera
A menos do que metade,
E alternou com ela o outono,
Frios invernos, verões:
Dividiu o novo dono
O ano em quatro estações.
P'la vez primeira sopraram
Ventos glaciais, e em brasa;
Rios, gelados, pararam.
E fêz-se a primeira casa;
Casa-covil, construída
De ramos entrelaçados.
E a semente foi escondida
Em longos sulcos no chão;

Semina tum primum longis
cerealia sulcis
Obruta sunt, pressique
jugo gemuere juvenci.

Sob a canga dos arados,
Gemeu, ajoujado, o boi,
Para se colher o pão.

Tertia post illam suc/
/cessit ænea proles,
Sævior ingeniis et
ad horrida promptior arma,
Non scelerata tamen.

A terceira idade foi
A idade do bronze. Idade
Mais cruel, mais pronta à luta
Mais violenta, mais bruta,
Mas ainda sem maldade.

De duro est ultima ferro.
Protinus irrupit venæ
pejoris in ævum
Omne nefas : fugere
pudor verumque fidesque ;
In quorum subiere
locum fraudesque dolique
Insidiæque et vis et a/
/mor sceleratus habendi.
Vela dabat ventis, nec
adhuc bene noverat illos
Navita ; quæque diu ste/
/terant in montibus altis,
Fluctibus ignotis in/
/sultavere carinæ ;
Communemque prius, ceu
lumina solis et auras,
Cautus humum longo
signavit limite mensor.
Nec tantum segetes ali/
/mentaque debita dives
Poscebatur humus, sed
itum est in viscera terræ ;
Quasque recondiderat
Stygiisque admoverat umbris,
Effodiuntur opes,
irritamenta malorum.

Por fim, a idade do ferro,
O metal inferior
Que pôs o ódio e o êrro
Onde eram verdade e amor.
A boa fé, a vergonha,
Cederam passo às traições, —
Calamidade medonha
De vis abominações.
Larga o marinheiro as velas
Sem conhecer bem os ventos ;
E encontra duras procelas
Nos seus vãos descobrimentos ;
E nas terras altaneiras,
Livres como a luz e o ar,
Os homens traçam fronteiras
Onde não podem passar.
Já não bastava a ventura
Dos frutos apetecidos :
Rasgou-se o solo, à procura
De tesoiros escondidos.
Revolveram-se as montanhas
Buscando o frio metal
Nas 'Stígias, negras entranhas
Donde nos vem tanto mal.

Jamque nocens ferrum,
ferroque nocentius aurum
Prodierat ; prodit bellum,
quod pugnat utroque,
Sanguineaque manu cre/
/pitantia concutit arma.
Vivitur ex rapto ; non
hospes ab hospite tutus,
Non socer a genero ; fratrum
quoque gratia rara est ;
Imminet exitio vir
conjugis, illa mariti ;
Lurida terribiles
miscent aconita novercæ ;
Filius ante diem
patrios inquirit in annos.
Victa jacet Pietas,
et Virgo cæde madentes,
Ultima cælestum,
terras Astræ a reliquit.

E o ferro e o oiro surgiram
À superfície da terra,
E com êles veio a guerra
Que ferro e oiro pariram.
E vivemos desde então
Sempre com armas na mão.
Reina a rapina e a maldade;
Já ninguém tem confiança:
O filho espreita a herança,
Torna-se rara a amizade.
Lutam famílias e castas;
Desconfia o espôso, atónito;
E misturam as madrastas
Tôrvas mistelas de acónito.
A Piedade jaz, exangue.
E a Virgem, por não chorar,
Foi a última a deixar
A terra, encharcada em sangue.

IRREALIZADA EVASÃO

«Voyage par l'esprit, par le désir voyage
Ne sois jamais soumis à ton sort quotidien»

CONTESSE MATHIEU DE NOAILLES

De onde me vem, nesta manhã friorenta
Em que a neblina
Cerrando em tôrno a tudo a trama pardacenta
Torna mais apertado e circunscrito
O panorama habitual,
De onde me vem esta ânsia de infinito?...
Esta violenta
E repentina
Sensação de rasgar uma íntima cortina
Neste impulso de vendaval?...

De onde me vem, ante os navios atracados,
Os navios parados
Encostando a fadiga ao baluarte do cais,
Os navios dos quais não se sabe o roteiro,
Mas onde a gente
Sente
O assomo aventureiro
Que os vai levar talvez para não voltar mais.
De onde me vem êste insofreável
Arremêsso
Esta brusca partida
Da alma inteira jogada, empurrada, impelida
Para fora?... Lá fora
Onde a brisa do largo açoita os altos mastros
E, ao boleio das vagas,
O horizonte reluz do ouro de novos astros
E só o que tem fôrça, e só o que tem preço
É, rumando à magia de outras plagas,
A ebriez de ir embora!

De onde me vem noite alta, êsse estremecimento,
Êsse indómito arfar de todo o ser, se, além,
Claro e estrídulo corta o silêncio distante,

Atirado no vento,
Um apito de trem?...
Vergastada de som fustigando o ar dormente,
Oh! longo silvo triste, ecoando longamente
Entre os taludes despertados
À carreira da máquina ofegante
Que pela noite adentro vai levando
Os carros em tropel...
O trem que lá se vai num rôlo de fumaça,
Furando túneis e galgando pontes,
Através cafèzais, matas, pastos, valados,
Cidadezinhas dormitando à beira da estrada,
Choças ao desabrigo
Na agreste imensidão dos descampados,
O trem que corre... o trem que foge... o trem que passa...
Há qualquer coisa em mim que vai contigo
Combóio em disparada,
Qualquer coisa que levas no teu grito
Quando
Aos ermos lanças teu agudo apito
Como o relincho de um corsel.

De onde me vem, ante o desconhecido
Dos caminhos que nunca percorri,
O arroubo indefinido
Dêsse desejo de ir por êles, não sei onde
Ao encalço de tudo que se esconde
Em todos os lugares que não vi?...

De onde me vem, ao tácito chamado,
Da estrada que, na boémia do imprevisto,
Pela distância se prolonga e afasta,
O ardor desatinado
De seguir para diante, alma cigana
Que arrasta,
Como do oásis natal a caravana,
A sedução do nunca visto?

E em giros de ave tonta sôbre as casas,
Pelo espaço tão alvo e tão ligeiro,
De onde me vem, ao vôo de um avião,

A rajada
Que tôda me transporta, sublevada
Nesse desesperado bater de asas,
Batendo prisioneiro
De encontro à pequenez do coração?...

Ante o mapa do mundo,
De que marujo avoengo lusitano
Nalguma velha nau sossobrada talvez,
Vem-me sôfrego assim, e assim profundo
E insano,
Êsse estranho apetite de procelas,
Êste anseio de além, afã de antiga raça,
Onde perpassa
O frémito ancestral das caravelas
Palpitando em meu sangue português?...

Sob o ignorado azul de outro hemisfério
Ao aceno latente das cidades
Que abrem rasgões de luz na perspectiva
Do nosso mundo interior,
As cidades de amor de lenda e de mistério:
Veneza... Tetuão... Istambul... Gwaior.
Porque sentir de vós estas saüdades,
Como se, rediviva,
A êsse
Remoto apêlo sedutor,
Outra alma na minh'alma respondesse?...

. . . .

Na manhã de nevoeiro aprisionada,
Mais estreita e fechada
Sinto eu hoje a prisão
De tudo que a meu fado me acorrenta.
Como a ponta da lança
Que ao fugitivo mortalmente alcança
E em plena fuga prostra, oh! coração
Que a sorte costumeira não contenta
E ao qual o sonho acirra o desencanto,
Êste anseio maior hoje assim te apunhala
E tua angústia pessoal se amplia
De todo o desespêro que se exala
Da íntima tormenta

De vossa intérmina agonia,
Oh! meus irmãos, vós todos que sustenta,
Atrás de férreas grades, a esperança,
(Esta esperança que não tenho, entanto),
A suprema esperança da evasão!

MARIA EUGÉNIA CELSO

SONETOS A DINAMENE

«Entendei que segundo o amor tiverdes,
Tereis o entendimento de meus versos»

LUÍS DE CAMÕES

I

Dama dos olhos verdes, quando outr'ora
A mi viestes esquiva e mui a mêdo,
Eu vos bem-disse, porque amor ignora
Que é grande mal o bem que se vai cedo.

Ora vos ides qual me viestes, e ora
Não mais qual era por aqui me quedo,
Eu na mor desventura e vós, Senhora,
De ledo coração e ânimo ledo.

Se a dor ao infeliz glórias empresta,
Se malfadado fui para o não serdes,
Bem haja a vossa insídia desonesta,

Ó Senhora fatal dos olhos verdes!
E bem haja a saüdade que me resta
Do muito que vos quis sem me quererdes!

II

Não sei se por virtude ou por fraqueza
Me fui de vós, Senhora, enamorando,
Que de amar só cuidava, mal cuidando
Ter Amor em ser fraco a fortaleza.

Mas tanto que de vós fui dócil prêsa,
Fêz-se-me a vida um mar já mau, já brando,
E igualmente que rindo, suspirando,
Com tanta fé segui quanta incerteza.

Entanto qual me viestes tal partistes.
Meus dias, pelo mal que me fizestes,
Mais fremosos se fazem de tão tristes.

Vós nada me deixais, pois dês que viestes
De mi tanto vos dei, que não pedistes,
Quanto vos eu pedi, que me não destes.

III

Alma que de meu corpo te apartaste,
Corpo que de minh'alma te partiste,
E que dest'arte em dois me repartiste
E n'uma só desdita a ambos juntaste.

Qual vida é igual à morte que inventaste?
Qual morte mais do que tal vida é triste?
Que humano ser tão desumano existe
Que haja sua igualdade em tal contraste?

Ante a razão por que a razão cativa
No próprio cativeiro acha confôrto,
E às vezes se abandona, outra se esquiva,

Chego a quedar-me ante mi mesmo absorto,
Alma sem corpo, que não sei se é viva,
Corpo sem alma, que não sei se é morto.

IV

Naquela soidão, naquela altura
Onde os olhos nos montes apascento,
E é o sonho, no seu doce alheamento,
Mais verde de esperança que a verdura;

Onde a vida adormece, e de mistura
Aos sentidos se afaz o entendimento,
Ali me vos figura o pensamento,
Branda de pensamento e de figura.

E se vos vejo queda, ou se cuidosa,
Gentil agora, agora desdenhosa,
Fecho, por melhor ver o olhar tristonho,

Que é minha condição êste desejo,
Não de vos ver, mas de sonhar que vejo,
Não de sonhar, mas de vos ver em sonho.

V

Dura pena que dura sem medida
Por um crime d'amor breve e fortuito;
De flor ditosa desditoso fruito,
Êste colhido, aquela fenecida;

Lágrima não chorada, que pendida
Ficou à espreita n'um olhar enxuito,
Vendo em tão pouco bem e mal tão muito
Tão curta vida e morte tão comprida!

Como mudar-me posso de lembrar-me,
Se com lembrar-me apenas de mudar-me
Nisso estou ocupando o pensamento?

Sofro mais do que sou do que hei sido,
Pois não é tanto mal o mal sofrido
Como é lembrar o mesmo sofrimento.

VI

Quando na estimação dos meus errores
Ponho o meu aplicado pensamento,
E nisso em que busquei contentamento
Contento-me em buscar os desfavores;

Quando vendo-me estou dos seus rigores
Vencido, e inda feliz do vencimento,
Tenho pena do seu merecimento,
Se é que de pena são merecedores.

Por o que toca ao sonho, e não à vida
(Que aquêle era presente, esta esquecida),
Cuido que adormeci de olhar aberto,

Pois tanto era o que olhava, mas não via!
Tão perto o que era longe parecia!
Tão longe parecia o que era perto!

GUILHERME DE ALMEIDA

DOIS POEMAS

J A N A I N A

Janaina vive no rio,
vive no açude,
vive no mar.
Lembrou-se de vir passear:
nas ôndias passou dendê.
As ôndias se acomodaram.
Cavalo marinho veio
para ela se amontar.
No cavalo se amontou
galopando descuidada
acordando os afogados,
dando adeus à maré grande,
botando nome nos peixes,
ouvindo a fala dos búzios.
No ventre de Janaina
as escamas estão brincando.
Nos olhos de Janaina
tem dois peixinhos brincando.
Na cauda de Janaina
tem cem doninhas pulando.
Nos peitos de Janaina
tem dois langanhos babando.
Se Janaina sorri
as ôndias ficam banzeiras.
Se Janaina está triste
o mar começa a espumar,
a pegar gente na praia
pra Janaina afundar.
— Janaina dá licença
que eu me afogue no seu mar?

PELA FÉ DE ZAMBI

Pela fé de Zambi te digo:
Obambá é baptizado, confirmado, cruzado e coroado.
Dá licença meu pai?
Licença venha
para os alufás de babalau.
Licença tem
o Babá de Olubá.
Licença tem.

Licença têm
cacuriqués, cacuricás.
Licença têm.

Licença têm
babalaô, babalaô.
Licença têm.

Na fé de Zambi te digo:
Obambá é baptizado, confirmado e coroado.

Oxossi está reinando: dá pra êle.
Dá pra o pai-de-sala, dá pra êle.
Ó ocaia dá pra êle.

Na fé de Zambi te digo:
Te vira em meu sangue.
Obambá é baptizado, confirmado e coroado.
Dá licença meu pai?
Licença venha para outros bacuros.

Ocaia dá pra êle.
Dá licença meu pai?
Ó ocaia, me deixa só com meu santo,
me deixa só,
me deixa só,

dá pra êle
que Obambá é baptizado, confirmado, cruzado e coroado,
Oxossi está reinando: dá pra êle.

JORGE DE LIMA

CRIAÇÃO

Sôbre a cidade enorme
Cai uma névoa densa.
A vida está suspensa.
Ninguém fala nem pensa,
Tudo repousa e dorme.

Asa de pomba roce
A minha alma fria.
Tombe a noite precoce.
Como o silêncio é doce.
E a escuridão macia!

O tempo, voz cansada,
Fecho-o na minha mão.
Pára-me o coração.
Não há sim nem há não,
É tudo sombra e nada.

Realidade? Sonho?
Não sei. Jamais atino.
Caprichos do destino...
Quanta verdade eu ponho
Naquilo que imagino!

CABRAL DO NASCIMENTO

Poemas do Ausente

I

Banquete

Dentro de mim — que estranhos os convivas! —
Um Doido, um Santo, um Herói estão a cear.
Conta o Herói, em longas narrativas,
As batalhas que outrora sonhou dar.

O Santo lembra as tentações lascivas,
Com que o Demónio, um dia, o quis tentar;
Enquanto o Doido, à gargalhada e aos vivas,
Rei de si mesmo a si vai aclamar!

O Banquete já vai quási no fim:
Erguem-se as taças, e, ao brindar por mim,
Ébrios, os três as lançam para o chão.

Todo o meu sangue, a arder, foram bebendo,
A minha carne, a arder, foram comendo...
Já o Doido me morde o coração!

II

Vazio

Sinto em mim um vazio inexprimível,
Um vazio onde tôdas as cousas por dentro e por fora são vazias.
Um vazio de túmulo abandonado,
De ninho abandonado,
De céu abandonado...

Um vazio interior de cadáver boiando, à tona de água,
Um vazio exterior de semente já liberta do fruto, e ressequida do sol...
— Ó fumador do ópio dos meus sonhos,
Onde estás, que não te sinto em mim?!

III

Estrêla pequenina que brilhas para mim
Lá da Altura infinita em que te perdes,
Desce à noite de tôda a criatura,
Mata a sêde de Deus de cada homem e de cada cousa;
Estrêla pequenina, não brilhes só para mim!

IV

Cheguei à curva extrema da Distância
E ali estaquei o alígero corcel;
Cessava o trágico tropel,
Terminaria em paz a minha ânsia.

Como aquêle que, em mísero batel,
Aporta um dia às Ilhas da Abundância
E adormece, enlevado na fragância
Das florações do edénico vergel;

Assim pensava eu que, percorrida
A Distância total, encontraria
A paz da minha Terra Prometida.

Mas não findava ali a rude prova,
Pois que, em nova Distância, alvorecia
A nova estrêla de uma esperança nova!

ANRIQUE PAÇO D'ARCOS

EXORCISMO

Amor que desce, amor que nem procura
de um a ser mundo o sôpro repetido;
amor em quem não vive quanto dura,
no morto antes de tempo, o não vivido;

amor a quem não resta a fonte obscura
daqueles cujo pêso foi perdido;
amor que não conhece mais ternura
além da que não quis sangue vertido;

(Anjo que passas no desdém da terra,
que terra não existe em tuas penas?
Que Sol, de iluminá-las tão serenas,
se perderá das órbitas que encerra?)

amor vidente que um olhar tritura;
amor-saüdade pura sem sentido.

JORGE DE SENA

MORMAÇO

Cansaço,
Desânimo.
Mormaço,

Fôlhas no alto paradas.
Galhos nodosos, retorcidos.
A mangueira servindo de céu.
Correndo entre talos mortos,
Entre restos de folhagem metálica,
Avançando e parando,
Calangos e lagartos.

Sons imprecisos.
Ruídos desconhecidos.
Batidas ôcas de roupa lavada.
Um mugido,
Um chiado
E o silêncio vazio, sòzinho.

Sonolência.
Preguiça.
Como se a vida cessasse,
Terminasse
E se esvaísse.
Como se tudo findasse.

Sonhos breves.
Ar morno.
Pálpebras pesadas.
Fôlhas descendo docemente
Em ziguezague.

Sussurros,
Trinados,
Desânimo,
Cansaço,
Mormaço.

ANTÓNIO MENDES VIANA

E AGORA É PRIMAVERA

Quando as árvores tôdas deram flor
havia sol e azul.

Quando o vento murmurou
uma lembrança esparsa às pétalas doiradas,
havia oiro e azul.

Quando, com a alma do meu amado
eu me perdi, anónima, na tarde,
havia sonho e azul.

E se, com as mãos frias
acenei ao seu desejo
e me fiquei,
parada,
sôbre a onda
como quem não sabe,
como quem não espera,
foi só por possuir a esperança
que há nos séculos.

O mundo não fugia,
repetia-se a onda,
(havia sonho e azul)
e era Primavera.

Quando o inverno chegou
com neve e tempestade,
com caminhos desertos,
serenatas de abandono,
flores sêcas e mortas,
inundações e gritos,
frio, fome e saüdade,
a onda desprendeu-se
e misturou-me à confusão da Terra inteira,
à podridão, aos frios, e à revolta.

Aquela que foi,
desfeita no vento,
dispersa na chuva,
acena segredos,
soluça degredos,
mas foi
e não volta.

NATÉRCIA FREIRE

TRANSFIGURAÇÃO

Lá onde os areais são côr de bronze
E as árvores e os frutos são de Deus,
Eu tenho a minha casa.

Afasto as nuvens com as mãos
Para ver a manhã.

Eu vou nua,
Os braços em cruz, sôbre o peito,
Debruçar-me nas águas plácidas do Mundo.
Vejo os cabelos soltos lá no fundo,
Como se cada cabelo desse um rio!

Um Anjo impõe silêncio.
A voz do Anjo é uma espada cortando o ar.
Escuto-a e misturo-a às plantas...
Depois recebo-a na bôca
E tomo-lhe o sabor...
Porque nas minhas veias
Começou a correr sangue do céu
E o bronze das areias.

Fico entre a erva, como um grande lago!

Os seios abrem-se e dão flores.

Depois, não sou da terra...
Sou a alma das côres,
A vida, a morte, o bem, a noite e a luz;
Sou o próprio Anjo e o lago,
O corpo, — Sol do Inferno — ...
E os meus braços em cruz
Na luz d'um dia eterno!

LYGIA

Despertar

A Rachel Bastos

Hoje, acordei ao som de gargalhadas...
anteciparam-se ao meu despertador,
e despertaram-me...

Abri os olhos,
cheia de sono ainda,
mas não vi ninguém.

E foi então que me lembrei:
eu tive um sonho...

Era o meu quarto
era tudo quanto me pertencia
que me olhava, e que se ria, agora,
da minha fantasia...

Eu sonhei que vivia num céu,
num mundo lá de cima,
onde não havia pó senão o meu,
mas até eu era diferente...

Tinha por chão as nuvens,
que eram bem firmes para me suster...
que eram bem espêssas, p'ra não deixar ver
o labirinto da terra,
que continuava no seu dia a dia...

e o chão do meu quarto,
que afinal era o mesmo,
feito da tábua que rangia,
quando, de noite, o caruncho a carcomia,
riu-se da minha fantasia,
e fêz troça de mim...
e foi o que primeiro me acordou,
(quando eu sonhava que pisava as nuvens...)
porque o seu riso,
era o ranger, que fazia um crescendo...

No meu quarto do céu,
eu vi um espelho,
e fui p'ra me mirar,
mas o espelho era a lua . . .

e ouvi outra gargalhada,
esta mais cristalina
— a do meu espelho,
já baço e velho
que se vingava,
e se rachava.

Sonhava que o sol era um fogão,
um fogão para mim . . .

e acordei a tremer de frio —
o frio do meu quarto,
que me gelava ainda mais
pelo contraste com o calor do céu

Sonhei que as estrêlas
eram as flores que me enchiam a casa...

e, afinal, nem uma rosa
naquela jarra que está triste, e só,
na minha mesa,
e das suas entranhas
me gargalhava
o eco das outras gargalhadas...

de tudo o que era meu,
e que se ria
da minha fantasia...

O teto com que eu sonhei
também era de nuvens
mais transparentes...

e caíu-me na cabeça
um pedaço de caliça,
porque a vizinha-menina, pulava,
a casa não resistia,
e tudo ria
da minha fantasia...

Meia acordada,
ainda ouvia
aquela música, d'uma harmonia
que me enchia de gôzo,
e me dava o prazer do que eu sentia que desejava,
quando vivia com a música da terra...

e então, num esborrachar de notas,
com o pano do pó
com que a minha criada o limpava,
era o meu piano velho
que se ria,
que se ria de mim,
enquanto chocalhava...

E já na rua,
«eu acordada»,
que caminhava à chuva
para ganhar o pão de cada dia,
disse a «eu que dormia»:

— p'ra quê esta mania,
doentia,
de sonhar?
Olha p'ra quanto existe:

para o céu,
para as estrêlas,
para o mar...
Mas olha cá de baixo...
resigna-te a esperar
pelo dia
em que hás-de subir,
e pisar as nuvens,
e ver-te ao espelho da lua,
e aquecer-te ao fogão do sol,
e enfeitar-te de estrêlas,
e ouvir as harmonias do céu...

«Eu que dormia»
ouvia «eu acordada»
— a que comia
e trabalhava,
e quando dormia,
era eu que sonhava...

Mas ela não via
que éramos diferentes,
e quando eu sonhava, vivia,
como ela vivia,
enquanto comia e trabalhava.

Por isso, ouvi,
mas não segui
o que ela me disse

E tudo quanto é meu,
e que se ria,
continua a rir da fantasia,
porque não sabe
que é ela a companhia
p'rà minha solidão...

MARIA ELVIRA DE CASTRO BARROSO

BALADA DO ALENTEJO

Entre Cuba e a ribeira d'Almanzor,
Com os ciganos, atrás, que vão calados
E as roubaram na feira em Montemor,
Segue a fila das mulinhas brancas.

Brincam e saltam as mulinhas brancas,

Lançam no salto gargalhadas finas,
Nas crinas sôltas prendem o luar;

Alegres mulas brancas são meninas
A escoicinharem lua para o ar.

Vão dois ciganos, vão fumando, vão...
Na noite perfumada de poejo,
Passam horas, silêncio e solidão,
Preciosa inquietação do Alentejo.

Vão dois ciganos, vão fumando, vão...

Vão calados e escondem o fumar,
Levam parelhas de mulinhas brancas
Roubadas, e caminham sem falar.
Brinca a mulinha com luar nas ancas

E os ciganos sem lua são sobreiros,
E os olhos sombras e despenhadeiros.

Brancas mulinhas, com risadas francas,
Chegam ao pego e as ervas a chorar:
Jaz morto o rio! Quem o matou? Calor!
Onde bebem, agora, as mulas brancas,
Roubadas, solidão, de Montemor?

Na madrugada, com o vento frio,
Choram caídas ervas sôbre o pó,
Leito a chorar nos funerais do rio.
Mas do olhar dos ciganos quem tem dó?

Curvadas para as ervas, a ouvir,
Brancas mulinhas, vão também carpir...
Quem é, ai, solidão, que as vai levar,
Se já nem podes, Solidão, cuidar
Dos passos dos ciganos a fugir?

Furtivos passos, côr das azinheiras,
Que ninguém vê. Que mais podiam ser,
Que ninguém vê e roubam pelas feiras
E só há solidão para esconder?

Só solidão, só solidão a ver...
Ai dos ciganos quem os vai esconder?

Mulinhas brancas aos milhares perdidas,
Na hora estarrecida do calor,
Passam, de crina sôlta, em desfiladas,
À procura da feira em Montemor,
Da água sem poeira p'ra beber.

Passam roubadas, solidão, sem alma,
Sem alma, solidão, a bom correr...
Ai, Solidão, em que lugar da calma
E qual a côr do céu, e com que dor,
Pobres mulhinhas brancas vão morrer?

FERNANDO GARCIA

DIÁRIO DE INFÂNCIA

Aquêle desejo
De construir uma vida
Que só a mim pertencesse,
Não passou de uma ilusão
Que derruíu, fatalmente.

Naquele dia
Em que perdi a esperança
Da menor compreensão,
Pretendi
— Doridamente o relembro! —
Isolar-me em qualquer sonho
Sem alheia intervenção.

Mas, depois
De tão alto sacrifício
E de tão áspera luta,
Sucumbi...

Inùtilmente chorei.

E, hoje,
Esquecendo o que já foi,
Vou modelando outro sonho
Que se dispersa por tudo
O que os meus olhos abarcam
E meu coração entende.

LUÍS AMARO

DESESPÊRO

Eu vou sòzinho, a esta hora,
Sem horizonte ao longe, tão escuro aqui,
Eu me vou, sòzinho, embora,
Vagabundo, sem ti.

Vou fugir por esta tarde
Fria e escura...
Dentro de mim, o pensamento arde.
É o primeiro dia de loucura.

Vagabundo, pelo mundo fora,
Desesperado, vagabundo,
Vou-me, sem ti, embora,
Sòzinho, pelo mundo...

Pelo nocturno mundo calado
Onde só eu existo e vagabundo.
Adeus! Quero esquecer que vou desesperado...

FERNANDO DE PAÇOS

PORQUE CHORAS? PORQUE RIS?

«Porque choras, mulher?
Porque choras,
se à tua roda há sol,
se o céu nunca esteve tão azul,
se o ar nunca esteve tão límpido,
tão doce?
Diz-me,
não vês a montanha azul escura, lá ao fundo,

que se recorta no céu,
e a nuvem branca que lhe cobre o cume?»
«Não, não vejo».
«Não vês o prado verde,
coberto de papoilas, e de flores brancas, amarelas, roxas, vermelhas?»

«Não vejo».
«Não vês aquêle garôto que passa a assobiar?
Leva as mãos na algibeira,
não olha para o chão,
tem os olhos claros, que olham direito.
Não vês o garôto que passa a assobiar?»
«Não vejo, não».
«Não vês o reflexo do sol, na água,
e as grandes flores luminosas que a cobrem,
e a barca que passa devagar,
com os dois amorosos que se olham,
de mãos dadas?»
«Não, não, não».

«Mas tu, homem feliz,
porque ris?
Não vês aquela nuvem negra
que vai para o sol?
Não a vês, rápida, triste, terrível?»
«Não vejo, mulher».
«Não vês as poças de água estagnada,
no prado que tu chamas verde
escondidas por debaixo das flores e da relva?
Nem vês as silvas, as pedras, os buracos traiçoeiros?»
«Não, não vejo».
«Não vês aquêle velho que pede esmola,
com o saco cheio de pão negro,
que tu não serias capaz de comer?»
«Não, não vejo».
«E não sentes, homem,
o cheiro podre que vem da água,

não vês o lixo que sai do cano
para a água?»
«Não, não, não».

«Mulher que choras,
és louca».
«Homem que ris,
és louco».

ANTÓNIO QUADROS

POEMA DA FELICIDADE

Felicidade das horas calmas
Passadas ao serão,
No aconchêgo dos lares alheios.

De estar sentado numa velha cadeira acolhedora,
Dormitando...
Sonhando...
De contemplar, num religioso silêncio embevecido,
A mocinha mimada que, pouco a pouco, nos vai matando as últimas ilusões...

E de ir chorando lágrimas sem água
Com os olhos cerrados...

«— Você dorme, Poeta?...
Durma... Durma»...

Como se o coração dormisse alguma vez!

Felicidade de recordar as cenas da infância
Que só a nós interessam.
De no-las ouvirem por delicadeza, indiferença ou bondade.
Mas nós recordamos:
Como tudo vai longe! Ah! que saüdades!
E, de novo, nos sentimos meninos.

«— Meu amor: conta uma história.
É tão doce a tua voz!
Conta. Conta. Eu quero ouvir...»

Mas um sorriso de troça
Corta o fio das memórias.

. . . .

Quem sabe se depois, num dia triste,
Com a testa pregada aos vidros da janela,
Vendo a chuva cair,
Ela murmura, como que num sonho,
A história ingénua que nos recusou.
E a sua voz ganha uma tonalidade imaterial
Porque imaterial é, ali, também nossa presença.

«— Era uma vez um príncipe encantado. .
Inútil! Para quê? Se êle não ouve. ..

E a voz da moça é um remorso vago.

«— Era uma vez. . .
Meu Deus! como fui má!»

Ah! se neste momento êle a ouvisse!

. . . .

Felicidade de, no ambiente morno da braseira,
Pressentir, através da rádio,
A brisa cortante do Mar,
Num chôro de guitarras hawaianas...

Felicidade de traduzir a angústia, que nos brota do coração,
Em ironias mordazes.
De descrer daquilo que mais amamos
Com mêdo de um futuro desengano.

Felicidade de sonhar os sonhos de realização impossível.

Felicidade de nos sentirmos abandonados
Quando todos, em volta, nos abrem os braços.

Felicidade de ir caminhando, sem rumo, pelas ruas,
A ver se nos encontramos em qualquer parte.
De olhar, sem intenção, o perfil da primeira mulher que passa.

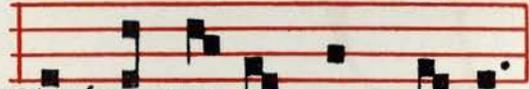
De vivermos, em imaginação, sentados à mesa dos Cafés,
A vida exuberante das florestas virgens...
Felicidade de termos algo que recordar,
Quando o tédio dos dias cinzentos nos acabrunha.
Felicidade de nos julgarmos esquecidos do mundo.

Felicidade amarga de nos sentirmos infelizes.
— É a felicidade que eu tenho.

Lisboa, Outono de 1944.

JOÃO MANUEL DE MASCARENHAS

Jôgo dramático
de
Lviz Ribeiro Soares

Crux fidé-lis, inter ómnes
Arbor úna nóbi-lis:
Nula silva tá-lem pró-fert,
Frónde, fló-re, germi-ne.

Salmo Profético do Graal

Cantor :

ó os puros o verão...

Coros :

E Êle irradiará o fulgor que alimenta na vida
e na morte!

Naquela noite escura e trágica,
A noite que divide os tempos em dois,

Iam luzes a tremer de mêdo, caminho do Cal-
vário.
Eram brandões acesos que os homens piedosos
levavam, caminho do Calvário.

E com êles ia José de Arimateia,
O que fôra discípulo do Mestre.

E levavam linho alvo para guardar o corpo do
Senhor.
E levavam o Graal para guardar o sangue do
Senhor.

E o Graal ficou cheio do sangue precioso,
Do sangue que lava os pecados do mundo.

E o Graal ficou santo e formoso;
E brilhou como sol e fulgiu como oiro...

E José de Arimateia foi Rei do Graal,
Do Santo Graal onde Jesus bebera...

Cantor :

Só os puros o verão...

Coros :

E Êle irradiará o fulgor que alimenta na vida
e na morte!

Estória de Joseph de Arimatheia

Leitor:

Da História de José de Arimateia

aquele tempo triste da morte do Senhor, pedira José de Arimateia a Pilatos o corpo do Mestre, que jazia na Cruz. E pela noite escura se foi ao monte do Calvário, com grande cópia de escravos que levavam em seus ombros vasos com perfumes e panos de linho, alvos como a neve. E José de Arimateia levava escondido nas dobras do seu manto o vaso precioso onde o Senhor bebera no Cenáculo. E lavou-lhe as feridas e untou--as de bálsamo cheiroso e recolheu no brilhante vaso as gotas frescas do sangue puríssimo vertido pela malícia dos homens. E levou o Senhor a enterrar em piedosa sepultura.

Mas como o Senhor tivesse ressuscitado ao tércio dia em Sua glória, os judeus prenderam José e puseram-no a ferros.

Por êsse tempo, Vespasiano, filho do Imperador dos Romanos, estava gafo. E como passasse em Roma um peregrino que dissera dos milagres do Senhor, mandou César a Judeia os cortesãos para que lhe trouxessem uma relíquia. E êles trouxeram-lhe a Verónica e Vespasiano só com vê-la achou-se curado por milagre. E disse: Cantor: *Quem matou o Cristo?* Leitor: *E os cortesãos disseram:* Coros (alternando): *Os judeus, senhor! Os judeus, senhor!* Leitor: *E êle volveu:* Cantor: *Na verdade vos digo que êles pagarão.* Leitor: *E foi-se a Judeia e mandou pôr a ferros os judeus e livrou José de Arimateia, que jazia na prisão por glória de Deus, Nosso Senhor, e que todo o tempo que aí estivera se havia mantido da visão do Santo Graal.*

E então, José de Arimateia e os seus se foram para longes terras e aí viveram e se assentavam em tôrno de uma mesa redonda e conheciam as virtudes do Graal porque eram puros de coração. E os que andavam fora da graça de Deus, não podiam conhecer.

E José e os seus vieram depois às terras do cabo do mundo, junto ao rio Oceano e moraram em forte castelo, em um monte coberto de bravo bosque bem cheiroso e aí ficaram esperando o cavaleiro das mãos puras e coração santo que havia de suceder a José de Arimateia no reinado do Graal.

Hymno dos Cavalleyros

Coros :

elos caminhos vão a trote bravo
Com olhar saüdoso e alma abrasada
Os cavaleiros

São fortes e audazes como o toiro
Porque vão bater-se em nome do Senhor
Os cavaleiros

Onde é Monsalvate, o místico castelo?
E correm nos caminhos, em cruzada,
Os cavaleiros

Levam braçais de prata e elmos d'oiro
Porque vão lutar em nome do Senhor
Os cavaleiros

Onde está o Graal, o Santo Vaso?
E por bosques sombrios vão em cavalgada
Os cavaleiros

Lá vão com a cruz no peito e nos balsões de côr
Os cavaleiros

E o demónio tece-lhes ciladas,
Mas êles são soldados do Senhor!

Aqui é o licórnio, além o drago,
Naquela selva a besta ladrador.

Meu Deus, meu Deus, correi em sua mantença
Que êles vão cruzados pelo Vosso amor!

Quem é o cavaleiro das mãos puras
Que vai lutar com a espada do Senhor?

Será o cavaleiro da cruz verde?
Será o que tiver a cruz em flor?

Pelos caminhos vão os cavaleiros...

Estória da demanda do Sancto Graal

Leitor:

Da Demanda do Santo Graal

aquele tempo, começara a cruzada dos cavaleiros do Senhor. E muitos cavaleiros se foram pelos caminhos do mundo, bem ataviados e vistosos em busca de Seu serviço. E em tôda a terra de infiéis se travavam rijas pelejas e se faziam esforçados feitos.

Ora Monsalvate ficava numa terra junto ao mar, onde havia uma selva de pinheiros em flor, e verdes veigas e frescas fontes onde vinham beber as cervas pela lua cheia. E na noite estrelada e logo que raiava alva se ouviam muitas cantigas, umas piedosas, outras de amor.

E, cêrca, era o túmulo do Apóstolo Santiago, com sua igreja grande, de pedra alva e sinos de prata que tangiam pelas quebradas.

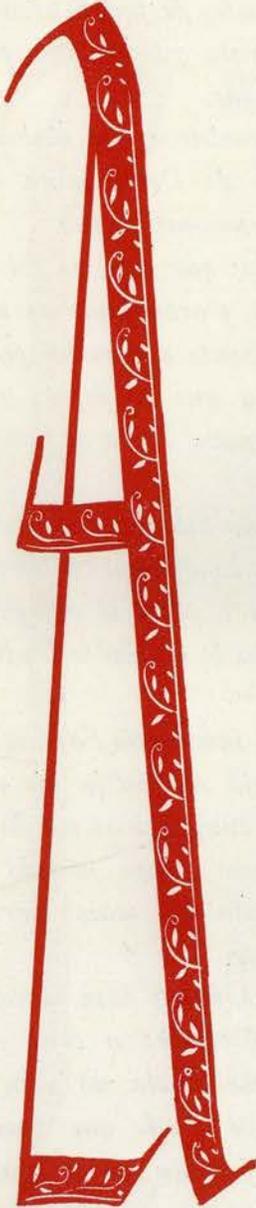
E os cavaleiros que vinham em serviço de Deus, eram de longes e brumosas terras.

E um dos que veio, se foi a Compostela, e orou junto do sepulcro do Santo e se meteu pela terra brava que ao depois era e a que chamam Terra de Santa Maria.

E era bem talhado e saüdoso e bravo e conquistou a terra para Deus e para si e depois deu-a de feudo ao Santo Padre de Roma.

E assim, invocando Santiago, foi de peleja em pelèja até às terras das amendoeiras em flor, que são como campo nevado e onde já não há mais terra, senão o mar.

E porque fizera bom serviço a Deus, floriu-lhe a cruz de cruzado que trazia no peito e tomou a côr verde que quere dizer a esperança de ir mais além.

Sequência da Fé e do Império

Cantor:

s barcas que vão no mar
vão de novo e vão vistosas

Coros (alternando)

Onde vão as barcas batidas do vento?
Onde vão as barcas batidas do mar?

São barcas cruzadas que vão pelas ondas
São barcas de Cristo que vão navegar...

De velas inchadas, quem vai dentro delas?
Quem é que na praia fica a chorar?

São os marinheiros do Santo Graal!
São os cavaleiros que vão marear!

Quem fica na areia, não vê Portugal!
Quem fica na praia, teme-se do mar!

E pelo mar fora, lá vão! Onde vão?
São barcas cruzadas do Preste João...

Cantor:

As barcas que vão no mar
Vão de novo e vão vistosas.

Estória da Busca das Terras do Preste Joham das Indias

Leitor:

Das Crónicas Antigas do Mar

aquele tempo, morava junto ao mar, em um rochedo alto, o Infante de Portugal, que era dos da geração da Cruz Florida, a que as Histórias chamam Ínclita, e era casto e temente a Deus.

E porque sabia que o Graal já não era em Monsalvate saíu da terra dos pinhais em flor e se foi em busca do Preste João, que era o Rei Padre que celebrava a Santa Missa.

E com os de sua casa, que são os que estão figurados nas Tábuas Velhas, se fêz ao mar com novas e mui vistosas barcas e se foi em busca de novas terras.

E porque o Reino estava ao serviço de Deus, debuxou-lhes nas velas uma cruz nova mui fremosa, vermelha de côr, e nom verde nem florida.

E correu os mares que nom haviam sido navegados antes e achou gentios de várias côres e prègou-lhes o Santo Evangelho.

Mas as barcas perderam-se no caminho da terra do Preste João, que era o caminho de Deus, porque os que nelas iam eram cobiçosos e nom puros e já não traziam a cruz florida que Deus lhes concedera.

E voltaram às suas terras com mastros partidos e velas rôtas e mais cobiçosos de riqueza que antes eram.

E não mais tiveram paz, nem gôsto de Deus, porque já não eram cavaleiros da Cruz Florida.

Salmo Penitencial da Decadência

Cantor:

minh'alma está turbada, Senhor!

Coros:

Porque nos perdemos nos vossos caminhos!

Vós sois misericordioso, Meu Deus!
Porque iluminastes de novo o nosso caminho.

Criastes novas estrêlas no céu,
mas nós só vimos a estrada do mar...

E fomos por ela de coração impuro
e por ela seguimos um rumo ao calhar...

E tivemos ouro e glória e poder
e todos os reis da terra tremeram de nós.

Onde estão os cavaleiros das mãos formosas?
Os que partiram da terra das rosas?

Os que iam no Vosso caminho e se perderam?
Os que se foram ao mar e lá ficaram?

E os cruzados da cruz em flor?
Os que se batiam pelo Vosso amor?

Cantor:

A minha alma está turbada, Senhor!

Coros:

Porque nos perdemos nos Vossos caminhos!

Lição da Demanda de Portugal

Leitor:

Lição da Demanda de Portugal,
segundo a nossa vontade

Então os filhos dos marinheiros das barcas formosas, que voltavam cobiçosos e turbados, choraram a turbação de seus pais que se haviam perdido no caminho de Deus.

E porque eram moços, fortes e puros puseram por penitência em seus peitos a cruz que tinham, que é a Cruz Florida e verde e quere dizer a esperança de ir mais além.

E partiram pelo caminho de Portugal, que é o caminho onde Deus fizera florir a Sancta Cruz, que não é caminho de mar ou de terra, que são curtos e já andados.

E por êle acharão o Santo Graal e o Preste João que antes não acharam e verão claramente o fulgor das estrêlas novas com que Deus lhes aluMiará o caminho, por graça de Deus, Nosso Senhor.

Coros: *Assim seja! Assim seja!*

Motete da Cruz Florida

Cantor: *Coros:*

ó os puros vencerão!

Os que tiverem na alma
a Cruz Florida!

Os moços, os puros, os fortes,
vão...

Nós somos!

na Demanda de Portugal,
Caminho de Deus!

Nós cremos!

E d'Êle virá o fulgor
que alimenta na vida e na morte!

Nós venceremos!

E serão as flores novas
da floração da Santa Cruz!

Nós viveremos!...

Todos:

...na Demanda de Portugal
caminho de Deus!

NOSSO AMOR

NÃO foi por espírito de abnegação que me dispus a ir para casa de Jandira. Meus dezóito anos não me traziam as chaves de um mundo perturbador e maravilhoso. O que eu tinha diante de mim eram as rusgas entre uma família empobrecida e a miserável vida num hotelzinho do interior. Havia o eterno ruído dos

trens, a eterna sujeira dos hóspedes e o eterno murmurar de minha mãe — rebaixada da sua condição social por desgraças sucessivas. No meio delas avultava, aos olhos de minha gente, o caso de Jandira, única irmã de meu pai, como uma grande catástrofe.

Jandira, que, ao contrário do irmão, fôra prudente com a herança recebida — que não era pequena — e mantinha em relação ao irmão empobrecido uma certa atitude solícita para as suas maiores dificuldades ; Jandira, a plácida, a organizada, a então prudente solteirona — enamorara-se perdidamente numa viagem a Santos.

Cansei-me de ouvir falar no ridículo namôro, na vergonha que representava para nós o casamento de Jandira, vinte anos mais velha que o marido. Meu pai escrevera, então, cartas onde repontava o grande ódio ao eleito do coração da irmã. O resultado foi que Jandira rompeu com a família e casou sem maiores satisfações. Mudou-se para S. Paulo e nunca mais — havia dois anos que casara — demonstrou interêsse por nós. Mas, um dia minha mãe recebe uma carta de Malvina, velha empregada de Jandira, com uma espécie de pedido de socorro:

«A patroa estava muito doente, à morte mesmo, segundo diziam os médicos, e se sentia muito só, pois o patrão estava em Santos havia meses, e não se sabia quando voltaria...»

— Ah, eu estava prevendo — gritou meu pai ao receber a notícia. — Eu sabia ! Aquêle patife !... Aquêle miserável !...

Enquanto duravam as explosões, formei meus planos. Não me custaria trocar a minha casa, que não era para mim pròpriamente um lar, por um pouco de companhia à velha. Talvez ela não durasse muito, mesmo. Talvez até... e ràpidamente imaginei uma cena em que interviria um tabelião...

Cheguei à tarde e encontrei minha tia deitada numa espreguiçadeira, no terraço. A casa era um pequeno e florido *bungalow*, meticulosamente cuidado e enfeitado, que reflectia bem o gôsto da dona. Jandira deixara de ser a criatura neutra, de gostos neutros, e, com a chegada tardia do amor, fizera-se terrìvelmente faceira. Mal reconheci minha tia naquela mulher exangue e pintada, naquela pobre velha ingènuamente mascarada, que saía, como uma criatura de vida duvidosa, de um montão de gazas e de rendas.

Jandira ficou comovida com a minha chegada.

— Sente-se, Laurinha, deixe-me olhar bem para você... Como você está bonita. É uma moça... uma mulher...

— A senhora — disse desajeitada — também está... bem disposta.

— Não, minha filha. Eu sei que estou abatida. A operação quási me matou. E como uma adolescente que não pode passar cinco minutos sem dizer uma palavra sôbre seu amor: — E a falta de Jorge também... A falta dêle me põe quási louca... Olhe, meu bem, você decerto está preparada contra êle, mas...

Vi Jandira chorar. Causava-me pena, de repente. De longe, o seu caso amoroso se me afigurava mais uma farça. Mas agora, sentia naquela pobre faceirice, naquela atroz luta contra a destruïção, um dêsses sentimentos tão sérios e profundos que vão além do ridículo.

— Jorge não é mau — disse-me ela por fim. — É genioso. Nós todos, da nossa família, somos incapazes de compreender naturezas como as dêle... Êle é um artista, minha filha. Só vê a beleza, só quere da vida o que a vida tem de belo...

E Jandira levou a mão manchada de escuro, de unhas vermelhas e longas, cheias de anéis, à altura do estômago. Mordeu a bôca murcha, escarlate, e ia continuar a falar sôbre Jorge quando eu lhe pedi que parasse. Ia piorar, disse-lhe. Tivesse cuidado.

Ela ficou silenciosa uns segundos, como se estivesse, sùbitamente, esquecida de mim, flutuando num sonho. Depois, puxou uma medalha de esmalte pendente de uma correntinha de platina e pérolas. Havia um retrato de homem, ali. Ela viu que eu o examinava com curiosidade e me olhou, de súbito, com um olhar de que nunca me esquecerei. Revelava orgulho, revelava...

Quando Jandira começou a cochilar, Malvina chamou-me para tomar café e conversar. Estava ansiosa por um desabafo. Enxugando, para esconder a emoção, com grande energia, uma terrina de louça há muito já completamente sêca, ela me disse:

— Estava doida para que chegasse alguém da família. O doutor disse que o que ela tem... é um (lá nela) tumor... Abriram e fecharam só, quando fizeram a operação. Ela não fica boa nunca mais...

A criada fungou, vermelha e decidida na limpeza da terrina.

— Porque você não chama o Jorge?

— Deus me livre que a Dona Jandira saiba que eu contei. Mas eu já escrevi muitas vezes. E ela também, coitada, não merece a sorte que tem. Ela escreve cada carta de cortar o coração da gente... O patrão ficou zangado por causa de um negócio... Olhe eu não sei direito, não. Mas eu acho que era questão de dívidas... Êle tinha uma dívida e a patroa não queria... que êle pagasse... A senhora é capaz de pensar mal dêle... O Dr. Jorge é bonzinho, mesmo. Mas dói na gente ver a Dona Jandira esperar o marido todo o dia... A senhora não reparou como ela está bem vestida?

— Reparei, Malvina, reparei...

Passei uns dias tranqüilos antes de Jandira começar a ter dores violentas. Gostava da casinha tão confortável e limpa, dos livros que Jorge deixara na estante — anotados nervosamente —, da tranqüilidade da rua, do jardinzinho florido. Gostava de tudo, até de minha tia. Era uma doente romântica, cheia de confidências, muito perfumada, e que não levantava a voz nem exigia coisa alguma. Compreendia o irmão e me fazia sentir isso. Estava inclinada a uma atitude de esquecimento em relação a todos. Às vezes, eu tinha impressão de que Jorge era, realmente, a única criatura do mundo para ela. Que as próprias confidências que me fazia não exprimiam senão o seu imenso e incontido amor por êle, e não uma ternura especial por mim.

Tratei de conquistar minha tia. Junto à idéia da herança surgia agora um novo interêsse por essa pobre abandonada — sentimento que eu mesma não sabia

traduzir. Enquanto Jandira repousava num divã da sala, tocava para ela tôdas as músicas que Jorge deixara. E ela, invariàvelmente, intervinha na execução:

— Toque mais devagar, agora... Êle aí tocava mais devagar...

De manhã levava-lhe — preparava-lhe essa alegria aconselhada por Malvina — ramos de flores frescas e orvalho para o seu quarto. E a todo o momento falava em Jorge, para seu prazer.

Uma vez — já havia um mês que estava com Jandira —, ela chamou-me com certa gravidade desconhecida.

— Laurinha, você... que idéia você fazia... que idéia você faz... do meu casamento?

Balbuciei qualquer coisa e ela compreendeu o meu enleio.

— Minha filha — disse-me com calma. — Creio que não darei a seu pai o prazer que êle tanto espera. Não me arrependi do meu casamento e nunca me arrependerei... nem que Jorge não volte mais. Laurinha: se tiver um dia um amor na vida, agarre-o, agarre-o bem. Você então ficará sabendo o que é alegria. — Sua fala, cansada, tinha pequenas pausas. — É triste que eu tenha ficado... — riu, e a face magríssima encolheu-se tôda — como uma «bela adormecida» até... tão tarde. Mas... se dormi muito, muito lucrei ao acordar...

Jandira fechou os olhos cansada. Reabriu-os.

— ...Acordei justamente quando vi aquêle rapaz tão desarvorado... tão só... querendo morrer, falando em morrer...

— Foi em Santos, não foi?

— Foi. Êle estava passando por uma crise terrível. Tinha um emprêgo que lhe dava o estritamente necessário para viver. Um emprêgo que não era para êle. Passava as noites trabalhando em jornais e ganhava uma miséria. Tinha talento. Conhecia tudo: música, literatura, teatro... Coitadinho. Precisava de alguém que o ajudasse... O dinheiro não o atraía — isso é difícil de explicar. Mas a vulgaridade da vida no meio da pobreza, o matava... Êle que ama tanto a beleza...

Pensei em mim de repente. Eu também...

—...Ajudei-o. Êle ficou outro. Largou aquelas misérias. Ficou alegre... Queria que você visse como êle é alegre agora.

Uma noite eu estava tocando uma sonata — já dentro do *estilo* de Jorge — quando Jandira, que se recostava no divã, fêz sinal para que eu parasse. Mudara sùbitamente de expressão. Empalidecera por baixo da pintura.

— Chame o médico — disse. Não posso mais.

E começou a gemer, baixinho. Depois, enquanto eu, atordoada, telefonava ao médico, a doente começou a gritar.

Parece que ainda tenho os seus gritos nos meus ouvidos. A sua dor devia ser monstruosa, dilacerante.

O médico veio, aplicou morfina. Foi o primeiro dia...

As crises se amiüdavam. As injecções sedativas, agora, eram usadas freqüen-

temente. Começaram os sonhos delirantes, começou a fase de euforia — da lua de mel com a morfina.

— Jorge... Jorge... Jorge...

Eram os sonhos de amor mais exaltados, a loucura ardente do amor, os beijos mais apaixonados, os mais vibrantes momentos... «Jorge, meu querido... Jorge... vem com a sua Dira... Vem, meu amor. Eu vou ficar boa e nós dois vamos voltar para Santos... Aquêle quarto... Jorge... Eu dou o que você quiser... Eu não posso. Eu quero você... Não saia de perto, meu amor...».

Segurava-me os braços com fôrça surpreendente nos dedos descarnados. Olhava-me, envôlta numa sombria, morna e impetuosa onda de carinho, que parecia extravasar sôbre mim.

Quando me libertava dêsses fascinantes e trágicos momentos, corria, trancava-me na sala. Mas já não me acudiam à memória as músicas que costumava tocar em casa. Tocava as músicas favoritas de Jorge e, qualquer que fôsse a melodia, parece que subia dela, aos meus ouvidos, o chamado de amor: Jorge... Jorge... Jorge...

Decidi-me, por fim, a escrever. Fiz e refiz várias cartas. Acabei resumindo tudo numa em que eu dizia apenas isto: «Sua mulher está muito doente. Tão doente, que, se vier, seu sacrifício será breve...».

Mas não tinha esperanças na vinda de Jorge.

Um dia, acordei pensando em encaminhar o assunto para certo ponto. Falar na necessidade que todos têm, mesmo os que estão com saúde, em, depois de certa idade, fazer um testamento.

Quando entrei no quarto, ela me preguntou pelas flores — que eu esquecera naquela manhã.

Fiquei sùbitamente envergonhada do meu propósito. Fui ao jardim, juntei alguns cravos vermelhos, levei-os para a doente.

Uma tarde, quando Malvina entrava no quarto com a bandeja de chá, vi Jandira, com uma súbita energia, semi-erguida do leito:

— Êle — dizia, meio engasgada —, êle...

Percebi que alguém assobiava, no jardim, a sonata que Jandira mais amava.

— Pelo amor de Deus, não deixe... que êle me veja... assim. Olhe... como eu estou... amarela...

— Vá receber o Dr. Jorge — disse eu com voz trémula a Malvina.

Tranquei a porta. Mudei na doente uma camisola de sêda, fiz-lhe o penteado, arrumei-a da melhor maneira.

— Baixe a cortina — disse Jandira. — Estou tão pálida que se vê até com a pintura.

Flutuava no ar um cheiro de água de colónia misturado com outro, activo, nauseante.

Abri a porta. Jorge entrava.

Êle era, mesmo, alegre. Alegre como são as crianças, mesmo diante da doença, mesmo nos momentos mais graves.

Foi carinhoso com Jandira, beijou-lhe as mãos, a testa. Dizia que ela iria ficar boa e que iriam fazer muitos passeios. Falou-lhe de mil coisas. Ia escrever um romance. Compusera uma música, em Santos. O romance seria a sua vida. A vida dêle.

— Como você... vai falar de mim?

— Como você é. Boa, carinhosa...

— Quem é esta pequena? Uma das suas sobrinhas?

A doente disse, cansada, algumas palavras amáveis a meu respeito.

Jorge fingiu ignorar minha carta.

— Bem — disse por fim. — Estou louco de saüdade de Malvina. — E foi para a cozinha encomendar o jantar.

Jantámos sòzinhos. Antes de jantar eu aplicara uma injecção na doente. Jandira dormia, encolhidinha, na cama. Era uma pobre, mirrada, menina-velha. Seu sono era calmo.

Agradeci a Jorge por ter vindo.

— Ora — disse êle. — Eu vinha mesmo.

E não disse mais nada. Não se desculpou por não ter vindo antes.

Foi até ao piano, abriu-o, tocou qualquer coisa.

Fechei a porta, para não acordar Jandira.

— Que vestido engraçado — disse êle. — Menina: você não tem nenhuma intuïção artística. Fique sabendo que as magras não devem vestir fazenda listada.

Quis ver os meus vestidos, com um interêsse engraçado. Abri meu armário. Achou todos muito sem gôsto. E falou com naturalidade. Tinha a impressão que êle reduzia a vida a uma pilhéria.

Foi, nas pontas dos pés, ao quarto de Jandira. Veio com um vestido no braço.

— Vista êste, amanhã.

Eu não queria aceitar.

— Deixe... Vista. Eu falo com ela. Que bobagem! Que é que tem isso? Ela não vai, mesmo, vestir mais...

Saíu depois, e voltou muito tarde, assobiando. Esperei-o no corredor.

— Jorge: porque você fêz isto?

— Que é que tem? Ela não estava dormindo?

E mudando seu tom alegre:

— Olhe, menina, eu não gosto de preguntas. Jandira sabe.

Jandira piorava. Pedia o escuro — para que Jorge não a visse. Ficávamos três vozes, três sombras. Era a voz quebrada da doente, o seu queixume, as palavras de amor abafadas pelos gemidos; a voz de Jorge, poderosa e serena, e a minha voz neutra, às vezes um pouco trémula. A sombra branca do leito da doente. As nossas sombras movediças. A de Jorge passeando pelo quarto. A minha...

Ai... Levantava-me, sentava-me, e pensava fantasiando: Êle vem. Senta-se a meu lado no escuro, toma-me a mão...

— Jorge — dizia a voz amorosa, muito baixinho. — Jorge, você está aí?

— Estou, querida.

Sentia meu coração doer de esperança. Uma esperança perversa, que subia da miséria daquela cena, para muito alto, muito alto.

Uma noite, toquei as músicas dêle, como êle *sabia* tocar. Jorge aproximou-se, louvou-me a execução. Depois, senti-me levada por uma espécie de delírio. Eu estava intoxicada de amor, eu estava mergulhada naquele carinho que se espalhava, como um último e vivo clarão de uma fogueira, a meu redor.

Toquei à minha maneira, fantàsticamente, desabridamente, numa espécie de desnudamento de alma.

Jorge, quando terminei, estava me olhando com dureza.

— Você deve sair um pouco desta casa. Você também está ficando mórbida.

Disse com naturalidade. Mandou que Malvina ficasse ao lado da doente. A criada olhava-nos com assombro. Tomou meu braço, imperiosamente, e descemos, pelo jardim, rumo à cidade.

— Jorge... — devia dizer uma voz no escuro...

Desejei francamente, claramente, que tudo se resolvesse. Parecia-me que *eu* sofrera, que eu o desejara também, o chamara seguidamente.

Descíamos, numa noite embranquecida de neblina, para as luzes que se amontoavam lá em baixo.

Fomos a um cinema. Fomos andando depois. Eu não queria que o passeio acabasse mais. Existia um mistério naquele homem, e eu o havia de descobrir. Como me parecia distante a imagem do vulgar aproveitador!

— A gente faz por que faz — disse êle, respondendo às minhas preguntas. Achei que devia casar com Jandira, casei. Arrependi-me. Está acabado. A coitada nunca se sentiu velha a meu lado. Dou-lhe esta grande felicidade.

Era uma explicação? Não, não era.

Não me beijou, como eu esperava, nessa noite.

Amámo-nos, depois, àvidamente, com uma loucura impossível de esconder. Jorge fazia tudo natural. Éramos moços, a vida estava diante de nós. Malvina substituía-nos cada vez mais, ao lado da doente.

Uma vez, enquanto Malvina fazia o jantar, sentei-me no divã. Quanto tempo duraria aquêle sofrimento? Quanto tempo Jandira ainda tinha de vida?

Jorge veio, tomou-me a mão no escuro, beijou-a. Depois, trémulo, procurou puxar-me para si, e seus lábios alcançaram meu pescoço.

— Jorge... — disse um fio de voz. Vem aqui. Aqui perto. Você também, Laurinha...

Levantámo-nos perturbados.

— Hoje quero ver vocês. Acenda a luz, Laurinha.

Acendi.

Era uma múmia que nos fixava. Uma coisa raquítica, diminuída, retorcida como uma fôlha de papel queimado. Uma velha, muito velha criatura, que, encarquilhando os olhos, nos examinava... nos examinava...

Tudo parecia um sonho. Vivíamos livres, dentro de casa, para o nosso amor, enquanto Jandira minguava e morria lentamente.

Não posso dizer que Jorge me tenha seduzido, que me tenha envolvido numa trama hàbilmente engendrada. Era eu que me lançava em seus braços — como se a paixão de Jandira me tivesse dado um direito, um passado de amor com êle.

A casa tinha, nos fundos do jardim, um pequeno escritório — mais um verdadeiro caramanchão florido — onde Jandira dependurara coloridas gravuras. Era ali que ficava a mesa de Jorge, atulhada de papéis e de rascunhos. Havia uma vitrola — uma velha mas óptima vitrola — com uma esplêndida colecção de discos. Havia também um grande sofá de fazenda estampada e cortinas de cassa azul nas janelas difíceis de serem abertas porque os galhos obstinados de uma trepadeira teimavam em cerrá-las. Galhos que Jandira não queria ver mutilados.

Vivíamos ali os nossos melhores momentos. Momentos de febre, que eram como de agonia amorosa para a qual não me sentia preparada. Felicidade suprema e gloriosa, atingida no ponto mais alto que dá vertigens, justamente porque depois dela só é possível a descida.

Às vezes, reclinada sôbre as almofadas de gôsto rococó, cheias de fitas, saía do meu êxtase e uma voz — que eu mesma não reconhecia — fazia inúteis e tôlas preguntas entrecortadas. Jorge abraçava-me, então, com firmeza, com doce e ao mesmo tempo máscula segurança, e dizia coisas assim:

— Nós é que estamos certos, Laurinha. Não tenha remorsos. Nada é mais belo do que isso, nada é mais certo do que isso. Nós dois aqui juntos, como estamos agora. E baixava o tom: — Não se esqueça de que a outra situação é que foi sempre errada... por culpa minha... mas embora... sempre foi errada.

Era verdade. Morresse Jandira, apodrecesse, como estava apodrecendo, no meio dos seus perfumes. Nós devíamos viver. E em minha bôca repontavam palavras de carinho, que, reconhecidas por Jorge, o deixavam, às vezes, liberto daquele estranho fascínio.

O primeiro «caso» com Malvina foi a propósito de uma bandeja de chá que Jorge mandou vir para nós ao escritório, e que a empregada se recusou a levar.

Depois, Malvina negou-se a conversar connosco. Vivia às voltas com a patroa, dormia a seu lado num tapête, e seus olhos insones e vermelhos olhavam com desprêzo para nós.

Eu passara a servir-me, instigada por Jorge, de quási tôda a roupa de Jandira.

Uma vez, saindo Malvina de seu propósito de não interferir, quando eu tirava do armário de Jandira uma blusa, arrebatou-a de minha mão com muda violência.

A doente, que parecia dormitar, balbuciou:
— Deixe... Não faz mal... Esta doença não pega...

Jandira não nos reclamava. Penso que passara a êsse estado tão vizinho da morte, que o tempo não conta mais. Eu atribuía isso a que nem ela mesma se apercebesse das nossas ausências, sempre mais freqüentes.

Certa manhã, fechada na sala com Jorge, que corrigia ao piano uma sua composição, ouvi um grito de Malvina e abri a porta.

Jandira levantara-se em delírio e caminhava para nós. Não sei se sorria, se a música a estava atraindo, ou se, ao contrário, vinha a nosso encontro com um esgar de ódio no rosto escaveirado. Era impossível saber. Naquela face magríssima confundia-se tôda a expressão, num horroroso encolher de pele.

Ela chegou, parecia flutuar — ela que não deixava a cama havia tanto tempo... Ergueu os braços esqueléticos e negros para Jorge — gesto que podia ser de quem se quere lançar num último abraço, como de quem quere fazer uma derradeira censura, e caíu bamba, fôfa, com suas rendas, no meio do chão.

Malvina fêz tudo sòzinha. Trancou-se com a morta, vestiu-a, ficou velando ao lado dela num mutismo absoluto. Largara quási o serviço da casa e encolhia os ombros para mim, num gesto de quem se sente superior. Vieram poucas pessoas ao entêrro. Apenas alguns vizinhos e o médico.

O entêrro foi de manhã, à hora em que, antes da chegada de Jorge, eu costumava levar flores à doente. Pensei em fazê-lo uma última vez. Depois mudei de idéia. Tolhia-me a presença de Malvina com os seus insones, acusadores, olhos vermelhos.

Jorge recebeu pêsames naturalmente. Estava em atitude discreta, de cabeça baixa.

Pensei que Malvina se fôsse, logo depois, mas a criada permanecia em casa, em serviços aparentemente inúteis, arrumando velhos papéis, velhos objectos, dando ordem em gavetas, sem que Jorge interviesse.

Havia ainda restos da morta pelo ambiente. Havia o cheiro dos remédios, os perfumes violentos que permaneciam no quarto. Havia ainda o hálito de podridão que resistia a tôda a limpeza, ao sol que eu fizera entrar pela janela escancarada.

No meu quarto, as cortinas feitas por Jandira, um *peignoir* dela que eu usava, continuavam a presença da morta. Contava a Jorge a minha vida mesquinha e obscura. Sentia-me entorpecida, não pensava no futuro. Achava natural dispor de tudo que fôra de Jandira. Amava o homem como a casa, os objectos.

Tivemos — logo a seguir — noites cheias de trovoadas, noites muito quentes, que se abatiam como espessos mantos, sôbre nós. Várias vezes acordei assustada, tremendo, sem entender aquêle pavor. Sentia-me horrìvelmente em desamparo.

Mas quando Jorge me beijava, como um milagre, levava-me a sua sólida,

real presença para uma região de sonhos exaltados, onde contava muito pouco o homem que estava a meu lado ; onde era maior, imensa, a visão que nêle estava superposta.

Alguns dias depois, quando saía do banho, ouvi um tamborilar de chuva numa sombrinha e passos rápidos e decididos no jardim.

Corri, de roupão, até a porta da entrada e vi, plantada em minha frente, a figura severa de minha mãe.

Procurei abraçá-la, mas mamãe esquivou-se.

— Recebi uma carta de Malvina — disse, e não acrescentou mais nada, nem sequer fêz menção de tirar o chapéu e as luvas.

Compreendi que mamãe me vieraamãe, tudo ficava tão diferente. Como envergonhada. Agora, na presença de m buscar. Senti-me sùbitamente diminuída, explicar ?

Minha mãe olhou rápida em tôrno, certificando-se que estávamos sós.

— De tôda essa história... Ao menos... ao menos você se garantiu ?

Não entendi. Caía um véu branco sôbre o meu pensamento.

Mas mamãe foi inexorável.

— Houve testamento ? Sua tia... deixou alguma coisa ?...

— Não — disse, e sentia, obscuramente, que teria sido preferível mamãe precipitar-se sôbre mim, raivosa, a dizer aquilo.

— Estúpida ! — murmurou entre dentes. Vir para cá, comprometer-se desta maneira, a ponto de uma criada dizer o que disse de você... E nem sequer procurar garantir-se. Que vergonha ! Que vergonha !... Cria-se uma filha e é o que se recebe ! Mas não pense que as coisas ficam assim, ah, não...

Jorge entrou na sala. Devia ter ouvido tudo.

— Que é que há ? — disse com um tom zombeteiro.

— Há que isso é uma miséria... Que há-de pagar por todo êsse mal que nos fêz...

— Calma — disse Jorge. Sou viúvo, ela é solteira. Deve haver um remédio para isso. Gosto de sua filha. Quero casar com ela... Depois... agora sobram-me recursos.

Minha mãe, repentinamente, mudou de tom.

— Ah, eu não sabia... que o senhor...

E entrou a sorrir, sorriso que se transformou num riso de quem se sente bem, de quem foi aliviada de enorme pêso, de enorme susto.

Jorge riu também. Entraram os dois numa conversa íntima, risonha e natural, que eu não podia acompanhar... Que eu estranhava. E no entanto, o desfecho nada tinha de irreal.

— Fique, ao menos, para almoçar com a gente... — disse Jorge, depois de alguns minutos. — Que é que nós vamos ter, para o almôço, hem, Laurinha ?

E Jorge me acariciava os ombros, junto de minha mãe.

Mamãe não ficou. Dir-se-ia que tinha empenho em voltar correndo para junto de papai. Levaria a boa-nova. O casamento resolvia tudo. Era uma situação

maravilhosa para êles... Adeus os maus tempos. Tudo se recomporia. Em breve, nem mesmo eu me lembraria de Jandira, que errara uma vez para que todos acertassem.

Jorge entrou para o banheiro e, enquanto eu arrumava a casa, fazia a barba assobiando a sonata predilecta de Jandira.

A chuva deixara de cair. Abrira um sol vivíssimo, que entrava cruamente, varando a sala tôda.

Era... era assim que acabava? Era assim. Devia ser assim. Todos ficavam contentes. Jandira vivera, amara, sofrera nesta casa. E que tem isso? Tudo passara. Estava acabado. Agora era a minha vez. Mas porque êsse apêrto de coração enquanto atravessava os meus ouvidos o despreocupado assobiar de Jorge?! Porquê? Que é que eu desejava, afinal?

Penso na morta. Talvez ela não me tenha deixado apenas êste lar, êste homem que a esqueceu.

Talvez comigo, com suas roupas, com tôdas as suas coisas queridas, tenha ficado também alguma coisa mais. Alguma coisa que eu descobri em mim, agora, de repente. Talvez eu tenha, estranhamente, herdado uma alma, a sua alma de velha; a sua grave, romântica alma, que Jorge tanto fêz sofrer.

É engraçado como, sùbitamente, tudo se torna claro para mim. Jorge é uma criança, será sempre uma criança, que há-de ferir a mim, como feriu a outra, quando chegar o momento. Não importa que tenha muitos anos mais do que eu, que me ame, como diz amar. Não importa. É um menino para mim. Sinto vertigens, pensando no mal que êle me pode fazer, inconscientemente. Tenho mêdo. Mêdo de um dia achar-me suplicando: — Jorge... Jorge...

Tenho mêdo da sua naturalidade, da sua inconseqüência diante da vida. Tenho mêdo... Desde que sei que vou continuar o caminho de Jandira, desde que vi a felicidade fácil demais.

É um pânico que desce sôbre mim. Imagino a expressão de prazer de meu pai ao saber da notícia. E me revolto.

Sinto náuseas. Tenho horror a ficar. Corro a meu quarto. Arrumo depressa a minha pobre bagagem. Visto-me correndo.

Não sei de certo, com muita clareza, como faço e porque o faço. Mas devo fazê-lo. Dói nos meus ouvidos a aguda música que Jandira amava. Saio como uma sombra, carregando a maleta.

— É você, Laurinha?

Ouço sua fala preguntar, distinta, clara, mal bulo na porta.

— Vou apanhar flores — digo-lhe para não despertar suspeitas.

Saio para o dia faìscante, para a luz vivíssima.

As lágrimas correm, livremente, por minhas faces.

Mas há um vulto junto ao portão... Malvina... Vai me denunciar?... Não. Seu rosto espelha triunfo. Deixa-me passar, silenciosa.

Caminho um pouco às cegas. Vou descendo a ladeira. Sei que, um dia, êsse dilacerante sofrimento há-de passar. Um dia, quando o amor de Jandira — nosso pobre e grave amor — tiver passado.

Caminho com uma espécie de heroísmo obscuro. Sei que há-de ser lá longe, naquele miserável hotelzinho, cheio de tumultos, de brigas, que eu hei-de encontrar minha alma verdadeira.

Não importa que todos digam que eu faço mal, que estou errada, que sou louca...

As lágrimas correm contra mim mesma. Porque eu me sinto forte e corro, não como uma fugitiva, mas como alguém acudindo a um apêlo querido.

DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ

AS ESTRÊLAS MORAM LONGE

ÊLE é que fôra, a bem dizer, o culpado daquilo.

Era costume, quando a mãe logo de madrugada ia para o rio lavar a roupa dos patrões, os irmãos mais novos ficarem confiados à sua guarda, e até então sempre se mostrara atinado. Porém, com a alegria de ter ficado distinto no exame, as suas falas descreviam círculos sôbre círculos à volta da mesma idéia, e só fazia disparates.

Ao regressar naquela noite, o ganilho mais novo ardia em febre. A mulher olhou a cesta dos figos que a Senhora lhe tinha dado e vendo-a vazia, compreendeu a causa do que se passava.

— Viraram-te o juízo, rapaz! Deixaste-me ficar a criança sòzinha...

Zé Romão olhou-a ingènuamente, com os grandes olhos claros, mais rebelde a entender-lhe a cólera do que a resolver problemas.

— Pois então havia de lhe dar só pão sêco? Quando nos via comer os figos, pedia-os também...

A barriga do mocinho permanecia inchada, rija como pandeiro, e a bôca escaldante era uma ventosa sangrenta.

Durante êsses dias Zé Romão pagou bem caro o descuido ou a liberalidade que tivera, e mal o irmão entrou de melhorar, a mãe disse-lhe sêcamente:

— Em casa, não serves para nada. Agora que já sabes umas letras não precisas de mais para te fazeres *home* e ganhares a vida. O teu pai começou a trabalhar aos dez anos, assim como o teu avô, e tu já fazes doze para o S. Miguel. Anda daí.

Ignorando o que iria acontecer, Zé Romão seguiu-a tremendo pelas ruas da aldeia. Mais do que nunca, a casa dos patrões, de grandes janelas gradeadas ao rés-do-chão, lhe pareceu assim a modos como quem preguntasse: «Que vem esta gente cá fazer? Não poderiam passar de largo?!»

A um canto da cozinha, já sua conhecida, não conseguia aquietar-se nem despegar os olhos do soalho, na esperança de algum buraco por onde se sumir.

— É êste o rapaz — disse a mãe sacudindo-o para o pôr em evidência, quando, daí a pedaço, a senhora apareceu. — Já pediu ao Sr. Ramalho?

Como se conservasse imóvel, na mesma posição, ela puxou-lhe pela orelha mais próxima.

— Vamos, cumprimenta a senhora. Nem sei para que te serviu a escola.

— Fica para guardar as ovelhas — respondeu D. Glória, afastando-se a caminho do jardim.

De barrete na mão e cabeça baixa, seguiu de novo na peùgada da mãe, pelo caminho de retôrno.

Muito séria, a mãe preparava os farnéis, enquanto o pai o mirava gravemente. À sua volta havia uma atmosfera pesada de espectativa que o sufocava, semelhante à do dia do exame.

Quando espreitou a rua estendendo o pescoço por detrás do pai, imobilizado na soleira da porta, viu que era ainda escuro com muitas estrêlas no céu. O homem conservou-se assim uns momentos, olhando longe, antes de se resolver a dar-lhe passagem e pisarem o negrume.

Caminharam juntos até à encruzilhada onde cada um tomou o seu rumo cosendo-se com a noite: o pai, o da terra dos salgados; êle, o da corte das ovelhas, mesmo no fim da aldeia.

Pendurou o saquitel no cajado e começou a assobiar para se sentir menos só, ao atrevessar a ruela ladeada de casebres arruìnados, que ia direita ao cemitério. Evitava olhar para as sombras onde se abriam tocas e escuridões medrosas, e marchava muito direito, tremendo à aragem fresca sob a camisa de riscado de quadrados azuis e brancos, e o colete de cotim.

Apetecia-lhe correr para chegar mais depressa mas continuava hirto, pé aqui, pé acolá, como se alguém estivesse observando a figura que fazia, ou molosso feroz espiasse a prova da sua fraqueza para arremeter contra êle.

Ao entrar na corte tinha as articulações frouxas, e o desejo de se deixar cair na palha quente, junto do bafo morno das ovelhas.

A claridade crescia, inundava aos poucos todos os recantos da terra e trazia a Zé Romão a lucidez que a noite lhe tirara.

Atrás do rebanho, aquelas dezenas de vidas ocupavam-lhe a atenção, ora correndo por alguma que se afastava ou demorava a retoiçar, ora lançando-lhes um grito que era incitamento e ânsia de garganta moça de falar mesmo sòzinho, e de sentir-se viver na manhã rescendente de Junho.

Chegados à pastagem, manteve-se por algum tempo em acesa vigilância no cumprimento do trabalho cuja responsabilidade lhe cabia, secundado zelosamente pelo *Não-Faz-Nada,* o cão do rebanho.

As horas porém escoavam-se e em derredor tudo se conservava quieto. As ovelhas, serenas, pareciam dizer que prescindiam das suas corridas ou dos seus gritos, mortos tristemente, sem encontrar eco na planície desolada, e a ausência de qualquer ser humano começou a turvar-lhe o pensamento.

O dia era uma grande fogueira onde o sol arremessava sempre mais lume, e os olhos doridos pestanejavam-lhe sem uma sombra onde se pregarem na luz gritante do meio-dia.

Natureza parada: nem vultos no horizonte, nem rumor de passos. A lezíria era um mar a fundir-se com o céu, sem um risco a separá-los.

De ânimo abatido, sentou-se debaixo de uma azinheira solitária e ressequida que se seguia à beira do valado, sem desfitar os olhos do rebanho.

Passado o primeiro impulso de bem cumprir, as horas pesavam-lhe como chumbo. Queria falar com alguém ou voltar para a aldeia, embora deixasse as ovelhas para ali, ao Deus dará.

Decerto os companheiros de classe se pavoneavam ainda, orgulhosos, gozando aquêles primeiros dias de liberdade. Via-os a jogar ao eixo ou à bola, e a tentação era uma corda resistente a puxá-lo, a puxá-lo para a miragem de uma fuga.

Azougado, os músculos pediam-lhe movimento e o cérebro trabalhava infatigàvelmente, mas não se atrevia a mover-se. Afinal, de nada lhe serviria correr por ali fora como o Manguinhas tonto, pois já sabia o que o esperava, se a mãe o visse aparecer.

A vastidão tolhia-o, e julgava encontrar-se de novo dentro da gaiola de vidro onde a mãe entrara com êle pela feira «para verem a lua de perto.»

A feira! Tudo escureceu à sua volta, e com um suspiro fundo pôs-se a revolver a terra com a mão morena.

Quantas tardes gastara fazendo projectos com o Chico Relvas para a festa do Senhor dos Aflitos e para a feira! Ambos pertenciam ao número dos moços que faziam a venda das fogaças, e isso bastava para os manter alvoroçados e felizes.

De futuro, nem domingos nem dias santos; apenas lhe restavam o cão e as ovelhas.

Para espairecer começou a cantar:

Ó minha rua de acácias
Tôda branca até ao chão...

Olhou para todos os lados, admirado da singularidade da voz que se atrevia a quebrar a solidão, e mais desanimado calou-se, sem desejo de continuar.

A azáfama de um formigueiro prendeu-o por momentos, enquanto o calor aumentava, pesava no ar, amodorrava as ovelhas e o cão, que se estiraçou de bôca aberta e língua pendente.

Deitou-se também, de barriga para o ar, olhando o céu através as fôlhas de azinheira. A festa e a feira começaram a baralhar-se no pensamento, e uma moleza isenta de pena derramou-se-lhe pelo corpo ao som dos chocalhos e do zangarrear das cigarras.

Acordou dentro de um barco que o baloiçava no ar. Sôbre êle, uma aragem branda agitava os ramos impelidos ao mesmo tempo que o barco. Caminhara muitas léguas que o haviam separado da aldeia, da casa e do Chico Relvas, e viera parar ali no meio do campo sòzinho.

E se as ovelhas se tivessem tresmalhado? Ergueu-se aflito, mas o cão estava alerta. Estacou no meio delas, imóvel, encostado ao cajado, como fazendo parte da paìsagem, casando o seu sentir com ela.

Até ao cair da tarde, os olhos de nada mais deram fé, senão de uma mudança sucessiva de côres.

Já a estrêla da tarde tremeluzia muito pálida, quando tomou o caminho do povoado, e a animação voltou-lhe com os primeiros conhecidos que encontrou.

Maria do Céu, sentada à porta do casal, veio-lhe ao encontro estupefacta, os olhos morenos muito abertos, as mãos enroladas no avental de chita.

— Ainda não fizemos o exame há oito dias e já andas com as ovelhas?

— A minha mãe diz que sou um homem.

Apesar de uma mal reprimida mágoa, havia na sua voz qualquer coisa como orgulho másculo ao pronunciar estas palavras. Ficou parado em frente dela, deixando o rebanho afastar-se.

— Onde é a pastagem?

— Na corte da Ribeira. Queres lá ir?

— Ih, é longe!

— É longe, pois, — respondeu já a distância, um tudo nada envergonhado. Num momento, reviu o tempo da escola. Nunca pensara como acabaria por se fazer homem e ganhar a vida.

Engolida a ceia sem luz para se alumiarem, a mãe mandou-o deitar, mas não obstante o cansaço, conseguiu escapulir-se para se ir juntar aos outros, na árvore donde enxergavam o que se passava no cinema.

Daquele lugar incómodo, as imagens surgiam deformadas e nunca lograra compreender o fio que unia as diferentes figuras. Truncadas as legendas, o seu significado perdia-se; no entanto, o divertimento tornara-se obcecante e comprazia-o mais do que todos os outros.

Agora que era um homem estava disposto a juntar algum dinheiro que a mãe lhe desse da féria, para ir ao cinema com os mais velhos.

No *écran*, uma rapariga de olhos vivos era tal qual Maria do Céu. Tonto de sono, quási a cair do ramo onde se empoleirara, não percebia como ela se encontrava ali.

De volta a casa, deitado na cama estreita que partilhava com o Tóino, sonhou tôda a noite que a moça ria e cantava envergando fatos esquisitos.

Aos poucos, o hábito varreu-lhe do pensamento os dias de brincadeira e amordaçou-lhe a débil revolta primitiva. Mal se apercebeu da festa do Senhor dos Aflitos, e apenas um desejo ainda persistia nêle, que, sempre renovado, o tempo não conseguia apagar: a ida ao cinema.

Todos os sábados, quando se sentava com os demais na ruazinha estreita à espera que o maioral gritasse o seu nome para receber a féria, no rectângulo de luz do escritório que se projectava fora, cuidava ver correrias, moças bonitas como Maria do Céu, gente a mover-se tal qual como na vida, mas sem sairem, por seu mal, daquela casa onde só poderia entrar pagando.

Todos os sábados acariciava a idéia de que a mãe cumpriria a promessa de lhe dar algum dinheiro, e o coração batia-lhe apressado no curto trajecto do regresso.

— Não querem ver o fidalgo, hem? — respondia ela ao seu tímido pedido. — Mas quando chegas ao campo gostas de encontrar o farnel no saco, não é? Para a semana falaremos.

E semana após semana, Zé Pastor, como agora lhe chamavam, mostrava o rosto mais tisnado do sol e do vento, onde, em contraste vivo, os olhos tinham a côr imprecisa de tôdas as claridades.

Conhecia as estrêlas uma a uma e designava-as por nomes que inventara, emprestando-lhes uma vida própria.

De madrugada, ao sair de casa, desviava a atenção do caminho cheio de perigos e mêdos, para se entreter a vê-las sumirem-se.

«Aquela é a dorminhoca... já se vai deitar. A pequenina também está com pressa... É esquisito: estão acordadas de noite e dormem de dia. Nosso Senhor manda-as estar de olhos abertos para alumiarem os caminhos do céu».

Se uma delas caía, Zé Pastor persignava-se supersticiosamente. Era certo que, sem luz, alguma alma se perderia e andaria depois a penar por êsses campos sem fim, num eterno fadário.

Nas horas mortas em que a quebreira entrava nêle, mais do que uma vez avistara, na orla do horizonte, vultos suspeitos e cães tamanhos como burros, desaparecendo no ar sem deixar vestígios.

A princípio amedrontara-se, e à noite relatara tudo à mãe com a voz entrecortada de pavor.

— Isso são almas penadas, rapaz. Benze-te, que logo desaparecem.

Agora, afeito à solidão depressiva, sem mais pensar, numa tranqüilidade vegetal, aceitava-lhes a existência tal como a das ervas sêcas onde as ovelhas retoiçavam, do *Não-Faz-Nada* e dos pássaros que se albergavam na azinheira.

Com a lufada ardente que abrasava a terra, o rebanho foi-se aproximando da beira do rio, e o moço sentia-se liberto da tristeza que lhe parava a idéia e o coração.

O rio era uma fita azul transparente, a mostrar o fundo amarelado com seixos polidos e brancos, e além, a curta distância, como que brincando com elas, reflectia as fôlhas trémulas de uns salgueiros e chorões.

A serenidade e frescura eram mãos amigas a acenarem-lhe. Emparedado na calça cingida e no barrete de lã, poisava-os na margem, e chapinhava na água que lhe não passava da cintura.

Sòzinho, divertia-se a apanhar seixos que de longe atirava a alguma ovelha aventureira. À tardinha, com o rosto colado à superfície líquida, via um grande sol vermelho como um balão de Santo-António, ali, ao alcance da sua mão.

Naquela tarde, antes de se pôr a caminho, resolveu banhar-se outra vez.

A luz do sol foi substituída pela claridade doce do luar, e o rapaz, esquecido das horas, começou a olhar as estrêlas que apareciam na água.

A água estava cada vez mais branca. As ovelhas pareciam ter emergido de um banho de leite; a lezíria, a perder de vista, era uma toalha muito alva, e a carne nua de Zé Pastor vestia-se da tonalidade e da dureza do mármore. Até o canto dos rouxinóis se diluía em claridade.

Olhou, sorridente, as estrêlas lá no alto, e depois, brincando, procurou apanhar as que estavam à sua volta.

Por momentos parou. Quando passasse à porta do casal, havia de contar à Maria do Céu como tivera as estrêlas tôdas na mão. Não custava nada... ela que experimentasse também.

Pé aqui, pé acolá sôbre os seixos, foi-as tocando, mas havia uma maior, além, entre os chorões, que o engodava fortemente. E avançou descuidado.

Por mais que bracejasse, as estrêlas estavam cada vez mais longe. Corriam na sua frente, juntamente com a lua, balhavam umas com as outras, até se sumirem de todo.

Na noite seguinte, o luar branqueava de novo a aldeia, quando o carro que conduzia o corpo de Zé Romão, passou junto do cinema, a caminho da casa mortuária.

Chico Relvas desceu do seu poiso e veio juntar-se, uns instantes, aos pais dêle e ao cão, que seguiam a carroça, mas a campainha retiniu anunciando o fim do intervalo e o rapaz correu de novo para lá.

MARIA DA GRAÇA AZAMBUJA

OS BONECOS DE BARRO

(Trecho de romance inédito)

O que ela amava acima de tudo era fazer bonecos de barro — o que ninguém lhe ensinara. Trabalhava numa pequena calçada de cimento em sombra, junto à última janela do porão. Quando queria com muita fôrça ia pela estrada até ao rio. Numa de suas margens, escalável embora escorregadia, achava-se o melhor barro que alguém poderia desejar: branco, maleável, pastoso, frio. Só em pegá-lo, em sentir sua frescura delicada, alegrezinha e cega, aquêles pedaços tìmidamente vivos, o coração da pessoa se enternecia úmido, quási ridículo. Virgínia cavava com os dedos aquela terra pálida e lavada — na lata prêsa à cintura iam se reünindo os trechos amorfos. O rio em pequenos gestos molhava-lhe os pés descalços e ela mexia os dedos miúdos com excitação e clareza. As mãos livres, ela então cuidadosamente galgava a margem até a extensão plana. No pequeno pátio de cimento depunha sua riqueza. Misturava o barro à água, as pálpebras frementes de atenção — concentrada, o corpo à escuta, ela podia obter uma proporção exacta e nervosa de barro e de água numa sabedoria que nascia naquele mesmo instante, fresca e progressivamente criada. Conseguia uma matéria clara e tenra de onde se poderia modelar um mundo. Como, como explicar o milagre?... Ela se amedrontava pensativa. Nada dizia, não se movia, mas interiormente sem nenhuma palavra repetia: Eu não sou nada, não tenho orgulho, tudo pode me acontecer; se quiser, me impedirá de fazer a massa de barro; se quiser, pode me pisar, me estragar tudo; eu sei que não sou nada. Era menos que uma visão, era uma sensação no corpo, um pensamento assustado sôbre o que lhe permitia conseguir tanto no barro e na água e diante de quem ela devia humilhar-se com seriedade. Ela lhe agradecia com uma alegria difícil, frágil e tensa; sentia em alguma coisa como o que não se vê de olhos fechados. Mas o que não se vê de olhos fechados tem uma existência e uma fôrça, como o escuro, como a ausência — compreendia-se ela, assentindo feroz e muda com a cabeça. Mas nada sabia de si própria, passaria inocente e distraída pela sua realidade sem reconhecê-la, como uma criança, como uma pessoa.

Depois de obtida a matéria, numa queda de cansaço ela poderia perder a vontade de fazer bonecos. Então ia vivendo para a frente como uma menina.

Um dia, porém, sentia seu corpo aberto e fino, e no fundo uma serenidade que não se podia conter, ora se desconhecendo ora respirando trémula de alegria, as coisas incompletas. Ela mesma insone como luz — esgaseada, fugaz, vazia, mas no fundo um ardor que era vontade de guiar-se a uma só coisa, um interêsse que fazia o coração acelerar-se sem ritmo... de súbito como era vago viver. Tudo isso também poderia passar, a noite caindo repentinamente, a escuridão fresca sôbre o dia morno.

Mas às vezes ela se lembrava do barro molhado, corria alegre e assustada para o pátio: mergulhava os dedos naquela mistura fria, muda e constante como uma espera; amassava, amassava, aos poucos ia èxtraindo formas. Fazia crianças, cavalos, uma mãe com um filho, uma mãe sòzinha, uma menina fazendo coisas de barro, um menino descansando, uma menina contente, uma menina vendo se ia chover, uma flor, um cometa de cauda salpicada de areia lavada e faïscante, uma flor murcha com sol por cima, o cemitério de Brejo Alto, uma moça olhando... Muito mais, muito mais. Pequenas formas que nada significavam mas que eram na realidade misteriosas e calmas. Às vezes altas como uma árvore alta, mas não eram árvores, não eram nada... Às vezes como um riozinho correndo, mas não eram rio, não eram nada... Às vezes um pequeno objecto de forma quási estrelada, mas sério e cansado como uma pessoa. Um trabalho que jamais acabaria, isso era o que de mais bonito e atento ela já soubera. Pois se ela podia fazer o que existia e o que não existia!...

Depois de prontos, os bonecos eram colocados ao sol. Ninguém lhe ensinara, mas ela os depositava nas manchas de sol no chão, manchas sem vento nem ardor. O barro secava mansamente, conservava o tom claro, não enrugava, não rachava. Mesmo quando sêco parecia delicado, evanescente e úmido. E ela própria podia confundi-lo com o barro pastoso. As figurinhas, assim, pareciam rápidas quási como se fôssem se desmanchar — e isso era como se elas fôssem se movimentar. Olhava para o boneco imóvel e mudo. Por amor ou apenas prosseguindo o trabalho, ela fechava os olhos e se concentrava numa fôrça viva e luminosa da qualidade do perigo e da esperança, numa fôrça de sêda que lhe percorria o corpo cèleremente com um impulso que se destinava à figura. Quando, enfim, se abandonava, seu fresco e cansado bem-estar vinha de que ela podia enviar, embora não soubesse o quê, talvez. Sim, ela às vezes possuía um gôsto dentro do corpo, um gôsto alto e angustiante que tremia entre a fôrça e o cansaço — era um pensamento como sons ouvidos, uma côr no coração. Antes que êle se dissolvesse, maciamente rápido, no seu ar interior, para sempre fugitivo, ela tocava com os dedos num objecto, entregando-o. E quando queria dizer algo que vinha fino, obscuro e liso — e isso poderia ser perigoso — ela encostava um dedo apenas, um dedo pálido, polido e transparente, um dedo trémulo de direcção. No mais agudo e doído do seu sentimento ela pensava: Vou ser feliz. Na verdade, ela o era nesse instante, e se em vez de pensar: Sou feliz, procurava o futuro era porque, obscuramente, escolhia um movimento para a frente que servisse de forma à sua sensação.

Assim juntara uma procissão de coisas miúdas. Quedavam-se quási despercebidas no seu quarto. Eram bonecos magrinhos e altos como ela mesma. Minuciosos,

ligeiramente desproporcionados, alegres, um pouco perplexos — às vezes, sùbitamente, pareciam um homem coxo rindo. Mesmo suas figurinhas mais suaves tinham uma imobilidade atenta como a de um santo. E pareciam inclinar-se, para quem as olhava, também como os santos. Virgínia podia fitá-las uma manhã inteira, que seu amor e sua surprêsa não diminuïriam.

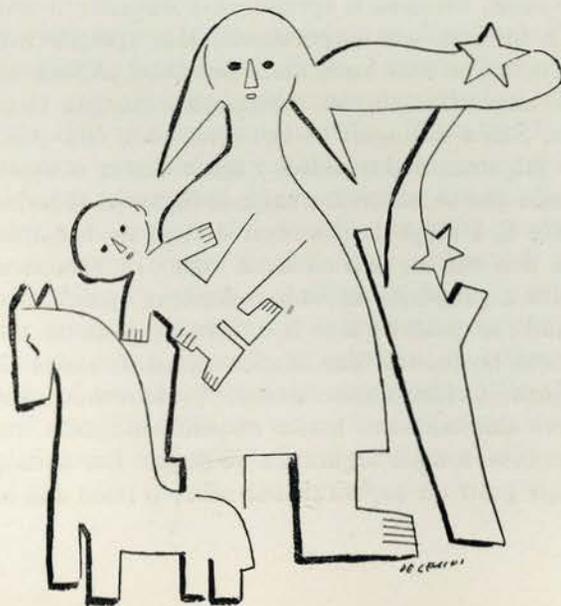
— Bonito... bonito como uma coisinha molhada, dizia ela excedendo-se num ímpeto imperceptível e doce.

Ela observava: mesmo bem acabados, êles eram toscos como se pudessem ainda ser trabalhados. Mas vagamente, ela pensava que nem ela nem ninguém poderia tentar aperfeiçoá-los sem destruir sua linha de nascimento. Era como se êles só pudessem se aperfeiçoar por si mesmos, se isso fôsse possível.

As dificuldades surgiam como uma vida que vai crescendo. Seus bonecos, pelo efeito do barro claro, eram pálidos. Se ela queria sombreá-los não o conseguia com auxílio da côr, e por fôrça dessa deficiência aprendeu a lhes dar sombra ainda por meio da forma. Depois inventou uma liberdade: com uma folhinha sêca sob um fino traço de barro conseguia um vago colorido, triste e assustado, quási inteiramente morto. Misturando barro a terra, obtinha ainda outro material menos plástico, porém mais severo e solene. MAS COMO FAZER O CÉU? Nem começar podia! Não queria nuvens — o que poderia obter, pelo menos grosseiramente — mas o céu, o céu mesmo, com a sua inexistência, côr sôlta, ausência de côr. Ela descobriu que precisava usar uma matéria mais leve que não pudesse sequer ser apalpada, sentida, talvez apenas vista, quem sabe! Compreendeu que isso ela conseguiria com tintas.

E às vezes numa queda, como se tudo se purificasse, ela se contentava em fazer uma superfície lisa, serena, unida, numa simplicidade fina e tranqüila.

Rio-Belém, 1943-1944.

CLARICE LISPECTOR

A PROFESSORA HILDA

NUNCA, nunca o permitirei — exclamou ela, amarrotando a fôlha de papel.

Era uma mulher de estatura abaixo da normal, ligeiramente volumosa, de cabelos pretos, sedosos, partidos ao meio e rematados em duas tranças no alto da cabeça. Seus olhos eram miúdos e de órbitas profundamente cavadas na face, o nariz era pequeno e sem importância, os lábios estreitos e cruéis, encimados por um buço forte. Tôda a extraordinária fôrça que emanava da sua pessoa, parecia, apesar de tudo, partir exclusivamente dêsses olhos pequenos, onde uma nota qualquer, aguda e maldosa, como que avivava ainda mais o seu brilho constantemente vigilante e desconfiado. Trajava-se severamente de prêto, uma estreita fita de veludo no pescoço roliço, onde ainda se demorava uma mocidade pesada e sem graça, último reflexo de uma vida destituída de qualquer vislumbre de sensualidade.

— Nem morta consentirei em semelhante ultraje — repetiu ela, amassando o papel entre os dedos nervosos e encaminhando-se para o fundo da sala. — Nem morta — repetiu.

Chamava-se Hilda e há muitos anos era a professora do lugar. Criada no interior, por pais severos e intransigentes, não conhecera nunca outra paìsagem além daquela que julgava como sendo um espelho do mundo real, e que na verdade nada era senão os limites construídos pela sua imaginação sem vôos muito largos. Ali, na província, crescera e aprendera a disputar o seu lugar, através de pequenos tropeços e intrigas sem importância. Mas aprendera bem — e nesse trabalho sem glória consumira seus anos mais preciosos. Agora ninguém a ultrapassava nesse mister de desvendar alusões misteriosas, intrigas fáceis e manobras em tôrno da sua pessoa. Sabia distinguir os inimigos com ôlho clínico, apontando-os impiedosamente ao julgamento dos outros; sabia descer a tôdas as engrenagens e sabia de todos os casos que se passavam naquele lugarejo abandonado à margem de uma estrada de ferro. E à fôrça de descobrir e escavar, tornara-se uma espécie de soberana, destacada dos outros, não sòmente como «a professora», mas como alguém que se consulta a propósito de tudo: doenças, política, eleições e festas a serem realizadas. Nada se passava sem o seu visto, nada se realizava sem a sua aprovação. Até mesmo no interior das famílias mais fechadas ela penetrava, solucionando casos íntimos, forjando casamentos, promovendo festas e baptizados. Ninguém, na rua, era saùdado com maior respeito, ninguém impunha sua autoridade com menos repulsa e mais segurança de gestos. Dir-se-ia que o título de professora encerrava um grau de superioridade sôbre o resto dos homens.

Talvez por causa disto mesmo, poucas pessoas sentissem mais um esquecimento ou uma falta de atenção; tudo lhe parecia uma ofensa sem remédio ou um golpe mortal. As palavras mais insignificantes surgiam aos seus olhos pejadas de sentido; os descuidos mais banais convertiam-se em imperdoáveis afrontas. Quanto mais multiplicavam os cuidados em tôrno dela, quanto mais expunham razões e demonstravam interêsse pela sua pessoa, mais susceptível ela se tornava. Dias havia em que o contacto com seus semelhantes lhe era quási vedado, tal a impossibilidade em se conter e não deixar extravasar as queixas, as reprimendas e as alusões a ofensas que decerto não passavam de pura fantasia. Mas para todos êsses «ataques», a professora Hilda conservava um sorriso, um sorriso superior e indefinível, que ela julgava estrictamente de acôrdo com a sua posição e sua maneira exemplar de encarar a vida. Pelo facto de se ofender com tanta obstinação e de sorrir tão continuadamente, o hábito lhe criara uma máscara pálida e altiva, onde sempre parecia flutuar um misto de náusea e de desdém. Mas Hilda não perdoava, não sabia perdoar. Sua natureza, fechada ao mistério da fé, era um mecanismo de julgamento severo, uma balança delicada e precisa das faltas alheias. E à fôrça de ocultar seus sentimentos, criara no coração um obscuro e largo depósito de rancores concentrados. Nela, neste cofre de sentimentos ásperos, borbulhava, com o correr dos anos, um líquido escuro que lhe atormentava a alma, um desespêro soterrado e estranho, que às vezes fazia descer aos seus olhos um vapor espesso. Nestas ocasiões sua rigidez aumentava, mal dirigia palavra aos outros, recusava convites, impedia festas, acentuava maldosamente palavras desprevenidas, forjando situações inexplicáveis e inimizades sem conta.

Era esta a mulher que acabara de receber um ofício, comunicando sua aposentadoria e a chegada em breve, no lugar, de uma nova professora destinada a substituí-la. No primeiro momento, a professora Hilda não compreendera. Era tão evidente o absurdo daquilo, que saltava à vista. No entanto, como nada de fantasmagórico existisse naquela fôlha de papel branco, voltara a reler o que ela continha — e diante da verdade insofismável, fugira ainda, sorrindo e imaginando, talvez, que aquilo só viera ter às suas mãos por engano. Duas ou três voltas a mais pela sala, e de novo a realidade implacável surgia aos seus olhos: Que diriam os outros quando soubessem? Como tinham podido ousar causar-lhe tanto mal?

Agitada, o papel amassado entre os dedos, Hilda continuou a passear de um lado para outro, atónita, sem conseguir mais dominar seus pensamentos. No entanto, era preciso proceder com calma. E ela repetiu para si própria, em voz baixa: «Calma, muita calma». Sentou-se na banqueta junto à janela, defronte dos seus preciosos vasos de begónias, e com o olhar fixo no vago, pôs-se a examinar detidamente a questão. Inicialmente, deveria verificar de onde partira o golpe — pois fôra um golpe, não lhe restava a menor dúvida. Lembrou-se de dois ou três nomes ao acaso, nomes de pessoas que naqueles últimos dias lhe tinham parecido mais desatentas à sua passagem na rua. Sim, não seriam elas? Mas afastou imediatamente semelhante hipótese, lembrando-se de que tais pessoas eram suficientemente nulas para poderem obter semelhante favor de poderes mais altos. Lembrou-se imediatamente de outras que não a visitavam há certo tempo — propositadamente, tinha

a certeza — e de outras ainda, que haviam deixado de consultá-la para uma viagem a empreender ou um negócio a realizar. Mas, Deus do céu, como tudo aquilo era inexplicável; dir-se-ia que em vez de uma pessoa — o golpe fôra muito forte —, pelo menos uma dezena delas se unira para aniquilá-la. E porque, qual o motivo de tão grande rancor? Não servia a todos, não auxiliava de olhos fechados aos que dela tinham necessidade?

Hilda julgava-se uma vítima do mundo; não admitia dúvidas sôbre sua generosidade e, ao contrário, não encontrava ninguém que possuísse sentimentos à altura dos seus. Todos eram maus e gananciosos. Sua severidade para com o mundo não conhecia limites.

Finalmente, farta de repisar questões que se apresentavam sem nenhuma solução imediata, Hilda foi até à mesa, acendeu a luz e dispôs-se a trabalhar como sempre. Uma pilha de cadernos achava-se à sua espera para serem corrigidos. Ela sentou-se, colocou os óculos, abriu o primeiro, mas nada viu: o caderno tremia nas suas mãos. Pela primeira vez, desde vinte e cinco anos, um acontecimento exterior lhe arrebatava a serenidade, impedindo-a de corrigir aquêles cadernos, aquêles sagrados cadernos. Nunca, por motivo algum, deixara de corrigi-los. Eram sua religião, seu dever sagrado. Mesmo no dia em que lhe morrera o pai — única pessoa neste mundo que a amara realmente e que se debruçara apiedado sôbre sua natureza agreste e solitária —, mesmo naquele dia não esquecera as correcções a fazer. Tendo suspenso as aulas, deixara no entanto o cadáver na sala, o crucifixo atado entre os dedos com uma fita negra, e viera «cumprir sua obrigação». E era isto o que exigia de todos: esta rigidez, esta inflexibilidade no cumprimento dos deveres, esta incapacidade de esquecer a profissão. Mas pela primeira vez na sua vida o caderno lhe tremia nas mãos e ela nada conseguia fazer. Não que já tivesse realizado de modo perfeito o que significava sua aposentadoria, mas porque se via escarnecida e ludibriada, demitida de um pôsto que julgava só ela poder ocupar sôbre a terra. Demitida! Aposentada! Ela se levantou, fechou o caderno violentamente e voltou a caminhar pela sala. Talvez até já soubessem na cidade, até já comentassem nas principais rodas do lugarejo! Naquele instante, o sofrimento de Hilda era real; sentia-se diminuída, desmoralizada. Chegou a ouvir vozes, risadas e cochichos. O sangue escaldava-lhe nas veias. «Miseráveis!» — exclamou entre dentes. E acrescentou, os olhos miúdos cheios de lágrimas: «Depois de tudo o que fiz por êles!». Sim, já deviam saber, talvez até viessem lamentá-la, os hipócritas! Sempre detestara aquêle lugar e a gente que o habitava. Tomou a luz e dirigiu-se à janela, tentando ver o que se passava lá fora. Não viria ninguém, não estariam rondando a casa? Mas o silêncio da noite era perfeito.

LÚCIO CARDOSO

ANUNCIAÇÃO

LÁ no enlevado noroeste, cafundós da picada bandeirante e despedida do cafèzal — umas lèguazinhas arriba de Araçatuba — mesmo à beira do rio, entre os junquilhos floridos e o cântaro que a mãe ia encher, nasceu Jurity. A bisavó acudindo é que disse:

— Roliça que nem jurity...

— Assim seja! — retorquiu a neta Brasília.

E na solidão da terra, tal qual uma rôla, a bisneta vagiu.

Daí a quatro luas, José boiadeiro volveu à casa, e a filha que mamava, sorriu-lhe, sem parar de fechar e abrir o punhozinho contra o seio da mãe. O homem sentiu os músculos formarem feixes, e respirou largo, pôs-se a cortar fumo na palma da mão, ouvindo a narrativa das mulheres. Quando levantou Jurity nos braços, foi mostrá-la aos bois:

— Óia, Sacy! Óia, Cantor! Esta é a minha donzelinha...

Nesse mesmo dia e muitos outros, cheio de amante fôrça, revolveu o roçado, semeou, regou, amainou o cipoal taciturno, rebocou a choupana. Ao entardecer, descia os bois e a filha para o rio. O vento encantava o canavial com suas legendas ditosas; os junquilhos se entrelaçavam; rainetas tocavam ocarinas de duas notas, embalando sapinhos. Num breve bater de asas, voando como falcão, um galo pousava-se nos cimos de um ipé; as galinhas arrumavam-se nos primeiros galhados; os patos por terra, rodeando o tronco. Jurity pendia a cabeça no ombro do pai.

Com a monção, José partiu.

O seu viver tinha a modulação caseira e fugitiva do rio. O rio era o seu amigo da juventude quando José chegou do oeste, e ambos espelhavam a choça, queriam bem às mesmas lembranças. Pelas enchentes, vagazinhas espraiavam-se com um ecoar remansoso para a janela aberta. José segava, plantava, colhia. Se a caudal rolava longe o queixume dos tinhorões, o carro do caboclo chiava nas serras, e diante dos bois amarelos que êle ia animando, a sua donzelinha esvoaçava.

Quando Jurity começou seus trejeitos, tirava o dedinho da bôca e tudo apontava, coçava, arrulhando, aflita na língua; mas transfigurou, gota a gota, o leite bebido em dentinhos de leite. Ficou então uma pimpona com fugas de cocinela, e abrigada aos junquilhos que a viram nascer, banhava-se coberta de borboletas; ou maviosa e tímida nos seus acordes de avezinha do sertão, acompanhava com as pupilas fendidas na luz o baloiço da pirogazinha que o pai lhe escavara no pinho. Em fila indiana, atrás da bisavó e da mãe, que traziam a água, subia do rio tropeçando no seu camisolão. Vinham as três com os cabelos às costas, cheias de paz, descalças e pensativas, como se demandassem Cafarnaum.

Galgava Jurity o talhe das ânforas que logo emudeceu, tôda solicitada por

êsse movimento das coisas que duram, e diáfana, três caules de colchicos do outono vestiam-na de ombro a ombro.

Seus passinhos vivazes deviam ser bem conscientes dos mundos que atravessavam, porque só iam no sentido das nascentes.

Ainda engatinhava na choupana quando conheceu um casulo, e por um pouco que o engolia...

Uma lagarta quis passear-lhe nas pernas, e Jurity a deixou.

Um dia babou-se a remirar uma ninfa, e com as primeiras borboletas começou a borboletear.

O encontro das crianças foi-lhe mais secreto. Viu-as, uma manhã, apeando-se de um carro de boi ; como elas entrassem na mansão para comer melado, Jurity escondeu os bracinhos nas costas, recuou e fugiu. A menorzinha das meninas, da idade sua, depois de hesitar um bocado, saíu também ao terreiro, e as duas, dissimuladas nas urzes, levaram tempo a se espreitarem de longe, agachadas, ou meio erguidas, corcovadas, arriscando corridinhas furtivas, e arrastavam-se de quatro ao longo de um tapume, quando se toparam, muito pasmadas e palpitantes ; aí sentaram-se, e com as pestanas, e o nariz, e a ponta dos lábios, tocando-se as faces, aspiraram o bafejo daqueles rincões querençosos ; então, as outras crianças irmãs apareceram ; Jurity cheirou-as da mesma maneira, e pressurosa e contente, desceu-as ao rio ; banharam-se de mãos dadas, a girar, a comparar-se nos reflexos da água, os seiozinhos abotoados ao sol. Assim veio a tarde e a separação. Nenhuma delas havia conhecido a voz da outra.

Desde êsse dia, Jurity aumentou seu vaguear, e estonteada, falando sòzinha, tinha explicações compassivas com as libelulas, encharcada nas ipueiras tristes. O menor rumor da mata, que ensombrava o caminho das crianças, ou de uma jangada varando ribanceiras, rendia-lhe a irisação interrogativa dos olhos. Uma vibração nova fazia-a seguir as lesmas, desfiar embira, e adquiriu o hábito de acenar as mãos para os coqueiros no cabeço de um cêrro distante, já meio descopados, o gangaço sem frutos, de um adeus sem fim. Estava sempre a enfileirar as pedrinhas de aluvião que contornavam o seu canteirinho, feito pelo pai ao lado da casa, e tomava parte nas conversas de uma roseira com um manjericão.

Do pai ouvia histórias de pousadas nas clareiras, a rêde suspensa nas árvores, a fogueira se consumindo, e dos sonhos que êle tinha. Onça só assanhava nas noites sem luar. Jararacuçu, sim, sempre de cilada. Boi vigiava boiadeiro.

— Onça é boazinha ?

— Credo ! É... é, sim...

— Fogo não queima rêde não ?

— Não...

— E se tem luá ?

— Tudo ta drumindo até manhãzinha branquejá.

Jurity imaginava longamente o que o sertanejo não sabia contar, e êle atentava com o que aprendia daquela presença e graça.

A bisavó, às vezes, ainda desafinava umas cantigas e apanhava tomates.

A mãe, de novo concebida, tinha a côr e a doçura das tâmaras. Ao meio--dia, tornava com o cântaro à cabeça e a tina da roupa na anca ; tecia nos cabelos duas tranças azuladas de negror e da longura do corpo ; ajoelhada, penteava Jurity. Amassava o pão, remendava. À hora da Avé-Maria, recolhia à lareira, preparava o copo que servia de lamparina à Nossa Senhora das Dores ; de um sôpro, uma fla-

mazinha coleava e se oferecia entre as brasas. Jurity sumia-se enrolada na saia da mãe para ver a rondela boiar no azeite, e assim, prêsas um momento, contemplavam sôbre o rio a estrêla próxima e só. A bisavó, ao vê-las passar para o quarto, puxava o escapulário, beijava-o e benzia-se com o pito apagado nas mãos. A oleogravura de Nossa Senhora, pregada na parede de barro, entortava, deslavada, carcomida nos bordos pelo contínuo cravar das tachas, porque caía sempre ao chão com as lufadas. Através do rebôco vinha um bruxoleante clarão da lareira. A lamparina crepitava sôbre um caixote de toucinho. A inclinação do rosto de Nossa Senhora, sob as dobras da túnica côr de cinza, revelava uma alta junto ao lenho do Filho. Coitada! Tem os olhos rasos de lágrimas e é santa. Quão mulher também, com as suas têmporas fundas de paixão, os seus nervos, o seu pressentir, os seus ombros curvados por tôdas aquelas que seriam frágeis espôsas de marceneiros, carregadas de filhos, lida e pecados...

Essa era a reza da mãe, sentada no chão — Jurity sonhando no seu regaço — e os louvores de um grilo em baixo da cama.

Aconchegada a filha no seu catrezinho, ia para junto da avó acocorada à soleira da porta, e Brasília, em pé, encostada ao umbral, saüdosa do seu boiadeiro, desmanchava as tranças. Vagalumes vagabundeavam no escuro; estrêlas desgarravam-se dentro da mata; e as grandes aves da noite, num vôo curto, mudavam de pouso.

— Bicho também se aperreia — dizia a anciã.

Falava da vida que dá sua *vorta,* e ressequida, amena, branquinha, recordava-se de Araçatuba, que vira uma vez em noventa anos, e da prole triplicada que nem conhecia. Silenciava com o pensar, e de repente sonecava. A neta a deitava na enxêrga. Elas tinham êsse abracinho que mal se esboça se esquiva, e que é eterno.

— A bênção, avó.

— Vai, descansa corpo e sentimento, criatura.

Uma manhã Jurity não se escapuliu do seu banquinho na cozinha; embrulhada num cobertor tagarelava com a bisavó; embevecida, fixando as fagulhas, batia os olhos pestanudos. A um besouro que de propósito se arrojava contra a janela de pau, e espiava Jurity, e cirandava, e zumbia, ela segredou:

— Bem que vejo vancê, besouro, bem que vejo! Hoje não brinco não, tou arripiadinha...

— Vancê come já a sopa quentinha, Jurity?

— Não, vovó.

— Uê! Come, sim!

— Tou esperando meu papai.

— O papai?

— Carro dêle vem longinho...

Saía o sol do zénite, a mãe entrou, informou:

— Há carro na serra.

Jurity ressonava recostada à parede. Às seis horas o boiadeiro encontrou-a no seu catrezinho, que êle apenas distinguia na sombra do quarto, e de chofre, tolhido

nos gestos, viu a ténue chama da lamparina aureolar o corpo da mãe ajoelhada no chão. Logo o facho extinguiu-se e só a lamparina luzia. Estendendo as mãos ao companheiro, a espôsa levantou-se, beijou-lhe as faces transidas de espavento e palor, assim falou:

— Como vancê viu, esta Anunciação não é pró nascimento que trago no ventre, mas destino da Donzelinha. Nossa Senhora escolheu ela pra seu anjo. Bendito seja o pai de Jurity.

— Bendita seja a mãe de Jurity.

— Em verdade, José, cuida dos bois, semeia sempre, deixa canaviá cantá. Chorá inté havera de ser desamor da gente.

— Obrigado pra vancê, bois, anjos, florzinhas de tapume que amaram Donzelinha.

— Pois é.

Jurity ardia, e sem despertar do seu sono parecia acordada, olhos encovados, largada nos joelhos da mãe ou da bisavó. O pai também vinha segurá-la uma hora inteira, e regressava ao labor. Ainda no fusco matutino tangia os bois para o vale. No recesso dessa grandeza virginal da selva, grandeza de Deus, só êle padecia da sua grandeza humana. Meditava ao mesmo tempo em Nossa Senhora das Dores, no curandeiro e numa mula que há dois anos se afogara no rio. Teria ido buscar o curandeiro se a mula vivesse. O sol, sufocado por trás das nuvens, deixava-o amolgado na sombra, os pés enterrados na terra, e apoiado ao cabo da enxada para cuspir nas mãos, não tinha cuspo. Sossegou um pouco com o sossêgo da filha, que não debatia mais a cabeça, nem repetia mais: — dói! dói! — e já agora esfriava. Mas teve outras descrenças, um vaivém de penas misturadas, aos saltos, como o sol que cambaleava por cima da floresta, depois sôbre o vale, e atravessando o rio fugia para Mato-Grosso. Será que a filha ia ser anjo mesmo? E dor aperta cabeça de anjinho? Em todo o caso havia aquela lamparina iluminando a mãe, qual um farol. Milagre que êle vira. Ainda o via! E a enxada, aguçada e erguida na luz que irrompia de novo, recomeçava a sua justa acção. Os anjos do céu aguardavam o último suspiro da Donzelinha para descerem e subirem com ela bem sentadinha no seu andor, e no cortejo, cada um com a sua vela acesa, festão de açucenas na cintura, as asas encrespadas pela brisa, aos pares de vôo em vôo, de nuvem em nuvem. A essa rediviva esperança que lhe ressumbrava do olhar, de um bote José se aprumava nos rins e esvasiava a cabaça da água, e agigantado, enraïzado na terra, singularmente exangues as mãos nodosas, perscrutava o espaço anuviado além das serras. Oh! Donzelinha! Hân! Cava, José! Hân! Mais tarde, o próprio chiado do seu carro, surgindo nas vielas de Araçatuba, seria reconhecido de longe, todo mundo a correr para tocar-lhe as vestes, ou simplesmente nos bois — parados diante da Câmara Municipal — e as mulheres de o mostrarem às criancinhas: — Tá vendo boiadeiro que tem filhinha que é anjo no Céu, tá vendo, tá? — Então êle sofreria ainda por essas garotinhas que só são anjos de procissão, e que mesmo de pé machucado vão para a escola, morrem de maleita e se perdem num montezinho de capim do cemitério, ninguém perto delas, escarnecidas pelas corujas que não arredam das cruzes, as *marvadas*. Certo não se podia *acomparar* Araçatuba com o Céu, mas criança

gorda só anjo. Que fôrça para empurrar Nossa Senhora da Assunção! Pescoço, braços, coxas, pernas, tudo da mesma grossura. Em Araçatuba, menina assim, vivinha, não há. Há enguiços, e nos descampados incham de barriga e secam como cana que não foi colhida. Seus túmulos são continhas de rosários à ventura das veredas, aparição de charneca que já teve seu dono. Sim, ninguém leva caveiras quando muda de sertão. Com os anos, a cruz vai embora; a tapera também; mas a gente sabe que ali existe osso, nesse mundão calado. Por causa de promessa ou perdição de amor, só feitor de fazenda, espantando capões, galopa de caixãozinho à garupa, noite e dia, e na volta, de cima do cavalo ao passo, vai abrindo as porteiras, que ficam batendo à entrada das plantações. Ou então é senhor de *for-deco*. Carro só traz caixão de há menos de cinco léguas das vilas; se arranca de mais longe, racha o defunto, e defunto suado vira carniça. Serve para baptizado, todo enfeitado de rosas de papel; roda até ao fim dos crepúsculos e acolhe-se à cacimba dos cerrados; no dia seguinte, as últimas campinas apressam a cisma das mulheres; as crianças se mexem que nem engonço; os bois vêm empanturrados...

José atirou a enxada e numa corrida ganhou a choupana.

— Brasília, e o baptizado?

— Baptizei ela, meu José, no dia da Anunciação, à tardinha, por mando de São João e das ovelhas. Pedi a Nossa Senhora das Dores pra ser madrinha, e por amor de vancê, pedi a São José pra ser padrinho. Eu disse à nossa filha: Vancê se chama Jurity. Ela respondeu: Sim, mamãe.

— Véve ainda?

— Quási nadinha.

Véspera estava ali entre êles, e o pai ficou, e Jurity morreu.

Indo buscar Sacy e Cantor ao vale, José passou a noite à beira do rio. Nunca tinha encontrado estrêlas tão trémulas, nem silêncio assim sem aragem, sem piados, nem água tão mansa, e apesar das tocadoras de ocarinas não quererem recomeçar suas maniganças — os sapinhos quietos, gentis, sem mêdo da escuridão. Os bois paravam de ruminar e de bufar, os olhos alongados, escutando José pra lá, pra cá, pra lá, pra cá. Nenhum dos patos tirou o bico de sob a asa quando José trepou ao ipé e encimou com o galo, que havia cantado. O galo não se amulou por isso; ao fincar-se outra vez nas esporas, virou bem a cabeça para considerar o homem absorto, e não cantou. Despenhou-se no vácuo. José esperou ali ainda um tempão; mas não viu senão a alvorada; não ouviu senão uma serigóia. Então desceu. E foi êle quem seguiu os bois, mudo.

O dia era azul como o vestidinho de Jurity, sua mortalha, talhado para o baptizado em Araçatuba, e ao crescer da manhã a cintilação mostrava as curvas da terra.

Do oratório construíu o pai o esquife da filha. Sem coragem de abrir-lhe a fossa nos cardos do sarçal, cavou-a no canteirinho dela, sob a janela, desenterrando cuidadosamente as plantas.

Muito antes do sol pôsto, foi chamar Sacy e Cantor, que mesmo descangados se quedaram unidos, ao lado da cova. A mãe e a bisavó trouxeram ramos de mur-

tas em flor. José sepultou sua Donzelinha. Repostas a roseira, o manjericão e as pedrinhas nos seus lugares, duas borboletinhas brancas vieram brincar sôbre a tumba.

Marselha, 1934.

ENÉAS FERRAZ

(Do livro: *Crianças Mortas,* a publicar).

A BONECA DE PASTA

ESTAS mãos pequeninas como *acreditam* em nós! Como apertam as nossas, com tanta confiança!

Seguia, a dizer para si estas palavras, num entono cénico, que era como que a *toilette* de sempre, da sua sinceridade...

Repetia-as, a lembrar-se da encantadora miniatura de *déspota,* que deixara em casa, vencendo-lhe tôdas as veleidades de resistência a caprichos e birras, só com um entremostrar mui ténue de momo de chôro, ou uma lucilação de sorriso, em que tudo era cúmplice: o aljôfar negro dos olhos, as facezitas rosa-pálido, a bôca de bambino de retábulo, o desenho airoso do queixo...

Para aonde iria? Entrou em todos os cafés, seus conhecidos. Chegou mesmo a avançar pelo corredor de alguns dêles e a puxar a cadeira, diante desta e daquela mesa vazia, mas um não! brusco de tédio contravinha a anular-lhe o gesto em meio, de se sentar, e lá retrocedia, hirto e *de uma só peça,* em procura doutro poiso, onde, finalmente, caramba! conseguisse vir a ancorar...

À passagem pela Estação do Rossio um como que alvorôço de decisão fê-lo subir as escadas, *convencido* de que pediria, de facto, no *guichet,* um bilhete para qualquer parte. Linha de Sintra? Azambuja? Em frente da criatura dos bilhetes é que fixaria o ponto do passeio...

Passou por si um grupo de grazinas: homem e mulher. Êle luzindo um escarlate de *quidam* próspero; ela, tôda física, olhos e ancas. E grulhavam qualquer coisa a propósito de não se percebia o quê, que um dêles esquecera. Diabo! E se tivesse que voltar a vê-los na carruagem? Era, pois, impossível essa abalada! essa evasão de si mesmo por intermédio do combóio...

Esmoendo cóleras, encontrou-se no Largo, parado no rebôrdo do passeio, até que, sem pensamento, em bólide disparado, mergulhou no *Martinho,* e antes que pudesse *resolver ainda não ficar,* — fêz sinal para que lhe trouxessem o copo de café com leite, do costume.

Oxalá não surgisse ninguém, a estracinhar-lhe o casulo de sonhos, em que a imaginativa, — crisálida ansiosa — lhe começava a operar a química das cativantes transfigurações...

Todavia, quando reparou em que vinha direito a êle um plástico, de que freqüentava o convívio, não sentiu nenhuma espécie de mal-estar, êsse mal-estar, que bem raro era que não experimentasse, sempre que abeiravam o seu ácido, o seu orgulhoso isolamento.

Êle era um desdenhoso disso, que se denomina — tertúlia de café, que o que exclusivamente faz é transformar o *sério,* o soleníssimo da vida, num pretexto murcho de anedota. Certas mesas de *cavaco* (pobre e invertebrado *cavaco!*) lembravam-lhe partidas de gamão, em que cada qual, escabeceadamente, com uma átona

acostumança, — colocasse a sua pedra de sandice opiniosa, ou de peralvilha ninharia.

No entanto, nem um só dos que nessas mesas embolorecem, deixa de estar convencido de que a posteridade lhe tomará nota do nome, como o de um paradigma da facécia mordaz e do «diz-se» faìscantemente intencional...

...Não sentiu, pois, nenhuma espécie de mal-estar, e, efusivo, e solidário, apertou a mão, que lhe estendiam.

É que coexistia neste bisonho intratável o horror, à Dickens, pela face humana, e uma como que fome molecular, exasperada, de ternura; a ânsia mendiga de que acreditassem nêle; de que adivinhassem e lhe bem-quisessem, o indivíduo recôndito, que o seu *acinte* de quási-louco se obstinava em esquivar à verificação do maior número...

Nesse plástico, nesse escultor estranho, mistura «típica» de um primitivismo abstruso, contemporâneo dos imaginários do século XIII, e furibunderia nietzcheana, tôda em fulgurações e sombras; nesse espécime de criança grande, de olhos *lealmente* azuis, — encontrava êle um dos poucos propiciadores da simpatia, em certos dias tão indispensável aos seus nervos.

Não falaram de arte, nem se ocuparam de livros, de literatura, — êsses embustes públicos dos que, ìntimamente, positivos e rectilíneos, práticos e espessos, — de nenhuns vagares dispõem para tais «bugiarias»...

Lá fora, a meia-tarde, com as seduções do Espaço; com o mosaico febricitante da gentuça; com os mil e um incidentes diversíssimos de Barulho, de Côr, de Luz: cintilas breves de olhares de mulher, captando, reptando, aliciando; um despenhar de sêda limão a tôda a oblíqua de um mostruário; rouquidos de buzinas; a gama dos pregões; — lá fora a meia-tarde solicitou-os.

Avançavam cortando o fluxo da multidão. Oh, que miseranda amostra do indivíduo-rei da criação! Se nenhuma giba notória apelintrava o «vulto» físico de cada um dos que passavam, era evidente que a maior parte a trazia escondida na insulsez do cerebelo, ou na precária substância do sistema nervoso. O aprumo da estátua era em quási todos um disfarce, um cénico atavio, que suspiravam por arrumar para um canto, por enxotar de suas pessoas, uma vez sòzinhos, uma vez sem testemunhas a mirarem-nos, a poderem descobrir até que ponto êles eram nada mais do que amorfas coisas civis.

Mas, Deus louvado! — Repare Você... Que estranho o que ali vai!

Uma figura de mulher seguia no passeio de lá. Bonita? Sim, *se a vida lho deixasse*... Apertada no braço esquerdo, com uma seriedade convicta de criança, que, instintivamente *maternal,* segura bem *a sua menina,* para que ela lhe não caia, — levava consigo uma grande boneca de pasta.

Olhava-se a criatura, e da melancolia, por assim dizer, *apenas muscular,* de todo aquêle rosto, uma como que auréola de tranqüilidade se desagregava, — fogo-fátuo riscando o seu mínguo pressentimento de luz nos cerros do escuro...

O seu companheiro conhecia a *história,* por intermédio de uma testemunha de tudo, *tal como se passara.* Contou-lhe essa história:

Casara com um comerciante de África, que, depois de a ter passeado, lon-

gos meses, por um sem fim de cidadezinhas e lugarejos cromáticos do Minho, num noivado idílico de romance das «bibliotecas côr-de-rosa», — a deixou, numa fria manhã de céus pálidos, como tôdas as manhãs de despedida, — para voltar à confiscação despótica do seu negócio...

Um telegrama urgente havia-o chamado, reclamado. Ela não pudera acompanhá-lo. Ia ser mãe dentro de três meses.

Da abalada brusca ficara-lhe nos dedos, *desde êsse dia* como que moldados num jeito impreterível de afagar, — a memória de quando, súplices, veementes, estontecidos de dor, tateavam a face bem-querida, dir-se-ia a procurarem que lhes ficassem incrustados na pele, para sempre: um pormenor de sorriso, um resquício de olhar, a elipse instantânea de um beijo...

Em cada pôrto de escala lhe ia deixando o pobre viajante a confissão escrita das suas penas e amofinações; confissão clássica, milhares de vezes repetida, que não é já o depoïmento dêste e daquele caso particular de expatriado, mas representa o património afectivo de uma *clan* imensa de errantes, nostálgicos da gravura dependurada no recanto de parede, *que só agora vêem bem;* da chícara de café, reflectida no espelho do aparador da salita de jantar; da indispensabilidade das vidas que *lá* ficaram, insuflando vida àquilo tudo...

Duas cartas mais longas, convulsionadas de um granizo de angústias, diziam a desolação dos primeiros dias da chegada, sem ela a estimular-lhe a confiança na boa fortuna; sem ela, a ser-lhe alento e vontade, nos desânimos; sem a sua solicitude, oh Deus! a pressentir-lhe os desejos, para lhos satisfazer.

Mais uma carta, ainda: — Vem!, mesmo contra o impossível de embarcares *assim!* Seres *a minha santa* preservar-te-á de todos os males...

E, de repente, silêncio!

A notícia da morte dêle não podia atingi-la inteiramente no seu plexo de apercepção sensível. Vivia o deslumbramento daquele universo de enigmas, a que ia dar existência. De resto, *o longe, em que isso acontecera,* — retirava um pouco ao facto evidente as suas grandes linhas de dramático e de descaroável.

O nascimento da filha reconciliou-a com o seu *credo* num Deus bom.

Da soma de tôdas as amarguras, de tamanho acêrvo de desesperos, surgira uma floração de milagre: o sensitivo novêlo grácil de fitas e rendas; o airoso símile vivo de infanta de um «mistério» litúrgico, sorrindo reflexamente o seu sorriso loiro--nácar de *baby*...

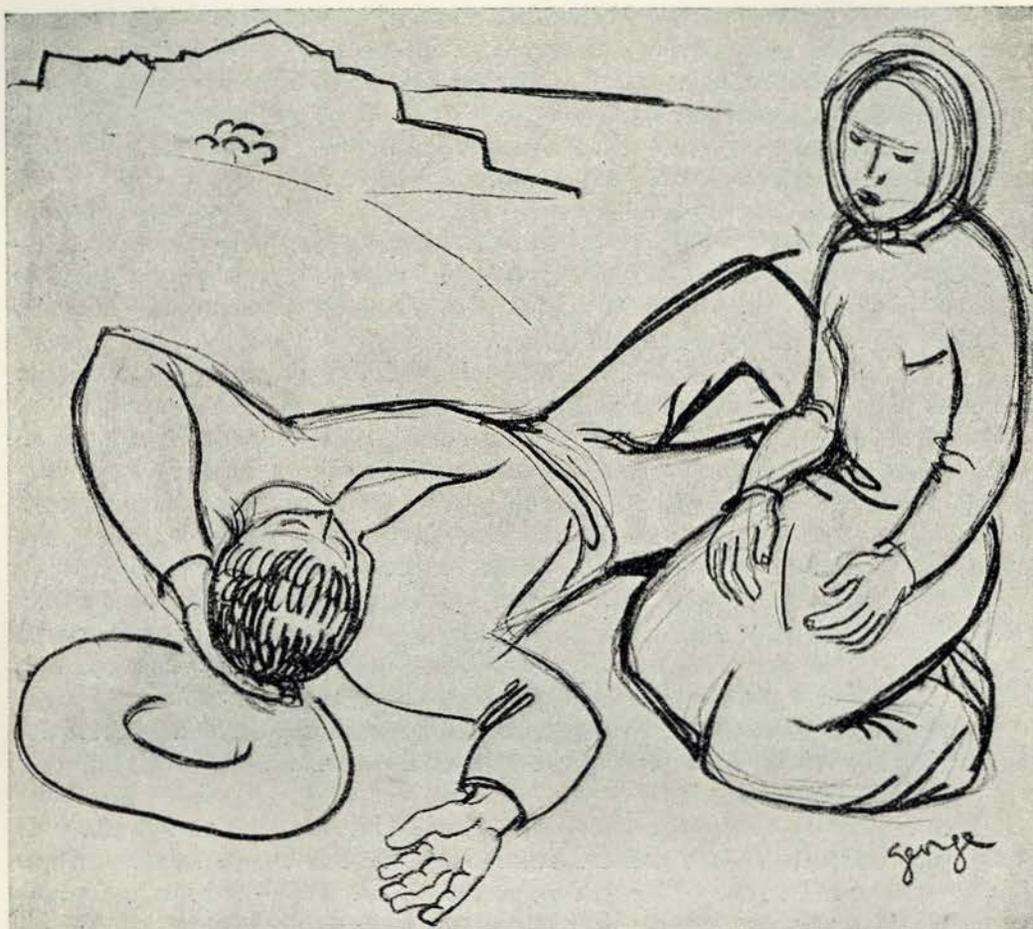
Da *perda* que teve era como se passasse a fazer a sua *oferenda* de amor ao ser pequenino, que a pungia de lembranças e a alvoroçava de bênçãos...

Nascida sob um signo de lutos, a morte arrebata-lha também.

...— Mas essa não lhe morrera, *afinal,* como Você pôde entrever. Leva-*a* ali bem viva, *ressuscitada* pelo piedosíssimo imperativo da loucura...

...Como nós todos o quereríamos para as quimeras e os sonhos, que o quotidiano expoliou do nosso direito a que subsistissem.

Lisboa, Outubro de 1943.

CARLOS PARREIRA

HOMO

JOANA e José vão subindo ; e, à medida que sobem, o vento zune cada vez mais forte. Para lá das últimas arribanas, há uma plataforma de terra áspera, eriçada de pedregulhos. Dois moinhos trituram chícharos, numa ruïdeira como de fábrica e de maquinaria. O vento nos panos sugere o marulho das vagas ou o sibilo da tempestade nas gáveas e tranquetas, nas bojarronas e no cordame de velhas fragatas ou apenas o vvvvvvúúúúúú de um búzio colado ao pavilhão.

Em redor, espraia-se o horizonte, gradualmente. À esquerda, um riozito — lugar comum de todos os fios de água cristalinos — vai de escantilhão pelo meio das

fráguas de um cabeço, e, ao fundo, num golpe de rins, agüenta-se, firme, no leito... Antigamente, quando eram gaiúlos, José e Joana e o resto da canalha da aldeia, iam enxugar secções do regato e catar no lôdo cabazadas de enguias... Bons tempos!

Montes de todos os lados, mais altos uns do que outros, azulados, pardos, verdes, roxos, esbranquiçados de pedregulhos, vermelhos de barro. À esquerda, também, um morro como a cabeça de um careca: nu, com três pelos — três pinheiros — espetados no cume, junto ao rés da terra, como um só tronco, e abertos em leque.

Chegam ao poiso. O gado, agora, alastra-se pela encosta do poente, retoiçando no alecrim. O pastor, de pé, com as pernas à larga, as mãos nos bolsos das calças (atirou o cajado ao chão), o peito bem lançado à frente, a camisa suja e velha aberta sôbre a carne, o vento emaranhando-lhe a trunfa negra e crespa, a cabeça à banda sôbre o ombro, os olhos grandes semi-cerrados, num sonho... Joanita, à ilharga, com a mão sôbre o ombro dêle, os lábios entreabertos, as narinas arquejantes, e aquêles olhos que sugerem mil segredos, mil ardis...

Sentam-se os dois. José recosta-se, faz travesseiro das mãos enclavinhadas, fixa o olhar num ponto do céu onde paira um milhano. Acima dêles, no pico do monte, a bôca negra da gruta.

— Olha Zé... nunca fomos acolá...

— Onde?

— Acolá, àquela serra...

O braço dela, estendido, aponta, na orla do campo visual, uma lomba esfumada, distante, misteriosa...

— Havemos de lá ir... diz ela.

Tudo deserto. O silêncio vem de tudo, dos morros e dos raros pinheiritos melancólicos, do céu profundo, azul ferrete, dos torrões ásperos e dos pastos bravios. Apenas o quebra, de vez em quando, algum harpejo subtil da Natureza: o zumbido de um insecto, a queda de uma pinha, o grito de uma rapina que passa alto, de ôlho alerta, e, de repente, o breve e leve ruflar de asas de um bando cinzento claro que disfere vôo de um vinhedo, no vale, e poisa no alto poleiro de uma árvore solitária.

— Ó Zé... o teu pai?...

José ajeita as espáduas na terra, desce as pálpebras. Não responde. Silêncio. Como o céu é vasto! Os braços do pastor correm-lhe ao longo do corpo. Parece morto. Joana tem os olhos postos na silhueta imutável da serra, muito adiante, cadeado natural do alongamento dos sonhos... Viajatas por êsse mundo que nem êles sabem imaginar...

— Não ouves, Zé? Tu sabes do teu pai?

Com mau modo:

— Cala-te gralha. Sei lá dêsse peste. Anda p'raí, a monte. Quem sai aos seus...

Novo silêncio. Joana alinha à beira dêle, de costas na terra, as mãos fazendo altura de travesseiro, sob o crâneo. No peito dela dois cabeçozitos ponteagudos, numa ânsia de estalar o riscado, numa ânsia de...

— Janita...

Ela suspende-se, à espera... Mais nada. Silêncio. Qual silêncio! Nas têmporas de José lateja uma torrente que se desdobra em cachoeiras tumultuosas. Súbita vermelhidão tinge-lhe as maçãs proeminentes de mongol. Resfolga. E não é capaz de falar. O que o aflige é se ela teria dado conta...

O tilintar claro de uma choca. Uma ovelha corpulenta, gorda, velha, aproxima-se rentando o chão com o beiço esticado...

— Olha, Zé. Olha as tetas da Ruça!

— Olha o quê, Janita?

— As tetas da Ruça, homem! Parecem as da Loira, assim cheias...

Dá uma gargalhada e o riso sacode-lhe o corpo que estremece todo, estremece visìvelmente, sob o vestido de riscado, comida a côr pelo sol.

— Cala-me essa bôca, Janita.

— Olha! cala-me essa bôca! Então porquê? Julgas que não lhas tenho visto, no rio? Boa borrega pra ti, Zé. Mas tu...

— Tu quê?

— Ora, tu...

(A que havemos de comparar os dentes dela, à mostra naquele riso?)

— Cala-te, é melhor.

— Não sabes outro padre-nosso, cala-te, cala-te... Bôca ruim que nem prova lebre... Outros a comem, deixa... Olha lá o moleiro, inda a noite passada...

Que rapariga!

— Janita!

— Qual Janita! Aquilo não era vento na porta nem ratos no soalho que a gente não tem soalho! Cuidas que eu não percebo?

Mas cala-se, afinal, num jeito amuado.

De qualquer cavidade invisível do vale sobe um lamento de burro.

Joana senta-se, vira as costas ao olhar de José. O vento dá-lhe no remoinho dos cabelos côr de barba de milho, e lavra-o pelo meio deixando à mostra a carne do pescoço azeitonada pelo sol. Inconscientemente, os olhos do pastor descem ao longo da coluna vertebral da rapariga, saliente sob o vestido. E logo irrompe aquêle cachoar tumultuando nas têmporas, o lume abrasa-lhe o sangue e a pele... José roça as costas da mão pelas pálpebras, pelos lábios secos, gretados...

— «Guarda-te para a mulher com quem cases.» — disseram-lhe um dia.

A avó devia lá ter suas razões.

Senhor!, mas como se padece!

E ela, numa reviravolta absurda:

— E o teu pai, ó Zé? Não me sai da idéia...

— Deixa. Anda quem anda.

Pausa.

— Sai aos seus, já disse. Sabes a história, não sabes?

— Qual história?

— Nós somos geração de maus homens, Janita. (Noutro tom) — Olha! Olha aquilo, acolá!

De frente, roncando, direito a êles, vem a razar os cabeços um avião anacrónico naquela mancha de bucolismo. Janita ouve o coração martelar nas fontes... José fica em pé, de um salto. As ovelhas balindo, assustadas, buscam o calor do macho soberbo, de chavelhos em espiral. E de aqui, de acolá, de mais além, aves alarmadas disparam em vôo cego, sem rumo. Antes que a máquina passe por êles, Joana abraça as pernas do pastor. Ela treme, e, nesse instante, os seus olhos não sugerem segredos, nem artimanhas.

— Que mêdo, Santo Nome de Maria!

O grito de pânico é abafado pela rajada do motor. O corpo de José é como um penedo, apenas a cabeça de cabelos revoltos segue a vertigem do bólido. Ao razá-los, quási, o avião descai, ligeiro, sôbre a esquerda, e enxerga-se o rosto de um homem mascarado (será rosto? será homem?). O aviador atira a mão de fora, num adeus. O entusiasmo de José explode, violentamente, quási selvàticamente:

— Ehehehehehehehehehehh!...

Mas o grito é logo inútil. Mal princípia e já o avião se esfuma na distância. De súbito envergonhado, José deixa cair o braço com que acenara, deixa-o cair, murchamente, e abate o corpo sôbre a terra.

— Que mêdo, Zé... nem sei que parecia...

Recosta a cabeça no ombro dêle, e seus olhos já não espelham malícia — mas o mistério subsiste. São dois olhos rasgados, úmidos, castanho-doirados (apesar da côr dos cabelos em que José, ausente, ainda a sonhar com a visão de há pouco, engolfa os dedos ásperos, grossos: «Guarda-te para a mulher...» Como se sofre!...)

O silêncio, agora, é absoluto. Nem a queda de uma pinha, nem o zumbir dos moscardos, nem os saltos dos gafanhotos, nem o balir do gado que pasta.

— Conta-me a história, Zé. A tal...

— Qual história, Janita? A da geração dos maus homens? Tu bem na sabes.

— Conta, conta. (Deita-lhe um braço, uma tenaz em brasa, por cima do ombro).

— Bem... diz que houve uns homens maus, uns... criminosos, ou lá como é... Isto aqui era baldio... Os casais nem eram nada... Só pedras e milhafres. Cuidando que êles morriam à míngua, vieram os guardas aqui pô-los... E cá ficaram e a gente é da geração dêles... Pra que raio quiseste ouvir isto, outra vez!?

Joana queda-se aparafusando, testa franzida. O pastor cata uma pedrita redonda, joga-a contra uma rês desgarrada.

— Ai bruto!

Ao arremessar o seixo, num brusco sacão, acotovela Joana. Ela comprime o seio, acaricia-o, depois, (como a um fruto ainda na árvore), e a mão escorregando, devagar, ao longo do peito e do ventre, fica sôbre a coxa, de palma para cima e dedos ao abandono... Um animalzito de patas ao ar...

O pastor apreende a subtileza excitante do gesto. E numa súbita exigência de movimento, abala, numa carreira, pela encosta acima, e com um grito que parece de júbilo selvático mas é de agudíssima dor, some-se na bôca negra da gruta.

Uma lufada de ar chapa-lhe no rosto uma máscara de friagem.

Às vezes, de tempo a tempo, sobem turistas à gruta, vindos de longe, munidos com arsenais de gasómetros, de lâmpadas furta-fogo, de rolos de corda. Apoiam-se em paus ferrados, vestem casacos extravagantes, fumam grossos cachimbos com brilhantes anilhas metálicas. Deixam os automóveis, lá em baixo, no vale, à borda de um riacho neurasténico, e escalam a encosta, com ruïdosa alegria e mil cautelas, imaginando, voluptuosamente, outros mil riscos, tão emocionantes como inexistentes. Sonham-se fazendo equilíbrios nos píncaros gelados, em estreitas passagens de gargantas e ravinas eriçadas de penhascos, cavadas de abismos — paisagens familiares do cinema, de magazines italianos, suíços, alemães. E, sobretudo, que apetite, senhores, que apetite na hora do almôço!

Em meio da treva, o pastor sorri.

Êle tem a luz dos olhos, apenas, mas basta-lhe essa e a firmeza dos pés e a subtil inteligência das pontas dos dedos, para nada lhe escapar dos mistérios da gruta. Mais ninguém, mais nenhum homem sôbre a terra — só êle a possui, êle só a domina, de lés a lés: os seus barrancos profundos onde ecoa marulho de vagas, as paredes escorredias, refulgentes, os calhaus cintilantes, as abóbodas polvilhadas de lantejoulas. Estalactites e estalagmites confundidas numa só pilastra, quási transparente, caprichos de gotas de água degeneradas em árvores de águas marinhas, rasgadas em troncos doidos, sem nenhum jeito de troncos — franjados de cristais, como neve... E aqui, além, incrustados, perfilados em guaritas, acocorados em nichos, sob dosséis de estalactites cortantes, fulminados nas contracções mais grotescas pela morte — esqueletos petrificados das velhas idades, prisioneiros, eternamente, das águas sólidas.

Os olhos de José — olhos de felino — fosforescem na treva. Às vezes, Joana acompanha-o. Mas hoje, o pastor não quere sentir o corpo dela tremer contra o seu. Hoje êle é o *homo* qualquer coisa, a sós, numa gruta, com a sua clava, a sua ingenuïdade, a sua pureza, o seu tesoiro de pedras e umidades, os despojos impávidos de antigos nómadas bravios. Triunfalmente, abrindo a bôca, irrigando os pulmões de ar, frio e molhado, faz vibrar as cordas vocais num grito primitivo:

— Ehehehehehehehehehe!...

Tôdas as cavidades da gruta (até mesmo, quem sabe?, as órbitas vagas das caveiras) correspondem à juvenil saüdação, em ehehehs consecutivos, de timbres diferentes, a distâncias variáveis, com tempos inconstantes.

Depois — silêncio de catacumba.

Afoito, José caminha pela gruta. A ponta do varapau ferrado toca numa estalactite, noutra, noutra, em mais outra... E o silêncio povoa-se de sons harmoniosos, amplos, profundos, solenes, os sons desprendem-se, multiplicam-se pelas abóbodas, pelos nichos, pelos barrancos, pelos minúsculos escaninhos que as águas cavaram em séculos. E naquela grande paz sonora, José que não conhece a majestade do românico nem as audácias do gótico nem ouviu nunca rolar os acordes dos órgãos pelas naves das catedrais — José acha-se pequenino, amedrontado, quási trémulo...

— Josééééééé! Joséééééé!

O rebate da companheira, chega-lhe aos ouvidos como se tivesse nêles dois rolhos de algodão hidrófilo. José hesita, apura-se a escutar, já numa atitude combativa — animal da floresta que adivinha a fêmea acossada. Logo se repete o dobre de aflição: Joséééééé! Josééééééééé! Estaca, um momento. Dilata as narinas, arqueia o tórax, recurva os dedos no cajado e torna para trás, a passos definitivos.

Fora, a luz não o cega. (Gaiato, ainda, êle e os outros jogavam com o sol o jôgo dos olhos de mocho... Ganhava quem mais tempo fitasse, ao meio-dia, o disco incandescente...). Tropeçando nos calhaus, agitando os braços, no ar, Joana corre, mais abaixo, à direita, junto aos primeiros muros da aldeia. Os olhos de José devassam, de lá para cá, os perfis das serranias, os morros mais de perto, os cabeços mesmo fronteiros — rolam-lhe pelas encostas, saltam as arribanas do Casal da Barca, irrompem pelo vale, transpõem o ribeiro e esbarram no sopé de cá...

— Ah! raios!

Ao ribombo da voz do pastor, as ovelhas mais próximas erguem o focinhito, num alarme. Outra vez os do Casal da Barca! Lá em baixo, empequenecidos pela lonjura, cinco meliantes de lá do vale gadanham no alecrim... Nesse alecrim que é pasto dos rebanhos e das abelhas — e só do gado e do mel vivem os serranos dêste cabeço: o chão é ruim e não há cântaros de água que o fecundem. Os outros, os da Barca, bem podem arar o seu monte limpo de calhaus, colher o fruto das cêpas ou das oliveiras, beber o vinho fresco e temperar com azeite: ondeiam, pelas faldas, loiras searas trigas. Pão! Nem lhes mingua pão! Então para que diacho?...

Inesperadamente, alastram do fundo do horizonte, pelo céu de um azul violento, grandes nuvens circulares cinzentas, roxas, madre-pérola. Espessas, opacas no centro, adelgaçam-se para os bordos translúcidos, orlados por uma fímbria de luz doirada e crua... Os olhos de José raiam-se de ódio. Brutalmente, martelam-lhe ferreiros nas têmporas. Com a raiva tôda concentrada nos dedos crispados no varapau, cego por uma fôrça quási divina, selvagem como a frágua, ligeiro e astuto como a raposa, rola pela encosta abaixo, a coberto dos penedos, e transfigurado, resfolegante, diabólico, cai de chofre à ilharga de um miserável ladrão de alecrim, e então o cajado vingador zune brevemente no espaço, repuxado de alto, e abate-se na cabeça do homem curvado, quási ao rés da terra, abate-se, implacável, e depois daquele som que não deixa eco e é como o da melancia escachando-se numa laje — depois daquele som, o último perceptível a José (nem dá pela fuga dos outros quatro safados) — mais nada. Apenas o silêncio que vem de fora, o silêncio da Natureza, e aquêle, o mais terrível de todos os silêncios, que nasce dentro de nós e em nós fica... — «E cá ficaram... E a gente é da geração dêles...»

O ladrão de alecrim caíu de bôrco. José não lhe pode ver o rosto... Mas aquela vestimenta... Não, não pode ver-lho. Contudo, adivinha-o todo, todo, nos mínimos pormenores... uma cara tisnada, oblonga, sulcada de regos... «E a gente é da geração dêles...». A barba da semana inteira, aquêle gilvaz, acima da sobrancelha, condecoração de uma rixa antiga. «E o teu pai, ó Zé? — Deixa, anda quem anda! Quem sai aos seus...». E agora? Que vai fazer do pai, naquele estado? Joana deve já ter soltado o alarme. Não tardará aí a aldeia em pêso, com varapaus e ca-

çadeiras para dar batida aos da Barca, useiros e vezeiros em pegas e furtos de alecrim. Contas velhas.

...Então, José faz um grande esfôrço. Êle já não é o *homo* qualquer coisa, apenas dominador da serra e da gruta. Agoniado, a custo levanta da terra o corpo encaracolado, ergue-o como a um fardo, carrega-o nos braços frouxos e escala o morro aos tropeções, esbarrando nos seixos, e aos tombos. O gado tresmalhou-se num subtil pressentimento de que nem o silvo nem o cajado do pastor o chamarão à ordem. Mas como aquela montanha é alta e custosa de galgar! Como tremem as pernas de José, pernas de granito, juncozinhos débeis... E a bôca da gruta, que longe, que longe que fica!...

Longe ainda, também, desemboca dos últimos muros da aldeia um grupo vozeando. Joana vem na frente. Seguem-na os homens, seis, sete brandindo cajados. E, logo atrás, mais homens — quantos? — com espingardas, foices, varapaus.

Pela primeira vez, o mêdo entra em José. Mas terá êle consciência de que *aquilo* é mêdo? E mêdo de quê? Sim, mêdo de olhar os outros, de frente, como se aparecesse carregando o corpo da vítima, diante do espelhito do sr. Cândido... Matar, naquela serra, é quási lei comum. Mas matar o pai!... Gelam-no calafrios. Ganas de abandonar os braços e deixar rebolar o cadáver, por ali abaixo.

...Quando o vozear dos homens lhe chicoteia os ouvidos, o pastor vira justamente as costas ao sol, ao rebanho, à vida, e de novo mergulha na gruta.

A noite vem caindo, em transe de tempestade. Aquelas nuvens da manhã... Para as bandas da última serra, perdida na noite, clarões fendem o negrume: e o trovão rola pelo céu fora, ecoando nas concavidades dos vales.

Entre Joana e José, nem palavra. Ela trinca uma maçã — por trincar. Dentro, em qualquer abismo da gruta, — em qual? —, sôbre o corpo gelado de um vulgar ladrão de alecrim, as gotas de água e o tempo principiam o longo processo da fossilização.

Joana, de olhos fechados, cabeça afogada no peito de José, rói a sua maçã. A dêle fica esquecida, na mão aberta. «E a teta da Ruça, ó Zé?» A cada estrondo, o corpo da rapariga estremece, violentamente... «Se eu me lembrasse da Magnífica...» E quando a tempestade se aproxima tanto que já paira sôbre a cabeça de ambos, e os trovões abafam aquela voz de antigamente — «Guarda-te para a mulher com quem casares» — e ela, como obedecendo a uma fatalidade, lhe enrosca os braços à nuca... então...

...Então, todos os rugidos da terra e do céu se confundem num único de fim do mundo.

Como foi?

Sabe-se lá como foi!...

José fica de bruços, com as unhas fincadas na terra, molhada e áspera, na terra cravado o bico do queixo, a cabeça pesada como um penedo, e o corpo vazio, quási mortalmente vazio, como o zângão que deixa no espaço, a flutuar, as suas entranhas doiradas — minúsculo papagaio de papel de sêda...

Pela madrugada, já o horizonte clareia e a tempestade vai longe. A rapariga dorme. Então, José levanta-se, resolutamente, e mete pés aos seixos e calhaus sem

mais sentimentalismos. Por agora, é preciso partir, abalar serra fora, fugir aos guardas da vila que podem aventurar-se a procurá-lo, amanhã, ou ainda logo, desafiando a serra esfíngica... Por acaso, prendem-se-lhe os olhos à última lomba do horizonte que vai sacudindo a noite de cima, emergindo da manhã nascente, como uma esperança. «Havemos de lá ir, um dia»...

FREDERICO ALVES

ÚLTIMO DIA

UMA tragédia! A terra nem esboroada ficou. Pôs-se dura, fria, arrepiada por um grande mêdo, e ficou silenciosamente à espera da chuva, como qualquer criança espera o seio da mãe descuidada.

Os alqueives, parados, hirtos, tinham a confusa côr dos cemitérios. Nem cheiros havia pela gândara, nem uma aragem respingona que enganasse a grande espectativa da chuva. As pastagens, comidas pela dureza do sol, secavam por ali;

os gados queixavam-se, atordoados; as hortas não tinham a florescência da temporada, e os homens, levantados ao raiar da alva, punham-se numa cisma duradoira, olhando com nervosismo os horizontes serenos.

Os meses passavam calmamente, e só as margias caíam, a dar fôrça à raiz da abrótea e às grandes leivas que por todo o mundo alentejano se cruzavam e contorciam, em aparatos de caduca embriaguez.

Os homens não futuravam nada bom. Pelas extremas, pelos cerros, os cães respondiam aos silêncios fundos da vida com uivos de dor. As árvores punham-se a chorar de madrugada, quando a ventana descia dos espaços a soprar violências.

A ganharia à espreita desde manhã até à noite, e o céu sempre límpido, azul, terrìvelmente transparente. Os Tóinos, os Agapitos e os Soares a rezarem banalidades.

— Ano de seca, ano de fartura, deixem lá! — rompera a dizer o Condesso, a animar a sociedade.

Os outros olharam-no, na mímica concentrada de um pensamento alarve, lábios torcidos numa melancolia.

— Ano de seca, ano de luz!... — quis o Condesso repetir, para alegrar os pungidos corações da maltiagem.

— Nan digas baboseiras, compradre! Sabes qu'isto nan é seca... — respondeu baixinho o Manel Sousa, farofando nas suíças ruivas.

E a continuar: — Isto nem é seca, nem é nada, é...

E o resto da resposta engasgou-se-lhe na garganta a refilar mágoas.

O lavrador veio mal humorado da cidade e despicou nos homens que o rodavam:

— Malandragem! Nem valem a água que bebem! Já daqui, fora do «monte»!...

Os homens cresceram na razão injusta daquele apupo e foram sentar-se na soleira dos portais.

Domingo. Sol fraco, vento norte, revoltado, a dizer aos homens que estava a chegar o último dia. Olhos postos na imensidão, mãos assolapadas nos peitaços, rijos, energias alerta.

Para os lados de Montemuro, umas nuvens andavam perdidas no ar, sondando a Planície. Os homens agarraram-se a namorar aquela nesga e sorriram a maior esperança.

— Amanhã é o último dia! — sentenciou tio Borlas. — Se têrça-feira não chove, a terra não pode resistir mais, o pão e os homes..., e os homes ficam a ler noutra derrota!...

Mas domingo acabou com vento estuporado. Campina adiante, tudo em fúria: árvores encasaladas num barulho de protesto, chão suspenso em agonias. O combóio passou no limite de uma quinta abandonada, e o eco ficou a ouvir-se distintamente. Para o norte, o recamo das estrêlas desapareceu e umas nuvens miüdinhas guincharam presença na altura. O campo abriu a bocarra numa pasmaceira de alienado, e continuou a esperar a sorte da última hora. Mas a noite curtiu-se em frio e em desalento.

Segunda-feira nasce em dúvida. Dia custoso, cheio das mesmas arrelias e contratempos. Os homens calam tristezas. O lavrador enrola cigarros atrás de cigarros, olha os horizontes malucos, anda de casa para os cerros, dos cerros para casa, e pigarreia.

O meio-dia aparece com céu escuro na faixa de um condado. Os cães saracoteiam os rabos curtos, ao verem o alvorôço dos homens. As andorinhas vão acoitar-se nas sombras dos telhais. Os galos arrevezam cantorias picantes.

O dia avança em dúvida. À tarde, o escarcéu do astro é mais pesado. As nuvens avançam vagarosas, esmagadoras.

A terra tem um dia para viver. Só um dia! O húmus grita a falta de água, e os ribeiros secam nos leitos como vadios caídos sem fôrças. Os gados ajoelham ao pé dos mastins. Os homens, espantados, pressentem a grande novidade e vão buscar os chapéus de festa, as sanfonas, os ferrinhos, as girândolas. O Condesso assobia o estro da sua lamúria, e vai ao lavrador pedir autorização. O lavrador sorri, trata-os como se fôssem parentes estremecidos, e oferece depois o chito para os entreténs.

Pingas grossas caem, ao inglório morrer do sol, na ponta parda de um chavasco. O campo abandona a lassidão do mêdo antigo, e grita vitória. Os homens, há tanto tempo retraídos, atiram beijos ao céu, dançam e falam do Mundo. Crianças! Velhas crianças, que sabem de cor as letras do bem e que, ao despontar de uma surprêsa mais leve, são como cães que tornam a ver o dono exilado. Incríveis, os olhos novamente erguidos para a terra ludra dos ferragiais, que é o mealheiro dos seus suores:

— A chuva vem aí! A chuva vem aí!...

E o eco manda mais que o próprio tempo. É uma vontade, é uma fôrça. O lavrador oferece um chibo para a malta. E vinho, e pão, e farinheiras! O manajeiro sorri, complacente, para os homens.

A chuva há cinco minutos que começou a cair. Um cheiro odorífero sobe no espaço e salpica de amor tôdas as coisas. Os homens vão meter-se debaixo dos alpendres e riem, as carantonhas agradecidas.

— Lua nova! Milagre! É oiro que cai, a chuva vem aí...

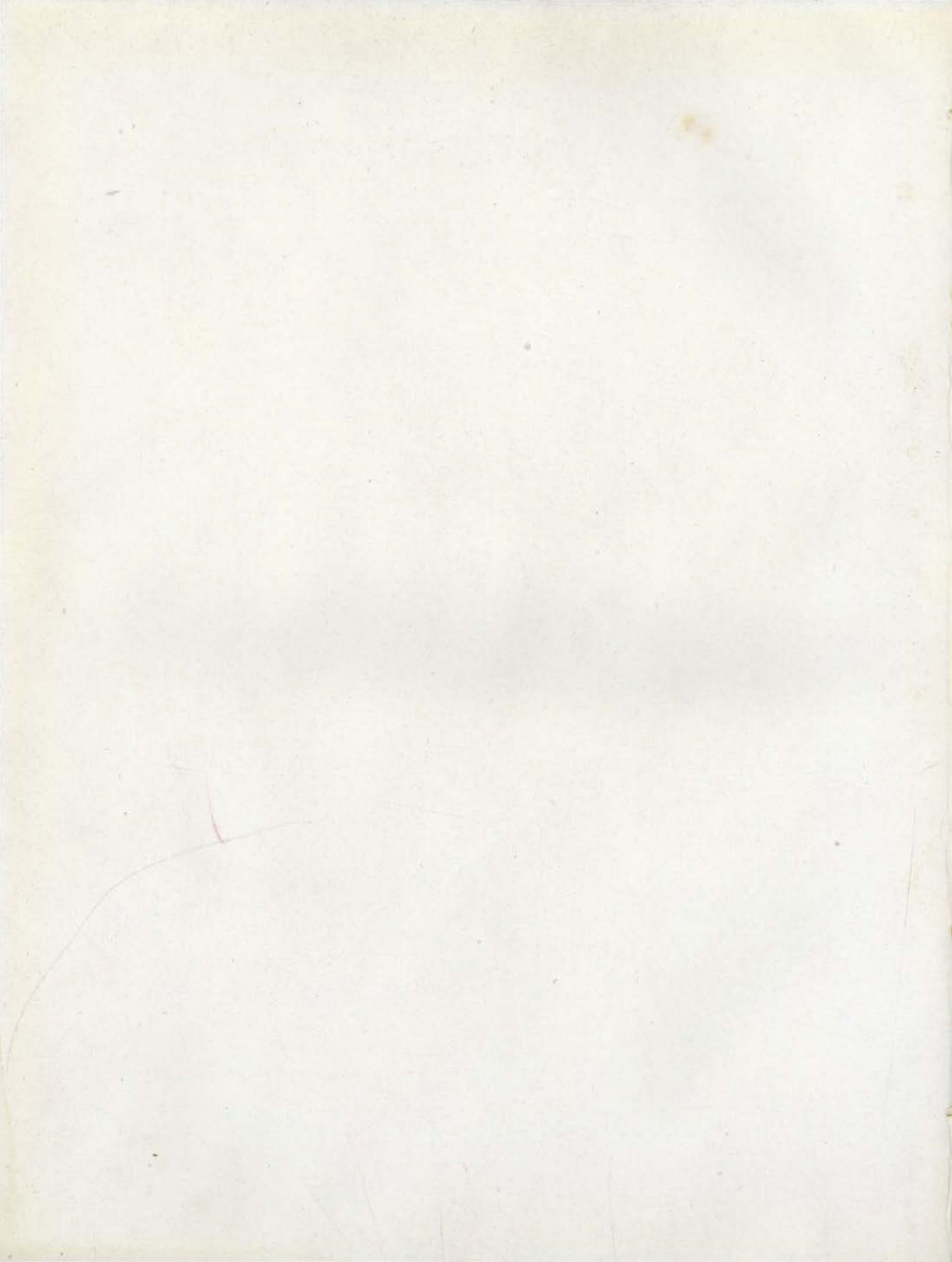
E o júbilo estende-se e amplia-se por todos os concelhos, num côro. Então o Manel Sousa, levantado, com a vista já toldada pelo briol, brinda à saúde:

— «Viva a bela sociedade. Vivam todos quantos estão!...»

E lançando o braço para a frente, acabou: — Era o último dia! Era, sim senhores!... Se a chuva falhasse, as pastages, os homes...

Os outros começaram a rir e responderam-lhe com uma canção, enquanto desabava a mais linda e desejava chuva dos últimos cinqüenta anos.

ANTUNES DA SILVA

PINTURA BRASILEIRA — Quadro de Tarsila.

O PRESTÍGIO DOS VULGARIZADORES

Com certa amargura desencantada, um cronista que voltou recentemente de Nova-Iorque escreveu há dias observações muito pitorescas sôbre os caprichos da notoriedade literária nos Estados Unidos, mostrando o imenso prestígio popular que envolve tantas mediocridades amenas, tantas inteligências fáceis, às vezes de índole exclusivamente recreativa, com sacrifício dos grandes criadores originais. Enquanto um Faulkner e um John Dos Passos lutam com dificuldades constrangedoras para a edição dos seus livros, de tiragem reduzidíssima e influência limitada a pequenos círculos, prosperam cada vez mais não só as Margaret Mitchell dos romançalhões sentimentais, mas também os Will Durant das superficialidades filosofeiras.

O fenómeno, evidentemente, não é apenas americano, porém universal, exprimindo um aspecto característico de tôda a fase de transição que estamos vivendo. Diante dêle seria mesmo vã qualquer atitude de surprêsa ou de queixa, de irónico desconsôlo ou de protesto indignado, pois isso significaria sòmente incompreensão das causas que determinam a vitória dêsses talentos de quinta ordem, simples vulgarizadores de idéias alheias. A verdade é que tal vitória existe como resultado do próprio conceito de existência que estabelecemos como orientação prática e norma guiadora em nosso tempo.

O homem do século XX vive acorrentado a um optimismo pragmatista que tende sempre, até no plano da cultura, para a formação gozadora e interesseira de unir o útil ao agradável. A intenção de lucro positivo e imediato compromete mesmo os seus mais inocentes prazeres. Assim, ao impulso de brincar, que reponta em cada indivíduo, como uma reminiscência da infância ou um desejo profundo de retornar a ela, o cidadão moderno já impôs a disciplina dos preceitos higiénicos e das regras esportivas, porque não admite mais a entrega do seu próprio ser a uma expressão da vida que não tenha vantagem certa, que não represente uma aquisição ou uma defesa. De igual modo, o homem que passeia, primeiro se convence de que os passeios fazem bem à alma ou à saúde. E as férias de fim de ano já não se inspiram na alegria de descansar, mas no propósito utilitário de voltar descansado ao trabalho. E o mesmo cuidado absorvente, dominador, é também o responsável pelo êxito dessa sub-literatura actual que, com tanta habilidade e esperteza, trata de apresentar-se como uma risonha mestra de artes e ciências fáceis de aprender.

É precisamente nessa aparência educadora, nessa máscara de culturanismo aplicada aos seus propósitos de mera recreação, que reside a fonte de tamanho sucesso. Diverte, encanta os espíritos sem exigências, satisfaz à ociosidade intelectual, dando, porém, a confortável impressão de que ensina, ilustra, cuida das grandes coisas do mundo.

O homem comum ouve falar na rua em Freud, vê no cinema alguns episódios romanceados da revolução francesa, encontra num suplemento de domingo qualquer alusão a Nietzsche ou a Balzac... Fica-lhe na cabeça a sugestão de que deve estudar êsses assuntos, que ainda ignora. Todavia, quando chega a casa, quando veste o pijama, calça os chinelos, beija a mulher e escuta um pouco de rádio, o pobre cidadão da época hodierna, que a civilização burguesa afadiga e inquieta, tem uma preguiça enorme de ler o *Zaratustra*, de iniciar-se na psicanálise, de tirar das prateleiras bem arrumadas da sua pequena biblioteca um volume da *Comédia Humana* ou um grosso compêndio de História Universal. Mas da estante lhe sorriem, convidativos, as novelas de Alexandre Dumas e os contos de Pittigrilli.

É o diabo! Uns tão úteis, mas tão fatigantes... E outros tão agradáveis, mas tão ligeiros, tão superficiais... Sem ânimo para uma leitura séria, mas também sem a bravura de entregar-se gostosamente a histórias de detectives, o coitado hesita e sofre.

Mas, para resolver a dúvida aflitiva, surge o Will Durant, ou o Van Loon, ou o Stefan Zweig dos velhos tempos... E que alívio, afinal! Eis o útil unido ao agradável, eis aplacada a íntima censura sem prejuízo da distracção feliz!

E o vulgarizador triunfa, com a mesma facilidade do professor que perde meio tempo da aula contando anedotas aos alunos, do médico que receita xaropes saborosos. Quando fala de filosofia, não é para explicar a *Crítica da Razão Pura*, de Kant, mas para divertir os leitores com algumas pilhérias de Voltaire. Quando estuda a queda da Bastilha, aproveita o ensejo para narrar intimidades graciosas da côrte de Maria Antonieta. O episódico, a ilustração marginal, o pitoresco, a poeira que envolve os acontecimentos e as figuras, constituem os seus elementos de exploração. E isso sempre em nome do adiantamento cultural do mundo.

Edgar Wallace, Ponson du Terrail, Miguel Zevaco, Sabattini, Agata Cristie, não iludem. Por isso mesmo, a sua tôsca literatura não chega a fazer mal. O perigo está nos que formam entre o povo e a verdadeira cultura um mal-entendido às vezes irremediável.

GENOLINO AMADO

BERNARDO GUIMARÃES
(PREFÁCIO RECUSADO)

Propusemos a uma editorial portuguesa a publicação de uma colecção de «Romances Brasileiros» por nós dirigida e que devia incluir as seguintes obras: «Memórias de um Sargento de Milícias», de Manuel António de Almeida; «A Escrava Isaura», de Bernardo Guimarães; «Iracema», de José de Alencar; «Inocência», do Visconde de Taunay; «O Mulato», de Aluízio Azevedo; «Luzia--Homem», de Domingos Olympio — excluindo dêsse programa Machado de Assis por julgarmos impossível obter os direitos de edição de alguma das suas obras em Portugal. A editorial em questão resolveu, porém, seguir o fácil caminho trilhado, hoje, por quási todos os que, em Portugal, fazem comércio do Livro, decidindo: «a colecção de «Romances Brasileiros» que se havia projectado ficará englobada na designação genérica de «Romances», visto que pretendemos efectuar traduções dos mais categorizados vultos da literatura europeia». Para que o nosso plano não ficasse inteiramente prejudicado, aceitámos escrever o prefácio para a edição portuguesa das «Memórias de um Sargento de Milícias» — e a êle se limita a nossa responsabilidade em tal edição. Redigimos, a seguir, o prefácio que devia acompanhar a edição portuguesa de «A Escrava Isaura». Os editores, porém, recusaram-no, alegando «que êle prejudicaria a venda da obra». Publicamo-lo aqui, para que o público português e a intelectualidade brasileira dêle tomem conhecimento:

Na escolha dos Romances Brasileiros para esta colecção não obedecemos, precisamente, a razões de ordem estética. Para os intelectuais, um romance como *A Escrava Isaura* tem pouco valor. O grande poeta Manuel Bandeira, que é, também, Catedrático de Literatura, apenas indica os defeitos dos romances de Bernardo Guimarães: «sentimentalismo exagerado, forma pobre e vulgar».

Noutro passo das suas *Noções de História das Literaturas,* diz, ainda, dêsse escritor romântico, o contemporâneo Manuel Bandeira: «Mais conhecido pelos seus romances, nêle entretanto o poeta é superior ao romancista.» Se um escritor é mais conhecido do público por uma facêta do seu talento do que por outra; se, neste caso, o poeta é preferido por quási todos os críticos, mas o romancista goza de maior audiência popular, compete ao historiador da Literatura inquirir da razão dêsse desacordo entre a intelectualidade e a massa dos leitores do seu país.

Reconhecendo que, em Bernardo Guimarães, o poeta era superior ao romancista, dissemos, na nossa *História Breve da Literatura Brasileira,* que «um dos seus romances, *A escrava Isaura,* conquistou a popularidade [...] por corresponder ao sentimentalismo da pequena burguesia brasileira, ocupando por isso, mais do que pelo valor, um lugar na história da literatura. Ocupando-o justamente, aliás, na nossa opinião, porque a história da literatura não deve atender apenas ao valor estético, mas, também, à capacidade de repercussão das obras literárias. Acrescente-se que o livro de Bernardo Guimarães teve uma intenção social anti-esclavagista, significando, até certo ponto, o mesmo que significou, no mundo inteiro, *A cabana do pai Tomás,* da norte-americana Harriet Beecher Stowe.»

É clara a nossa dupla intenção ao escolher êste romance, como o que o antecedeu e os que se hão-de seguir. Pretendemos, muito intencionalmente, proporcionar ao público português a leitura de romances que saibam falar-lhe e que, ao mesmo tempo, sejam vozes do Brasil.

Quási todos os historiógrafos da literatura brasileira reconhecem o brasileirismo de Bernardo Guimarães. Para Sylvio Romero e João Ribeiro, no seu *Compêndio* ou *Manual de História da Literatura Brasileira,* a nota que «individualiza o poeta entre os seus pares» está «nas tintas sertanejas de sua paleta e no tom brasileiro de sua linguagem». Para êsses historiógrafos, Bernardo Guimarães, «em seus versos e romances foi uma das mais nítidas

manifestações do espírito nacional». Afirmaram êles, ainda: «Quási todos os seus escritos versam sôbre temas brasileiros; mas há nêles alguma coisa mais do que a simples escolha do assunto; há o brasileirismo subjectivo, espontâneo, inconsciente, oriundo da alma e do coração.»

José Veríssimo, na sua *História da Literatura Brasileira*, pecou, a propósito de Bernardo Guimarães, por excessivamente rigoroso, mas, reconhecendo a sua espontaneidade de «contador de histórias no sentido popular da expressão», embora lhe negue a «ingenuïdade», «às vezes excelente», dos narradores populares, «porque em suma é um letrado, e as suas letras lhe viciam a naturalidade», de certo modo tocou na fibra que lhe é própria.

Ronald de Carvalho, na sua *Pequena História da Literatura Brasileira*, focou, especialmente, a sua grande qualidade de escritor descritivo, sem salientar o que o seu amor pela descrição representava de brasileirismo intrínseco e intencional: «Suas descrições [...] são agradáveis, e até justas algumas vezes; êle sabia evocar admiràvelmente os aspectos da natureza, animava com espontaneidade as formas mudas da paisagem, mostrava-se carinhoso para com as aves e as plantas, pintava com voluptuoso encanto a verdura buliçosa dos campos, a curva das colinas no horizonte, e o sedoso rumor das frondes balançadas pelo vento morno do sertão. Aqui não poderemos apanhá-lo em falso, vê-se que o artista estava no seu elemento quando se defrontava com a selva natal.»

Mesmo na crítica, não há como o coração para acertar. Queremos dizer que sem simpatia não é possível a exacta compreensão de uma obra ou de um escritor. O facto de ser sobrinho-neto de Bernardo Guimarães, longe de prejudicar, facilitou a visão de João Alphonsus, contista e romancista de hoje, que sôbre o escritor romântico nos deu óptimas páginas de crítica. No ensaio: *Bernardo Guimarães, romancista regionalista*, friza a espontaneidade da sua literatura sertanista, acrescentando: «Espontânea tanto mais quanto o escritor era por si mesmo um narrador verbal de histórias à beira do fogo, nas fazendas ou humildes habitações da roça, sabendo tocar viola para entremear as narrativas de canções. Nomeado juiz municipal e delegado de polícia (ao mesmo tempo) de Catalão, em Goiás, ali chegou sem ter gasto vintém na viagem: de fazenda em fazenda, pagava a hospedagem com o poder criador do seu verbo.» É o que explica os factos da sua popularidade na época e da sua sobrevivência, no seu Estado ao menos: «No que concerne a Minas, nenhum outro escritor de sua época foi mais admirado, lido e conhecido, e as velhas bibliotecas do interior ainda contêm cuidadosamente os seus romances. A nomeada se prolonga até hoje e nas velhas fazendas mineiras os serões, conservando uma tradição de proprietários letrados, costumam se encher com suas histórias, repetidas oralmente, ou lidas nas antigas edições.»

Tratando-se de um «romancista regionalista», convém dizer que nasceu em Ouro-Prêto, Estado de Minas-Gerais (em 1825), e ali morreu (em 1884). Estudou Direito e cantou românticamente em São-Paulo, fêz jornalismo no Rio-de-Janeiro, foi juiz no Estado de Goiás, mas em Minas viveu a maior parte da sua existência, e a Minas pertence, tanto pela obra como pelo espírito. Há nêle, de facto, qualquer coisa de provinciano — de um provincianismo que não se caracteriza só pelo amor das tradições populares e das paisagens da região, mas pela profunda sentimentalidade, que não provém, apenas, da influência do romantismo literário, mas deriva, em grande parte, da vida de Minas — terra de certo modo isolada pelas montanhas, onde os homens se viram para dentro de si mesmos.

Da sua vida oficial queremos referir, apenas, um episódio, que é o retrato do homem: Delegado de polícia em Catalão, foi exonerado, a «bem do serviço público», porque, apiedado dos presos, convocou urgentemente uma reünião do júri, absolveu-os e soltou-os a todos. Porque assim era, sentiu tão intensamente o drama da escravidão e pôde escrever êste romance, que, com todo o seu convencionalismo, tem o valor de um grito de consciência, e, com todos os seus defeitos literários, é um livro humano.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

EVOCAÇÃO DE MANUEL DE SOUSA PINTO

Éramos cêrca de meia centena de estudantes. Aos vinte anos, e no terminar de um curso de humanidades, não se olhava com simpatia de maior para disciplina que pràticamente a ninguém — quási nem mesmo aos romanistas — prometia achega considerável para os actos finais. Além disso, a designação de «Estudos Brasileiros», que pouco especificava, não favorecia a cadeira regida por Manuel de Sousa Pinto com título atraente. Os estudantes que tinham o pendor da história temiam ver-se metidos em estudos de literatura pura; os filólogos não previam matéria concordante com suas predilecções; e há doze anos a literatura moderna brasileira ainda não era suficientemente conhecida entre os estudantes para os amadores do romance, do conto ou da poesia lírica contemporânea esperarem encontrar nos «Estudos Brasileiros» curiosidade suficiente.

Éramos cinqüenta estudantes, mas formávamos massa heterogénea. Vínhamos de secções várias da Faculdade de Letras de Lisboa, com planos diferentes de vida e de trabalho futuro e concepções freqüentemente discordantes da natureza dos estudos universitários. Estávamos longe de comungar todos em ideário único, e isto em vários campos. Verdadeiro amor às formas múltiplas do conhecimento encontrava-se em poucos; e não me excedo se disser que o gôsto pela investigação era apanágio de raros. Sensibilidade estética, vibração sensorial, compreensão das formas superiores da arte — e da ficção literária em especial —, não se encontravam senão em escala reduzida, em parte grande dos cinqüenta estudantes.

Nestas condições ia Manuel de Sousa Pinto fazer, uma vez mais, o seu curso de «Estudos Brasileiros».

Manuel de Sousa Pinto tinha apurado gôsto artístico e combatividade fogosa. Como introdutor do álbum de Bordalo escrevera as mais penetrantes observações que àcêrca do artista ficaram registadas em Portugal; larga fôra a contribuïção dada por êle à literatura e à crítica de arte em Portugal.

Seu estilo era vivo e forte; por vezes, até, contundente e agressivo. Armara-se de sarcasmo, e feria sem piedade tôdas as vezes que homens medíocres ou conceitos vulgares se queriam impor. Sua letra era rasgada e feita de linhas rectas, mas não duras. Tenho diante de mim, enquanto escrevo, um autógrafo de Sousa Pinto dirigido a Sousa Viterbo. Embora eu não creia excessivamente no poder interpretativo da grafologia, tenho de conceder que encontro entre a imagem que de Sousa Pinto guardo e a que me provocam os traços da sua escrita, concordância geral. De facto, Manuel de Sousa Pinto tinha o culto da beleza e da verdade, mas procurava alcançá-las com harmonia e sem extremos de dureza. O que não podia suportar eram a falsidade, a hipocrisia e o menosprêzo da arte.

Sem condescendências se mostrava então. E como sabia ferir profundamente! Quando foi da inauguração do monumento a Eça de Queirós escreveu Sousa Pinto dúzia e meia de páginas, em folheto esquecido, que dão idéia do seu vigor e coragem. Começa assim: «Eça de Queirós é, positivamente, um morto infeliz... Pouco resfriado ainda o seu corpo nervoso, passearam-no em Lisboa, no mais ridículo e vergonhoso dos funerais; anos depois, erguem-lhe um monumento incondigno, numa cerimónia idealmente imbecil.»

Tão imprópria lhe pareceu a consagração oficial a quem em vida fôra grande que lançou, com destemor, o ataque rijo: «...êsse artista probo, que em vida foi temido como um elemento poderoso e destroçador, que com a sua prosa vigorosa e linda, talhou os rasgões brilhantes das suas páginas perfeitas, na pele dos seus patrícios, nos vícios do seu país; êsse autor de pena destra que sabia alfinetar um conselheiro na sua preciosa colecção de ridículos, como quem espeta num cartão uma rara borboleta, que teve na vida essa

ampla liberdade que se não ousa negar aos que se nota supremamente rijos, por êsse mesmo raciocínio que nos faz trepar a uma árvore para deixar mais livre o campo a um ser mais forte: foi êsse homem mirado à distância, quando vivo, como um leão, que teve, depois de morto, a mesma sorte de um grande senhor das selvas. Enquanto nêle a vida agia, todos se encolhiam de medrosos; mal que a pena parou, a legião intimidada, agora livre de sustos, surge a apropriar-se dêle, como um trofeu, como coisa sua — sempre Tartarin, voltando ovante do perigo inofensivo da caça a um leão já morto, ou a uma pele empalhada.»

Mas não era sòmente êste Manuel de Sousa Pinto que nós, há doze anos, íamos ouvir falar do Brasil. Era também o conhecedor profundo da literatura, da história e do país do qual tínhamos conceitos inacabados e fragmentários, e de cujas letras pouco mais conhecíamos (os que conheciam...) do que o «Braz Cubas», «Os Sertões» e os versos tristes do poeta que queria ainda, antes da morte, ouvir o canto do sabiá.

O tempo não corre, nem voa: escoa-se, como imagem momentânea de tela cinematográfica. Que diferença entre o que nós há doze anos supúnhamos ser os caminhos da literatura brasileira, e o que qualquer estudante da Faculdade pensa hoje — em Lisboa ou em Coimbra — do verso e da prosa escritos em língua portuguesa na terra do Atlântico Ocidental!

O indianismo aparecia-nos então como a característica brasílica mais notável da prosa, e do verso era saliente, em primeiro lugar, a ocorrência de nomes de plantas e de animais que nós, em Portugal, não sonhávamos, sequer, que feitio tivessem.

É certo que a rebuscada simplicidade e os modismos do Catulo Cearense já tinham feito aparição entre nós. Mas não se transpunha êsse estádio ingénuo e cantante da poesia brasileira, que, apesar do atractivo de «Meu Sertão», cedo cansara os que procuravam formas novas e não variações de motivos antigos alterados pela dissonância da fonética dialectal.

Vejo agora Sousa Pinto dar-nos a primeira aula. Seu discurso era pausado, diga-se mesmo lento. Parece que precisava, na linguagem oral, de refrear a impetuosidade com que traduzia pensamentos em linguagem escrita. Dir-se-ia consumido em sonho interior, pois mal nos fixava, e ia falando como se só pretendesse ouvir-se a si próprio.

Se eu disser que as suas primeiras prelecções prenderam imediatamente a atenção dos estudantes, falto à verdade.

A «Carta de Pero Vaz de Caminha», documento que lhe servia de base às lições iniciais do curso, era por Sousa Pinto estudada com o pormenor e rigor que exige a análise científica, e também com a sensibilidade do artista e o calor do apaixonado pelo Brasil. De Pero Vaz seguia-se, em linha constante, até aos contemporâneos, sem que o curso pecasse por exclusivamente literário, por excessivamente histórico ou por filológico em demasia. Ao fim de sete ou oito meses de aulas, Sousa Pinto tinha conquistado a atenção de todos. O bom senso, a crítica aguda, a graça com que expunha, a honestidade do estudo, a originalidade das observações, tinham quebrado o gêlo do desinterêsse. O toque de sensualidade que sempre lhe foi característico aumentava, com vantagem decidida, o atractivo da exposição. Mas a sensualidade que mostrava ao falar e ao escrever não caía em desmando, embora fôsse aguda.

Quando terminaram as aulas, o professor da cadeira de «Estudos Brasileiros» preenchera cabalmente o programa e focara múltiplas formas da vida do Brasil, antigo e moderno. Todos, mais ou menos, tinham encontrado nas palestras dêle curiosidade e motivo de estudo.

Por mim devo-lhe, além da lição superior de estética e de bom gôsto, a entranhada paixão pelas coisas do Brasil e a introdução inteligente e séria no campo viril da literatura brasileira.

Manuel de Sousa Pinto foi — sem retórica nem frase feita — autêntico animador dos estudos brasileiros em Portugal, e, simultâneamente, um dos mais apurados cultores do idioma comum, nas primeiras décadas do século. Com estas linhas breves, pretendo pagar um pouco do muito que fiquei devendo ao Mestre, e escrever da admiração que tive pelo Artista superior e pelo Crítico audaz.

LUÍS SILVEIRA

O PROFESSOR JONATHAS SERRANO

Quando um mau estudante convence-se da excelência de um professor, êsse mestre é, forçosamente, magnífico.

Através da minha infância, da minha adolescência, da minha juventude, tive sempre a felicidade de encontrar, entre alguns professores medíocres que só serviram para alimentar minha vagabundagem inata, outros que despertaram milagrosamente, no meu espírito, a curiosidade, a atenção e até o remorso de não ser um estudante mais aplicado.

Fui aluno, ainda menino, de Pinto Ferreira, professor português emigrado, que mantinha, em Petrópolis, um colégio onde ensinava tôdas as matérias com o mesmo zêlo, a mesma paciência, a mesma segurança. Das primeiras horas da manhã, pelo dia afora e pela noite adentro, aquêle português enciclopédico instruía — quási sem intervalo para um almôço e um jantar frugais — classes inteiras de crianças, de mocinhas, de rapazes. Passava, com a maior facilidade, do abc, dos rudimentos de aritmética elementar, das primeiras noções de geografia, às mais controvertidas questões filológicas, aos problemas de álgebra analítica e geometria no espaço, às excursões pelos mais afastados domínios da mineralogia, da botânica, da zoologia, da filosofia, da metafísica. O latim de Cícero e de Virgílio, o francês de Racine e de Molière, eram, para Pinto Ferreira, conversa de criança...

Noutra ocasião, fui aluno dos irmãos Mello e Souza: um, aquêle João Baptista que me ensinava geografia e história como um amável cicerone, levando-me pela mão através dos mares, dos continentes, das idades; o outro, aquêle misto de matemático, de mágico e de poeta — no magistério: Júlio César, na literatura: Malba Tahan — que imaginava equações e desenvolvia cálculos com frases harmoniosas e algarismos desenhados como arabescos, parecia um Omar Kahyam escrevendo voluptuosamente os seus Rubayat.

Mas Pinto Ferreira com a sua enciclopédia viva, os Mello e Souza com a sua simpatia aliciante, e, um e outros, com tôda a sua facilidade de ensinar como se contassem anedotas ou inventassem histórias, eram, comparados com o professor Jonathas Serrano — que naquela quadra da minha vida veio a ensinar-me, também — extraordinários mas simples repentistas de ciência.

Jonathas Serrano seria incapaz do esfôrço dispersivo de Pinto Ferreira e não enfeitava as suas prelecções com o pitoresco das narrativas dêsses *conteurs* da pedagogia que são os Mello e Souza. Enquanto Pinto Ferreira e os Mello e Souza leccionavam sem esfôrço, por instinto (parece-me até que seriam capazes de ensinar o que nunca tinham aprendido), Jonathas Serrano, sêco, preciso, essencial como uma sinopse didáctica, só ensinava o que minuciosamente estudara, o que sabia sòlidamente, o que era capaz de ministrar, como uma pílula de ciência, aos seus alunos.

O esfôrço que despendeu Jonathas Serrano para chegar a ser o professor completo que se tornou, deve ter sido igual ao trabalho de Demóstenes para acabar sendo o orador que foi. Os seus defeitos assaltavam logo a vista da gente. Jonathas Serrano, magríssimo, bexiguento, com aquêle sorriso que parecia uma careta, com aquela vozinha fina, aguda, insistente como uma campainha disparada, era a pessoa exteriormente menos dotada para chegar a ser o grande mestre que se fêz.

Contrariando os seus defeitos aparentes, cultivando e fortalecendo as qualidades recônditas do ser, ensinando-se a si próprio, Jonathas Serrano aprendeu a ensinar aos outros. Menino raquítico, feio, pobre, desamparado, sòzinho no internato de Caraça, forjou-se com o ardor de Santo Inácio, exercitou-se na rude disciplina da Ordem e fêz-se, interiormente, um Hércules.

Podia ter saído para o mundo com o hábito de Loiola. Mas preferiu, com tôda a sua fé, com tôda a sua certeza teológica, com tôda

a sua cultura escolástica, vir para a vida como um franco atirador das suas convicções. Trocou o seminário pela Faculdade de Direito e, ao colar grau, em vez de escrever uma tese jurídica, como seria de esperar daquele austero bacharel — publicou um livro de delicadíssimos poemas inspirados na Virgem Maria.

Creio que nunca chegou a advogar. Formou no movimento de acção católica, com Jackson de Figueiredo, com Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), com o Padre Leonel Franca. Fêz-se jornalista. Mas já então era, e sabia que seria sempre, visceralmente, professor.

Seus cursos individuais e colectivos, em colégios e naquele modesto escritório da rua da Quitanda, no Rio, ganharam, pouco a pouco, a confiança de todos os que tinham filhos para educar. Meninos, moças, rapazes, grande parte da juventude a que pertenci e de que estão brotando as novas *élites* espirituais do Brasil, bateram à porta daquele professor infatigável, e hoje gozam e aplicam os ensinamentos que dêle receberam.

Português, história, geografia, filosofia, latim — tôdas essas matérias, Jonathas Serrano ensinava com um método, uma clareza, uma perfeição incomparáveis.

Diàriamente, às 8 horas da manhã, o professor indefectível chegava ao escritório da rua da Quitanda, com o seu colarinho duro muito alvo, o seu jaquetão escuro, o seu sorriso — aquêle sorriso magro e pálido —, a sua voz — aquela voz metálica e aguda que nos cativava como nenhuma outra. Sentava-se, tirava do bôlso o relógio e colocava-o em frente, sôbre a pequenina mesa nua. Em volta dêle juntavam-se os alunos. Então Jonathas Serrano, como um atleta em plena forma, entregava-se, exìmiamente, ao exercício pedagógico. Durante cinqüenta minutos seguidos, de cada vez, discorria sôbre a morfologia de palavras intrincadas, sôbre a antiguidade clássica, a Idade Média, a formação colonial do Brasil, ou descrevia os sistemas hidrográficos e orográficos da África, ou recapitulava as figuras de silogismos, ou analisava Cícero, citava Horácio, traduzia Virgílio...

A aula era interrompida apenas por alguns minutos, quando surgia na porta um daqueles amigos queridos do Professor: o seu irmão, que ficava conversando com Jonathas por meio de bilhetinhos enquanto a aula continuava, o Dr. Vilhena de Morais, eternamente de fraque, ou aquêle interessantíssimo Vicente Licínio Cardoso...

Por essa época, Jonathas Serrano escreveu vários livros didácticos modelares e conquistou, num concurso memorável, a cátedra do Ginásio Pedro II.

A sua memória era prodigiosa. Uma das paixões do mestre era ensinar aos alunos truques para facilitar a associação de idéias. Outra sua mania era o esperanto, que êle falava e escrevia como o próprio português. Aquêle doce humanista cristão sonhava sempre com o dia em que os homens todos cheguem a se compreender numa linguagem universal.

Pobre e puro Professor!

Nesta tarde sombria de um Outono que parece envolver de luto a humanidade inteira, a notícia da tua morte chega-me aos ouvidos como o dobre melancólico de um sino de despedida. A tua alma forte, libertada do teu corpo frágil, encontrou, finalmente, na bem-aventurança do Além, a paz que na Terra os homens lhe negavam. O teu sonho de uma linguagem universal numa cristandade feliz, acompanhou-te certamente para o alto, para muito alto, onde não chegará essa nova Babel que as criaturas desgraçadas hão-de ainda erguer sôbre as ruínas da guerra... Mas a tua mensagem de idealismo e de justiça não se perdeu — jamais se perderá. Ela há-de ficar connosco, com todos nós, teus discípulos, que choramos a tua partida e que vivemos do teu exemplo. Ela há-de ficar com todos os que, ao nosso lado ou pelos tempos difíceis que virão, saibam conservar — como tu conservaste — a dignidade no pensar, a sinceridade no sentir, a tenacidade no querer e a coragem de cumprir o próprio destino, insensíveis às tentações do orgulho e da vaidade, com o mesmo sentido heróico e discreto do dever, com que tu cumpriste o teu...

Lisboa — Outubro, 1944.

JOSÉ AUGUSTO CESÁRIO ALVIM

MÁRIO DE ANDRADE

À última hora, quando êste número estava quási concluido, chegou-nos a notícia da morte de Mário de Andrade. Tão grande perda (grande para as letras brasileiras, para a cultura comum, do Brasil e de Portugal, e para a nossa amizade) não podia deixar de encontrar aqui um éco imediato. Embora assim ocupemos dois lugares num mesmo número desta revista, consideramos justificada a publicação da palestra que lêmos ao microfone da Emissora Nacional. Para que essa «Meia-Hora Brasileira» constituisse, quanto possível, uma homenagem ao poeta, seguiu-se, à leitura das nossas palavras, a recitação de cinco poemas de Mário de Andrade pela voz comovida da poetisa Natércia Freire. Os poemas escolhidos para êsse fim foram: «Lenda do Céo», «Cantiga do Ai», o XI dos «Poemas da Amiga», o I poema do «Rito do Irmão Pequeno» e o III poema do «Girasol da Madrugada». Dessa espécie de antologia foram excluidos os poemas já conhecidos em Portugal pelas selecções que se têm feito da poesia brasileira — o que demonstra a riqueza poética de Mário de Andrade.

MÁRIO DE ANDRADE
(Interpretação de um retrato)

Todos os dias, quando abro o jornal, receio encontrar uma daquelas notícias dolorosas que só deviam chegar até nós na carta de um amigo, cerrada aos olhos dos estranhos. Foi assim, pelo choque brutal de um telegrama, que soube da morte daquele homem de letras que mais estimava entre todos que tenho conhecido. Não senti, apenas, como de outras vezes, a mágua intelectual de ver apagar-se um alto espírito, de saber que desapareceu para sempre um escritor admirado. Para sentir essa mágua não é preciso que o escritor morto seja nosso conhecido; basta tê-lo admirado nas suas obras. O que senti, com a inesperada notícia da morte de Mário de Andrade, foi uma dor profunda da sensibilidade, tão grande como a que nos causa a perda de uma pessoa muito querida. Se trago para aqui um assunto tão intimo como êsse de uma dor pessoal, não é em virtude de a Mário de Andrade me ligar a mais estreita amizade. A ouvidos alheios não interessaria nada o meu desgosto se êle resultasse só de um afecto individual. Independentemente da circunstância particular de eu ter podido conviver com Mário de Andrade, sinto a morte do homem que êle foi porque tôda a sua obra é o testemunho vivo da sua personalidade — uma presença humana tão constante e imperiosa que qualquer leitor dos seus livros terá, de aqui em diante, a mesma sensação dolorosa da ausência de alguém.

Declarando a sua «enorme admiração» pelo génio de Machado de Assis, o seu «fervoroso culto» pela obra do grande escritor, Mário de Andrade confessou não o amar, explicando: «Acontece isso da gente ter às vezes por um grande homem a maior admiração, o maior

culto, e não o poder amar. Ama-se o Dante menos genial da *Vita Nuova*, mas me parece impossível a gente amar o Dante mais velho e genialíssimo que compôs o *Inferno*. Ama-se Camões, adora-se António Nobre, mas é impossível amar Vieira. Gonçalves Dias, Castro Alves, Euclides da Cunha são outros tantos grandes artistas que, além de admirar, nós amamos também. Nêstes casos felizes, a admiração, o culto, coincide com o amor. Há estima e camaradagem irmanadas.»

«Porque — continua Mário de Andrade — em certos artistas, pela vida e pelas obras que deixaram, perpassam dons humanos mais generosos em que o nosso indivíduo se reconforta, se perdoa, se fortalece [...] E aos artistas a que faltem êsses dons de generosidade, a confiança na vida e no homem, a esperança, me parece impossível amar. A perfeição, a grandeza da arte é insuficiente para que um culto se totalize tomando tôdas as fôrças do crente.»

Pois Mário de Andrade era daqueles que, não só se admiram, mas se amam. É possível que para muitos dos seus leitores, principalmente quando portugueses, seja longo o caminho para a admiração; estou certo, porém, que vencidas as dificuldades que a sua obra oferece, qualquer leitor atento percorrerá ràpidamente o caminho para a amizade dêsse espírito, tão humano êle foi. Muitos, no próprio Brasil, chocados com as suas liberdades sintáxicas e com o seu revolucionarismo estético, lhe regatearão, ainda hoje, o culto que merece tão original e poderosa individualidade literária. Poucos serão os que, conhecendo bem a sua obra, não se sintam compelidos a corresponder à efusiva comunicabilidade que nela se manifesta. E repare-se que não se trata daquela cordialidade exterior e, muitas vezes, superficial, de certos brasileiros, mas do poder de simpatia que provem de uma profunda afectividade, nada sentimental — o dom completo da inteligência e da sensibilidade de um homem a outros homens.

Imagine-se o que êle seria no convívio pessoal ou na comunicação directa das cartas! A sua casa da rua Lopes Chaves, em meio da cidade fechada de São Paulo, era, não só um centro de efervescência intelectual, mas um lar de humana simpatia, de janelas abertas para o Mundo. Data de 1923 o meu encontro com Mário de Andrade e a minha entrada nessa casa. A Semana de Arte Moderna, que desencadiara no Brasil a revolução modernista, realizara-se um ano antes, mas persistia o ruido à sua volta, o escândalo dos passadistas e o ardor combativo dos novos. Assisti, ainda, a uma dessas reüniões que o próprio Mário de Andrade descreveu, numa conferência em que, vinte anos depois, fêz a história de *O Movimento Modernista*:

«Havia a reünião das terças, à noite, na rua Lopes Chaves. Primeira em data, essa reünião semanal continha exclusivamente artistas e precedeu mesmo a Semana de Arte Moderna. Sob o ponto-de-vista intelectual foi o mais útil dos salões, si é que se podia chamar salão àquilo. Às vezes doze, até quinze artistas, se reuniam no estúdio acanhado onde se comia doces tradicionais brasileiros e se bebia um alcolzinho económico. A arte moderna era assunto obrigatório e o intelectualismo tão intransigente e deshumano que chegou mesmo a ser proibido falar mal da vida alheia! As discussões alcançavam transes agudos, o calor era tamanho que um ou outro sentava nas janelas (não havia assento pra todos) e assim mais elevado dominava pela altura, já que não dominava pela voz nem o argumento. E aquêle raro retardatário da alvorada parava defronte, na esperança de alguma briga por gosar.»

Dez anos depois, quando voltei à casa da rua Lopes Chaves, espécie de amendoa do fruto que era São Paulo para a minha saüdade, tinha diminuido a efervescência artística e literária, pois que o Modernismo triunfara. Restava, do ano anterior, a agitação cívica da «revolução paulista», mas a casa de Mário de Andrade não se prestava para campo de lutas políticas, mesmo quando um ideal colectivo as animasse — o que não quere dizer que êsse escritor, embora dotado de um espírito tão amplamente brasileiro, fôsse indiferente aos sentimentos do seu Estado. As estantes pejadas de livros, os quadros nas paredes, as esculturas, o piano — tudo, nessa casa, falava de outras paixões mais duradouras: a literatura, as artes plásticas e a música. Era a casa de um homem de letras possuidor de uma cultura vastíssima, de um amador inteligente de tôdas as formas de arte, de um musicólogo tão conhecedor das obras clássicas como do folclore do seu país.

Bibliófilo, Mário de Andrade ia às estan-

tes buscar, para nossa edificação, uma magnífica edição de arte francesa; as alusões à pintura moderna, fazia-as diante de um quadro de André Lhote, a célebre *Partie de foot-ball*, disputada aos ricos coleccionadores por êsse simples professor do Conservatório de São Paulo; historiador e crítico musical, exemplificava ao piano as suas referências; folclorista, chegava a mimar as danças populares, para maior compreensão dos convidados estrangeiros. Como são pobres as palavras, quando se pretende dar a idéia de um homem vivo e complexo como Mário de Andrade, agitando-se, agilíssimo, na sua prodigiosa mobilidade intelectual, acompanhada, como era, tôda essa efervescência, de expressões e de gestos! Nenhum homem, no Brasil, de todos que conheço, tinha a sua vivência; nenhum era, tanto como êle, a viva incarnação de idéias estéticas, de sensações de arte, de pensamentos literários e, ao mesmo tempo, de humaníssimos sentimentos.

Pôde dizer, com inteira verdade:

«*Eu fiz da minha vida sempre um rasgo matinal...*»

Pôde aconselhar:

«*Que a vida de cada qual seja um projecto de casa!*»

Pôde dizer, ainda, aos outros:

«*Não recapitular! Nunca rememorar!*
Porém num rasgo matinal, em coragem perpétua
Ir continuando o que um dia a gente determinou!»

Ninguém amou tanto a vida como êle! Em 1922 escreveu:

«*É tão grande a manhã!*
É tão bom respirar!
É tão gostoso gostar da vida!

A própria dor é uma felicidade...»

Em 1933, num soneto intitulado *Quarenta Anos*, encara já a idéia da morte, mas com o mesmo amor:

«*Vou fazer do meu fim minha esperança,*
Oh sono, vem!... Que eu quero amar a morte
Com o mesmo engano com que amei a vida.»

Numa carta para o poeta Carlos Drummond de Andrade, por êste transcrita, com outras, em livro recente (*), dizia com a espontaneidade eloqüentíssima da sua correspondência epistolar:

«Tudo está em gostar da vida e saber vivê-la. Só há um geito feliz de viver a vida: é ter espírito religioso. Explico melhor: não se trata de ter espírito católico ou budista, trata-se de ter espírito religioso para com a vida, isto é, viver com religião a vida. Eu sempre gostei muito de viver, de maneira que nenhuma manifestação da vida me é indiferente. Eu tanto aprecio uma boa caminhada a pé até o alto da Lapa como uma tocata de Bach e ponho tanto entusiasmo e carinho no escrever um dístico que vai figurar nas paredes dum bailarico e morrer no lixo depois como um romance a que darei a impossível eternidade da impressão.»

Porque assim era, dava-se todo em tudo que escrevia: fôsse uma «rapsódia» em prosa como o espantoso *Macunaíma*, fôssem os contos pungentes do volume *Belazarte*, fôssem as suas poesias, de uma intensa emoção intelectual, fôssem os seus estudos sôbre a música brasileira, fôssem as suas cartas para os amigos.

Não creio que outro homem, no Mundo, tenha sofrido mais, intelectualmente, com esta guerra, porque nenhum amava mais todos os povos, tôdas as culturas e todos os indivíduos, sem exclusões de raça ou de nacionalidade, e não por obediência a qualquer ideologia, só porque amava tôdas as manifestações da Vida. Nota-se, nos seus escritos, a partir do início da guerra, uma inédita e profunda amargura. A si próprio parece referir-se, quando alude, num artigo de 1941, àqueles «desgostados da vida, malferidos em seu sentimento humano pelas guerras.» «E ando saüdoso da paz» — são as últimas palavras dêsse artigo, que se intitula *A Elegia de Abril* e tem, portanto, no hemisfério sul, uma significação outonal.

Ignoro a causa da sua morte, nada sei do seu estado físico e moral nos últimos dois anos, pois que a dificuldade das comunicações postais o levou a deixar de escrever

(*) *Confissões de Minas* — livro riquissimo!

aquelas suas caudalosas cartas, de tão viva humanidade. Sei apenas, pela última carta recebida, de há dois anos certos, que andava «bastante doente», «atravessado — como dizia — pelas sombras da morte.» «Serão pressentimentos falsos mas não posso acabar com êles e me desossam a actividade. Êste ano, a bem dizer, ainda não fiz nada, com umas dores de cabeça misteriosas que ninguém não inventa do que derivam.»

A verificação dolorosa de estar «na rampa dos cincoenta anos» tinha-lhe ditado a conclusão pèssimista sôbre a sua vida e a sua obra, com que fechou a conferência de 1942 sôbre *O Movimento Modernista*. Creio, porém, que a guerra, ferindo-o «em seu sentimento humano», deve ter sido a causa principal da fase de amargura com que parece ter encerrado a sua existência optimista. Na mesma carta, dizia-me, traduzindo uma profunda desolação: «Agora não é mais como no tempo de dantes em que eu me abandonava nas cartas que lhe escrevia e era tão bom. Bateu um tempo novo, amigo, que não é mais nós. Não é a velhice que nos pesa: mas nós somos prehistóricos. E talvez até o abraço que lhe mando, o mais íntimo e profundo, seja arqueologia. Arqueologia pura.»

O simples facto de se ver privado do convívio epistolar com um amigo distante, deve ter sido, para um homem tão sociável e tão expansivo, uma fonte de amarga irritação. Na dedicatória de um exemplar do seu volume de *Poesias*, enviado a dois amigos portugueses, dizia êle: «tento pela *terceira* vez lhes enviar meu livro. Estou desesperado. Recebi os livros de vocês, recebo cartas de Portugal, mas ninguém me responde, se queixam de mim, vejo que não recebem o que mando, fico numa angústia irritada, parece que falta parte de minha bôca, do meu respiro, vocês. Por favor, me contem que receberam êste livro...» E terminando: «Não posso falar, o tempo não dá, o registro fecha logo! Mas lhes marco o meu encontro pra depois da guerra, uma carta longa em que lhes direi tudo o que senti, tudo o que me iluminou, dado por vocês dois.»

Quando a guerra terminar, e forem de novo possíveis as conversas por sôbre o Oceano, Mário de Andrade não comparecerá ao encontro marcado. Pela primeira vez, deixará de cumprir uma promessa. E nunca mais, nunca mais o seu espírito refulgirá, em romances, contos, poemas, ensaios. Nunca mais será possível repetir-se o encanto das reüniões na casa da rua Lopes Chaves. São Paulo terá perdido, a meus olhos, se lá voltar, grande parte do seu poder de atracção — o seu foco de mais irradiante simpatia intelectual e humana. O Brasil será, de aqui para o futuro, uma luz menos viva para a minha ânsia de fraternidade.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

SÔBRE "CASA GRANDE E SENZALA"

Com o título de definitiva — e definitiva dentro de certas condições de relatividade, como explica o autor — acaba de ser publicada uma nova edição, a quarta, de *Casa Grande e Senzala*. Foi com êste livro, exactamente há dez anos, que o sr. Gilberto Freyre se tornou um mestre em assuntos históricos e sociológicos, ao mesmo tempo que uma das principais figuras da literatura brasileira. Êle agora submeteu esta obra a uma revisão rigorosa: fêz várias modificações de forma, acrescentou algumas notas e trechos, actualizou a bibliografia, organizou índices de assuntos. Os que conhecem os seus velhos artigos de jornal e ensaios — sobretudo *Aspectos de um século de transição no nordeste do Brasil* — bem podem sentir como êle estava preparado para a realização de *Casa Grande e Senzala*. Nenhuma improvisação neste livro escrito com relativa rapidez. São duas circunstâncias diferentes neste caso: a preparação foi lenta, conseqüência de muitos anos de estudos e observação; a realização, em face de certas condições, foi rápida, um trabalho de alguns meses. Vem daí um ou outro pequeno defeito de construção que possa ser indicado. *Sobrados e Mucambos*, por exemplo, dá-me a impressão, neste sentido, de um livro mais bem construído, de melhor estrutura, enquanto *Casa Grande e Senzala* conserva o seu carácter de livro fundamental. É a base, o fundamento, de uma obra que será em conjunto, quando terminada, uma história do Brasil. Em *Casa Grande e Senzala*, o período inicial de formação, o encontro de raças e culturas e os seus conflitos, depois a adaptação, as transigências, as fusões dos elementos humanos, a sua integração na natureza americana com um tipo particular de sociedade, os séculos XVI e XVII; em *Sobrados e Mucambos*, a paisagem social no seu estado de transformação e fixação brasileira, os elementos novos de ascensão e domínio, como os bacharéis e mulatos, os centros de influência saindo da casa grande para o sobrado, o trabalhador mudando-se da senzala para o mucambo, o eixo da vida política e social a se deslocar do campo, engenhos e fazendas, para a cidade, o século XVIII e a primeira metade do século XIX; em *Ordem e Progresso*, — em preparo, — um inquérito e um exame sôbre a nação independente, os caracteres das suas lutas partidárias, as suas formas de govêrno, a passagem da Monarquia para a República, a segunda metade do século XIX. Estará assim realizada uma história do Brasil, e os demais livros do sr. Gilberto Freyre serão complementos e prolongamentos dessa obra.

O seu critério foi o de identificar, sem preconceito ou parcialidade, as contribuïções culturais das três raças, tudo o que do português, do negro e do índio ficou incorporado ao carácter brasileiro. O seu método foi o histórico-cultural na apreciação dos factos e documentos, e foi psicológico na interpretação e reconstituïção dos caracteres pessoais e sociais. Teve por isso que reagir não só contra certas idéias, mas contra palavras, uma vez que as simples palavras carregam às vezes sugestões perigosas. Em vez da palavra «étnicas» prefere quási sempre «culturais» ou mesmo «sociais», em todos os casos possíveis de substituïção, e o faz dentro dessa norma lançada logo nas primeiras páginas de *Casa Grande e Senzala*. «Neste critério de diferenciação entre raça e cultura assenta todo o plano dêste ensaio».

Num dos seus artigos da fase 1922-1925, o sr. Gilberto Freyre escreveu esta frase que tanto explica a sua maneira: «Ao Brasil não fariam mal mais pontos de interrogação; e menos pontos de exclamação». Êle é um autor que ainda hoje não usa pontos de exclamação, e isto é um traço do seu temperamento; o de não se surpreender, o de se defender contra o entusiasmo excessivo. Os pontos de interrogação significam na sua obra a tendência para a pesquisa, para o inquérito, para a análise. Mas não usa só pontos de interrogação: não é um diletante sem conclusões,

como tantos críticos têm afirmado. É um escritor afirmativo, um sociólogo que ataca certas teses e defende outras, que lançou idéias e opiniões sôbre muitos assuntos.

Mas a cultura literária e científica faria dêle apenas um erudito, se os seus estudos não estivessem valorizados pelas suas qualidades mais ìntimamente pessoais: o seu estilo original de escritor, os seus dons de artista, o seu senso de historiador. E o senso histórico é o que assegura que, num livro dêstes, não tenhamos apenas uma descrição dos factos, mas a reconstituïção do espírito do passado, como fôrça viva, nas correntes e tendências do presente. O que dá um carácter de arte à história não é a fantasia ou o arbitrarismo pessoal de interpretação: é a capacidade poética e dramática, que não exclui a fidelidade, de levantar o passado com o seu próprio espírito, de insuflar a vida nas coisas mortas e desaparecidas. Êste senso psicológico da arte poética e dramática aplicado à História é a qualidade fundamental do autor de *Casa Grande e Senzala*. É através dêle que êste passado volta com uma sensação de vida. Ao utilizar o pitoresco, o fim do sr. Gilberto Freyre é animar os seres e as coisas das suas antigas formas de existências. O que êle deseja antes de tudo é ligar êste passado aos dias de hoje e permitir o conhecimento da vida social do momento através da sua tradição cultural. De que valeria sem isso o estudo do branco, do negro e do índio na colonização? Seria uma simples curiosidade sem conseqüência. Um verdadeiro historiador não é um homem do passado, mas do presente e do futuro. Muitos dos defeitos e qualidades do brasileiro de hoje estão indicados em *Casa Grande e Senzala* no exame das características das três raças: muitas sugestões para a actualidade serão encontradas nos erros ou medidas felizes dos tempos da formação e da colonização. Bastaria lembrar, como exemplo, as suas páginas sôbre a miscegenação, o clima e a alimentação. Para vários defeitos, fraquezas e deficiências do brasileiro, indicados em geral como conseqüência da miscegenação e do clima, o sr. Gilberto Freyre aponta as causas na alimentação e nas doenças. Explica desgraças e vícios, como o oligarquismo e o nepotismo, através do patriarcalismo dos senhores todos poderosos numa sociedade escravocrata. Sugestiva ainda para os dias de hoje é a sua exaltação de pequenos valores físicos e morais, a sua condenação da nossa tendência para centralizar a vida nos grandes centros, ou nos valores vistosos e pomposos.

O quadro da colonização em *Casa Grande e Senzala* contém exactamente êsse espectáculo de valores culturais de três raças que se encontram, se chocam, transigem e procuram terreno de adaptação: uns que são sufocados ou suplantados pela violência, ou que desaparecem naturalmente em face dos mais fortes, outros que resistem ou se cruzam e interpenetram numa sucessão de influências.

Ficariam em maior número, definindo a configuração cultural, os valores do colonizador europeu. Mas a vitória do português no Brasil, explica o sr. Gilberto Freyre, não foi apenas militar ou mesmo técnica. Ela foi a conseqüência da sua predisposição para a missão colonizadora na América: «De qualquer modo, o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência». Êste êxito se explicando pelo carácter étnico e pela formação nacional do português: povo, sob certos aspectos, europeu e africano, ao mesmo tempo, tendo nas veias o sangue do mouro, cuja influência em Portugal e no Brasil o sociólogo examina nos seus aspectos de mais relêvo; povo sem exclusivismo, sempre disposto a se misturar com outros povos, recebendo e transmitindo influências na África, na Ásia e na América.

Pode-se dizer que o eixo dêsse ajustamento, o seu centro de convergência, foi a casa. Uma originalidade do sr. Gilberto Freyre — e que o levou a grandes descobertas — foi a de estudar a formação social do Brasil por intermédio da casa. Falando da importância da casa em estudos históricos e sociológicos, escreveu Ortega y Gasset: «La casa es lo esencialmente cotidiano, lo continuo, la serie indefinida de los minutos identicos, el arte habitual que los pulmones tenazmente recogen y devuelven». Foi na casa-grande — na sua «série indefinida de minutos idênticos» — que se efectuou o ajustamento e a fusão de culturas. Que o próprio sr. Gilberto Freyre transmita a impressão dêsse poder ao mesmo tempo grandioso e terrível da casa-grande: «A fôrça concentrou-se nas mãos dos senho-

res rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam êsse imenso poderio feudal. «Feias e fortes.» Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. Refere uma tradição nortista que um senhor de engenho mais ansioso de perpetuïdade não se conteve: mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que, mais do que o de baleia, ajudou a dar aos alicerces das casas-grandes sua consistência quási de fortaleza.»

Pode-se discordar de uma ou outra opinião do sr. Gilberto Freyre, mas a verdade é que não há nem ódios nem intenções apologéticas em *Casa Grande e Senzala*. Êle escreveu um livro capaz de retratar a formação de um povo com fidelidade e isenção. A impressão mais geral que nos transmite, por isso, é a da vocação do Brasil para uma verdadeira democracia. Aquela que não deve estar apenas nas leis, mas no carácter de um povo. Do nosso conflito e adaptação de culturas surgiu um princípio de igualdade entre os homens, o direito às mesmas oportunidades e o nivelamento espiritual de classes e indivíduos. Seria hipocrisia dizer-se que não temos nenhum preconceito de raça. Temos, porém, vergonha de confessá-lo. E será por intermédio dessa vergonha que êle desaparecerá de todo. Haverá nesse dia uma rigorosa democracia social no Brasil, o que servirá de fundamento para uma real democracia política. Deve-se reconhecer, desde já, que o ponto inicial dêsse processo está na colonização, no carácter especial do colonizador português. O livro do sr. Gilberto Freyre é uma grande documentação dessa obra social. Livro de ciência e livro de literatura — êle reflecte a formação de um povo, através dos mais modernos processos de investigação histórica, de longos e sérios estudos, e reflecte a personalidade de um escritor, através do seu estilo original, das suas fôrças íntimas, da sua visão lírica, da sua capacidade de fazer com as palavras, os seres, as coisas e os factos uma obra monumental.

ÁLVARO LINS

SEGUNDO CAPÍTULO DE MÚSICA NEGRA

Negra se chama — convencionalmente — a tôda a música recolhida entre os povos negros africanos e aos produtos da mestiçagem, nos diferentes graus, dos elementos musicais africanos com os europeus. As emboladas brasileiras não são música negra. Há, porém, em Luanda um género destinado a ser ali, onde a música nativa é de fôlego curto, veículo de textos longos, como a embolada, que há de ter a mesma origem; mas o que foi adoptado por negros, é negro. Da origem dos povos hoje considerados afro-negros data a entrada em África de música oriental, a árabe e, depois, a europeia penetraram largamente no Continente Negro e a essa contribuïção, bem patente no folclore de origem dos negros americanos — prova: os candomblés brasileiros —, atribuem muitos o nível musical que ainda atingem certas culturas africanas.

Indiferente é, para o caso, a questão das origens, visto que geralmente se reconhece ser a tendência dos negros que mantém o nível da sua música. Se formos a considerar, para além do papel que na vida social dos negros representa o folclore musical, o grau de aprêço que merecem, num sentido puramente estético, os vários elementos dêsse folclore, menos importaria distinguir, por exemplo, simples melodias pentatónicas, que constituem a grande massa dos cantos geges brasileiros, de algumas formas mais evoluídas, como esta que exponho à admiração do leitor:

Êste canto, por que me senti sùbitamente transportado do Maranhão à Polónia (que fácil viagem, em comparação da que êle terá feito de onde quer que seja o seu berço!), adapta-se bem ao carácter negro pela insistência em um motivo que chega a perder o sentido no seu excessivamente curto trajecto melódico. E, como exemplar, pode ser colocado ao

lado de outros que o naturalizam — a mesma oposição violenta do modo maior ao menor —, mas nenhum dêles alia a uma expressividade mais tipo europeu uma passionalidade negra mais esgotante. Pode isso verificar-se pelos exemplos mais expressivos que publiquei e que o leitor que tome o assunto a peito, não deixará de procurar no vol. X de *O Mundo Português*. O admirável *Oiá*, de págs. 561, é possível que o faça concordar com Vigny:

Les chants désespérés sont les chants les plus beaux
Et j'en sais d'immortels qui sont de purs sanglots...

— êsse soluço que desce nos intervalos do acorde de tónica menor a expirar na sensível a dor que recresce sôbre os intervalos do acorde de tónica maior, fazem dessa despedida aos que se vão para nunca mais, o melhor paradigma de um modo de expressão tantas vezes encontrado. A emoção que nos produzem melodias assim de expressão fulminante, e a obsessão que nos produzem outras do mesmo género, não são essência que se guarde. Ao contrário, melodias simplesmente pentatónicas que tirei do mesmo lote etnográfico, deixam-nos demoradamente envolvidos na atmosfera de uma emoção não menos profunda. Veja-se o primeiro da pág. 560.

Graças, sobretudo, a êsses cantos simples em escala pentatónica, que poderiam ter vindo da liturgia católica (mas não é fácil encontrar melodias gregorianas puramente pentatónicas), é que poderia tomar corpo a idéia de fazer servir, como me lembrou, a colecção de que dou exemplos naquelas páginas — tôda de cantos fúnebres — à composição de um *Requiem* negro, segundo o modêlo protestante de Brahms, obra para salão de concertos, não transcendendo do lirismo de Kempis. No entanto, creio que a substância de todos os folclores negros — e há-os tão diversos! — não seria bastante para criar um *Requiem* católico. A melodia negra não tem nervo para um *Dies Iræ*. Pelo menos, tenho a certeza de que, se se experimentasse executar o projecto, seria essa a parte fraca.

Alguém tentava, há pouco, fazer compreender as razões porque a música dos negros se não desenvolve em música culta dentro de um espírito sério e profundo. O facto é bem conhecido. Desde o autor de *Bodas de Hiawatha*, filho de negro, que julgo ter sido, no último decénio do século passado, o primeiro compositor de música negra culta e é tido, geralmente, por amaneirado, não consta que êsse género de produção, localizado na América, tenha feito mais que comprometer um folclore opulento em exibições de pitoresco e acomodações piegas, próprias da tepidez de um clima sentimental que até agora se não tem mostrado propício à revelação de músicos fortes. O próprio Mac-Dowell o não foi.

O génio musical europeu é ainda o mais apto a desenvolver, em obras originais para seu próprio gôzo, aquelas qualidades que, como elementos de uma fôrça bárbara irresistível, julga encontrar na música africana. Não ponho sombra de dúvida de que, neste assunto, a capacidade do europeu vale bem a do negro. Não é em vão uma longa experiência, em arte que cultivamos com tanta sêde de originalidade. Há apenas a notar que os cânones da perfeição, para nós, são bem distintos das possibilidades que admiramos na música dos negros. A nossa posição ao pretender dominar a música é oposta à modéstia dêsses que se contentam com ser dominados. Julgo poder chegar a esta conclusão por meio dos exemplos que aduzi, sem negar ao africano capacidade para a criação artística. Ainda menos justo seria pôr em dúvida que êle possua a chave dos enigmas de uma linguagem emotiva. Nas línguas faladas precisamente por aquêles negros de que me tenho ocupado, a parte de elementos de música verbal é enorme: e não pode deixar de haver relação entre a expressão verbal e a musical. Mas a emoção musical do negro não justifica a dialéctica dos nossos compositores nas duas formas em que, sem têrmo médio, se apresenta: contente na absoluta resignação ou resignada no absoluto desespêro. Música fatalista; pelo menos assim a sente o europeu...

Há, contudo, povos de África que parecem mais distanciados daquela fase de criação verbal puramente expressiva e cuja música recebeu, para desespêro da nossa análise, mais complicados meios de expressão. Coube a um músico português, José Belo Marques, a glória de ter revelado, de maneira bastante completa, a música dos Tonga, uma tribo sul-africana

já, sob os principais aspectos etnográficos, bem estudada. Depara-se, nessa música, com uma riqueza polifónica e instrumental verdadeiramente inesperada. É claro que essa profusão de recursos, acentuando o carácter exótico dessa música africanamente evoluída, a dificultam tanto para a nossa compreensão como a impõem à nossa admiração. Um artista imaginará o alvorôço que deveria causar-lhe uma tão excepcional descoberta.

Belo Marques viveu êsse feliz alvorôço tão intensamente que lhe sucedeu descobrir, por êle, alguma coisa também de si próprio. Divulgou o achado em trabalho conciso de que, ainda tirando os preciosos textos musicais e a sua análise, fica um livro único na nossa literatura colonial de hoje, tão pesada de cultura literária, de história, de etnografia e de outros pesos — um livro a emparceirar com os relatos dos bons viajantes de outros tempos, salvo em excessos de credulidade, fruto daqueles tempos, e nos encontrões que, de vez em quando, davam na gramática. Sem estar cingido à pobreza de cultura dêsses sadios aventureiros, logrou o autor, que, em todo o caso, prefere a rudeza negra à contrafacção branca, aproximar-se daquilo que se chama «povo», o bastante para dar do nosso facto colonial um depoïmento original e simples como o dêsse «povo» seria. A emoção de artista desejou êle também traduzi-la em música sua. E assim, menos de um ano volvido sôbre a publicação do estudo de folclore tonga, temos várias composições inspiradas na música africana a culminar na *Fantasia negra*, para orquestra, coros e soprano solista.

Qual é, na composição, o caminho traçado por Belo Marques? Tem êle algum programa, alguma tese para demonstrar com elementos do folclore de uma tribo moçambicana? Sob êsse aspecto encarou a crítica militante a partitura da *Fantasia* e menos a propósito viria encará-la de outro modo, quando se trata, como neste ensaio, de música negra e nada mais. Pode dizer-se que a obra contém matéria nova, embora o autor se tivesse mantido num plano em que é fácil a um músico de talento conservar uma linha impecável sem abdicar da sinceridade. Não se pode negar que a *Fantasia*, apresentada quarenta e seis anos depois de *Hiawatha's*, encontrou, com o material folclórico recolhido, nova e melhor oportunidade de marcar a presença de uma música negra coral e instrumental. Não são já os cantos das plantações americanas, mas música do nosso folclore ultramarino, soando na metrópole como fresca égloga da selva. A intenção com que a obra se integra no nosso pensamento colonial foi bem compreendida e aceite. Mas a crítica não devia ter ficado satisfeita. A idéia de que a música africana não é apenas pitoresca, mas barbaridade, crueza, violência, tornou-se talvez um preconceito essencial à produção categorizada de música negra na nossa Europa, tão justamente orgulhosa das suas audácias musicais e habituada a uma concepção menos optimista da Arte que a dos americanos.

Logrou Belo Marques, até certo ponto, convencer-nos de que nem só o portador de terríficos feitiços é negro digno de atenção. O seu grande argumento foi o livro *Música negra*. E para que outros motivos de persuasão não ficassem apenas em potência na *Fantasia negra*, bastaria que os apresentasse com a rude simplicidade com que no livro retratou o africano. A *Fantasia* vem a ser, em relação ao livro, como diluída paráfrase, em que o ímpeto do descritivo afrouxa, sofreado pelo desejo de fazer obra acessível. Obedece aqui o autor a um propósito sincero, que encontra justificação na parte doutrinária do livro. Impunha-se demonstrar que a harmonia (entendendo a expressão no que toca ao aspecto vertical de uma partitura e também, e sobretudo, no sentido da linguagem comum) não é de côr branca ou negra. Já o professor de música dizia, em Molière, que «la musique est l'art de s'accorder ensemble». Não se esquivou a música dos negros a prová-lo para Belo Marques. Os brancos e os negros mantêm na *Fantasia negra* uma cordealidade perfeita.

A primeira tentativa portuguesa no campo da música negra evidenciou bem a docilidade com que se presta à utilização imperial um folclore dos mais característicos das nossas colónias de África. Com ela estou quási a fechar o capítulo — segundo, se me concedem que seja o primeiro um estudo publicado nesta revista, em que me ocupava muito de música negra — completando, de certa maneira, o que disse da vasta e quási cumprida missão do Negro na música brasileira. No Brasil é certo que se perderão as poucas dissonâncias africanas não resolvidas no sincretismo religioso dos *terreiros* e das *aldeias*. Ritmos e melopeias da costa in-

veterados no folclore, mesmo quando na sua passividade lhes não fôsse permitido mais que o assentimento aos caprichos de um Vila-Lôbos, de estilo muito pessoal e brasileiro, teriam sempre o ar de nêles colaborar intimamente.

O assunto é, como se vê, restrito, porque só pode ser encarado partindo da nossa música. Não toca ainda ao futuro da música dos próprios africanos. Só para justificação de ser êste o último capítulo me referirei à música encontrada por Belo Marques entre os Tonga — não que e a que tem parte apreciável, a meu ver, nas suas composições. Trata-se de um dos exemplos mais francos da concórdia entre africanos puros: uma sociedade de quatro respeitáveis marimbas que realizam uma harmonia simultâneamente baseada em duas escalas (1), e vozes que se não deixam prender numa cadeia harmónica, desportando-se, ao contrário, lépidas, em fugas de um autêntico contraponto. Quando esta música se publicou, saüdei-a em têrmos que ainda me não parecem exagerados. Citando exemplos de «cânones que não se arriscam a correr grandes riscos de contraponto, mas, para música popular, vamos lá...» (2), concluía: «Podemos, com fundamento, colocar a música Tonga ao nível da Idade Média. É certo que falta à dos negros aquêle ambiente fixador e normativo a que a música europeia medieval se abrigava». E uma polícia das dissonâncias...

Era desta música que a crítica esperava encontrar na *Fantasia negra?* Não sei. Por mim, limito-me a confessar que não posso prever a futura trajectória das duas artes, ou sequer da nossa, supondo a africana imóvel ou quási — que é o mais certo —, para saber se, próximas como foram no passado, por efeito de leis que regem os movimentos dos povos ou condicionam a evolução musical, virão a aproximar-se mais ainda pela vontade dos compositores, ansiosos de um regresso às origens, às vezes salutar.

EDMUNDO CORREIA LOPES

---

(1) Na nossa orquestra há apenas um exemplo do que na música Tonga é regra: o dos timbales, que, por deficiência, mui contadas vezes e só nos *fortissimi* se admitem, transitòriamente, a tocar fora do tom.

(2) Compare-se com o que temos no folclore das nações cultas...

RETRATOS DE MÚSICOS BRASILEIROS

IV — *LEOPOLDO MIGUEZ*

Leopoldo Miguez nasceu no Rio-de-Janeiro a 7 de Setembro de 1850. Seu pai, João Manuel Miguez, era espanhol; sua mãe, D. Firmina Vieira Miguez, brasileira.

Com dois anos de idade foi mandado para Espanha, e aos sete veio para o Pôrto, onde foi entregue aos cuidados de Nicolau Ribas, compatriota de seu pai, que teve posição de destaque no meio musical daquela cidade e que ao futuro compositor foi afeiçoado, tendo-lhe, até, dedicado uma *fantasia* sôbre a *Traviata*, que o discípulo executou com extraordinário brilho.

Voltando ao Rio-de-Janeiro com 21 anos de idade, depois de ter estado empregado no comércio desde os 17 — profissão para que não tinha grandes propensões —, foi ainda colocado como guarda-livros numa casa comercial importante da capital federal.

Seis anos mais tarde, consorciou-se com a filha de um dos chefes da firma de que era empregado: Dona Alice Dantas, paulista de grande distinção e excelente musicista, que foi extremamente devotada a Miguez.

Durante oito anos teve, o compositor, sociedade com o nosso Artur Napoleão no seu estabelecimento musical do Rio-de-Janeiro.

Depois do casamento, resolveu dedicar-se completamente à composição. Voltou à Europa, onde se demorou dois anos. No seu regresso, foi convidado para regente da Companhia Cláudio Rossi, em que não foi completamente feliz.

Segundo Alberto de Queirós, ilustre crítico que focou a brilhante figura do compositor como operista, «notando Miguez certa má vontade por parte da orquestra, abandonou o pôsto depois de um incidente que se tornou memorável, pois que marcou o início da carreira de Toscanini como regente».

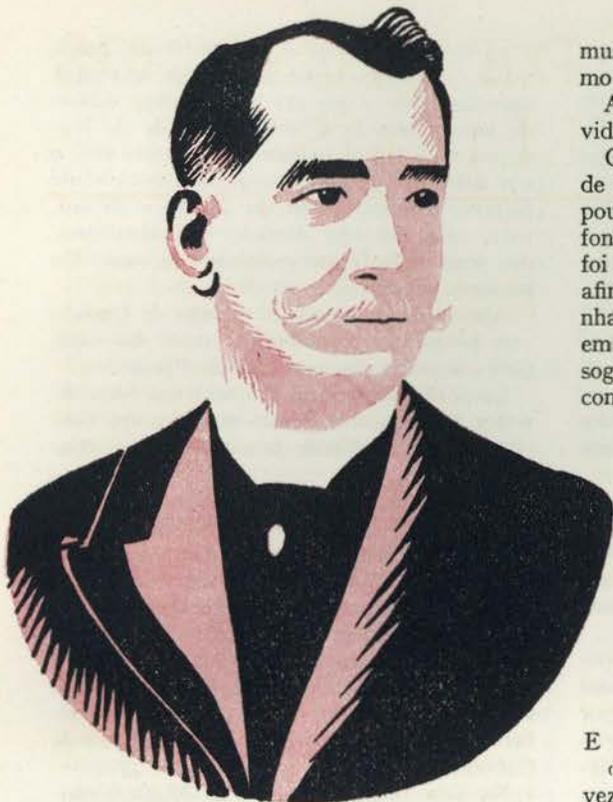
O comércio não o impediu de continuar os seus estudos artísticos. Em Bruxelas estudou humanidades; em Paris, mais tarde, dedicou-se sèriamente aos estudos musicais. Dali regressou ao Brasil, apetrechado para os grandes cometimentos a que iria meter ombros.

Proclamada a República, foi Leopoldo Miguez convidado para fazer parte da comissão encarregada de reorganizar o ensino de música e de colocar o Conservatório, cuja vida se mantinha precária, no seu verdadeiro plano, deixando a dependência da Academia das Belas-Artes.

Rodrigues Barbosa, o acatado crítico musical e ensaísta notável, era um dos grandes admiradores de Leopoldo Miguez e seu dedicado amigo. Era-o também de Deodoro da Fonseca, o fundador da República. Conta-nos Renato de Almeida: «na hora dos favores fáceis e cobiçados, preguntou-lhe (a Rodrigues Barbosa) o Chefe do Govêrno Provisório o que desejava. Respondeu-lhe que a reorganização do Conservatório. Na data do aniversário de Rodrigues Barbosa, 12 de Janeiro de 1890, convidou-o o generalíssimo a jantar em sua companhia no Palácio do Itamarati e, ao sentar-se à mesa, encontrou êle, sôbre o prato, o decreto transformando o Conservatório no Instituto Nacional de Música. Completava-se assim a obra de Francisco Manuel.»

Tem, pois, a data do natalício do autor celebrado da *Poranduba Amazónica*, o decreto que cria o Instituto de Música. Dêle foi nomeado director Leopoldo Miguez, que em Novembro de 1894 foi nomeado seu professor de composição.

No ano seguinte, foi incumbido oficialmente de vir estudar na Europa a organização dos principais estabelecimentos de ensino musical. O seu relatório, apresentado em 27 de Fevereiro de 1897, é um documento de grande valor, que revela altas qualidades de observação e de estudo e uma notável probidade.

Nessa viagem adquiriu Leopoldo Miguez, não só os conhecimentos indispensáveis, mas também instrumental completo de orquestra,

objectos vários para o museu, um gabinete de acústica, biblioteca, etc.. O Instituto viria a ser um estabelecimento dotado de todos os meios, no momento mais modernos, para servir as suas elevadas finalidades.

Naquele mesmo ano de 1897, Miguez reüniu um grupo de bons professores, e com êles realizou uma série de quatro notáveis concertos de obras suas — o «ciclo-Miguez», que deixou a melhor recordação.

Numa brilhante conferência realizada há anos pelo professor Octávio Bevilacqua, em homenagem justa ao primeiro director do Conservatório de Música, êste conhecido mestre traçou um belo perfil do artista, em que surpreendemos alguns aspectos do seu temperamento e da sua vida. Disse então Bevilacqua: «Miguez, quando compunha, deixava-se apaixonar pela sua idéia e ficava completamente absorvido nela. Comia pouco, dormia pouco, levantava-se altas horas da noite para escrever, e tudo que não fôsse a sua idéia musical como que desaparecia para êle, mesmo os *interêsses mais imediatos*».

A propósito, conta-nos êste episódio da sua vida:

Certa vez, «instalara-se o artista à sua mesa de trabalho para tomar notas sôbre o que, pouco depois, seria o «andante» da sua sinfonia, quando, por estar a caneta sem pena, foi forçado a ir aos aposentos de seu sogro, afim de remediar o mal. Por esta época tinha Miguez empenhada não pequena quantia em negócio que periclitava. Neste caso, o sogro, homem avisado e prático em questões comerciais, ao vê-lo aproximar-se, aproveitou a ocasião para chamar-lhe a atenção para o caso, apresentando um alvitre que, dizia, seria excelente e evitaria a «degringolade». Completamente abstraído, o compositor, munida a caneta da respectiva pena, abandonou o gabinete sem a mínima resposta, dando perfeitamente a perceber que não prestara a menor atenção ao relato. Justamente melindrado, o sogro suspendeu relações, por alguns meses, com o genro tão pouco atencioso. E o desastre não se fêz esperar.

«Quando, mais tarde, foi, pela primeira vez executada a «Sinfonia em si bemol», em concêrto realizado no Casino Fluminense, Miguez, ao ouvir louvores à beleza do «andante» da mesma, respondeu, com a sua voz afalsetada: *Pudera! Custou-me trinta contos!*»

Essa *sinfonia* foi executada por ocasião dos festejos em homenagem à memória do Marquês de Pombal e teve, efectivamente, extraordinário êxito, conquistando com ela, o seu autor, os mais calorosos aplausos. Houve quem colocasse essas páginas de fecunda inspiração e de grandiosa técnica, a par dos poemas sinfónicos de Liszt.

A maior parte das composições de Miguez são de 1896. São numerosas e revelam uma segura técnica. Entretanto, os críticos mais severos consideram-no «um discípulo de Liszt e de Wagner, sem maior originalidade, embora com certo carácter. Fêz uma música brilhante, com muitas páginas bonitas, mas sem significação na história da nossa música. Se o seu temperamento era brasileiro, pela eloqüência, pelo entusiasmo e pela vibração, qualidades comuns ao nosso tropicalismo, êle o encerrou dentro de formas estranhas, às

quais se sujeita inteiramente. Não se sente em Miguez essa ânsia para descobrir qualquer coisa de novo, para criar uma expressão própria, como foi o esfôrço constante de Carlos Gomes, mas aceitou os modelos que outros fixaram e tudo quanto fêz foi uma adaptação, na qual consumiu tôdas as fôrças do seu engenho. Possuía, sem dúvida, qualidades apreciáveis, uma imaginação ardente e um conhecimento profundo da sua arte, era um sinfonista de mérito e, embora enfático, tinha uma eloqüência espontânea. A sua orquestração é rica e múltipla, com notas expressivas e líricas. Mas faltava-lhe capacidade criadora e poder de invenção. O seu poema sinfónico foi o poema sinfónico de Liszt, a sua ópera o drama musical de Wagner.»

Neste julgamento que Renato de Almeida incluíu na sua *História da Música Brasileira*, está classificada serena e justamente a obra dêste compositor que, sendo grande, perdeu a sua melhor virtude: a de ter características fundamentais brasileiras.

Mas êsse defeito tiveram-no muitos compositores do Brasil e de outros países. Se a sua obra, como compositor, não foi vincada por um alto sentido nacionalista, em compensação o seu devotamento ao actual Instituto Nacional de Música e a obra que nêle realizou penitenciam-no do... pecado.

De resto, as suas composições não são destituídas de interêsse. É incontestável, além disso, que Leopoldo Miguez foi um singular temperamento de artista. Não foi só músico: a pintura e o desenho seduziram-no também, e às artes plásticas se dedicou com verdadeira paixão. A sua cultura era sólida e vasta, animada por uma inteligência viva. Principalmente em ciência musical, os seus conhecimentos eram profundos.

Saldunes é uma das suas óperas, escrita sôbre libreto de Coelho Neto. Foi levada à cena, pela primeira vez, na noite de 20 de Setembro de 1901, sob a direcção do maestro Ancelmi, um dos regentes da Companhia Lírica que então se encontrava no Rio-de-Janeiro. Foi êste drama lírico, depois das obras de Carlos Gomes, a primeira peça musicada brasileira recebida com verdadeiro êxito no Municipal. Em 1924, o crítico da revista *Brasil Musical*, referindo-se à repetição desta ópera de Miguez, no Municipal, sob a direcção de Vincenzo Belleza, escreveu:

«Tendo composto a sua partitura numa quadra em que o nosso povo ainda não sabia apreciar bem o que era seu, Miguez deixou de lado a sua forte individualidade de brasileiro e de latino (o que foi, a nosso ver, o seu defeito) e produziu essa obra notável de factura, demonstradora do talento e da cultura, mas despida daquele individualismo, que seria muito grato reconhecer-se numa tão possante organização artística.»

Apesar disso, o crítico Alberto de Queirós não hesita em considerá-lo «uma das mais fortes organizações musicais do Brasil».

Leopoldo Miguez foi também um bom director de orquestra, tendo dirigido, em São-Paulo e no Rio-de-Janeiro, vários concertos.

O centro Artístico, que fundara e dirigia, conseguiu levar à cena, no Casino Fluminense, em Agôsto de 1897, a sua ópera *Pelo amor*, escrita sôbre libreto também de Coelho Neto. Foi a primeira vez que no Brasil se executou, em língua portuguesa, por amadores e artistas, uma obra nacional. E obteve grande êxito. Outras óperas levou à cena o Centro Artístico, tais como *Arthémis*, de Alberto Nepomuceno, e *Hóstia*, de Delgado de Carvalho.

Na lista longa das obras de Miguez, contam-se, além de muitas peças para piano, admiráveis páginas de segura técnica e viva inspiração, tais como: *Nocturne* (op. 10), colecção de quatro peças; *Souvenirs* (op. 20); *Scènes intimes* (op. 28); dois *Albuns pour la jeunesse* (op. 32 e 33); *Bluettes*; *Sérénade*; *Morceaux liriques*; obras para canto e orquestra, como *Madrigal*; *Le Palmier du Brésil*; *Branca-Aurora*; uma *sonata* para piano e violino. Para orquestra escreveu: *Avé Libertas*; *Prometeu*; *Ode Fúnebre, Marche nupcial, Abertura em sol, Marcha elegíaca a Camões, Hino da Proclamação da República, Ce que c'est que la mort* (ode sinfónica com coros, dedicada a Vítor Hugo), *Sinfonia em si bemol* — que recebeu rasgados louvores de Ambroise-Thomas —, *Suite à l'antique* (seis pequenos trechos), *Scherzetto fantástico, Chansons d'une jeune fille, Mazurca, Silvia* (elegia), *Vem cá Bitú* (orquestração). Para teatro compôs: *Pelo Amor, Saldunes* (drama lírico).

O poema sinfónico *Parisina*, foi a sua obra definitiva, chegando a ser executada com êxito

em alguns teatros da Europa. A música desta ópera é de um alto poder descritivo.

Leopoldo Miguez, cheio de fé em novos trabalhos, pedira a Coelho Neto um novo libreto para uma ópera romântica, mas que não tivesse cenas de guerra — recomendara. O grande escritor chegou a enviar ao compositor o esbôço de libreto, mas Miguez estava já bastante doente. Depois de uma intervenção cirúrgica, teve alguns alívios do mal irremediável e ainda pôde reger *Parisina*, alimentando, então, grandes projectos para o seu Instituto. Faleceu, porém, a 6 de Julho de 1902.

Bevilacqua, na conferência a que atrás fizemos referência, ao falar das obras de Leopoldo Miguez, afirmou:

«...haveis de ver que se a sua obra nem sempre é notável pela originalidade, é, contudo, cheia de encantos pela sua espontaneidade e pela elevação do seu estilo. É bem, enfim, a *expressão* sonora de uma época». «Não há que negar — acrescentou — a sua acção benéfica no desenvolvimento artístico musical do nosso meio. Já em 1898, numa conferência realizada no Instituto Portuense de Estudos e Conferências, dizia o notável e erudito Moreira de Sá: «Êste Conservatório é mantido pelo govêrno federal e tem à sua testa o sr. Miguez que o dirige com notável competência e tino administrativo.»

E o acatado professor e ilustre conferencista encerrou a sua substanciosa dissertação lendo um trecho de uma carta de Leopoldo Miguez, que bem demonstra o seu grande amor pela obra que criara. Escrevia êle:

«A nossa bela instituïção já tem bem firmado na opinião da imprensa, do público, dos governos e de tôdas as outras instituïções, o conceito a que fêz jus, devido não só à competência dos professores como à grande dedicação de todos êles... É belo, é edificante, é tudo quanto há de nobre o amor com que todos êsses trabalham. Vamos tendo, estejam certos, a compensação a que temos direito. A nossa instituïção já conquistou o respeito de todos e a simpatia geral e, em todo o Rio e mais além, reconhece-se a sua grande utilidade e sabe-se o quanto nos empenhamos para dotar o país com uma escola modêlo. Unamo-nos sempre com o mesmo amor e a mesma harmonia...»

Não dizia, por modéstia, que a êle principalmente se devia tôda essa magnífica obra, pois que dêle vinha o contágio que ligava todos na mesma aspiração.

Torna-se interessante fixar uma nota mais, que bem demonstra o amor que Leopoldo Miguez dedicava à cultura artística. Premiado no concurso para o hino nacional, com vinte contos de réis, o artista solicitou do Govêrno que transferisse essa verba para a compra de um grande órgão destinado ao salão do então ainda Conservatório de Música.

Ao morrer, em plena pujança do seu talento e inspiração, exclamou desolado: «Que pena!... agora que eu estava começando!...» Esta frase com que encerrou a sua gloriosa carreira, a sua vida tão fecunda e de que viria a ficar um sulco luminoso, é bem um reflexo do seu carácter.

Tal como Francisco Manuel da Silva, dedicando a sua vida, por assim dizer, à fundação do Conservatório, Leopoldo Miguez teve no Instituto a «sua obra prima, a que mais frutos deu e que foi, pode dizer-se, grande parte da sua vida».

GASTÃO DE BETTENCOURT

NOTAS

A escassez de espaço, a falta de oportunidade (derivada, esta, da incerta periodicidade da «Atlântico»), a própria feição que esta revista tomou, impedem-nos de comentar os acontecimentos — mesmo aquêles que, por serem intelectuais, exigiriam uma referência em publicação desta natureza. Não podemos, no entanto, deixar de arquivar, aqui, o facto de ter sido pela primeira vez atribuído o Prémio «Pero Vaz de Caminha». O duplo júri, brasileiro e português, distinguiu a obra do Professor Hernani Cidade: «A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina», já aqui apontada como um *índice* da «cultura portuguesa contemporânea» — obra em que o Brasil ecoa.

Não fica, por certo, deslocada, aqui, uma referência à Sessão Caboverdeana que se realizou num Teatro de Lisboa, promovida pela Agência Geral das Colónias e por uma comissão de naturais de Cabo-Verde. Nela, pela primeira vez, oficialmente se reconheceu a existência de uma alma caboverdeana, que se exprime pela voz dos seus poetas novos e pela música das «mornas». Pertencemos, pela sensibilidade, a um mundo comum, a um mundo nosso: o Mundo Lusíada — quer tenhamos nascido no Brasil, em Portugal ou nas Ilhas Crioulas. Aos brasileiros interessa, portanto, saber que existe uma «Poesia de Cabo-Verde», como José Osório de Oliveira demonstrou naquela Sessão poética e musical.

Deviamos acrescentar uma segunda parte ao artigo que publicámos no número anterior, sôbre «A Literatura Brasileira em Portugal», para frizar o significado do aparecimento, em edições portuguesas, de dois livros do Embaixador João Neves da Fontoura: «Orações Dispersas» e «Elogio de Coelho Neto», bem como a publicação de uma vasta antologia da obra poética de Ribeiro Couto, com o título «Dia Longo». Será justo, também, anunciar o facto de a Colecção «Cruzeiro do Sul», dirigida por José Osório de Oliveira, prosseguir com um volume dedicado aos «Ensaístas Brasileiros», continuando o programa iniciado com a antologia de Contos. Também merece referência o facto de a nova revista: «Litoral», dirigida por Carlos Queirós, emprestar a ressonância das suas páginas, em Portugal, a escritores do Brasil. Deve, ainda, registar-se o facto de a Emissora Nacional ter recomeçado a transmitir, regularmente, a «Meia-Hora Brasileira», programa no qual incluiu já duas palestras de José Osório de Oliveira, acompanhadas de antologias de versos e prosas: «Um pouco da alma do Rio de Janeiro» e «O cântico de São Paulo», além daquela, dedicada a Mário de Andrade, que neste número publicamos.

Aquêle artigo deverá ter, aliás, a sua contra-partida noutro que projectamos sôbre «A Literatura Portuguesa no Brasil», para que não passem sem louvor ou sem crítica, da nossa parte, as antologias dos «Contos Históricos» ou dos «Poetas Novos», feitas por Gustavo Barroso e Cecília Meirelles. Naquela, é natural que não figure um conto como «A Caçada do Malhadeiro», do Conde de Ficalho, pois que não aparece na antologia, feita em Portugal, dos «Melhores Contos Portugueses». Na antologia devida a Cecília Meirelles, com todo o respeito que tão grande poetisa merece, há que estranhar, se não o critério, a falta de correspondência, que por vezes se verifica, entre êle e os poemas escolhidos; a selecção de alguns poetas cuja obra se caracterizará por outros motivos mas não pela poesia; as notas bio-bibliográficas, freqüentemente incompletas, quando não arbitrárias. Mas a análise dêsses aspectos de uma antologia tão elogiada, há-de fazer-se aqui com a mesma independência com que neste número se critica aquela outra que compromete o nome de Fernando Pessoa.

Importa esclarecer aqueles que, no Brasil, possìvelmente esperam a «nova edição, revista e aumentada», da «História Breve da Literatura Brasileira», de José de Osório de Oliveira. Anunciada, no «Exame da Vida Portuguesa», do mesmo autor, como aparecida

no ano de 1944, porque a tal se haviam comprometido os editores, só êste ano será impressa, com os complementos necessários, acompanhada de xilogravuras de Abel Manta. Outra editorial a publicará, ao mesmo tempo que uma «História Breve de Portugal», por Caetano Beirão, e uma «História Breve da Literatura Portuguesa», pelo professor Costa Pimpão.

Impõe-se uma errata ao número anterior. No soneto de Marcello Matias, «Flor Tropical», o terceiro verso da segunda quadra saiu errado pela troca de uma letra. Repete-se, por isso, o verso, devidamente corrigido:

«Que às areias, ao mar e no ar trazia»

Alguma coisa convém dizer sôbre a tradução em versos portugueses dos versos latinos de Ovídio que publicamos neste número, da autoria de António Lopes Ribeiro.

Tradução quási literal, não foi essa, no entanto, a preocupação do tradutor. O que o preocupou, acima de tudo, foi o ritmo dos versos originais, que Lopes Ribeiro sustenta corresponderem, mètricamente, cada um, a duas redondilhas maiores. Por isso se transcreve o texto latino, não como habitualmente se publica, mas dividindo os versos pelos hemistíquios. A equivalência rítmica torna-se, assim, notória; e é possível, segundo Lopes Ribeiro, tirar daí interessantes conclusões àcêrca da primitiva pronúncia do latim, que se perdeu na memória auditiva, pronunciando cada povo a língua de Roma segundo a sua própria fonética. Essa contribuïção lingüística parece-nos indicar um método do maior interêsse, que os latinistas do Brasil e de Portugal não deveriam perder de vista.

O *jôgo dramático* «Ofício da Floração da Santa-Cruz», de Luís Ribeiro Soares, foi, inicialmente, um *côro falado*, e teve, como tal, realização, que lhe foi dada por filiados da «Mocidade Portuguesa». A versão que publicamos é, de certo modo, inédita, e isso basta para que não deixemos de acolher, sob a sua forma literária, essa tentativa de teatro de ar livre.

As dimensões que, como se fôsse bola de neve, toma cada nôvo número desta revista, obrigam-nos a deixar para outra ocasião as anunciadas «Memórias de uma Amizade», de José Osório de Oliveira. Terão adivinhado, os brasileiros, qual a amizade de que o Secretário da Redacção da «Atlântico» projectou traçar aqui as memórias. Compreenderão, por isso, que o adiamento delas apenas as tornará mais longas.

Foi outra a razão que nos levou a retirar dêste número a anunciada poesia: «A Sombra do Cordeirinho Branco», de Campos de Figueiredo. É que pertencia a um livro que não pôde esperar pelo aparecimento da «Atlântico», demorada como é a feitura desta revista.

O mesmo sucedeu com o poema «Pizicato», de António de Sousa — mas, dêste, publicaremos outro poema no próximo número.

Em compensação, podemos revelar, neste número, mais uma nova poetisa e mais um jovem poeta inteiramente inéditos: Maria Elvira de Castro Barroso e João Manuel de Mascarenhas, e dar um poema de outro moço poeta há pouco revelado: António Quadros.

Fica para outro número o conto de Maria Archer que anunciámos — êsse ou outro da mesma escritora.

Quanto ao artigo de Natércia Freire sôbre «Algumas Poetisas Brasileiras», não podemos publicá-lo por ter aparecido noutro lugar.

«Atlântico», numa nova fase, passará a ser mais freqüente e mais acessível, para melhor realizar a sua missão. O nosso propósito não foi fazer um álbum, mas uma antologia. De aqui em diante, procuraremos fazer, acima de tudo, uma publicação periódica, que, sem concessões ao transitório, seja actual, na medida em que «actual» significa vida, e não efemeridade ou sujeição às circunstâncias.

No primeiro número da nova série publicaremos, além da colaboração determinada pelo novo estilo que esta revista adotará, os seguintes poemas: «Cabuçu», de P. Leão de Moura — novo poeta brasileiro, que teremos o prazer de revelar; «Viagens» e «Não era para mim», do poeta de Cabo Verde: Jorge Barbosa; «No cais», de António Condeça — poeta que a «Atlântico» revelou; «Poema para a Mãe do poeta», de Daniel Filipe — um novo ainda desconhecido. Publicaremos, também, um conto de Mendes de Brito — escritor que se fêz esquecer; «Menino longe», capítulo do romance «Colégio Amarelo», de Rodrigo de Mello — novo prosador.